

**METAMORFOSES DA MODERNIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RAÍZES DA
MODERNIZAÇÃO NO BRASIL.**

Tese de doutoramento apresentada por

Pedro Motta de Barros

à

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

da

Universidade de São Paulo

Departamento de História

Centro Interunidade de História da Ciência e da Técnica

Programa de Pós-Graduação em História Social da Ciência

Pesquisa: Modernização e Pensamento Científico no Brasil

Orientador: Prof. Shozo Motoyama

São Paulo, janeiro de 1997

Homero coloca Proteu na Odisséia como um deus marinho, guardião dos rebanhos de animais pertencentes a Posídon. Mora na ilha de Faros, perto da foz do rio Nílo. Dotado de poder divinatório, procurava a todo custo fugir aos importunos consulentes, metamorfoseando-se sucessivamente em quaisquer animais e até mesmo em elementos como água e fogo. Num momento difícil para Menelau, quando, em companhia da esposa Helena, buscava o caminho de retorno a Esparta, apareceu-lhe a divindade marinha Idotéia, filha de Proteu, e aconselhou-o a procurar e consultar o pai. Apesar das múltiplas metamorfoses do poderoso deus do mar em leão, serpente, pantera, javali, água e árvore, o esposo de Helena logrou segurá-lo e Proteu sugeriu-lhe que retomasse o caminho do Peloponeso (Junito Brandão, Dicionário mítico-etimológico, 3 vol., Vozes, Petrópolis, 1991, vol. II, p.332).

ÍNDICE

I. SOBRE O MODERNO	1
1. O moderno na historiografia	1
2. Noção de novo. Exemplos históricos	2
3. Etimologia. Exemplos históricos	5
4. Renascimento	11
5. Declínio do Renascimento	13
6. Paradoxos do barroco	16
7. Era das revoluções	18
8. Crítica romântica	20
9. Consolidação do capitalismo	21
10. Transição para a era da incerteza	26
11. Polarização ideológica e impasses do capitalismo tardio	27
NOTAS	33
II. TORNAR-SE MODERNO	43
1. Fontes portuguesas do pensamento moderno	43
2. Primeiras manifestações modernizantes no Brasil	46
3. Condições para a modernização autônoma	54
4. Os freios das mudanças	56
5. Sociedade e capitalismo retardatário	67
6. Começo de institucionalização da ciência: política e cultura	76
7. Instituições científicas em busca da autonomia	83
8. Papel do cientista na sociedade dependente: vocação de elite	88
9. Ensino de ciência: misérias e grandezas em ambiente de dependência	95
10. Apoio governamental, interação com a comunidade científica e base tecnológica	99
NOTAS	100
III. CONSTRUÇÃO DO MODERNO	110
1. Primórdios	110
2. Modernização industrial e institucional com dirigismo econômico e autoritarismo político	121
3. Epílogo	132
NOTAS	138

I. SOBRE O MODERNO

1. O moderno na historiografia.

Quem pensa o *moderno* se depara com um paradoxo: o conceito de moderno é bem mais amplo e antigo do que geralmente entre nós o senso comum designa como moderno. Ninguém discorda de que o moderno se nos apresenta em nossos dias revestido de determinados aspectos bem distintos — a urbanização em grande escala, a industrialização, a difusão de inovações no sistema produtivo vinculadas à revolução técnico-científica e ao emprego da máquina, a intensificação da velocidade nos meios de transporte, comunicação e informação, a universalização da indústria cultural, a preeminência da subjetividade e do cotidiano nas artes, e também o aguçamento dos processos de exploração e alienação dos trabalhadores. Acima de tudo o moderno sobressai nos últimos tempos como emblema da época, emprestando seu nome à historiografia consagrada para identificar todo um período da história ocidental, principalmente da Europa. Os últimos 500 anos da história universal abarcam genericamente os três grandes marcos da civilização moderna: o Renascimento, o Barroco e a Ilustração.

No Brasil, a questão do moderno, a despeito de guardar suas peculiaridades, costuma tradicionalmente ser referida à Europa, conforme um enfoque etnocêntrico que tende a afetar grande parte das questões que nos dizem respeito. É verdade que, a partir de certo momento, a centralidade do referencial se expandiu para a América do Norte, ou, dependendo do pendor ideológico, incluiu os países do Leste socialista. Seja como for, a discussão do moderno nunca deixou de adotar como paradigma a experiência de fora que nos parecia mais merecedora de imitação. Aqui se encontra um ponto problemático, levantado por Sérgio Buarque de Holanda¹ — o *bovarismo* —, que diz respeito a um certo pendor de nossas elites em adotar novidades importadas do exterior, pelo impulso da mera imitação servil, ao invés de desenvolver inovações autênticas com autonomia e senso crítico, considerando as condições autóctones, ainda que com inspiração em legítimas idéias de fora.

Os tempos modernos, segundo os cânones da historiografia consagrada, emergem da crise de desintegração do modo de produção feudal (século 12) e do começo do processo de transição da sociedade medieval para a formação social fundada na relação social capitalista, período que remonta ao século 15, com a queda de Constantinopla, e que se estende até o século 18. Pois os séculos 17 e 18 assinalam, com as revoluções inglesa e francesa, a derrota da nobreza absolutista e do obscurantismo clerical, como premissas para a organização da industrialização em massa, a mais avançada da história humana. Tendo como focos de irradiação a França e a Inglaterra, o capitalismo expande-se pelo mundo e promove a ascensão das novas classes urbanas, à frente a burguesia, cujo motor principal seria o racionalismo, a fim-de garantir que o progresso fosse linear e ininterrupto.

Mas antes de chegar a esta etapa, convém esquadrihar os antecedentes do moderno.

2. Noção de novo. Exemplos históricos.

Meu ponto de partida é constatar, desde épocas mais remotas, que é imanente à história humana a ocorrência permanente de alguma coisa que poderíamos designar como *o novo*. Se for possível demonstrar que o novo constitui uma categoria intrínseca à natureza humana, tornar-se-á mais compreensível localizá-lo em qualquer época, e *a fortiori* em nossa época. A época moderna propriamente dita distingue-se das anteriores precisamente porque nela *todas* as relações se transformam, sob o impulso da multiplicação das necessidades. Enquanto nas épocas passadas, as necessidades, em virtude da rusticidade das relações sociais e dos limites da aparelhagem técnica e mental dos indivíduos, mantinham-se gerais e sem possibilidade material de manifestação concreta, nos tempos modernos as necessidades gerais se dividem em múltiplas necessidades particulares e em outros tantos modos de satisfazê-las. No curso da história da humanidade, as consecutivas épocas e mesmo os processos cotidianos de transformação da natureza, pelo trabalho, para conservação e reprodução da vida humana, apresentam a eclosão do novo como imperativo da dimensão histórica do homem. Em algumas épocas remotas, a emergência do novo é mais lenta, quando as necessidades se manifestam de maneiras menos particularizadas, o que faz com que elas sejam satisfeitas de modo mais repetitivo. Outras vezes, como nos tempos de transformações mais dinâmicas, o novo rebenta sob formas de diferentes rupturas em intervalos mais curtos de tempo. Isso está na raiz da constatação universal de que o homem, além de ser um ente natural, é também, e originariamente, um ser histórico. “Vale dizer que” — comenta Gerd Bornheim, à luz de um pensamento de Marx —, “se a natureza — e a natureza animal — é essencialmente repetitiva, o advento do homem representa uma certa forma de ruptura na ordem repetitiva natural. A origem da história não está na história da origem e em suas sequelas continuamente repetitivas. A origem da história está muito mais num aqui-e-agora que reinventa desde a sua raiz o próprio sentido do todo natural”.²

Um historiador afirma sem reboços que “a estrutura social é uma resistência” ao movimento da história, que tem no econômico — embora nem sempre — seu motor por excelência. Há, no entanto, outro elemento cujo efeito de retardamento histórico é ainda maior: o mental. Mais ainda do que a estrutura social, a estrutura mental de diferentes grupos sociais considerados em sua totalidade exerce resistência à mudança. O curioso é que até agora os homens têm feito a história das mudanças, e não o bastante a história das resistências. O interesse legítimo pela aceleração da história os têm levado a subestimar a lentidão da história, quer no ciclo da longa duração (o milênio medieval, por exemplo), quer nos ciclos curtos. “Quando a resistência da mentalidade se põe em ação, é um dos grandes fatores da história lenta. Ela bloqueia ou interrompe as tomadas de consciência. Ela prodigaliza as chances das contra-revoluções”.³

Sobre esse fenômeno, que é geral, Marx diz o seguinte: "Imaginons, par exemple, dans le même espace, un accroissement de productivité par le développement des forces productives, etc. (particulièrement lent dans l'ancienne agriculture traditionnelle); il faut alors créer de *nouvelles* méthodes ou combinaisons du travail, car la plus grande partie de la journée est consacrée à l'agriculture, etc.: on supprime et modifie encore les anciennes conditions économiques de la commune. L'acte de la reproduction même modifie non seulement les conditions objectives (par exemple: le village devient ville, la nature sauvage est changée en terre de culture), mais encore les producteurs qui manifestent des *qualités nouvelles* en se développant et en se transformant dans la production, grâce à laquelle ils façonnent des forces et des idées *nouvelles* ainsi que des modes de communication, des besoins et un langage *nouveaux*" (grifos meus).⁴

Dito assim, chega a ser quase uma tautologia afirmar que a necessidade humana de se desenvolver cria o novo, e que a irrupção do novo realimenta essa necessidade. Mas a necessidade seria inócua se dissociada da liberdade de inventar o novo. E isso exige que o homem procure ganhar distância entre sua inserção na natureza, na sociedade e em seus processos produtivos, e, de outro lado, sua capacidade de apreender a relação humana enquanto relação. Aí está o ponto chave da inflexão que nega o truismo e permite o guinada engenhosa. É esta distância que está no cerne da consciência da relação humana por excelência. E é esta consciência que viabiliza os processos de transformação e a busca do novo. É quando o novo toma consciência de si mesmo que se vence o caráter de lentidão que é típico de todo processo social. Os processos sociais, ao longo da história, se definem mais frequentemente pela repetição do mesmo do que pela ruptura no sentido da criação de "novas qualidades". Mas chega um momento em que o próprio homem se auto-interpreta como moderno, como novo. Isto ocorre em diferentes épocas históricas, mas alcançou seu ponto alto com o advento do modo de produção capitalista, fruto da revolução burguesa, que inaugurou a época moderna por excelência.⁵

Se ficar claro que esta dimensão histórica do homem é acrescida à sua condição natural, mediante o trabalho produtivo voltado para a satisfação de suas necessidades, desde as mais elementares até as mais refinadas, espirituais, será mais fácil aceitar a idéia de que o afloramento do novo (também chamado "moderno") não soará estranho em qualquer época da história periodizada do homem, seja ela qual for. Em alguns momentos bem remotos, muitas vezes o moderno surge diacronicamente como apanágio de povos que se distinguiram por uma força renovadora tal que se propaga até hoje. Os gregos clássicos da era de Péricles, no apogeu da civilização ateniense, no século 5 antes de nossa era, são amplamente reconhecidos por esse atributo, porque essa civilização cultivou valores e princípios⁶ — democracia, virtudes públicas e privadas, valorização do saber, formação ética, fruição do gozo estético — que continuam sendo relevantes até os tempos atuais, por mais que a nós hoje nos cause estranheza o enorme paradoxo que foi organizar aquela experiência com apoio na escravidão de uma parcela da população e na dominação imperialista de colônias periféricas, uma e outra a um tempo condições de realização do novo e de seu aniquilamento. A despeito disso, a democracia ateniense é celebrada não apenas em seu contexto próprio, já que seria anacronismo julgar a condição dos escravos e dos povos

colonizados à luz dos valores políticos e éticos vigentes hoje em dia. Vale a pena lembrar que, nas democracias contemporâneas, não é rara sua coexistência com várias formas brutais de dominação interna e espoliação externa. O que é raro, isto sim, é a existência concreta, nos dias que correm, de uma organização política em que a esfera pública civil tenha participação efetiva, e não apenas formal, na gestão real da vida coletiva. A democracia de Atenas é precisamente avaliada por ninguém menos do que um historiador progressista da envergadura de Moses I. Finley⁷ como, sob vários títulos, uma experiência superior à democracia representativa moderna, principalmente no aspecto da participação direta dos cidadãos livres (*demos*) no poder (*kratos*) da cidade.

Convém acentuar que este caráter participativo da democracia ateniense reflete-se no emprego do termo *kratos*, que designa uma superioridade de fato, resultado de uma luta em que o sujeito da ação, o *demos*, leva a melhor, obtém a vitória sobre seus adversários (os tiranos, os defensores da mono-*arkhia* ou da olig-*arkhia*) e conquista o poder sobre eles. Ou seja, o *demos* tinha consciência de que, ao assumir o poder, ele, *demos*, não se confundia com o todo, deixando claro que era preciso reconhecer a diferença que havia entre ele, *demos*, e quem se opunha a ele, a elite despótica. Os opositores do *demos* é que agiam em sentido contrário: quando tomavam o poder, o utilizavam de forma absoluta e predatória, escamoteando as diferenças entre os cidadãos, impondo aos outros a vontade unilateral dos tiranos, sob a máscara de um poder enganadoramente neutro. Este subterfúgio é denunciado pelo sentido que denotava o termo *arkhia*, de uso mais corrente no vocabulário dos políticos autoritários tradicionais.⁸

Outra ilustração do modernismo pioneiro dos gregos é encarnada por Eurípides. Ele foi o primeiro poeta grego a desmistificar o *deus ex machina* das montagens teatrais e a conferir transparência à linguagem de comunicação com o homem comum. Pela primeira vez na história grega um dramaturgo leva para o palco o homem comum, a vida cotidiana, a compreensão da experiência humana mortal e a realidade do mundo, o senso crítico do espectador, o desmascaramento dos deuses e dos tiranos. Eurípides introduz na dramaturgia a estética consciente: seus heróis são realmente tal como falam, e, ao criar seus personagens, ao mesmo tempo os disseca. Foi ele o primeiro a trazer ao prosênio os jovens e velhos da classe média cheios de dívidas, a hetera sedutora, a mulher emancipada, o escravo bonachão e picareco. Pela primeira vez, com Eurípides, o coro passa a ser constituído pelos espectadores. Nunca, antes dele, a arte tinha sido feita com razões estéticas e filosóficas definidas, no estilo da dialética de Sócrates, com base em conceitos e princípios refletidos. Com Eurípides, a tragédia convertia-se em representação não do que era apenas lisonjeiro ao espectador inconsciente, mas do que era problemático, e portanto às vezes desagradável, sobretudo perigoso para os beneficiários do *status quo*. Perigoso porque suas idéias defendiam a emancipação dos seres humanos da servidão do mito, numa perspectiva filosófica modernizante, orientada para a dessacralização, a democracia afetiva e sexual, a valorização do feminino, a busca da felicidade, a eudemonia, de acordo com as linhas de pensamento de Heráclito, Demócrito e Epicuro. Tão perigoso que foi condenado ao desterro e lá foi devorado pelos cães malditos de Arquelau. Sua vida e sua obra são uma antecipação da vida e da arte modernas.⁹

Ainda na esfera específica da linguagem, que aparece na citação de Marx como indicação de que o pensamento articulado, o juízo reflexionante são fatores decisivos da criação de “novas qualidades”, os gregos da idade clássica ocupam posição única como inventores do alfabeto. Estima-se que isso tenha ocorrido por volta de 700 antes de nossa era. A irrupção desse dispositivo intelectual no mundo grego arcaico produziu efeitos revolucionários na cultura humana, tendo alterado radicalmente o equilíbrio linguístico — até então voltado exclusivamente para o discurso descritivo da ação — em favor da reflexão. Criava-se uma nova linguagem, com a qual era possível enunciar proposições e conceitos, em lugar de apenas descrever eventos. Segundo Eric A. Havelock¹⁰, esta inovação — que levou quatrocentos anos para chegar ao apogeu na civilização ateniense, e depois se difundiu e arraigou no mundo com lentidão, desvios e retrocessos — forneceu a base conceitual para a construção das ciências e filosofias modernas.

No campo do pensamento filosófico, é ponto pacífico a relevância da contribuição de Platão e Aristóteles, para nos atermos aos principais estudiosos da lógica, da ética, da estética e dos princípios gerais que balizaram as pesquisas intelectuais nas ciências da natureza e da sociedade e os delineamentos gerais da cultura ocidental.

Foram também importantes os esforços das investigações dos sábios gregos nas áreas de matemática, astronomia e mecânica, sendo que esta última só não avançou mais porque prevaleceu a preocupação em manter a pesquisa na esfera intelectual, sem levá-las às últimas consequências da experimentação prática, devido ao preconceito contra o trabalho manual, relegado aos escravos.

3. Etimologia. Exemplos históricos.

Mas o termo moderno demorou a ser cunhado na linguagem ocidental.

Moderno é, na origem, palavra derivada de *modernus*, a, um, adjetivo, do latim tardio, que quer dizer “moderno”, “recente”, “novo”, “atual”. Sua raiz etimológica é o advérbio latino *modo*, que significa “há pouco”, “pouco antes”, “recentemente”, “não há muito”, “do presente”, “conforme a medida atual”¹¹. Sua derivação assemelha-se ao processo que gerou *hodiernus*, de *hodie*, “de hoje”; *hesternus*, de *heri*, “de ontem”; *aeternus*, de *vita, viternus*, “que dura toda a vida”¹².

Registra Antônio Geraldo da Cunha que *modernus* pode vir de *modus*. Classifica-se, em latim, como substantivo apelativo. Segundo vários dicionaristas, significa “medida de superfície”, “dimensão”; “maneira de proceder ou de se encaminhar”, “método”, “modo”, “maneira”; “gênero”, “espécie”; “limite”, “termo”, “fim”; ou, em sentido figurado, “medida (que não se deve ultrapassar)”, “moderação”, “comedimento”, “meio-termo”, “lei”, “regra”; “medida rítmica”, “ritmo”, “cadência”, “compasso musical”; “modo (gramatical)”, “voz”. De *modus* vêm a expressão latina *modus in rebus*, “modere-se”; *sine modo*, “sem juízo”; e o ablativo *modo*.¹³

Nesta última forma, significa “estando na medida”, “justamente”, “precisamente”, de que resultou o sentido de “na medida e não mais”, “somente”. Remete aos seguintes conceitos de tempo: a)

“agora mesmo”, “neste instante” (tempo presente); b) “há pouco”, “não há muito”, “há um momento”, “recentemente” (tempo passado); c) “num momento”, “imediatamente”, “dentro de um momento” (tempo futuro)¹⁴. Tanto a acepção de passado quanto a de futuro giram em torno do tempo presente, ou seja, daquilo que está na medida, do que é preciso, do que tem limite circunscrito. Cotejando este último bloco de significados com as acepções arroladas no parágrafo anterior, infere-se que elas coincidem com a noção de algo bem determinado, isto é, precisão, ou com diferentes modalidades de expressão que pretendem precisar o tempo.

A palavra portuguesa *modo* de há muito é dotada da qualidade de figurar no dicionário com sentido autônomo de substantivo. Em sua estrutura própria, que os linguistas classificam como sintagmática determinada ou obrigatória, é bem antiga a época em que alcançou a plena natureza de significação externa, enquanto morfema lexical (ou semantema) aberto, símbolo básico de uma realidade que se pode discernir no homem e em tudo que faz parte do mundo. E, de outro lado, sua fortuna histórica sugere curiosamente que a palavra não é inteiramente desprovida da natureza de simples vocábulo, dito sintagma determinante ou facultativo, ou morfema gramatical (ou gramema), característica que resgata talvez a memória ancestral de uma significação interna dos pródromos de sua formação verbal, enquanto instrumento gramatical, isto é, uma unidade simbólica que permite que suas noções básicas sejam derivadas para outros símbolos, ou que sejam utilizadas em frases com referências múltiplas ao homem e ao mundo que o cerca. Neste segundo sentido, o vocábulo pertence a uma série fechada, de número limitado na língua, que se conhece com o nome de *déixis*, como veremos mais tarde¹⁵.

Em abono à assertiva acima, vem a calhar o trecho de carta, escrita em 1767, em que o marquês de Pombal passa as seguintes instruções ao governador de Mato Grosso Luis Pinto de Sousa Coutinho: “O povo que V. Sa. vai governar é obediente e fiel a El-Rei, a seus Governadores e Ministros, é humilde, amante do sossego e da paz. (...) a razão natural ensina que a obediência forçada é violenta e suspeitosa, e a voluntária segura e firme. (...) não altere coisa alguma com força nem violência; porque não é preciso mudar costumes inveterados, ainda que sejam escandalosos (...). Contudo, quando a razão o permite e é preciso desterrar abusos e destruir costumes perniciosos a benefício do Rei, da Justiça e do bem comum, seja com muita prudência e moderação: *que o modo vença mais que o poder (...)*. Em qualquer resolução que V. Sa. intentar, observe três coisas: *Prudência* para deliberar, *Destreza* e *Perseverança* para acabar.”¹⁶ (grifos meus). Convém reter desde já que a palavra *modo*, no contexto, tem conotações que nos remetem ao contexto contemporâneo (examinado mais adiante) que associa explicitamente a idéia de moderno a noções de leveza, exatidão, consistência, rapidez, visibilidade e multiplicidade.

Vejamos agora as raízes remotas de *modus*, numa investigação que possivelmente oferecerá fundamento histórico ao sentido atual de *moderno*, corroborando o princípio segundo o qual a origem da história desta palavra não reside na mera recuperação de sua origem etimológica, nem na reiteração redundante, segundo a lógica identitária do eterno retorno, do que ela contém de truismo desde sempre. É relevante demonstrar que reconhecemos no aqui-e-agora de seu significado contemporâneo uma

reinvenção do sentido da essência renovadora do homem, presente na complexidade material e espiritual dos tempos modernos, tanto quanto essa dimensão histórica nos acena da aurora dos tempos, quando havia menos distância entre o homem natural e o homem histórico. Ao dizer isso, tenciono ressaltar que essa distância nos convoca, à semelhança de uma citação judicial, das brumas do passado, para que, a partir do ponto de observação de nossa experiência atual, nos empenhemos em compreender como a consciência da historicidade percorre uma longa trajetória, que não é nem linear, nem dada conforme as leis de um determinismo maquinal, positivista. Ou seja, não garante seu vigor ou mesmo sua vigência no futuro, pois depende não apenas de fatores cognoscíveis e controláveis, mas também do acaso, do aleatório, do imponderável. Estamos convocados a reinventar aqui-e-agora essa consciência do novo, a fim de conjurar o risco de não valorizarmos adequadamente a distância mínima, incomensurável e quase imperceptível, mas abissal, entre o homem histórico e o homem animal, o que poderia reaproximar perigosamente o homem da barbárie.

A hipótese mais aceita entre os estudiosos de fonética histórica é que *modus* tem origem em *med*, raiz indo-européia que quer dizer “pensar”, “julgar”, “tratar (um enfermo)”. Daí *meditationis*, *medeor* (“dar remédio a”), *medeor cupiditates* (“curar as paixões”).¹⁷

Ora, como os dicionaristas relacionam *metron* diretamente ao sânscrito *mātram*, *matra*, “medida”; e *mitra*, *mimati*, “medir”, a análise da estrutura das palavras gregas *metron* (μετρον), “medida”, “espaço”, “comprimento”, “justa medida” (de onde vem a palavra *simetros*, συμ-μετρος, “simetria”, “medida harmoniosa”); *metrios* (μετριος), “medido”, “moderado”; e *metrikos* (μετρικος), “que concerne à medida dos versos”, corrobora a referida hipótese.¹⁸

Com efeito, *mātrā* significa “medida”, “quantidade”, “degrau”; “unidade musical de tempo”; “unidade de tempo”, “momento”, “fração de minuto”; “instante prosódico”; “divisão mínima”, “átomo”; “matéria”, “coisas materiais”, “bens”, “meios de subsistência”, “dinheiro”, “riqueza”; “tão logo”, “breve”. E *mita* quer dizer “limitado”, “moderado”.¹⁹

Ademais, *mā*, em *mimite* (*mimimas*), *māti* (*mimahe*), indica “medir”, “delimitar”, “pôr medida”, “comparar mediante o ato de medir”; “ser suficiente a”; “inferir”, “concluir”. Assim, *māti* é “medida e conhecimento acurado”. *Māti*, segundo uma corrente da filosofia indu — *Sāṅkhya* —, significa o conjunto de faculdades emocionais, intelectuais, volitivas e intuitivas que constituem a base de todas as potencialidades psíquicas do ser humano.²⁰

Med significa também “engordar”, raiz presente em *meda* (“gordura”), em *medura* (“espesso”, “denso”), em *medha* (“suco de carne”, “caldo”, “bebida forte ou nutritiva”; “medula da vítima sacrificial”; “a própria vítima”; “essência”), *medhā* (“inteligência”, “sabedoria”, “idéias”, “pensamentos”), *medhā-janara* (“nome de um rito, e de seu texto sagrado, destinado a produzir força mental e física em recém-nascidos e jovens”).²¹

Assim, a origem sânscrita de *modus* estaria vinculada a duas noções convergentes: a noção de “robustecer”, “fortalecer”, “corroborar”, como idéia associada a “medida”, “adequação”, e a noção de “conhecimento”, “reflexão”, “julgando, avaliando, medindo, fortalecendo novas gerações”. Isso evoca

mais uma vez um elemento fundamental da filosofia *Sāṅkhya*, detalhado em nota anterior, que aponta agora para o potencial de discernimento que faz emergir os elementos da natureza inconsciente ao nível consciente, e assim permite ao ser humano assumir o controle racional e emocional de seus projetos inovadores, a-fim-de lhes conferir sustentação equilibrada nas esferas objetiva e subjetiva.

Além, portanto, de ter o seu significado subjacente nas linguagens mais remotas, a palavra em si existe pelo menos desde os fins do século 4 de nossa era. Há registro de emprego da palavra *modernus* na obra de Prisciano, gramático latino natural de Cesarea²².

Modernus aparece também na obra de Cassiodoro, homem público e escritor célebre que viveu na Itália entre os séculos 5 e 6, no tempo do rei Teodorico, o Grande²³. Vou me deter um pouco mais na caracterização das circunstâncias em que Cassiodoro viveu, para que fique mais claro o que havia de comum e de diferente entre o que entendemos hoje por moderno e o que o termo significava na antiguidade. Para isso, ilustrarei com um exemplo a transição da antiguidade para o feudalismo.

O rei dos Ostrogodos, fundador do império romano-gótico da Itália, tem posição de destaque na Alta Idade Média Ocidental. Visto como herói germânico, Wagner o consagrou como personagem de sua ópera *A canção dos Nibelungos*. É considerado o mais notável dos generais conquistadores da Itália, ao tempo do desmembramento do Império Romano. Embora de origem bárbara, Teodorico, por sua formação e história de vida, não se enquadra de maneira nenhuma no clichê de um chefe bárbaro. Passou sua juventude em Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente. Não é um estrangeiro, mas um "cidadão romano". Leva o título romano de *magister militum* e a qualificação de *patrice*. Em 476 é adotado como afilhado de armas de Zenão, soberano do Império Romano do Oriente. Em 493, derruba Odoacro do trono do Império Romano do Ocidente, e cria o Reino dos Ostrogodos. Sua liderança político-administrativa e a densa rede de inter-relacionamentos que ele urde contribuem para acelerar a liquidação do Baixo Império e abrir as sendas para uma estrutura organizacional superior. Ao tornar-se senhor absoluto de dois exércitos, o dos godos e o dos romanos, institucionaliza um sistema político inovador que funcionará quase sem complicações, durante mais de trinta anos, até a sua morte. Pertence, com seu povo, ao arianismo, ramo herético do cristianismo, que defendia a doutrina de que Cristo era dotado de uma natureza mista entre o humano e o divino, idéia incompatível com os dogmas da ortodoxia católica romana (na época, em franco recuo). Sua atitude favorece a tolerância com os diferentes grupos sociais e políticos que encontra na Itália, dilacerada pelas disputas internas e pelos conflitos externos. Assumindo resolutamente seu papel de estadista regulador do equilíbrio estratégico da bacia mediterrânea ocidental, e correndo os riscos de comandar, mediante ousadas políticas de reforma, o autodirecionamento de uma sociedade em crise, realiza mudanças de fundo na base social e nas articulações da superestrutura institucional e cultural, tendo conseguido a proeza de reunificar a Itália e fazê-la recuperar boa parte de suas forças. A guinada que realiza é suficientemente renovadora para sepultar em definitivo os escombros do antigo império, superando o que estava falido e ao mesmo tempo conservando o que havia de aproveitável. Ou seja, a partir de estruturas sociais trazidas da tradição germânica (o *comitatus*, séquito da corte, por exemplo), funde-as com instituições que se mostravam

funcionais no estado romano, e cria novas relações de vassalagem baseadas na propriedade feudal. E passa a induzir, em direção ao regime feudal, a inflexão astuciosa daquela sociedade em profunda metamorfose, em lugar e dentro da qual viria a ser construída uma realidade completamente nova. Em outras sociedades, como a Sardenha, por exemplo, essa transição foi truncada, impedindo o pleno florescimento do sistema senhorial, posto que destituído dos atributos da feudalidade²⁴. O que acentua o contraste entre a transição posterior da Itália setentrional para a Renascença e a estagnação de outras regiões retardatárias. Talvez isso explique a difusão, na época, do neologismo *modernus*, testemunho linguístico que não raro fala mais alto do que os documentos que o veiculam²⁵.

Na Idade Média européia, parece que, dentre as línguas vivas, foi primeiro em francês que o vocábulo *moderno* foi empregado. Um dicionarista chega a fixar a data precisa — o ano de 1361.²⁶ Mas um historiador de peso atesta que, já no século 12, “Tanto no falar como no escrever, é recorrente o uso da palavra *moderni* para se designar os escritores de seu tempo. *Modernos*, eis o que eles são e sabem ser. Mas modernos que não contestam absolutamente os antigos; pelo contrário, os imitam e se nutrem deles, se apóiam em seus ombros.” Uma imitação, todavia, que não se reduz a servilismo, mas que tem muito claro o sentido do progresso da cultura, consoante a perspectiva de repor em marcha a máquina da História, que os senhores e monges da Igreja triunfante da Alta Idade Média quiseram fazer parar²⁷. Não se conhece em que extensão se empregou, nesta época, em outras línguas, a palavra *moderno*. Seguramente não era benquista entre os ortodoxos. Dada a hegemonia do alto clero católico, posta em xeque a partir do século 12, mas que só entra em declínio no século 14, o pensamento conservador no apogeu do feudalismo europeu não era em nada favorável ao avanço do conhecimento da natureza e da sociedade mundana. Não obstante, esse pensamento era fortemente desafiado pelos intelectuais leigos e religiosos, cujas elaborações críticas eram tachadas de heréticas e objeto de perseguição e censura pelos tribunais da Inquisição, instituída em 1233 pelo papa Gregório IX.²⁸ Essas formulações renovadoras eram em grande parte fortalecidas pela contribuição de pensadores gregos — notadamente Aristóteles, Euclides, Ptolomeu, Hipócrates e Galeno — e árabes — em especial Al-Khwarizmi (aritmética e álgebra), Rhazi e Avicena (medicina), e Ibn Ruchd Averróis (filosofia).²⁹

A esse respeito, Ernst Bloch tem uma observação incisiva: “En la Europa medieval, los filósofos con inclinaciones científico-naturales eran tan infrecuentes como anormales (Roger Bacon y San Alberto Magno son casi los únicos), mientras que entre los escolásticos árabes la situación es la inversa. Es la ciencia natural y no la teología lo que predomina en ellos, aun cuando están interpretando las suras del Corán (como se evidencia en el *Almahad*, donde Avicena, al interpretar la sura 36, niega la resurrección corporal de los muertos allí postulada). Y era, por último, la ciencia *mundana* el lustre con que los gobernantes de oriente e occidente islámicos, los Abasidas de Bagdad como los Omeyas de Córdoba, se complacían en adornar su poderío; en este sentido, el califa no era un papa. Fue mucho más tarde, al empezar a declinar el fundamento político-comercial de la sociedad árabe, cuando se hizo sentir la influencia antirracionalista de la ortodoxia. Hasta entonces, junto al aprovechamiento y desarrollo apenas obstaculizados de la antigüedad “pagana”, destacó lo que Roger Bacon encomiaba muy especialmente en

la ciencia árabe: su calidad de "scientia experimentalis". Alexander von Humboldt llega incluso a afirmar que los árabes son, en una palabra, los inventores de la experimentación premeditada y encauzada. El punto de partida de los grandes médicos filósofos del medioevo islámico, que determina en ellos una mentalidad nada clerical, es, pues, de índole muy distinta al de la Europa clérico-feudal. Y ello pese a la común procedencia de Aristóteles y pese al impacto de la mística, que se dio, y de manera importante, en el pensamiento oriental, procedente del cercano neoplatonismo".³⁰

Com efeito, é consenso entre vários historiadores que os séculos 12 e 13 são os mais florescentes da Europa medieval. Uma das principais razões para isso foi com certeza o enriquecimento de uma nova classe social originária dos baixos estratos marginalizados da sociedade medieval: a burguesia. Esse processo de ascensão ocorreu inicialmente nas cidades italianas que tinham conseguido sua autonomia em relação à tutela dos senhores feudais desde meados do século 13. Como a burguesia havia usurpado o poder da nobreza e das comunidades urbanas que davam sustentação à República, era necessário legitimá-lo. O caminho escolhido foi o mecenato político para a produção artística, tendo em vista glorificar o poder do príncipe e nobilitar sua linhagem.³¹

Foi a época da emergência e do triunfo de um novo tipo socioprofissional — o intelectual —, fenômeno revolucionário que se dá simultaneamente com o surgimento de numerosos colégios, centros de pesquisa, escolas e as primeiras universidades — em cidades importantes como Paris, Chartres, Toulouse, Bolonha, Oxford e outras — e do cultivo sistemático de uma nova mentalidade favorável à razão e à experiência, lançando os germes de um novo espírito de pesquisa que acabaria por se corporificar cabalmente na Renascença.³²

Mas esse universo de intelectuais, do qual Le Goff excluiu, por razões justificadas em seu livro, poetas como Dante, Chaucer e François Villon, não pode transmitir uma imagem realista, porque bastante heterogênea, da Idade Média sem que consideremos também o ambiente cultural muito especial que se desenvolveu na Europa durante a vida de Eleonor de Aquitânia. Marion Meade a classifica como uma mulher de cultura elevada, mas que não deixou nenhuma obra escrita notável. Não obstante, viveu numa era apaixonada e criativa, tendo tido sua atuação reconhecida por seus contemporâneos. Foi rainha da França e da Inglaterra sob a dinastia dos Plantageneta. O pano de fundo de sua biografia abrangeu as Cruzadas, a nova arquitetura gótica, a luta entre a Igreja e o Estado, as canções trovadorescas, a deambulação intelectual dos goliardos, as idéias do amor cortês e o despontar de um movimento feminista. Participou de todos esses importantes movimentos, cujas correntes mais avançadas eram atraídas pela escola de Chartres, o grande centro científico do século 12, cujo espírito é alimentado pela ciência greco-árabe e causa de indignação dos senhores feudais tradicionalistas. Aí trabalharam grandes pesquisadores como Bernardo de Chartres, Alexandre, Pedro Abelardo, Guilherme de Conches, Honório d'Autun, Adelardo de Bath e a abadessa (e "mulher mulher extraordinária", segundo Le Goff) Hildegarda de Bingen. Neste ambiente de curiosidade, observação e investigação, estuda-se o *homem-microcosmo* e publica-se uma grande enciclopédia científica com longas exposições sobre a anatomia e a fisiologia humanas, fundamentadas na medicina e na higiene. "O homem" — escreve Le Goff —, "a

quem se devolveu o seu corpo, chega assim de forma completa à *descoberta do amor humano*, que é um dos grandes acontecimentos do século 12, vivido tragicamente por Abelardo (...) e Heloísa.³³ (grifo meu). Os historiadores que estudam este grande acontecimento estão longe de achar que incidem em hipérbole quando, a exemplo de C. S. Lewis, descrevem esta mudança singular como um dos poucos momentos de verdadeira mutação cultural que o Ocidente já conheceu, salientado sem vacilação como “algo que não deixou intacto canto algum da nossa ética, imaginação, ou vida cotidiana, e erigiram barreiras impassíveis entre nós e o passado clássico ou o presente oriental.” E acrescenta Lewis: “Comparada com esta revolução, a Renascença é uma mera ondulação na superfície da literatura”.³⁴ Partícipe vivaz e protagonista decisiva dessas mudanças revolucionárias, Eleonor conhecia todas as eminentes personalidades do século, nomeadamente Thomas Becket, Pedro Abelardo, Guilherme, o Marechal, e os poetas trovadores, dos quais seu avô Guilherme IX foi o primeiro. Viajante incansável, estava familiarizada com todas as grandes cidades dos tempos medievais: Londres, Paris, Roma, Constantinopla, Jerusalém.³⁵ Atribui-se a esta mulher qualidades ímpares de sensibilidade para o espírito da época, coragem moral, inteligência, beleza e sedução pessoal. Sua influência é considerada fundamental para o estímulo das atividades intelectuais e para o avanço do pensamento racional, dos valores pagãos e da vida mundana, na contracorrente do conservadorismo da nobreza e do dogmatismo e ascetismo religiosos. Dois séculos antes, portanto, de a Renascença italiana iniciar o movimento humanista e racionalista, a sociedade francesa, sob o reinado de Eleonor de Aquitânia, antecipava-se a Margarida de Navarra na prática e na discussão de novos modos de ser que poderíamos designar como modernos *avant la lettre*. Pois, tanto quanto Margarida, que no século 16 protegia o iconoclasta Rabelais, Eleonor conseguia conciliar com *aisance* a crença nos valores originais do cristianismo com a crítica à impostura clerical e com o espírito libertino na literatura mundana e na prática do amor cortês.

Enquanto na Alta Idade Média grassava no sul da França esse ímpeto de renovação, em outros lugares o meio cultural tinha mais relação com o discurso hegemônico patriarcal (portanto, antifeminino, obscurantista e reacionário) prevaiente desde a Baixa Idade Média. Não é de se estranhar portanto que a palavra *moderno* só tenha começado a ser utilizada com mais frequência em Portugal por volta de 1572³⁶. É verdade que, a ascensão da modernidade na península ibérica — principalmente na Espanha, em virtude da influência civilizadora da cultura árabe devido ao contato com a Catalunha e Aragão, um dos fatores mais importantes do refinamento dos costumes no sul da França — pode ser detectada antes, entre os séculos 15 e 16, em função do uso corrente de palavras como *experiência científica* e *experimentação*, e pelo emprego dos algarismos arábicos em lugar dos algarismos luso-romanos. “Mas” — no entender de Joaquim Barradas de Carvalho, ao analisar o caso particular de Portugal — “a decadência e o Santo Ofício destroem, a partir de meados do século 16, todo um processo que prometia ir longe.”³⁷

4. Renascimento.

O primeiro grande marco do moderno como o entendemos hoje situa-se no Renascimento³⁸, entre os séculos 15 e 16. Pode-se dizer que o processo de passagem do feudalismo para o modo de produção capitalista não iria além do século 15, visto que a primeira fase desse sistema, ou fase de acumulação primitiva do capital, de índole predominantemente mercantil, já estava concluída no século 16, auge das grandes navegações e da expansão colonial das nações europeias. Foi a época do Renascimento na Itália, de que Florença, Pádua e Veneza foram berços e centros dinâmicos. O estado se organiza em monarquia absoluta, à frente da qual o rei procura conciliar os interesses da nobreza com a nova classe burguesa, mediante regalias mercantilistas (monopólios, concessões, privilégios comerciais) e manobras políticas justificadas pela doutrina do direito divino, mas tendo por orientação prática a obra principal de Maquiavel, *O príncipe*, cujo realismo político contrariava todos os preceitos morais alardeados pelo cristianismo. Os sábios do humanismo reformaram a educação e infundiram novo alento aos estudos de disciplinas como filosofia, matemática, história, retórica (que inclui argumentação lógica), línguas, literaturas da antiguidade clássica, poesia. Deixaram de lado a rigidez do ensino medieval, que se concentrava nas três carreiras principais: teologia, direito e medicina. (A propósito, sinal de que no Brasil nunca houve Renascimento é que, até a República Velha, estas eram as três únicas carreiras prestigiadas entre nós. Toda família da elite oligárquica tinha que formar pelo menos um padre, um bacharel em direito e um médico.) Nasce a imprensa, de que se valem os pensadores para difundir suas idéias numa amplitude nunca vista no passado. Na filosofia, destacaram-se Nicolau de Cusa, Marcilio Ficino e Pico Della Mirandola, Lourenço Valla, Erasmo de Roterdã, Thomas Morus, Francis Bacon. Já no século 14, surgiram vários precursores da literatura renascentista e da criação das línguas nacionais: Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio. Os grandes expoentes da criação da literatura nacional francesa, em sua vertente popular e libertina, foram Molière, François Rabelais e André Villon, enquanto a prosa de estilo aristocrático é encabeçada por Pierre de Ronsard e Du Bellay. O clima cultural da época era de profundas contradições, assinalando-se o alastramento do espírito de crítica à mentalidade religiosa, nas esferas da filosofia, da ciência e da literatura (notadamente a de veia picaresca, de que é exemplo extraordinário a obra de Rabelais), mas que entrava em choque com a mentalidade supersticiosa, afeita à crença no impossível, no sobrenatural, no ocultismo³⁹. A poeta e rainha Margarida de Navarra e seu irmão Francisco I fundaram o Colégio de França para patrocinar os estudos humanistas. Com Galileu Galilei, a nova ciência experimental começou a pôr em xeque o pensamento baseado em verdades reveladas. A partir de então, o conhecimento científico passava a depender do discernimento intelectual do pesquisador, aparelhado para observar os fatos, verificar seu funcionamento objetivo e fazer asserções válidas sobre eles. Sob a proteção de Veneza, os intelectuais da Escola de Pádua, menos dependentes do poder da Igreja, concentram-se nos estudos da medicina e dos fenômenos naturais. Além de Galileu, foram nomes importantes na física e na astrofísica Copérnico, Pietro Pompanazzi e Kepler, e na medicina, William Harvey e Miguel Servet (circulação do sangue), André Vesálio (anatomia) e Ambroise Paré (laqueação das artérias para deter as hemorragias). Grande gênio científico e artístico da época, Leonardo da Vinci pesquisou todos os ramos do conhecimento e foi

fundador da mecânica. O polonês Copérnico mudou a visão tradicional do mundo estabelecendo a teoria heliocêntrica. Na filosofia da natureza destacaram-se Giordano Bruno e Tommaso Campanella. No pensamento político, seus principais expoentes foram Thomas Hobbes e Baruch Spinoza. Lançaram-se as premissas de uma ética humanista autônoma e de um gozo estético que, sem romper totalmente com as representações de inspiração religiosa, procurava renovar as fontes seculares da liberdade humana. Na esfera das religiões, verifica-se uma grande revolução espiritual com as Reformas Protestantes, que darão ensejo à Contra-Reforma católica.

5. Declínio do Renascimento.

No século 17, com a economia da Europa tomada pela crise, começa o declínio do Renascimento. Disputas territoriais e conflitos religiosos entre protestantes e católicos afogam os países na Guerra dos Trinta Anos. Antecipando-se em cento e cinquenta anos à Revolução Francesa, a burguesia inglesa entrou em confronto radical com o estado absolutista, e o derrotou com a Revolução Puritana (sob a liderança de Cromwell) e a Revolução Gloriosa, criando as condições políticas para que a Inglaterra realizasse a Revolução Industrial no século 18. No plano cultural, a Europa vive os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma.

A sensibilidade social da época, indicadora de uma crise social sem precedentes, era marcada, segundo Mandrou⁴⁰, por manifestações patéticas e alucinadas, onde a extrema crueldade convivía com um exibitório não menos excessivo. Maravall confirma o diagnóstico, dando relevo ao traço central da época: a reação de grupos sociais ativos em uma sociedade que entrou em dura e difícil crise, relacionada com flutuações cíclicas na economia. O clima cultural apresentava os seguintes sinais: a) mudança dos valores e do modo de conduta compatível, perturbação dos princípios da honra e do amor comunitário, de sorte que a fidelidade do vassalo está em vias de converter-se em patriotismo, alteração das atitudes relativas à riqueza e à herança; b) mal-estar e inconformismo patentes quanto à posição social dos grupos, sensação consequente de opressão e afã de elevar-se nas posições estamentais e de enobrecer-se; c) transformações nas relações e vínculos entre os grupos sociais, cujos liames de dependência são mais gravemente sentidos pelos que os sofrem, isto é, pelos assalariados, pelos contingentes rurais deslocados para a cidade, pelas mulheres que servem as famílias de ricos burgueses; d) formação de grupos novos ou decorrentes das modificações de grupos já reconhecidos (estrangeiros, comerciantes, lavradores ricos), cujos papéis sociais, em toda a Europa, sofrem perturbações; e) veemência de críticas que denunciam um mal-estar de fundo, paralela à frequência de conduta desviada (acusações a sacerdotes e nobres de roubo e sodomia), assim como a tensões entre grupos, que muitas vezes rebentam em revoltas e sublevações⁴¹. Diante das modificações sociais que defendiam posições democráticas ou de influência popular, a resposta das classes dominantes à crise consiste no abafamento da mobilidade individual, na monarquia absoluta, na centralização autoritária, no dirigismo, no controle da educação, na literatura de encomenda, na cooptação dos intelectuais, no estabelecimento da "obediência ativa" (a eficácia em despertar e mover

os afetos) do público, na manipulação das massas. Um perfil histórico que mostra tantos pontos de contato entre a cultura do barroco e a sensibilidade contemporânea que foi capaz de induzir a redescoberta daquela cultura em épocas mais próximas, de revalorizá-la e não só de promover, fora do estrito campo da arte, a reedição de seus tratadistas, como ainda propor um neobarroco, principalmente no contexto do propósito de exercer o controle do imaginário social pelos diferentes recursos das artes e da política⁴².

Shakespeare, homem típico do Renascimento tardio, era o principal expoente do teatro, beneficiário do mecenato da corte da rainha Elisabete. Ele utilizou o vocábulo inglês *modern*, derivado do francês *moderne*, como sinônimo de “corrente”, “trivial”, “banal”, “lugar-comum”, “presente desgastado pelo uso”. Noutras palavras, *modern* surge como significante de eventos que ocorrem de maneira tão frequente e redundante, tão idêntica a si mesma, que acaba transmitindo a quem os testemunha a impressão de algo corriqueiro e tedioso. A interpretação do significado foi homologada nas traduções publicadas no Brasil. Na tragédia, um nobre escocês, solidário com as vítimas da ambição homicida de Lord Macbeth, lamenta que os males tenham se espalhado tanto em seu país, e que, por causa disso, os sofrimentos das pessoas tenham alcançado tal extensão e frequência, e tenham sido encarados com tanto descaso e cinismo, que as dores violentas foram banalizadas e acabaram por parecer *modern ecstasy*, ou “sofrimentos banais”.⁴³

Isso revela que, desde a época de Shakespeare, são multifacéticos os sentidos de moderno. Neste último sentido, os fenômenos rotulados de “modernos” parecem tornar-se fastidiosos quando se perde o nervo do presente. Ao contrário do que poderia sugerir uma interpretação maniqueísta, a palavra não abriga o único significado de renovação em direção ao progresso, mudança para melhor. Para que o presente seja realizado em toda sua complexidade, é indispensável que se estabeleça uma dupla relação dinâmica do presente com o passado e o futuro. Ou seja, o presente não é uma categoria abstrata, de tal modo vazia que pode caber nela tudo ou nada, que pode ser ou não colocada entre parênteses, mas uma *experiência* que só se vive *in fieri*, perpassada por suas remissões críticas ao passado e aos projetos transformadores em direção ao futuro. O moderno só escapa da armadilha da rotina que se esgota na prostração, sob a condição de evitar o oportunismo imediatista, o caminho fácil, e portanto perigoso, da precipitação voraz, da arrogância e da autocomplacência. É o ensinamento de Ítalo Calvino, quando se vale do mito de Perseu e Medusa para ilustrar sua meditação sobre a leveza como uma qualidade moderna.⁴⁴ Calvino examina também os atributos de multiplicidade, rapidez, visibilidade, exatidão e consistência como medidas do tempo presente, em cuja realização se impõe o exercício da reflexão sobre os travejamentos que o presente estabelece com o passado e o futuro. Se houver indiferença quanto a isso, as contradições do presente imobilizam-se e petrificam-se (como o incauto que olha para a cabeça anguicomada da Górgona) e adquirem peso insuportável, chegam ao paroxismo dos dilemas, e obliteram a fluidez de seu devir. A falta de inteligibilidade das nuances — a gama dos possíveis — leva ao apagamento de seus traços relevantes. Então, eles se fossilizam, porque descolados do todo, se confundem com os estereótipos mineralizados da natureza, e se banalizam. Perdem sua historicidade, seu

potencial de engendrar o novo. Tudo se passa como se o significante espelhasse a integridade do ser; na verdade, porém, não vai além de seu simulacro. O choque provocado pelo comportamento facinoroso de Macbeth desperta a sensação de uma anormalidade que é tão insólita e indesejável como a tragédia que infelicitava o povo, fatos esses que se desviam da rotina estabilizadora, dando a impressão de novidades, mas ao mesmo tempo de *déjà-vu*, despertando as lembranças de selvagerias recorrentes, que repetem anomalias do passado. Aqueles fidalgos se abalavam com a recordação de pestes, guerras, revoltas populares, infâmias e outras formas de violência corriqueiras na época do autor da peça. E o barão de Ross se perturbava com a percepção aguda de que os episódios que ele narrava, nem por serem “modernos”, deixavam de causar enfado. O sentimento de desengano exprimia o momento de decaída do Renascimento, quando a virtude degenerou em esperteza hipócrita e deslealdade, e se esfriaram os anseios de dignidade humana inspirados, por exemplo, na filosofia de Pico Della Mirandola. A melancolia que embaça a alma das pessoas simples, dos pensadores e dos artistas refrata-se na desolação do homem de estado que se isola em sua torre de marfim e faz do exercício do poder uma paródia da gestão do bem-comum. O assunto viria a ser tema frequente dos estudos de Walter Benjamin, notadamente a partir da década de 1920.⁴⁵ Se o moderno pressupõe, em tese, a idéia de exatidão de tempo, de limite —, o que confere acurácia ao conceito é a efetivação prática do tempo enquanto relação humana dotada de memória dinâmica e intenção transformadora, ou seja, enquanto novo consciente de si. Neste caso, e só neste caso, o moderno realiza sua dimensão de trama real de presentes no fio do tempo⁴⁶, elos de uma cadeia em sequência infinita, indefinida, indeterminada. Essa indeterminação, essa imprevisibilidade, essa imponderabilidade, que, como vimos na obra de Calvino, poderia fazer contraponto com o atributo subjetivo da leveza, é o elemento desafiador que acompanha o desejo de domesticação do tempo, sob o governo da liberdade. Aí reside o paradoxo e a riqueza do moderno, que Robert Musil sintetizou em sua obra *O homem sem qualidades*:

“Se o elemento observado é a própria exatidão, nós a destacamos e deixamos que se desenvolva, contemplamo-la como hábito de pensamento e postura de vida, e deixamos que exerça sua força exemplar sobre tudo que toca; e chegaremos a uma pessoa na qual se realiza uma paradoxal ligação entre exatidão e indeterminação. Ela possuirá aquele insubornável sangue-frio intencional que é o caráter da exatidão; mas, além dessa qualidade, tudo o mais é indeterminado”.⁴⁷

Este sentido contemporâneo do moderno vinha se delineando com os avanços e recuos do homem pós-renascentista. Um sinal disso é que o termo *modernidade* aparece pela primeira vez em português no século 17, e a palavra *modernista*, no século 18. A rigor, o significado moderno da história enquanto forma universalmente reconhecida de conhecimento científico, se configura apenas no último terço do século 18.⁴⁸ Já os termos *modernismo* e *modernizar* só começam a aparecer a partir de 1858, provavelmente do francês *modernisme* e *moderniser*. *Modernização* só viria a ser registrada em português a partir de 1899.⁴⁹

6. Paradoxos do barroco.

Encurralada pela Reforma, que, para além das religiões, encoraja o homem do fim do Renascimento a afirmar seu individualismo e a prerrogativa do livre exame dos textos antigos, e não apenas dos livros sagrados, a igreja católica procura se defender com a Contra-Reforma, a criação da Companhia de Jesus e a infâmia da Inquisição. Chegam ao extremo o rigorismo moral, o dogmatismo religioso, a irracionalidade, a boçalidade como instrumento de purificação doutrinária e a carolice.

Apesar de tudo, a visão racionalista do mundo continuou sendo desenvolvida de forma sistemática por pensadores do porte de John Locke, Isaac Newton, Leibniz, Francis Bacon, Descartes e Pascal.

A arte e o pensamento em geral voltam-se para o barroco. O humanismo termina numa espécie de ceticismo naturalista, e, em casos como o de Montaigne, adota uma atitude de ironia com relação às contradições da sociedade moderna, o que o torna um dos precursores mais destacados da modernidade recente⁵⁰. As primeiras obras do barroco começam a aparecer por volta da segunda metade do século 16, como reação católica ao racionalismo renascentista. Em oposição ao equilíbrio e à serenidade preconizados pelo classicismo, procura-se mostrar o homem em movimento, no torvelinho do conflito entre o sobrenatural e o mundano, entre o transporte místico e as satisfações dos prazeres da carne. Cultivam-se os contrastes, notadamente os que opõem razão e fé, interesse material e sentimento amoroso, religiosidade e erotismo, ascetismo e vida mundana, juventude e velhice, acedia diante da lúgubre vida terrena e busca inquieta do poder, sofrimento pela miséria humana e exaltação da bem-aventurança celestial. O homem ora rende-se ao pessimismo do pecador, ora tenta harmonizar céu e terra, esferas que o espírito da época considerava irreconciliáveis. Ponto alto é a representação, em 1636, da tragédia *El Cid*, de Corneille, com seu apelo maneirista à moderação das paixões, no que conta com a adesão de Malherbe, em contraste com o erotismo despudorado e subversivo de Racine. Autores importantes cultivavam concepções opostas, como Pascal contra La Bruyère e Fénelon. A célebre querela dos antigos e dos modernos, iniciada em fins de 1680, e que iria se estender até 1716, põe em confronto a preeminência da razão clássica e a superioridade da sensibilidade e da imaginação. De um lado os estetas neoclássicos tentam subordinar a obra de arte a padrões atemporais e transculturais, apropriados a uma sociedade racionalizada e hierarquizada, ao passo que o historicismo estético concede maior realce a elementos contextuais como o ambiente natural, a educação, os intercâmbios culturais e a língua, mais propícios ao exercício da liberdade, dos sentimentos, da imaginação, da criatividade e da quebra das regras, leis e convenções dominantes.⁵¹ Na época, vencem os antigos. Mas os modernos, em parte se antecipando aos primeiros românticos alemães, acabam vencendo depois, na era das revoluções⁵². O triunfo do barroco, nas artes plásticas, começou a partir de 1660, na Itália (Caravaggio e Bernini). Depois de Miguel Ângelo, e, sob sua influência, se espalhou pelos Países Baixos (Rubens, Van Dyck,

Vermeer, Rembrandt) e pela Espanha (Velázquez, Murillo, El Greco, Ribera, Zurbarán). Na literatura, aparecem artistas da envergadura de Miguel de Cervantes, Calderón de la Barca, Góngora, Inácio de Loyola, Tereza D'Ávila, Juan de la Cruz, Tirso de Molina, Torquato Tasso, John Donne, John Milton, La Fontaine, Bayle, Fontenelle, Angelus Silesius, Camões, Manuel Bernardes, Francisco Sá de Miranda. Na música, cria-se a ópera, e se destacam experimentadores geniais como Monteverde, Schuetz, Purcell, Jean-Baptiste Lully; a inventividade deles foi desenvolvida, já na transição para o século 18, por Alessandro Scarlatti, Pergolese, Corelli, Tommaso Albinoni, Antonio Vivaldi, Domenico Scarlatti, François Couperin, Rameau, Telemann; e pelos grandes mestres do barroco sacro, os pontos mais altos da história da música, os geniais criadores da nova polifonia impregnada de elementos profanos: Handel e Johann Sebastian Bach.⁵³

No Brasil, o panorama era este: a colônia, sob o domínio de uma cultura escolástico-jesuítica e beata, dominada ainda por forte espírito medieval, saía do período quinhentista ainda sob o regime de extração predatória de seus recursos primários, notadamente o ouro, com base na mão-de-obra escrava. Entrávamos numa nova era, que se estende até meados do século 18, rotulada por C. R. Boxer como *A idade de ouro do Brasil*.⁵⁴ A colônia se iniciava na literatura diretamente no barroco, como defende Afrânio Coutinho,⁵⁵ sem ter conhecido o humanismo e o racionalismo da Renascença — da mesma forma que não iríamos conhecer tampouco a Ilustração. Ou seja, a colônia ocupava o seu *lugar periférico*, no momento em que, por obra e graça do Concílio de Trento e do extermínio e silenciamento dos hereges, triunfava a Contra-Reforma. Na Europa, o Renascimento entrava em declínio, enquanto, de um lado e de outro do Atlântico, as fogueiras da Inquisição crepitavam. No que se poderia classificar como literatura brasileira, expoentes como Antônio Vieira e Gregório de Matos Guerra exerciam sua atividade artística, acossados pelo furor censório do Tribunal do Santo Ofício.

Desvio agora o prisma eurocêntrico adotado até o momento, em benefício da comprovação da hipótese de que o moderno medra também nos antípodas.

Na passagem do século 16 para o século 17, e principalmente neste último, a China começa a ensaiar sua entrada no mundo moderno. Às vésperas de definir a estrutura do capitalismo industrial, a sociedade chinesa sofre o impacto de dois movimentos concomitantes. Um, de fora, que é a introdução de valores ocidentais, resultante da guerra, da ocupação e da colonização pelas potências européias, e a difusão do pensamento científico (matemática, astronomia, etc.) pelos jesuítas. O outro fator, autóctone, consiste no movimento pela liberação do pensamento chinês das amarras da filosofia escolástica, principalmente contra os cânones de Confúcio, e em geral contra os valores tradicionalistas, pelo cultivo da matemática, das ciências e do saber baseado em provas experimentais, e contra o absolutismo monárquico, pela democracia. Isso acontecia num tempo em que a economia natural tradicional sofreu grandes mudanças no sentido da monetização, da intensificação das trocas mercantis (inclusive com o estrangeiro), da diferenciação entre as populações urbana e rural, e, com o desenvolvimento de regiões industrializadas, da diferenciação nítida entre empresários burgueses e trabalhadores assalariados. Foi

uma época de efervescência cultural, marcada pela proliferação de “clubes renovadores” e pela difusão de idéias de mudança.⁵⁶

7. Era das revoluções.

Mas se quisermos ver o moderno como expressão de uma realidade inigualável como a que foi inaugurada pela Revolução Francesa, teremos que nos deslocar até o ano de 1789, e considerar como paradigma do moderno a Ilustração e tudo quanto veio na esteira do que seria *A era das revoluções*, como em seu livro assim intitulado chamou Hobsbawm⁵⁷ a fase que se encerra em 1848 com a Comuna de Paris, com o triunfo da indústria capitalista na Grã Bretanha, na França e em algumas regiões da América do Norte. Hobsbawm considera que estas duas revoluções (francesa e inglesa) tiveram como pressuposto a maior transformação ocorrida na história humana, desde os remotos tempos em que os homens inventaram a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o estado⁵⁸. As ciências, as artes, a filosofia e a cultura em geral experimentam extraordinário florescimento, juntamente com a expansão sem precedentes das escolas básicas, técnicas e superiores. Foram descobertos o eletromagnetismo, a corrente elétrica, a bateria de Volta, a eletrólise, as leis da termodinâmica. A química recebeu grande impulso com Lavoisier. Inventou-se a fórmula química, o que tornou possível a abertura do estudo da estrutura química. Abriu-se um novo campo: a química orgânica. Em biologia, descobriu-se que os seres vivos eram compostos de multiplicidades de células. Na matemática, grandes inovações foram trazidas com a teoria de variáveis complexas, a teoria dos grupos, a teoria dos vetores, a geometria não euclidiana de Lobachevsky. As inovações matemáticas permitiram sua aplicação na economia política e na demografia. De modo geral, as ciências sociais adquiriram estatuto científico, com a criação da sociologia e da história como disciplinas acadêmicas. Destacaram-se autores de teorias sobre a sociedade capitalista, sendo os mais importantes, no campo liberal, Thomas Hobbes, Jeremy Bentham, David Ricardo, Malthus, Adam Smith e Jean Baptiste Say. Estes dois últimos começaram a ser divulgados no Brasil em 1808. O pensamento racionalista é desenvolvido por filósofos como Rousseau, Voltaire, Diderot, D’Alembert, Condillac, Montesquieu, Helvetius, La Mettrie, David Hume, Giambattista Vico. Surgiram pensadores que propunham o estudo do desenvolvimento de sociedades igualitárias como possibilidade inerente ao capitalismo. Entre eles tiveram importância Claude de Saint-Simon (criador da palavra “industrialismo”), Charles Fourier e Robert Owen. O discurso libertino, exprimindo o rompimento com a ascendência religiosa na filosofia, nas artes e nos costumes, adquire importância sem precedentes na história humana, sendo mesmo considerado uma das principais manifestações do poder da razão de liberar os sentidos, realizar o desejo e promover o prazer e a felicidade dos seres humanos no mundo⁵⁹. Em parte inspirados nas idéias libertárias francesas, os líderes da independência das colônias inglesas na América do Norte, como Thomas Jefferson, elaboraram propostas de independência e de valorização dos direitos individuais e da busca da felicidade, enquanto imperativos de uma sociedade democrática.

No Brasil do final do século 18, estava em crise o antigo sistema colonial português. A Revolução Ocidental (ou Revolução Atlântica) alcançou a colônia e estimulou movimentos que se insurgiram contra a opressão metropolitana e, no caso da Inconfidência Bahiana de 1798, em certa medida, contra a miséria social. As situações concretas vividas pelos grupos sociais da colônia projetaram-se no nível das manifestações culturais, ideológicas e políticas, e se traduziram em novas maneiras de compreender aquelas situações; ao mesmo tempo, os novos conceitos catalisaram os processos de tomada de consciência que orientaram os agentes daqueles movimentos na busca de soluções para os conflitos que enfrentavam. Insatisfeitos com as limitações daquela sociedade estamental, buscavam romper o pacto colonial e, em determinados casos, substituir o regime escravista pela forma de trabalho contratual própria das economias modernas, em consolidação na Europa. Essas tentativas foram esmagadas de maneiras violenta pela metrópole portuguesa. Como ela não foi capaz de acompanhar as transformações econômicas das potências do Noroeste europeu, o Brasil passou a receber a infiltração dessas potências e a recolher as idéias de modernização provenientes delas. Mas, dadas as características do despotismo português — escravocrata, contrário à implantação de manufaturas, pouco ilustrado, e submisso ao obscurantismo religioso —, essa influência modernizante produziu nas consciências dos coloniais brasileiros um “confuso encontro de idéias”, sendo que os líderes daquelas revoluções anticoloniais não tiveram condições de formular por escrito as concepções que serviram de apoio a suas ações. Isso explica em grande parte por que na esfera das idéias sociais e políticas, tanto quanto nas outras esferas do pensamento (literatura, artes plásticas, filosofia, ciência etc), o Brasil atravessou em branco o período da Ilustração⁶⁰.

Havia alguns representantes de ideologias antiprogressistas, como Joseph De Maistre, Louis de Bonald e Edmund Burke. Dentre os que, a exemplo dos anteriores, justificavam a restauração, mas com matizes de moderação individualista, destacam-se Benjamin Constant, Destutt de Tracy, Guizot, Tocqueville e os católicos liberais Lord Acton e Lamennais. Estas correntes do pensamento reacionário tiveram boa acolhida no Brasil no século 19, sendo que Lamennais foi um dos mais cotados. Lamennais era um sacerdote de fraca formação teológica, mas dotado de intelecto penetrante e intransigente para assuntos políticos, que tentava conciliar convicções ultramontanas com alguns lemas liberais. Afirmava a necessidade de combater o indiferentismo religioso, o ateísmo e o racionalismo no mundo civil, levando ao extremo as desaforadas teses de Joseph de Maistre e Louis de Bonald sobre o que consideravam os males da modernização trazidos pela Revolução Francesa. Mesmo assim, entrou em choque com a ortodoxia católica, a ponto de seu liberalismo ter sido objeto da condenação papal em nada menos de duas encíclicas.⁶¹ Foi inspirador das idéias do semanário *Democracia*, que circulou na cidade de São Paulo entre 1867 e 1868. Na Alemanha, criou-se um corpo de pensamento que alia a filosofia idealista com a literatura romântica, de que são expoentes Goethe, Schiller, Kant, Hegel, Fichte e Schelling. Depois de 1830, este corpo filosófico mais ou menos comprometido com a origem burguesa da Revolução Francesa, da mesma forma que a economia política clássica, começa a se mostrar insuficiente para explicar o capitalismo, notadamente à medida que suas contradições ensejam a compreensão da

possibilidade de uma ruptura em direção à esquerda. É nesta ocasião que entra em cena Karl Marx, cujo *Manifesto Comunista* é publicado em 1848. Sua obra fundamental, *O Capital*, só apareceria em 25 de julho de 1867. Nas artes, são figuras fundamentais deste período Charles Dickens, Jane Austen, Walter Scott, Leopardi, Manzoni, Pushkin, Gogol, Stendhal, Balzac, Musset, Victor Hugo, Théophile Gautier, Heine, Büchner, Poe; Goya, Ingres, Delacroix, Daumier, David, Courbet; Beethoven, Schubert, Chopin, Schumann, Liszt, Verdi, Rossini, o último Mozart.

8. Crítica romântica.

Os acontecimentos que abalavam a sociedade burguesa repercutiram na cultura e em especial nas artes, dando como resultado o romantismo, que exprimia os sentimentos e as idéias de artistas contra os males que eles enxergavam em seu tempo. Dentro desta corrente, o que é mais importante ressaltar é o movimento dos românticos de Jena, conhecidos como primeiros românticos alemães, objeto de estudo de Walter Benjamin⁶², cujos representantes mais expressivos são Friedrich Schlegel, Hölderlin, Novalis, o jovem Goethe, de Nerval. Merecem destaque também Byron, Keats, Shelley, Hoffmann, William Blake, Wordsworth, Coleridge, Leopardi. A atitude deles decorria em grande parte da decepção com as promessas não cumpridas pela Revolução Burguesa na Europa, que se manifestavam nas consequências desalentadoras da modernização em curso; rebelavam-se contra ela, e sonhavam com outras modernidades, inspiradas nos mais diferentes modelos não conformistas. De modo geral, os primeiros românticos escreviam sobre temas voltados para a acentuação dos valores da subjetividade, da relação da mente com a natureza e da liberdade individual. Mas o pensamento dos teóricos do primeiro romantismo, sobretudo Friedrich von Schlegel, ia além desses temas, e se desenvolvia de modo a se constituir na primeira teoria da literatura em bases modernas. A chave dessa teoria é a idéia do *Witz*, da ironia, do dito de espírito, que se opõe à concepção da poesia como imediatidade expressiva dos acidentes biográficos do autor ou prática sublimadora dos choques com a vida. Ao contrário, a teoria desenvolvida pelo primeiro romantismo privilegia o distanciamento, a fusão do exame crítico com a elaboração poética, a idéia de que o poema é o espaço de uma tensão nunca resolvida entre o finito e o infinito. Tudo isso supõe uma concepção do sujeito poético como distinto do sujeito empírico, uma concepção do poema como diverso do que nasce do entusiasmo, e acima de tudo uma concepção do posicionamento histórico dos tempos modernos⁶³. De certa maneira, retoma-se noutra patamar a controvérsia seiscentista dos antigos e dos modernos, só que, desta vez, dado o resolutivo registro de afinidade com o contemporâneo, vencem os modernos. Não se pode ignorar que, além deste, houve outros romântismos. Desde o romantismo assumidamente restaurador e reacionário de Chateaubriand e Madame de Staël, até aquele romantismo tardio, ou decadentista, que preferiu adotar temas como o transcendentalismo, o misticismo, o esoterismo, o exotismo, o medievalismo, o primitivismo, o sentimentalismo, a misoginia, a morbidez, o *spleen*, a alienação⁶⁴. E, no entanto, a ironia, o juízo reflexionante, a imaginação criadora e o espírito

libertário, e muitas vezes libertino, perduraram como legados a que o espírito da modernidade parecia não querer renunciar.

9. Consolidação do capitalismo.

O capitalismo consolida-se no século 19. É o tempo da dupla revolução, na França e na Inglaterra. A fase que se inicia por volta de 1848 termina em 1875, com a derrota da França pelas tropas de Bismarck, no comando da unificação do império prussiano e de sua paradigmática “modernização pelo alto”. O período cobre cerca de três décadas, que Hobsbawm chamou de *A era do capital*⁶⁵, inspirado pela descoberta que fez de que, por volta de 1860, uma nova palavra, surgida provavelmente em torno de 1849, entrou no vocabulário econômico e político do mundo: “capitalismo”. Foi um período de grande aceleração do tempo histórico. Correspondeu ao apogeu da revolução burguesa, principalmente na Inglaterra. Merece ser classificado de moderno, desde que, por este nome, se queira apontar não apenas a proliferação do novo, mas principalmente as assombrosas transformações que desembocaram no começo da segunda revolução industrial, que se apoiou em massas de trabalhadores sujeitos a precárias condições de vida, e nas gigantescas conquistas européias nos campos da ciência e da tecnologia. No campo das artes e da cultura em geral, se comparado com o período anterior, o panorama seria menos esplêndido, caso não houvesse as figuras notáveis de Baudelaire, Rimbaud, Zola, Flaubert, Rodin, Manet, Renoir, Degas, Cézanne, Dostoiévsky, Tolstói, Turgenev, Wagner, Brahms, Hawthorne, W. Whitman, Henrik Ibsen. Dá-se a expansão avassaladora do colonialismo. O capitalismo triunfa em escala mundial. Multiplicam-se os conflitos entre as grandes potências, e vão se acumulando os sinais prenunciadoras da primeira guerra mundial. No campo das ciências, aceleram-se as conquistas na química, na bacteriologia (com Pasteur), na fisiologia (com Claude Bernard), na biologia evolucionista (com Charles Darwin). A sociedade burguesa, observa Hobsbawm⁶⁶, estava tão confiante e orgulhosa de seus sucessos científicos e das suas aplicações técnicas em novos produtos — a máquina a vapor, a fotografia, a química industrial, os explosivos, a borracha, a produção em série de máquinas para produção em massa —, que seus representantes mais cultos sentiam-se preparados para subordinar a ela todas as outras formas de atividade intelectual. Desse aplanamento não escapou a filosofia, aceita apenas como puro academicismo ou curiosidade histórica. Não havia ninguém de estatura comparável para suceder aos grandes filósofos do passado. O próprio Hegel saía de moda nos meios cultos da Alemanha, onde, segundo Marx, era costume dos “epígonos impertinentes, arrogantes e mediocres (...) comprazerem-se em tratar Hegel (...) como um ‘cão morto’”. Por esta razão confessa-se Marx “abertamente discípulo daquele grande pensador, e, no capítulo [do 1º volume de *O Capital*] sobre a teoria do valor, (joga) várias vezes com seus modos de expressão peculiares”⁶⁷. Não é fortuito que, tendo como berço o racionalismo do período das primeiras revoluções burguesas, passassem em seguida a pontificar duas grandes correntes filosóficas — o positivismo francês, associado a Augusto Comte, e o empirismo inglês, associado com John Stuart Mill

—, ambas colocando-se a si mesmas como *ancillae* da ciência onipotente (à maneira da servidão que, na Idade Média, a filosofia escolástica impunha à filosofia). Hobsbawm reluta em citar o inglês Herbert Spencer, mas, ao fazê-lo, relega-o à classe de “mediocre pensador cuja influência era então maior do que qualquer outro no mundo”. Convém lembrar que dessa influência não escapou o Brasil, onde Tobias Barreto, Silvío Romero e outros a esgrimiam, de 1870 em diante, como instrumento de crítica ao ecletismo espiritualista e conservador então em voga, sustentáculos da mentalidade tradicionalista, avessa à idéia do progresso, ao liberalismo político e à modernização econômica. Essas novas correntes de pensamento eram em grande parte resultado da influência da Inglaterra, cujos interesses colonialistas tinham encontrado no Brasil, desde 1850, um alvo privilegiado.⁶⁸

Este é um dos sinais evidentes do caráter contraditório do moderno: o alto preço que a maioria da humanidade teve que pagar para que o moderno trouxesse seus benefícios para uma parcela relativamente pequena das sociedades em que se estabeleceu. Isso se explica pela natureza do processo que moveu a modernização, a saber, um desenvolvimento desigual, quer em sua expansão geográfica, quer em vários aspectos de sua instauração no interior de cada sociedade. A obra da maturidade de Marx exprime a síntese científica dessa realidade complexa, ao combinar, de um ângulo crítico, o pensamento político francês e os melhores achados epistemológicos da filosofia clássica alemã com o realismo da economia política inglesa. O moderno apresenta-se em Marx como uma nova visão global e dinâmica do mundo em transformação, em resposta às contradições típicas de uma formação social cuja hegemonia estava sendo consolidada pela burguesia.

O moderno, para Marx, corresponde ao estabelecimento do capitalismo e à crítica do conjunto de fatos históricos atinentes ao capitalismo. Para Marx, o moderno designa fundamentalmente uma forma de estado, o estado burguês, que foi erguido acima da sociedade, e que separa a vida cotidiana (a vida privada) da vida social e da vida política. Para ele, abre-se um fosso entre o aparelho burocrático estatal e os estamentos ou grupos sociais representativos dos círculos de indivíduos que se segmentam em função de interesses particulares de trabalho direto, posse de dinheiro, cultura, maneira de viver e modo de comportamento.

Escreve Marx que o saber e a vontade desses grupos sociais reunidos em assembleias são tratados pelos burocratas do Estado como coisas supérfluas ou dignas de suspeita. Com efeito, o povo não sabe bem o que quer. As assembleias estamentais não dominam o conhecimento administrativo no mesmo grau dos funcionários estatais, que o monopolizam. Vale dizer que as assembleias são supérfluas para o equacionamento e realização dos “interesses gerais”. Os funcionários *podem* zelar por esses “interesses gerais” sem necessidade da participação dos grupos sociais; e mais, é *preciso* fazê-lo da melhor maneira, *apesar* dos grupos sociais. No que concerne ao conteúdo, portanto, os grupos sociais não passam de um luxo; sua existência é, por conseguinte, uma mera *forma*, no sentido mais literal da palavra.

Além disso, diz Marx, a intenção, a vontade dos grupos sociais desperta suspeitas, uma vez que correspondem ao ponto de vista privado e a interesses particulares. Na verdade, o que ocorre é que o interesse privado dos grupos sociais constitui seu assunto geral, e não se dá o caso de o interesse geral

coincidir com seu interesse privado. Mas convenhamos que é muito estranho imaginar como os “assuntos gerais” poderão chegar a obter uma *forma*, como expressão de uma vontade que não sabe o que quer, e que nem sequer possui um conhecimento específico daquilo que é geral, e de uma vontade cujo verdadeiro conteúdo é um interesse oposto.

Nos Estados modernos, como na filosofia do direito de Hegel, acrescenta Marx, *a realidade consciente, a verdadeira realidade dos assuntos gerais é apenas uma coisa formal, ou então o formal é apenas um assunto de interesse realmente geral.*

Em vez de demonstrar que o “assunto geral” é “subjetivo” para si e que “portanto existe realmente como tal”, que possui igualmente a forma do assunto geral, Hegel demonstra apenas que a *falta de forma* é a sua subjetividade, e que uma forma sem conteúdo deve ser inferior. A forma que um assunto geral assume num Estado que não é o Estado do assunto geral não pode ser mais do que uma forma sem forma, uma forma que se engana a si mesma, que se contradiz a si mesma, uma *forma aparente* que se apresentará como sendo essa aparência.

Depois de criticar Hegel por fazer abstrações lógicas puramente arbitrárias, Marx conclui que o verdadeiro antagonismo entre Estado e sociedade civil é o seguinte: é necessário que o “assunto geral” esteja representado de qualquer maneira no Estado como “assunto real” e consequentemente como “assunto geral empírico” (porque surge de uma pluralidade empírica, a sociedade como totalidade). É preciso que esse “assunto geral” apareça de algum modo coroado e vestido com a roupagem do universal para que se converta em um personagem, em uma ilusão.

Aqui se trata da antítese entre o “universal” enquanto “forma”, sob a “forma da universalidade”, e a “universalidade como conteúdo”.

Nas ciências, por exemplo, um “indivíduo” pode realizar o assunto geral, e são sempre os indivíduos quem de fato o realizam. Mas o assunto só chega a ser verdadeiramente geral quando deixa de ser assunto de indivíduos para transformar-se em assunto da sociedade. Isto modifica não somente a forma, mas também o conteúdo. Mas neste caso trata-se do Estado em que o próprio povo é o assunto geral; trata-se da vontade popular consciente de si mesma. E, além disso, trata-se aqui da idéia do Estado.

O Estado moderno, no qual tanto o “assunto geral” como a tarefa que consiste em ocupar-se dele são um monopólio, e em que os monopólios são afinal os verdadeiros assuntos gerais, realizou a curiosa descoberta que se resume em apropriar-se do “assunto geral” como se se tratasse de uma *mera forma* (na verdade, o único assunto geral é a *forma*). O Estado encontrou deste modo a forma que corresponde ao seu conteúdo, o qual só aparentemente é o assunto geral real do Estado.⁶⁹

A formação social burguesa (moderna), explica Marx, caracteriza-se pela separação entre o estado e a sociedade civil, pela cisão entre os interesses gerais e os interesses particulares dos integrantes da (maioria) da sociedade, e pela dicotomia entre os interesses reais dos indivíduos e a realização desses interesses pela esfera pública que diz representar os cidadãos em geral. É assim porque os funcionários

da burocracia estatal só enxergam seus interesses exclusivos, o que reduz os objetivos do estado à finalidade em si de sua burocracia. Tudo isso é levado ao extremo. “Tudo o que constitui o próprio (a essência) do homem torna-se exterior, como uma coisa material para o homem que emerge da natureza material. O homem e o humano não desaparecem; aquilo que se opõe a eles vem ainda deles. É o “outro”, o segundo: a alienação deles.”⁷⁰

Se o quadro descrito tem como referência a sociedade europeia, onde, desde o século 18, haviam se lançado as bases da democracia moderna como tal, é bastante compreensível que o quadro seja ainda mais grave em lugares como o Brasil, onde o aparelho estatal, vindo de fora, se estabeleceu antes de existir uma sociedade civil, e se justapôs a ela na forma de monarquia absoluta de direito divino, cujos componentes eram movidos pelo espírito de rapina e se apoiavam, até o último quartel do século 19, numa oligarquia senhorial dependente de negócios com o exterior.

Na obra de Baudelaire, essa exterioridade (moderna) assume o caráter daquilo que é atributo do mundano: o efêmero, o fugaz, o passageiro, em suma, a moda. Pois este atributo é a manifestação explícita do eterno, a imagem reflexa, *hic et nunc*, do que a poesia procura captar de beleza e harmonia através das épocas. Pois o belo, para Baudelaire, é sempre composto de uma dimensão eterna e de um elemento relativo, sendo o eterno uma sucessão histórica de criações que variam em função da originalidade com que os artistas, profissionais ou os espontâneos (dândis, passeantes, *flâneurs*, cortesãs, *démi-mondaines*), inventam o surpreendente, operam o milagre do encantamento imprevisto, na surpresa do cotidiano, nas ruas, nas galerias, nos bares, nos cafés, nos meios de transporte, nos bosques, nos hotéis, nos salões de entretenimento, nos pontos de embarque, nas livrarias. Em seu conhecido ensaio “O pintor da vida moderna”, Baudelaire chama a atenção para este diálogo que a modernidade provoca entre a beleza eterna que se insinua furtivamente, por entre as dobras do cotidiano, e a magia feiticeira “de tudo quanto compõe a vida exterior de um século”. Ele chega a raciocinar sobre isso de forma axiomática: aquela “correlação perpétua do que chamamos *alma* com o que chamamos *corpo* explica perfeitamente como tudo o que é material ou emanção do espiritual representa e representará sempre o espiritual de onde provém”⁷¹.

Nessa perspectiva, a civilização moderna concerne a tudo o que, no cotidiano, abarca a exteriorização da essência do homem. Mas esta não é uma perspectiva ingênua. Baudelaire tem consciência, e o mostra em seus escritos teóricos e em sua poesia (o poema *A une passante*⁷² é uma síntese luminosa dessa consciência), de que sua percepção particular é que permite a captação fugidia das experiências originais da vida moderna. É de que seu talento de artista é que o capacita a refletir sobre os fenômenos que lhe tocam as cordas do espírito, espírito que não se exercita de forma idêntica à da maioria da sociedade. É também distinta a aparelhagem de que ele se vale para transcender o fenômeno e trabalhá-lo em sua essência de objeto de sua intuição poética e de seu conhecimento conceitual. Ele se vê separado do todo social e torna clara essa singularidade em suas narrativas, reflexões críticas e criações poéticas. Seus lampejos levam ao extremo essa separação, e de certa maneira fazem com que essa

separação se torne consciente para os que se encontram separados como ele. Noutras palavras, a alienação do homem é a premissa para que ele a supere.

Neste ponto cabe retomar o pensamento de Marx. Ele olha de outros ângulos — a paixão pela verdade, a sensibilidade ética, a filosofia, a ciência — para ver, com matizes diferentes, o mesmo problema que, de maneira independente, Baudelaire enxergou com os recursos de sua imaginação artística e de sua teoria crítica da obra poética. Teoria que é tão importante como sua grande poesia autônoma, porque ela se desenvolve fazendo a análise das relações dos objetos ficcionais com os valores ligados à vida e à sociedade, sem separá-los pela estetização — razão pela qual sua poesia foi “combatida pelo sistema literário da época”⁷³.

A análise de Marx aproxima-se da de Baudelaire no que concerne à idéia de cisão entre o ser do homem e a esfera social peculiar à sociedade moderna. Cisão tanto mais chocante quanto mais discrepante da realidade feudal, onde se verificava uma fusão entre o mundo da vida individual-comunitária e a esfera político-senhorial. Mas ao criticar Hegel, em sua visão idealista dessa integração, como algo idílico digno de restauração, Marx denuncia o caráter desumano da servidão, que obrigava a maioria a um estado inescapável de miséria física e subjetiva, inteiramente à mercê das intempéries naturais e da coação estatal. Ou seja, os integrantes daquela sociedade estavam sujeitos a um modo de vida praticamente ao nível da animalidade. Quanto à sociedade moderna, a cisão é inversa: a essência humana integral — animal e espiritual — deixa de ser a verdadeira realidade do homem, para esmagá-lo como mera externalidade.

Acompanhemos agora o raciocínio de Marx:

“Assim como a sociedade civil se separou da sociedade política, também a sociedade civil se dividiu a si mesma em estamentos e situações sociais, apesar de todas as relações que possam existir entre uns e outras. O princípio sobre o qual se apoia o estamento civil (ou a sociedade civil) é o *prazer* ou a *capacidade de gozá-lo*. Em seu significado político, o membro da sociedade civil desprende-se de seu estamento, de sua posição privada [vida cotidiana] real; é aqui e somente aqui onde ele vale como *homem*, onde seu significado enquanto membro do Estado e enquanto ser social aparece como determinação humana. De fato, todas as suas outras determinações dentro da sociedade civil *aparecem* como *não essenciais* ao homem, ao indivíduo, como determinações *externas*, que são evidentemente necessárias para sua existência em geral, isto é, enquanto nexos com a totalidade [o conjunto da sociedade], nexos do qual todavia o indivíduo pode depois [de satisfeito] desprender-se. (A sociedade civil atual é o princípio realizado do *individualismo*; sua finalidade última é a existência individual: quanto a atividade, trabalho, conteúdo, etc, não passam de *simples* meios.)

“A *constituição da sociedade em estamentos*, ali onde não é uma tradição medieval, é uma tentativa de obrigar parcialmente o homem, na própria esfera política, a se manter dentro dos estreitos limites de sua esfera privada, a-fim-de fazer de sua particularidade sua consciência substancial, bem assim, com apoio no fato de que a diferença entre os estamentos existe de um ponto de vista político, restabelecer de igual modo uma diferença social.

“O *homem real* é o *homem privado* da atual constituição do Estado.

“O *estamento*, de um modo geral, tem o significado de que a *diferença*, a *separação*, constituem a existência do indivíduo. Sua maneira de viver, de comportar-se, etc, ao invés de torná-lo um membro, uma função da sociedade, fazem dele uma *exceção* da sociedade, constituem um privilégio dele. E o fato de que esta diferença não seja apenas uma diferença *individual*, mas que se estabeleça como *comunidade*, estamento, corporação, longe de suprimir sua natureza exclusiva [seu caráter de exceção], constitui-se antes de tudo na expressão dela. Ao invés de ser uma função da sociedade, a função individual, ao contrário, converte-se por si mesma numa sociedade à parte.

“O estamento não só se baseia, como lei geral, na *separação* da sociedade moderna, como, além disso, separa o homem de sua essência geral, faz dele um animal que diretamente coincide com sua determinabilidade. A Idade Média [neste sentido] é a *história animal da humanidade*, sua zoologia.

Já a época moderna, a *civilização*, incorre no erro contrário. Faz com que a essência *objetiva* [o *ser concreto*] do homem seja separada de si mesmo como se se tratasse de uma essência puramente *externa, material*. Não considera o conteúdo do homem como sua verdadeira realidade”.⁷⁴

10. Transição para a era da incerteza.

A transição do século 19 para o século 20 é marcada por uma grande crise, cuja tônica é a exasperação da incerteza em todas as esferas do mundo da vida, da política, da racionalidade científica. O moderno, como o vemos hoje em dia, é cada vez mais expressão do avanço do capitalismo, a caminho de sua plena realização, ou seja, sua transformação em processo de acumulação de dinheiro. Depois de ter cumprido suas fases industrial e financeira, fulcro do processo de *modernização* de muitas sociedades, em combinação com o novo espírito que se forjou em seu bojo, que se difundiu com o nome de *modernidade*, o capitalismo costuma ser identificado com o conjunto de características que marcam o período em que se explicitaram melhor seus paradigmas, ou seja, a generalização da urbanização, da indústria e do trabalho compulsório mediante salário; a expansão das classes médias, das redes de transportes e comunicações e da cultura de massa; a exasperação da especulação financeira e a “destruição criadora” de sistemas que o capital considera obsoletos para dar lugar a outros mais consentâneos com sua lógica expansionista: estes acontecimentos constituem as causas principais do desemprego em massa e da pauperização crescente das forças produtivas. O período em referência tem seu termo inicial em meados do século 19, e o seu final no alvorecer do século 20. Eric J. Hobsbawm dá a este período o nome de *A era dos impérios*⁷⁵, e lhe fixa o começo em 1875 e o término em 1914. Os países industrializados prosseguem com a segunda revolução industrial, iniciada no período anterior, e se lançam à abertura de novos mercados para absorver sua produção crescente. Uma estratégia que em seguida se revela insuficiente, pois a partir de 1873 instala-se uma crise de superprodução, que iria se prolongar até 1896. Uma crise sem precedentes pela duração (26 anos) e pelas consequências sociais e políticas. Pela primeira vez, o capitalismo mergulhava numa grande crise. Diante dos obstáculos para

tornar efetiva a demanda potencial do mercado interno, os países de industrialização avançada aceleram a conquista dos distantes mercados coloniais. Foi uma época de grande efervescência cultural, graças às grandes mudanças trazidas pelo *modernismo* nas artes e pelas novas descobertas científicas, que iriam se desdobrar nas décadas seguintes. Certezas foram solapadas na matemática e na física⁷⁶. Entra em crise o universo galileiano ou newtoniano da física, que seria substituído pelo universo einsteiniano da relatividade. Foi a época do desenvolvimento do eletromagnetismo e de novos tipos de radiação: ondas de rádio, por Hertz; raios X, por Roentgen; radioatividade, por Becquerel. Max Planck cria a nova física quântica. A bacteriologia e a imunologia desenvolvem-se com ímpeto. Surge a nova ciência da genética, em parte vinculada à eugenia e ao darwinismo social, temas de que se vale o gênio ambíguo de Nietzsche para criar sua obra mais importante: *Vontade de potência*. Foi a associação da eugenia à genética que, em grande medida, alimentou o racismo. Por outro lado, a hostilidade de Planck ao positivismo de Ernst Mach não impediu que o neopositivismo experimentasse grande desenvolvimento. Proust, Arthur Schnitzler, Frank Wedekind revolucionam o racionalismo linear na literatura. Sigmund Freud faria avançar nessa época um campo até então pouco conhecido: a subjetividade humana. As correntes de direita tentam resistir às ameaças à estabilidade do mundo burguês. Enquanto a Igreja Católica Romana decide pela rejeição total da ideologia da razão e do progresso, a luta contra a superstição e o obscurantismo une a classe trabalhadora e os setores esclarecidos da burguesia liberal. Ficava claro para a maioria da Europa que progresso e secularização andavam de mãos dadas. A reação a essa tendência manifestava-se em posições extremas associadas à velha tradição e ao modelo de sociedade inspirado na hierarquia autoritária. Uma figura representativa dessas posições foi Charles Maurras, líder intelectual da monarquista e ultracatólica *Action Française*, cujas idéias eram semelhantes às dos líderes do conservadorismo católico brasileiro.⁷⁷ Entre estes, destaca-se a figura exponencial de Carlos de Laet, cuja atividade jornalística é francamente de cunho anti-republicano e monarquista. Outro líder católico conservador é Jackson de Figueiredo, que acaba aceitando o fato consumado da República — e importantes cargos de mando no governo de Artur Bernardes —, mas para estruturar a plataforma reacionária da Ordem e da Autoridade, contra os movimentos inconformistas que iriam desaguar na Revolução de 1930 — este outro momento de apogeu da Revolução Burguesa no Brasil.

Com efeito, foi no último quartel do século 19 — com a abolição da escravatura e a proclamação da República — que, no entender de Décio Saes, teria chegado o momento da organização das condições políticas para que o capitalismo, logo em seguida, a partir de 1930, viesse a se estabelecer em definitivo como sistema industrial moderno no Brasil.⁷⁸

11. Polarização ideológica e impasses do capitalismo tardio.

Esse processo verifica-se quando o resto do mundo experimenta transformações jamais vistas no passado. É um período de grande crise, mas também de grandes renovações. Com a Revolução Russa, o socialismo assume o poder político pela primeira vez na história. Mas acaba sendo deturpado pelo

dogmatismo teórico e pela truculência burocrática. No outro extremo, a revolução conservadora leva ao poder o totalitarismo fascista, que faz explodir a guerra mais destruidora de todos os tempos. O mundo vive o que Hobsbawm chama a *A era dos extremos*. Escreve ele:

“Entre 1914 e o início da década de 1990, o mundo viveu sob o impacto da extraordinária explosão econômica da Era de Ouro e depois, com suas consequentes mudanças sociais e culturais — a mais profunda revolução na sociedade desde a Idade da Pedra —, (um) galho começou a estalar e partir-se. No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem.”⁷⁹

Pela primeira vez, ressalta Hobsbawm, a humanidade vive o presente sem estabelecer suas relações dinâmicas com o passado e o futuro. Como vimos anteriormente, isso põe em xeque a essência da noção de moderno.

Pensando de outro ângulo, não há consenso entre os historiadores quanto a estender a noção de moderno para as fases históricas correspondentes aos tempos atuais, de sorte que o termo moderno poderia se aplicar igualmente a modos de ser característicos dos dias que correm. Moderno com frequência evolui de adjetivo para substantivo, e se multiplica em significados proteiformes, próprios da faculdade (*déixis*) que tem a linguagem comum de figurar designações puramente demonstrativas. Segundo Michel Lahud⁸⁰, os símbolos dêiticos são elásticos e polifacéticos em suas representações dos objetos. São expressões da linguagem vernacular dotadas de sentido aberto, em contraste com outras figuras, como as da linguagem científica, ou lógico-matemática, mais cerradas, precisas e inequívocas em seus significados conceituais. A questão da relação entre linguagem natural e formalização tem sido trabalhada detalhadamente na obra de pensadores como Chaim Perelman⁸¹, e foi sintetizada por José Américo Motta Pessanha em ensaio que mostra com clareza a fronteira que separa os dois territórios: “a linguagem formal — que se realiza plenamente na lógica-matemática — e a linguagem de fato e de direito jamais inteiramente formalizável. A primeira, constituída por signos unívocos porque artificiais, tem na matemática seu paradigma; a segunda, a linguagem natural, corrente ou ordinária, não utiliza a prova analítica, sendo, ao contrário, argumentativa, pois apoiada em outro tipo de paradigma: o paradigma jurídico, regido pelo princípio de justiça. Se a primeira fala univocamente do abstrato e do meramente possível, a segunda fala — e sempre ambigualmente — do concreto, do singular, do eventual, do existencial, do histórico. Se a primeira é a linguagem diáfana e bem concatenada da lógica matemática, a segunda é a linguagem de todas as construções polissêmicas, desde a linguagem de nosso cotidiano até a filosofia e as ciências humanas”.⁸²

Por isso, acrescenta Pessanha, “a história não utiliza a prova exaustiva, analítica, coagente e conclusiva: busca o argumento mais forte, mais persuasivo de seu auditório, porém jamais derradeiro. Por isso, deixa de ser a *História* única, soberana, guardiã do único sentido legítimo dos acontecimentos, e

multiplica-se nas histórias possíveis, em confronto e litígio, que buscam e defendem sua mais-verdade (a história oficial, a dos vencedores, a dos vencidos etc.) Nessa perspectiva, a objetividade da história perde qualquer resquício de positivismo: não é *dada* como um “ai” ou um “ai que foi”, mas *construída* e permanentemente retificada, por meio da confrontação entre as arbitragens dos historiadores, armados de diferentes categorias interpretativas. Importante ressaltar: essa forma de conceber a história enquanto narrativas não faz dela ficção; a arbitragem — não o arbítrio — do historiador não se confunde com o ato de vontade que institui ou cria ficções. Se inevitavelmente “fabula”, ao valorar, selecionar e ligar eventos ou momentos isolados, ao relacionar elementos dispersos no tempo e no espaço, realiza uma *fabulação controlada* pelo auditório de especialistas diante do qual a tese que defende — como advogado perante um tribunal — é permanentemente *julgada* por meio de argumentos e contra-argumentos. Nesse sentido, a história é processo — na acepção jurídica —, sempre passível de reabertura, de revisão. E o encaminhamento desse processo é da inteira responsabilidade dos historiadores que examinam, interpretam, julgam, argumentam, debatem e fazem “releituras”, utilizando diferentes métodos e categorias, mas sem a desmesura e o autoritarismo de quem pretende dizer a palavra final e silenciadora em nome da Verdade Absoluta”.⁸³

Outras vezes, o moderno tenta se desvencilhar de seus significados iniciais, como que fatigado da sina de agasalhar tudo, e, não obstante, insiste em se dizer ... “pós-moderno”.

Na opinião de Fredric Jameson⁸⁴, a noção de pós-modernismo não deve ser descartada numa análise científica e crítica da época atual. Ao dizer isso, ele rompe, sem abdicar de sua própria visão marxista, com o paradigma dialético defendido por Jürgen Habermas⁸⁵, para quem a idéia de modernidade deve continuar a ser mantida como característica definidora dos tempos atuais. O ponto que separa os dois pensadores diz respeito à compreensão divergente que eles têm sobre o significado da modernidade em nossos dias, em termos de cumprimento ou de abafamento de seu potencial progressista.

Jameson reputa razoável “demonstrar que as várias posições possíveis do ponto de vista lógico sobre” o problema do pós-modernismo “sempre articulam visões da história nas quais o momento social que vivemos hoje é objeto ou de uma rejeição ou de uma ratificação, ambas essencialmente políticas”. “Na verdade” — diz ele —, “a própria premissa que torna o debate possível baseia-se em uma pressuposição estratégica inicial sobre nosso sistema social: dotar a cultura pós-moderna de qualquer originalidade histórica equivale a afirmar, implicitamente, que há uma diferença estrutural entre o que se chama, muitas vezes, de sociedade de consumo e momentos anteriores do capitalismo de que emergiu”. E acrescenta: “Essas várias possibilidades lógicas, no entanto, estão necessariamente ligadas a uma tomada de posição a respeito de uma outra questão que está inscrita na própria palavra “pós-modernismo”, a saber, a da avaliação do que agora deve ser chamado de alto modernismo, ou modernismo clássico. De fato, quando procedemos ao inventário inicial dos vários artefatos culturais que poderiam, plausivelmente, ser caracterizados como pós-modernos, é forte a tentação de procurar alguma “semelhança familiar” entre produtos e estilos tão heterogêneos, não neles mesmos, mas sim em algum impulso ou estética comum do alto modernismo, contra o qual eles reagem, de uma forma ou de outra.”

Esses debates, pensa Jameson, desembocaram em quatro posições básicas, que acabam se afunilando em duas correntes fundamentais: a favor e contra o moderno. De um lado, ele arrola dois grupos de autores que aceitam o novo termo, o que é equivalente “a um acordo quanto a uma ruptura fundamental entre os momentos do moderno e do pós-moderno”, embora com posições antagônicas no que tange à avaliação do modernismo, a saber, esta avaliação é ora negativa, ora positiva. No caso da posição positiva, perfilhada por Jean-François Lyotard, Jameson chama a atenção para a ambivalência reacionária em que ela incorre ao tornar inseparáveis “a visão de um modernismo regenerado” (...) e “uma certa fé profética nas possibilidades e promessas de uma nova sociedade que se concretiza agora”, que Lyotard caracteriza como “um novo sistema social além do capitalismo clássico”, a saber, a chamada “sociedade pós-industrial”.

De outro lado, dois grupos de autores repudiam “qualquer concepção de ruptura histórica e (...) questionam a utilidade da (...) categoria de pós-modernismo”. Jameson esclarece: “As obras a ele associadas são reassimiladas ao modernismo clássico [alto modernismo], de tal modo que o “pós-moderno” se torna pouco mais do que a forma do autenticamente moderno em nossos dias, e uma mera intensificação dialética do velho impulso modernista de inovação”. O que distingue, porém, um grupo de outro é que o primeiro, representado pelo historiador marxista veneziano Manfredo Tafuri, adota “um repúdio ideológico do modernismo”. Nas palavras de Jameson, Tafuri vê na cultura mais recente “uma mera degeneração dos impulsos já estigmatizados do próprio alto modernismo”, o que redundava numa posição “anticapitalista” — “talvez a mais desolada e a mais implacavelmente negativa de todas”, e que “acaba por lançar as bases para a organização e controle burocrático “total” do capitalismo tardio”. A visão de Tafuri, segundo Jameson, implica concluir sobre “a impossibilidade de qualquer transformação radical da cultura antes de uma transformação radical das próprias relações sociais”. Noutras palavras, “a noção apocalíptica de Tafuri de uma revolução social total implica a concepção de um “sistema total” do capitalismo que, em um período de despolitização e de reação, está fatalmente destinado a dar no tipo de desânimo que tão frequentemente levou marxistas a desistir de vez do político”. Ao afirmar isso — depois de ter observado que o arcabouço conceitual marxista clássico de Tafuri é passível de ser reescrito “em termos de um “pós-marxismo que, no final das contas, fica indistinto de um antimarxismo propriamente dito” —, Jameson confessa estar pensando “em Horkheimer e Merleau-Ponty, assim como em muitos dos ex-trotskistas dos anos 30 e 40, e nos ex-maoistas dos anos 60 e 70”.

No que diz respeito à posição de Habermas — para quem a modernidade não esgotou em nossos dias todas as promessas revolucionárias do humanismo contemporâneo —, a apreciação de Jameson é matizada: concede que a concepção teórica habermasiana seria coerente com a situação política e cultural específica da Alemanha atual, não se justificando todavia sua generalização para outros países, nos quais já teria se esgotado o poder subversivo do alto modernismo. Habermas é dos que mantêm a convicção de que é necessário lutar para que o modernismo de cunho iluminista seja atualizado, a-fim-de realizar as promessas originais que continuam relevantes. Esta insistência de Habermas em recuperar as raízes originais do moderno, fazendo referência aos compromissos que o moderno ainda tem para com o futuro,

confirma a idéia de que a questão está em aberto. Ao denunciar “a função política reacionária” do pós-modernismo, “como expressa na tentativa generalizada de se desacreditar o impulso modernista que ele associa ao Iluminismo burguês e a seu espírito universalizante e utópico”, (...) “Habermas busca resgatar e revalorizar o que” ele vê [juntamente com Adorno] como o poder essencialmente negativo, crítico e utópico das grandes expressões do alto modernismo”.

O cenário das posições acima descritas reforça a necessidade de se tratar a questão com a devida atenção, a-fim-de obviar os impasses que poderiam advir de uma concepção positivista da história, nos termos colocados por Pessanha.

Há interesse, portanto, em verificar o estado do conhecimento na matéria. O que nos leva a tentar compreender de que maneira foi encaminhada a discussão sobre positivismo, que lateja no âmago da cultura brasileira desde os primórdios da revolução burguesa, na passagem do século, e na luta contra a República Velha, tema que continua em voga até nossos dias (haja vista a polêmica sobre o positivismo na sociologia alemã, no início da década de 1960⁸⁶.) É o que veremos no capítulo seguinte.

A controvérsia sobre a pós-modernidade talvez revele o sinal do dilema a que fomos levados pela hesitação do capitalismo em cumhar com seu próprio nome a era em que passou a dominar o mundo. Sintomaticamente intitulou-a de moderna para se perpetuar na história, caindo até na tentação de decretar o “fim da história”⁸⁷. Levou ao paroxismo a ilusão de que, sob seu domínio perpétuo, ou melhor, sob o império do “mercado”, segundo a terminologia da ideologia neoliberal, o mundo estaria livre de todas as contradições, em especial dos dilaceramentos inerentes à modernização e das aporias próprias da modernidade. Assim, o moderno seria a palavra ideal para consagrar a glória eterna do modo de produção capitalista, principalmente agora que entrou em colapso o regime socialista no Leste Europeu e se esfacelou a União Soviética⁸⁸.

Seria a palavra ideal por duas razões: porque traz a carga mítica de um fenômeno cujas origens remontam a priscas eras, e porque, como todo termo dêitico, é uma voz adotada pela linguagem vernacular cotidiana — oposta portanto à que é preferida pela linguagem científica, ou lógico-matemática, ou filosófica — para organizar o saber primitivo da experiência humana, aquele saber que precede o conhecimento dos fenômenos e dos objetos, enquanto instâncias que transcendem os dados imediatos da percepção. Ao contrário da linguagem própria do pensamento formal, de acordo com a concepção apresentada por Gilles-Gaston Granger⁸⁹, a linguagem comum costuma adotar termos dêiticos, uma forma usada por filósofos e lógicos para designar uma das classes da categoria mais larga das *expressões referenciais definidas*, ou que alguns linguistas consideram equivalente à noção bastante larga de *enunciação*.⁹⁰

Mas essa amplitude de significados gira sempre em torno da idéia de vida nova⁹¹. Idéia que parte da constatação de que, se se vive, em nossa época, uma “situação em que as categorias conceituais mudam a uma velocidade diferente da das categorias linguísticas, as tensões são imediatas. Quando o modelo necessariamente imposto pelo pensamento à experiência passa a exigir uma revisão fundamental, e quando o sistema linguístico requerido para verbalizar a nova situação precisa superar uma tremenda

inércia embutida dentro de si, torna-se inevitável uma crise da cultura e, com ela, a inauguração de uma “fase civilizacional” totalmente nova”.⁹² Se esta fase é nova — e a análise histórica e linguística no-lo mostrou —, há congruência em continuar a classificá-la de moderna.

Resta saber qual o modo, para o período em estudo, de infundir sentido contemporâneo à *enunciação* da palavra moderno. Isto é, trata-se de elucidar o enigma que carrega o conteúdo único e singular desta *expressão referencial definida*. Ela precisa ser definida perante o contexto histórico, social e mental da época sobre a qual nos estamos debruçando.

Tal indagação pressupõe inquirir em que referencial teórico mais geral seria pertinente situar o que é da essência do moderno, nas coordenadas de tempo, espaço e clima cultural escolhidas para este trabalho.

NOTAS

¹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 26ª ed., Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p.166.

² Gerd Alberto Bornheim, "A invenção do novo", in *Tempo e história*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992, p.108, passim.

³ O problema da demora cultural é assim equacionado por Ernest Labrousse: "La vérité, c'est qu'une nouvelle histoire sociale commence, en liaison avec une histoire économique renouée et une sociologie en plein essor. Et que l'objet de cette histoire, au-delà de l'étude des groupes sociaux et de leurs rapports, est l'étude des rapports entre l'économique, le social et le mental. Peut-être y découvrirons-nous, parmi beaucoup d'autres choses, une nouvelle forme de la lutte entre le mouvement et la résistance. Le mouvement, c'est par excellence — mais nos pas toujours — l'économique. Or, sur l'économique, retarde le social, quand l'impulsion vient de l'économique. Inversement, le social retarde l'économique, quand il a lui-même l'initiative. Autrement dit, la structure sociale est une résistance. Mais sur le social, le mental retarde à son tour. Et le freinage du mental est le plus fort de tous. La mentalité du milieu change plus lentement que ce milieu lui-même. (...) Plus encore que la structure sociale, résiste la structure mentale de divers groupes sociaux considérées dans leur masse. (...) L'accélération de l'Histoire ne doit pas nous faire trop sous-estimer la lenteur de l'Histoire. La résistance de la mentalité en place est un des grands facteurs de l'Histoire lente. Elle bloque ou suspend les prises de conscience. Elle est la chance prodiguée des contre-révolutions" (*L'Histoire sociale. Sources et méthodes*, Introduction, Presses Universitaires de France, Paris, 1967, p.4-5). Acerca da aplicação do conceito de longa duração no Brasil, atentar para a seguinte observação de Florestan Fernandes, quando se refere ao processo social brasileiro, cujo fluxo de mudança, ao invés de corresponder à metáfora de "uma torrente volumosa e impetuosa, que abria caminho de modo inexorável", na verdade comportava-se como "uma espécie de afluente, que desaguava em um rio velho, sinuoso e lerdo: "Lembremo-nos de que da vinda da família real, em 1808, da abertura dos portos e da Independência, à Abolição, em 1888, à proclamação da República e à "revolução liberal", em 1930, decorrem 122 anos, um processo de longa duração, que atesta claramente como as coisas se passaram" (grifo meu). (*Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*, DIFEL, São Paulo, 1974, p. 41).

⁴ Karl Marx, *Fondements de la critique de l'économie politique*, 2 vol., Anthropos, Paris, 1968, vol. I, p.457.

⁵ Bornheim, loc. cit., p.110.

⁶ Ver Werner Jaeger, *Paideia*, Martins Fontes, São Paulo, 1979.

⁷ Moses I. Finley, *Democracia antiga e moderna*, Graal, Rio de Janeiro, 1988, principalmente o capítulo 2, p. 55-90. Cornelius Castoriadis, em "A polis grega e a criação da democracia", in *Filosofia política*, L&PM Editores/UFRGS/UNICAMP, Porto Alegre/São Paulo, n° 3, Inverno de 1986, p.51-88, faz uma investigação filosófica exemplar sobre a experiência e a reflexão gregas no campo da democracia, as quais, segundo o autor, devem ser consideradas como germes da democracia moderna.

⁸ Ver Nicole Loraux, "Elogio do anacronismo", in *Tempo e história*, op. cit., p.57-70.

⁹ F. Nietzsche, *A origem da tragédia*, ed. orig. 1892, 4ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1985, p.199-222. Para uma interpretação romancada da vida e obra de Eurípidés, ver Isaias Pessotti, *Aqueles cães malditos de Arquelau*, 2ª ed., Editora 34, São Paulo, 1993.

¹⁰ Eric A. Havelock, *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*, Ed. UNESP/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996, p.14-15 e 327-355.

¹¹ F. R. dos Santos Saraiva, *Novíssimo dicionário latino-português*, Garnier, Rio de Janeiro, 1993, 10ª ed., p.744.

¹² Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982, p.526.

¹³ Ver Saraiva, op. cit., p.745 e 746.

¹⁴ A. Forcellini, *Lixicon totius latinitatis*, Typis Seminaris, Patavi, 1940; e F. Torrinha, *Dicionário latino-português*, 2ª ed., Gráficos Reunidos, Porto, 1942. Agradeço a Telma Ruth Pereira pela colaboração prestada em boa parte da pesquisa etimológica, cujos dados contribuíram para respaldar a idéia de associar a palavra *moderno* às noções de precisão e de indeterminação, importantes para a compreensão do espírito dos tempos modernos.

¹⁵ Cf. Celso Ferreira da Cunha, *Gramática da língua portuguesa*, FENAME, Rio de Janeiro, 1979, p.87-89.

¹⁶ Ver Carneiro de Mendonça, "O pensamento da metrópole em relação ao Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. CCXXVII, p. 56-61, apud Kenneth R. Maxwell, *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p.65.

¹⁷ F. Torrinha, op. cit.; e A. Walde, *Lateinisches etymologisches Wörterbuch*, Carl Winter's Universitätsbuchhandlung, Heidelberg, 1910.

¹⁸ E. Boisacq, *Dictionnaire etymologique de la langue grecque*, Librairie C. Klincksieck, Paris, 1923. Ver também Isidro Pereira, *Dicionário grego-português e português-grego*, 5ª ed., Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1976. Esta afirmação é sustentada igualmente por A. Bailly, *Dictionnaire grec-français*, Hachette, Paris, 1950, p.1270, que relaciona a palavra com o latim *metior*, "medir", pertencente à mesma família do grego *metis* (μητις), "sabedoria", "prudência", do sânscrito *mātiḥ*. Metis, na mitologia grega, é o nome de uma Oceânide, filha de Tetis e primeira esposa de Zeus. Ver Hesíodo, *Teogonia*, trad. de Jaa Torrano, Massao Ohno-Roswitha Kempf, São Paulo, 1981, p.139 e 154, versos 358 e 886, onde a deusa é chamada de Astúcia.

¹⁹ N. Stchoupak, L. Nitti e L. Renou, *Dictionnaire Sanskrit-Français*, Adrien-Maisonneuve, Paris, 1959.

²⁰ Id., ib.; e W. M. Monier, *Sanskrit-English Dictionary*, Oxford University Press, London, 1956. Em sânscrito, *māti* é um elemento fundamental da filosofia Sāṅkhya, que, na Índia, oferece uma visão teórica básica da natureza humana, em particular de seus aspectos psicológicos. A palavra *māti* quer dizer "conhecimento, decisão, resolução, determinação, intenção, propósito, projeto, estima, consideração, conselho, recordação, lembrança". É como popularmente é conhecida a *buddhi*, faculdade subjetiva humana que constitui a substância do caráter do indivíduo, e que rege suas formas de julgamento, compreendendo a totalidade das possibilidades intelectuais e emocionais, que se conservam distantes da consciência como se estivessem na base da função do ego. A *buddhi* comanda as ações, a razão e a liberdade do homem, atuando na condição de sua natureza inconsciente. As energias da *buddhi* constituem a natureza total que continuamente se faz consciente (isto é, manifesta-se a nosso ego) através de todos os atos designados pelo termo *buddhi*. Como um grande reservatório das matérias-primas permanentes de nossa natureza que, sem cessar, apresentam-se à consciência e à função do ego a partir do interior, a *buddhi* é

múltipla em seus produtos e expressões, espantosa em sua universalidade; por isso é chamada “o Grande”, *mahānt*. A *buddhi* faz com que o inconsciente se manifeste, e para isso utiliza toda classe de processo psíquico analítico e criador, processos estes ativados do interior. Por esta razão nos tornamos conscientes da totalidade de nossa própria natureza unicamente *a posteriori*, por meio de suas manifestações e reações em forma de sentimentos, recordações, intuições, idéias, e das escolhas que fazemos através do intelecto ou da vontade. Outro sinônimo comum de *buddhi* é *citta*. *Citta*, o particípio do verbo *cint-/cit-*, “pensar”, denota todo o experimentado e desempenhado através da mente. *Citta* compreende: 1. observar, 2. pensar, e 3. desejar ou intentar, ou seja, tanto as funções da faculdade do raciocínio como as da afetividade. De fato, amiúde ambas as faculdades funcionam como se fossem uma, estreitamente vinculadas à substância anímica de nossa natureza. Entretanto, quando o pensamento surge na mente, é dirigido e colorido por nossas tendências e inclinações emocionais, e isto acontece a tal ponto que se faz necessário uma grande disciplina de concentração e crítica para aprender a separar o raciocínio (por exemplo, na ciência) dos movimentos do coração (ver Heinrich Zimmer, *Filosofias da Índia*, Palas Atena, São Paulo, 1986, p.202-226). A contrapelo dessa visão poliscópica do processo cognitivo, costuma-se creditar a Descartes e Kant a abordagem do antagonismo radical entre o intelectual e o emocional como garantia de rigor do raciocínio e de clareza do entendimento. Essa abordagem pressupõe um ascetismo filosófico que até hoje alimenta o fetichismo da objetividade, o moralismo filisteu e os preconceitos contra o feminino, o erótico e a sexualidade. O tema é tratado pela filósofa norte-americana Robin May Schott em *Eros e os processos cognitivos - Uma crítica da objetividade em filosofia*, Editora Rosa dos Ventos, Rio de Janeiro, 1996. Outra obra interessante acerca do assunto foi publicada por Roberto Cardoso de Oliveira: *Razão e afetividade - O pensamento de Lucien Lévy-Bruhl*, UNICAMP/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, Campinas, 1991. O interesse maior deste livro reside na reconstituição do itinerário intelectual de Lévy-Bruhl. Em seu processo de formação, o pensamento se nutre primeiro das idéias do positivismo, marcado por um empiricismo acentuado, e em seguida se afasta dele, mediante a elaboração de uma estratégia epistemológica que abre espaço para a dimensão afetiva da subjetividade, sem que isso signifique perder de vista o papel fundamental da razão no desenvolvimento do processo cognitivo.

²¹ Monier, op. cit.

²² Id., ib.

²³ Monier, op. cit., p. 1198.

²⁴ Cf. Marc Bloch, *La société féodale*, Albin Michel, Paris, 1970, p.343-344; e Ferdinand Lot, *La fin du monde antique et le début du moyen âge*, Albin Michel, Paris, 1968, p.261-266.

²⁵ Ver Michel Banniard, *A Alta Idade Média Ocidental*, Europa-América, Póvoa de Varzim, s/d, ed. orig. Presses Universitaires de France, Paris, 1980, p.21-22 e 31-35. E. Littré, em seu *Grand dictionnaire de la langue latine*, Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et Cie., Paris, 1862, ao abonar o verbete *modernus* com uma citação de Cassiodoro (“*Antiquorum diligentissimus imitator, modernorum nobilissimus institutor*”), encoraja a suposição de que, para ser um fundador muito reconhecido de coisas modernas, costuma ser inócua fazer *tabula rasa* do passado, sendo mais prudente fazer a mimese muito cuidadosa (criteriosa, seletiva, criativa) dos antigos. Isso remete ao questionamento do conceito tradicional de *mimesis*, objeto das reflexões de Luiz Costa Lima (cf. *Vida e mimesis*, Ed. 34, Rio de Janeiro, 1955, p.43-49, passim). Em sua versão tardo-romântica, estabilizadora, positivista, substancialista e historicista, o conceito de *mimesis* privilegia as *semelhanças*, em contraposição à abordagem sofisticada (que remonta ao pensamento trágico de Górgias), cujo vetor principal é a produção de *diferenças*. É em função deste vetor que o conceito foi reelaborado na poética da modernidade (Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé,

Valéry e Eliot) e na *antiphysis* de Jorge Luís Borges, *antiphysis* entendida aqui como desafio ao critério da lógica identitária e à idéia banalizada e banalizante de condicionamento sócio-histórico, que têm a ver com a concepção colonialista do lugar periférico, matriz do *bovarismo* estudado por Sérgio Buarque de Holanda.

²⁶ Paul Robert, *Le Petit Robert-Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*, Dictionnaires Le Robert, Paris, 1990, p.1212. O termo francês *moderne* já está presente no *Cotgravel's French Dictionary*, editado em 1660. Ver também M. Bescherelle, *Dictionnaire national*, Garnier, Paris, 1867, e de F. S. Bueno, *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*, Saraiva, São Paulo, 1966. Do primeiro consta o seguinte: a expressão “medalhas modernas” refere-se àquelas cunhadas após a Renascença; em geologia, “terrenos modernos” quer dizer terrenos onde havia presença de monumentos da indústria humana; e “arquitetura moderna” alude à que vingou no Ocidente, após o início da Idade Média, compreendendo inclusive a construção ogival; do segundo foi extraída a seguinte referência: *modernisme* foi empregado para identificar a heresia do sacerdote francês Alfredo Loisy, que aplicava à exegese bíblica os métodos modernos de crítica histórica, negando a historicidade de muitas passagens da Bíblia, mas sobretudo se insurgindo contra os pontos já decididos pelo magistério oficial da Igreja Católica, razão pela qual foi condenada pelo papa Pio X. Para Henri Lefebvre, em *Introdução à modernidade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p.197-275, a palavra moderno, da Idade Média em diante, assumiu vários sentidos (regularidade cíclica na mudança e da norma da mudança, técnicas e pesquisas inovadoras, aquilo que se opunha ao fora-de-moda, o culto do novo pelo novo, sua fetichização), sentidos que sucessivamente se apagaram, até que, a partir do século 19, com Marx, Baudelaire e os modernistas que se seguiram, passa a “designar a ascensão da burguesia, o crescimento econômico, o estabelecimento do capitalismo, suas manifestações políticas e, enfim, e sobretudo, a crítica deste conjunto de fatos históricos” (p.199).

²⁷ Jacques Le Goff, *Os intelectuais na Idade Média*, Brasiliense, São Paulo, 1988, p. 23-25; trad. Maria Julia Goldwasser da Éditions du Seuil, Paris, 1985 (1ª ed. 1957).

²⁸ Rubim Santos Leão de Aquino et alii, *História das sociedades: das sociedades primitivas às sociedades medievais*, Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1980, p.363-378.

²⁹ Ver Jacques Le Goff, op. cit., p. 25-39; e Albert Hourant, *Uma história dos povos árabes*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995, 4ª reimpressão, p. 184-185. Na passagem da alquimia para a química enquanto ciência moderna, os árabes, em especial Avicena, trouxeram uma importante contribuição, que foi em seguida sistematizada e bastante desenvolvida, durante a Alta Idade Média, na Europa, notadamente por Roger Bacon e Alberto Magno. Uma visão abrangente deste processo, que inclui seus desdobramentos no século 17, com as pesquisas de Robert Boyle, consta do livro de Ana M. Alfonso Goldfarb, *Da alquimia à química*, Nova Stella/EDUSP, São Paulo, 1987, p. 79-227. Digno de menção é o estudo de Lyn White, *Tecnologia medieval y cambio social*, Paidós, Buenos Aires, 1973, que se fundamenta em ampla pesquisa de fontes do ocidente e do oriente para demonstrar o desenvolvimento de uma significativa variedade de inovações na cavalaria, na produção de energia e na agricultura, na qual houve uma revolucionária incorporação de instrumentos e métodos de trabalho de profundas consequências na Alta Idade Média européia.

³⁰ Ernst Bloch, *Avicena y la izquierda aristotélica*, Editorial Ciencia Nueva, Madrid, 1966, p.15-16; 1ª ed. alemã: 1952.

³¹ José Jobson de A. Arruda, *História moderna e contemporânea*, 21ª ed., Ática, São Paulo, 1988, p.30-43.

³² Ver Jacques Le Goff, op. cit., *passim*.

³³ Id., *ib.*, p. 48-54.

³⁴ C. S. Lewis, *The Allegory of love*, Oxford University Press, Oxford, 1965, p.4; *apud* R. Howard Bloch, *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*, Ed. 34, Rio de Janeiro, 1995, p. 21, nota 18. Antecedentes dessa revolução de costumes remontam por volta da virada do século 12, entre os seguidores de Robert d'Arbrissel e no mosteiro de Fontefrault. O mosteiro era misto e dirigido pelas mulheres. Diz Howard Bloch: "A visão de Robert como o grande libertador das mulheres da Idade Média começou com Michelet, cujo juízo de que "a restauração da mulher aconteceu principalmente no século XII" é requintado a ponto de enfocar d'Arbrissel como o agente catalisador da libertação" (op. cit., p.221). Outros autores citados na mesma passagem endossam este ponto de vista. O mencionado Jules Michelet traça em seu livro *A feiticeira*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992, o panorama da perseguição que a Igreja, a partir do século 13, moveu contra os hereges cátaros e contra as mulheres acusadas de pactuarem com o diabo. O panorama é de uma separação extrema entre os interesses particulares do homem medieval (a maioria) e sua essência geral, o que, nas palavras de Marx, citado em outra parte deste trabalho, faz dele um animal que coincide diretamente com sua determinabilidade, e da Idade Média a *história animal da humanidade*, sua zoologia. Mais do que uma terrível metáfora, a situação das feiticeiras ilustra o estado fundamental de desumanidade da sociedade feudal. Outra personagem que integra a legião de excluídos da sociedade da Alta Idade Média — a prostituta — é estudada por Jacques Rossiaud, em *A prostituição na Idade Média*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991, em particular da p. 59 em diante, onde se tem uma visão do problema no século 13. Ainda sobre a invenção do amor humano no século 12, ver Denis de Rougemont, *O amor e o Ocidente*, Ed Guanabara, Rio de Janeiro, 1988, p. 255-262. O mesmo autor discorre também sobre os cátaros e suas relações com São Francisco de Assis e as beguinas, poetisas precursoras das damas emancipadas pela experiência do amor cortês (p. 235-236). Uma abordagem psicológica do amor cortês, de suas vinculações com o ascetismo anti-sexual da patrística cristã, e de como se verificou a dicotomia entre razão e paixão sob as condições da visão mecanicista da realidade moderna, e de seus avatares em termos de incapacidade do homem moderno de compreender "o fracasso do amor romântico", é feita por Nathaniel Branden, *A psicologia do amor romântico*, Imago, Rio de Janeiro, 1982, p.27-64. Georges Duby, em *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII: uma investigação*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995, focaliza o papel de algumas mulheres privilegiadas em meio às grandes mudanças da condição feminina na época. Georges Duby apresenta, em dois livros clássicos, um panorama vivido das relações das classes sociais e dos papéis sexuais no amor e no casamento no mundo medieval: *O cavaleiro, a mulher e o padre*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988; e *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*, Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

³⁵ Ver Marion Meade, *Eleonor de Aquitânia*, Brasiliense, São Paulo, 1991. Sobre o poderoso desenvolvimento cultural do século 12, ver Marc Bloch, op. cit., p.157-164.

³⁶ Ver Cunha, loc. cit. Segundo J. P. Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa, 1952, o termo *moderno* foi empregado primeiramente por Camões, em *Os Lusíadas*, canto VI, oitava 52 (cf. edição da Imprensa Nacional, Lisboa, 1972, p.210).

³⁷ Joaquim Barradas de Carvalho, *Portugal e as origens do pensamento moderno*, Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

³⁸ Ver Jacob Buckhardt, *A cultura do Renascimento na Itália*, Companhia das Letras, São Paulo, 1991; e Nicolau Sevcenko, *O Renascimento*, 18ª ed., Atual, São Paulo, 1994.

³⁹ Cf. Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au 16^e siècle*, Albin Michel, Paris, 1968, em particular p.327-428.

⁴⁰ R. Mandrou, "Le Baroque européen: mentalité pathétique et révolution sociale", in *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, p.898-914, 1960; *apud* Luiz Costa Lima, *Vida e Mimesis*, Ed. 34, Rio de Janeiro, 1995, p.110.

⁴¹ J. A. Maravall, *La cultura del barroco*, Ed. Ariel, Barcelona, 1981, p. 55 e 66-67, ed. orig. 1975, *apud* Lima, op. cit., p.110-111.

⁴² Lima, op. cit., p.111-112, *passim*.

⁴³ W. Skeat, *An etymological dictionary of the English language*, London, Oxford University Press, 1956. Cf. W. Shakespeare, *Complete works*, Oxford University Press, London, 1971, 4º ato, cena 3. Há uma tradução portuguesa do *Macbeth* feita em versos por Manuel Bandeira, José Olympio, Rio de Janeiro, 1961. O texto que consultamos — a versão em prosa preparada por Fernando Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes, Aguilar, São Paulo, 1969, p.516 — manteve-se fiel, em linhas gerais, ao trabalho poético de Bandeira. Na cena em foco, passada na Inglaterra, onde Macduff e Malcolm estão refugiados, o barão de Ross relata as desgraças que se abatem sobre a Escócia. Dirigindo-se a Malcolm, cujo pai, o rei Duncan, já havia sido assassinado a mando de Lord Macbeth, o próprio senhor do castelo onde o soberano se hospedara, prepara o ambiente para comunicar a Lord Macduff, um dos mais poderosos nobres escoceses, que sua esposa e filhos haviam sido mortos também por ordem de Macbeth, agora rei. A fala de Ross é a seguinte: "Ai, pobre pátria! Mal se conhece a si mesma! Não se pode chamar de nossa mãe, mas nosso túmulo, onde só sorri aquele que nada sabe; onde os lamentos, os gemidos e os gritos que atroam os ares passam despercebidos; onde as dores mais violentas são consideradas *sofrimentos banais*. O dobre de finados soa sem que se pergunte por quem e as vidas dos homens de bem expiram antes que as flores de seus gorros murchem, e sem que tivessem adoecido" (grifo meu).

⁴⁴ Ítalo Calvino, *Seis propostas para el próximo milenio*, Ediciones Siruela, Madrid, 1989.

⁴⁵ Walter Benjamin, *Origem do drama barroco alemão*, Brasiliense, São Paulo, 1984. Em sua Apresentação, o tradutor brasileiro, Sergio Paulo Rouanet, sublinha que, na época em que o livro de Benjamin foi escrito, 1925, o estado de espírito dos alemães estava marcado pela derrota na guerra e pela miséria, assim como na literatura a tônica era a expressão torturada, a violência verbal, a temática do pessimismo. Na política, as contradições da República de Weimar forneciam o caldo de cultura para o alastramento da "revolução conservadora", que acabaria desaguando no nazismo e no 3º Reich. O stalinismo consolidava-se na União Soviética e impunha aos comunistas ortodoxos, submissos à 2ª Internacional, como tática de articulação das correntes civis, uma visão dogmática, intolerante e autoritária que favorecia a ascensão da extrema direita e do militarismo. Ver sobre isso Jeffrey Herf, *O modernismo reacionário*, Ensaio/Ed.da UNICAMP, Campinas, 1993; e Louis Dupeux, *História cultural da Alemanha*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992. No Brasil, o militarismo tenentista alcançava um ponto alto com o levante que redundou na Coluna Prestes (ver Domingos Meirelles, *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*, Record, Rio de Janeiro, 1995). Este movimento teve a originalidade de adotar em toda sua marcha a tática da "guerra de movimento", que atravessou o país do Rio Grande do Sul até o Norte. No que tange à orientação ideológica, todavia, manteve-se fiel à tradição tenentista de se concentrar no objetivo de conquistar a adesão de forças do exército, sem um projeto explícito e consequente de organização democrática das massas populares e de conscientização da população civil. Mesmo em 1930, o líder tenentista, agora convertido ao comunismo, recusa-se a participar do movimento armado, faz da realidade um diagnóstico ousado, mas esquemático, dogmático, sectário e idealista, e prega uma solução utópica que, se posta em prática, "traria, nada mais, do que o liberalismo sem mecanismo estatal, ou a ditadura de um líder, encarnado no

mito que Luiz Carlos Prestes supunha representar” (Raimundo Faoro, *Os donos do poder*, 2 vol., 4ª ed., Globo, Porto Alegre, 1977, vol.2, p.680-681). Sobre a rigidez doutrinária do marxismo-leninismo, em sua versão brasileira, ver Hamilton Garcia, “Nos primórdios do PCB”, in *Revista Novos Rumos*, 11, nº 25, 1996, p.63-66. Sobre a mentalidade elitista e golpista dos “tenentes”, ver José Augusto Drummond, *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*, Graal, Rio de Janeiro, 1986; e Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*, Companhia das Letras, São Paulo, 2ª ed. 1992. No Rio Grande do Sul, as lutas que as oligarquias travam na época, sob a influência dominante do positivismo castilhisto, trazem ao prosaísmo a figura carismática de Getúlio Vargas. Como chefe de uma “revolução pelo alto” para instaurar a “ditadura das elites” propugnada pela filosofia de Comte, Vargas inaugura no Brasil uma nova era de modernização autoritária e conservadora (cf. Pedro Cezar Dutra Fonseca, *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*, Brasiliense, São Paulo, 1989), e, na minha opinião, introduz como personagem central o ditador — cruel, frio, calculista, bifronte e torturado — que, em vários aspectos, se assemelha aos homens noturnos e enlutados do drama barroco estudado por W. Benjamin, barroco cujo modelo é a obra jesuítica de restauração da ordem pela Contra-Reforma. (Sobre o tema da dupla moral de Vargas, ver Roberto Gambini, *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*, Símbolo, São Paulo, 1977). Não esquecer que para os ortodoxos doutrinários da Revolução de 30, como o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de antiga linhagem oligárquica, “se houvesse revolução, seria uma revolução antes que o povo a fizesse, isto é, em lugar do povo, em nome da ordem” (Faoro, loc. cit., p.683).

⁴⁶ Ver Ivan Domingues, *O fio e a trama*, Iluminuras/Ed. UFMG, São Paulo/Belo Horizonte, 1996.

⁴⁷ Robert Musil, *O homem sem qualidades*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1989, p.178. A idéia de indeterminação pode ser associada ao atributo da leveza, examinado por Ítalo Calvino (cf. op. cit., p. 13-41). De resto, o princípio da indeterminação faz parte do corpo teórico da mecânica quântica e da epistemologia científica contemporânea. Cf. Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, *A nova aliança*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1991; e Erwin Schrödinger, *O que é a vida?*, Fragmentos, Lisboa, 1989 (?), ed. original de Dublin, 1944.

⁴⁸ Reinhart Koselleck, “Die Herausbildung des modernen Geschichtsbegriffs”, in *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, vol. 2, O. Brunner, W. Conze, R. Koselleck (eds.), Klett-Cotta, Stuttgart, 1975, p.469; *apud* Luiz Costa Lima, *O controle do imaginário - Razão e imaginário no Ocidente*, Brasiliense, São Paulo, 1984, p.115

⁴⁹ Cunha, loc. cit.

⁵⁰ Cf. Jean Starobinski, *Montaigne em movimento*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

⁵¹ Lima, op. cit., p.116-117.

⁵² Eric J. Hobsbawm, *A era dos impérios*, p.317.

⁵³ Otto Maria Carpeaux, *Uma nova história da música*, Edições de Ouro, Rio de Janeiro, 1968, p.28-84, em particular p.58-84.

⁵⁴ C. R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969. Na primeira metade do século 17, a invasão holandesa fez surgir entre alguns historiadores o mito de que o domínio da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil teria constituído um avanço, em relação ao sistema colonial português, em termos de liberdades democráticas, livre comércio, tolerância ideológica, e progresso social e econômico no Nordeste. Na verdade, a presença no Brasil do governo das Províncias Unidas não correspondeu ao que se poderia deduzir do fato de que elas ocupavam, na Europa, nesta época, posição de vanguarda em matéria econômica e

cultural. Deve-se ressaltar da gestão de Maurício de Nassau o trabalho que, sob sua tutela, realizaram importantes pintores, desenhistas, médicos, naturalistas, cartógrafos, arquitetos, engenheiros, poetas e outros artistas e cientistas como Frans Post, Willen Piso e Nicolau Piscator, motivo da maior ressonância da passagem flamenga pela colônia. Essa obra cultural, todavia, veio acompanhada da influência regressiva do calvinismo na instauração de instituições ainda mais autoritárias e rígidas do que as do regime português na ordem jurídica, nas práticas judiciárias, na representação política central e local, nas atividades econômicas e até na moralidade pública. O anti-humanismo da religião reformada acabaria por afetar também a própria Holanda, tendo lá o efeito de endurecer as estruturas sociais e aumentar a rigidez dos espíritos. Ver sobre o assunto Mário Neme, *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*, Difusão Européia do Livro/EDUSP, São Paulo, 1971, p. 14, *passim*.

⁵⁵ Afrânio Coutinho, *Introdução à literatura no Brasil*, 8ª ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976, p.113. Já para Antônio Cândido (*Formação da literatura brasileira*, 2 vol., EDUSP/Itatiaia, São Paulo/Belo Horizonte, 1975, vol. 1, p.24), nem o Barroco pode ser considerado como nossa entrada na produção cultural, pois não teria existido literariamente (na perspectiva histórica) até o Romantismo. Na opinião de Sérgio Buarque de Holanda, "(...) na arte como na vida social, saímos da Idade Média para o Barroco, sem conhecer o Renascimento", "Literatura jesuítica", in *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1949, *apud* Coutinho, op. cit., p. 55.

⁵⁶ Etienne Balazs, *La burocracia celeste - Historia de la China imperial*, Barral, Barcelona, 1974, p.263-369. Sobre o papel dos jesuítas na China, ver Jonathan D. Spence, *O palácio da memória de Matteo Ricci*, Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

⁵⁷ Eric J. Hobsbawm, *A era das revoluções*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

⁵⁸ Idem, *Las revoluciones burguesas*, 2 vol., Guadarrama, Madrid, 1976, 4ª ed., vol.1, p. 155.

⁵⁹ Luiz Roberto Monzani, "Origens do discurso libertino", in *Libertários e libertinos*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p.193-217.

⁵⁰ Carlos Guilherme Mota, *Atitudes de inovação no Brasil — 1789-1801*, Ed. Horizonte, Lisboa, 1970. Em 1979, o livro foi publicado com o título *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*, Vozes, Petrópolis. Para uma visão abrangente do período histórico em foco, ver Fernando A. Novais, *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, 5ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1986. Sobre a Revolução Bahiana de 1798, chamada Conjuração dos Alfaiates, ver Afonso Ruy, *A primeira revolução social brasileira (1798)*, 2ª ed., Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional/INL, São Paulo/Brasília, 1978, 1ª ed. 1942; em 1970, este livro, prefaciado por Hélio Vianna, foi publicado como 3ª ed. pela Gráfica Editora Laemmert, Rio de Janeiro.

⁶⁰ Ludovico Geymonat, *Historia de la filosofia y de la ciencia*, 3 vol., Editorial Crítica/Grijalbo, Barcelona, 1985, vol. III, p.131-136.

⁶² Walter Benjamin, *El concepto de crítica de arte en el romanticismo alemán*, Ed. Pensinsula, Barcelona, 1988, ed. orig. 1920.

⁶³ Lima, op. cit., p.97-98).

⁶⁴ Ver Mario Praz, *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*, Ed. da UNICAMP, Campinas, 1996.

⁶⁵ Eric J. Hobsbawm, *A era do capital*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

⁶⁶ Id., *ib.*, p.261-262.

⁶⁷ Karl Marx, *O Capital*, vol. I, pós-fácio da 2ª ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1971, 8.96-17.

⁶⁸ Richard Graham, *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1973, principalmente p.241-308. Ver também Alan K. Manchester, *Preeminência inglesa no Brasil*, ed. orig. 1933, Brasiliense, São Paulo, 1973.

⁶⁹ Karl Marx, *Crítica del Derecho del Estado de Hegel*, in *Escritos de juventud*, Fondo de Cultura Económica, México, 1987, p.375 e 376-377.

⁷⁰ Henri Lefebvre, op. cit., p.199.

⁷¹ Charles Baudelaire, "O pintor da vida moderna", in *A modernidade de Baudelaire*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, 9.159-212, principalmente p.162-177 e 193-209, onde sobressai o capítulo em que o autor define a mulher como "uma divindade, um astro que preside todas as concepções do cérebro masculino, (...) uma reverberação de todos os encantos da natureza condensados num único ser, (...) o objeto da admiração e da curiosidade mais viva que o quadro da vida possa oferecer ao contemplador. (...) uma espécie de ídolo, estúpido [sic] talvez, mas deslumbrante, enfeitador, que mantém os destinos e as vontades suspensas a seus olhares". Acrescenta Baudelaire que "não é a (...) um animal cujos membros, corretamente reunidos, fornecem um perfeito exemplo de harmonia; não é sequer o tipo de beleza pura, tal como pode sonhá-lo o escultor nas suas mais severas meditações; (...) isso não seria ainda suficiente para explicar seu misterioso e complexo fascínio.(...) Tudo que adorna a mulher, tudo que serve para realçar sua beleza, faz parte dela própria; e os artistas que se dedicaram particularmente ao estudo desse ser enigmático adoram finalmente (tanto) o *mundus mulieribus* quanto a própria mulher. A mulher é, sem dúvida, uma luz, um olhar, um convite à felicidade, às vezes uma palavra; mas ela é sobretudo uma harmonia geral, não somente no seu porte e no movimento de seus membros, mas também nas musselinas, nas gazes, nas amplas e reverberantes nuvens de tecidos com que se envolve, que são como que os atributos e o pedestal de sua divindade; no metal e no mineral que lhe serpenteiam os braços e o pescoço, que acrescentam suas centelhas ao fogo de seus olhares ou tilintam delicadamente em suas orelhas. Que poeta ousaria, na pintura do prazer causado pela aparição de uma beldade, separar a mulher de sua indumentária? Que homem, na rua, no teatro, no bosque, não fruiu, da maneira mais desinteressada possível, de um vestuário inteligentemente composto e não conservou dele uma imagem inseparável da beleza daquela a quem pertencia, fazendo assim de ambos, da mulher e do traje, um todo indivisível? Parece-me que esta é a ocasião de retomar certas questões relativas à moda e aos adereços, que apenas indiquei no começo deste estudo, e de vingar a arte do vestir das calúnias ineptas com que atormentam certos amantes muito equívocos da natureza". Nos dois capítulos seguintes — "Elogio da maquiagem" e "As mulheres e as cortesãs" — Baudelaire acrescenta (em contradição com uma certa tendência misógina de sua obra) aspectos particulares (da moda) das mulheres que iluminam ainda mais sua definição da modernidade como aquilo que, em sendo transitório, contingente, finito, irrompe em beleza como o corpo leva dentro de si a alma, isto é, o eterno feminino, a feminidade, ou seja, o lugar topológico do ser, onde tudo flui, de onde a matéria engendra ininterruptamente o simbólico em captações fugidias. O conceito de feminidade — que não se confunde com o de feminilidade, de índole mais próxima do sexual — é trabalhado com argúcia por Maria Escolástica no livro *O gozo feminino*, Iluminuras, São Paulo, 1995. Para recuperar a idéia original na qual a feminidade mergulha suas raízes, ver Jacques Derrida, *Khôra*, Papyrus, Campinas, 1995. A idéia de *khôra*, por sua vez, remonta a Platão, que trata do assunto na obra *Timeu ou A Natureza*, principalmente nos tópicos 48 e 52 (cf. *Timeu e Critias ou a Atlântida*, Hemus, São Paulo, 1981, p.111-119).

-
- ⁷² Charles Bandelaire, *As flores do mal*, 2ª ed., bilingue, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985, p.344-345.
- ⁷³ Lima, op. cit., p.111.
- ⁷⁴ Marx, op. cit., p.393.
- ⁷⁵ Eric J. Hobsbawm, *A era dos impérios*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- ⁷⁶ Id., ib., p.369.
- ⁷⁷ Ver Antônio Paim, *História das idéias filosóficas no Brasil*, Editora Convívio, São Paulo, 1987, p.117-149.
- ⁷⁸ Décio Saes, *Formação do Estado Burguês: 1888-1891*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985. Ver também Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, Zahar, Rio de Janeiro, 1975, p.86-146 e 203-221.
- ⁷⁹ Eric J. Hobsbawm, *A era dos extremos*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995, p. 25, passim.
- ⁸⁰ Michel Lahud, *A propósito da noção de dêixis*, Ática, São Paulo, 1979.
- ⁸¹ Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação*, Martins Fontes, São Paulo, 1993.
- ⁸² José Américo Motta Pessanha, "O sono e a vigília", in *Tempo e história*, Companhia das Letras, São Paulo, 1994, p.50.
- ⁸³ Id., ib., p.50-51.
- ⁸⁴ Fredric Jameson, *Pós-modernismo*, Ática, São Paulo, 1996, em particular p.80-90.
- ⁸⁵ Jürgen Habermas, *El discurso filosófico de la modernidad*, Taurus, Madrid, 1989, em especial o ensaio "La modernidad: su conciencia del tiempo y su necesidad de autocercioramiento", p.11-35.
- ⁸⁶ Theodor W. Adorno et alii, *La disputa del positivismo en la sociología alemana*, Grijalbo, Barcelona, 1973.
- ⁸⁷ Marco Aurélio Garcia, "Uma história sem fim", in *Tempo e história*, op. cit., p.89-101.
- ⁸⁸ Ver Robert Kurz, *O colapso da modernização*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- ⁸⁹ Gilles-Gaston Granger, *Pensamento formal e ciências do homem*, 2 vol., Editorial Presença, Lisboa, 1975.
- ⁹⁰ Ver Lahud, op. cit., p. 40-84, passim
- ⁹¹ Henri Lefebvre, *Introdução à modernidade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p.79-112 e 197-275.
- ⁹² Malcolm Bradbury e James McFarlane, *Modernismo - Guia geral: 1890-1930*, Companhia das Letras, São Paulo, 1989, em particular o ensaio de James McFarlane "O espírito do modernismo", p.55-72.

II. TORNAR-SE MODERNO

1. Fontes portuguesas do pensamento moderno.¹

Nos séculos 16 e 17, e até a primeira metade do século 18, Portugal ficou completamente isolado da cultura moderna. Foi um retrocesso em relação ao seu pioneirismo no campo do conhecimento da natureza, que está na origem das grandes transformações da Europa renascentista. Com o desenvolvimento da navegação marítima no século 15, graças à criação da Escola da Sagres por D. Henrique de Avis, formaram-se navegadores e marinheiros e aperfeiçoaram-se as técnicas cartográficas, de instrumentação náutica, de orientação astronômica e de engenharia de embarcações, com a substituição das galés e galeotas pelas caravelas. Com essas verdadeiras revoluções no campo da instrumentação prática, os portugueses trouxeram também uma concepção inteiramente nova da geografia do planeta: a tradição empírica dos práticos de náutica dava lugar a uma ciência astronômica baseada na crítica da experiência, que estabelecia uma ruptura com a visão de Ptolomeu, dominante desde o século 2.

Entre fins do século 16 e início do século 17, o conteúdo revolucionário da nova mentalidade foi sendo trabalhada por filósofos — principalmente Francisco Sanches, Pedro da Fonseca e Francisco Suárez, os dois últimos jesuítas — que estudavam as obras de Descartes e propunham que os dados da experiência fossem sistematicamente submetidos à análise crítica da reflexão, como alternativa ao aristotelismo e à tradição tomista.

Essas manifestações foram sufocadas e acabaram por fazer um contraste gritante com o panorama intelectual que veio a se configurar logo depois. A cultura portuguesa passou a sofrer uma reorientação brusca quando se abateram sobre Portugal a Contra-Reforma e a Inquisição. Esta última, denominada oficialmente Tribunal do Santo Ofício — instituição medieval que virtualmente já havia desaparecido na Europa desde o século 15 —, foi restaurada em Portugal em 1540 como instrumento da luta da Igreja Católica contra os protestantes, judeus e hereges em geral. Seu objetivo era impor ao pensamento renovador o controle rígido dos preceitos escolásticos e levantar barreiras às idéias afinadas com o mundo moderno. Os jesuítas encarregaram-se da pureza da fé católica, cabendo aos dominicanos o comando do Tribunal propriamente dito, que não trepidava em reprimir dissidentes pelo terror, a tortura, a marginalização da sociedade e muitas vezes a morte. Negociando pecados e heresias como mercadorias principais, a Inquisição transformou-se na maior empresa de Portugal, organizada com base em grande capital e complexa estrutura jurídica e burocrática. Sua ação foi implacável. Aos poucos as universidades de Coimbra e Évora, a exemplo das de Salamanca e Alcalá, na Espanha, que a partir do século 13, conforme mostra a obra citada de Jacques Le Goff, estiveram abertas a todos, acabaram tornando-se um círculo exclusivo de “limpos”. Perderam seu caráter democrático e se transformaram em escolas para aristocratas. Em fins dos quinhentos, escreve Anita Waingort Novinsky², as faculdades de medicina, que

foram famosas por causa das tradições dos árabes e judeus. já estão em decadência, e o espírito de pesquisa vem associado à heresia. Os estudos de física, biologia, medicina, agricultura, matemática ficaram inteiramente paralisados durante gerações. Cientistas portugueses como Davi de Castro Sarmiento e Antônio Nunes Ribeiro Sanches, perseguidos pela Inquisição, tiveram de se expatriar. O primeiro tornou-se membro da Real Academia de Medicina da Inglaterra, e o segundo, conhecido humanista, tornou-se médico particular de Catarina II da Rússia. Permaneceu Portugal num vazio cultural, marcado tão-somente pela presença de “castiços”, “puritanos”, “limpos de sangue”. A Inquisição certamente teve sua responsabilidade, apesar de a perseguição às minorias étnicas ter começado muito tempo antes de seu estabelecimento; e se antecipou ao que seria realizado muito tempo depois pelos regimes nazista e stalinista.

No Brasil, os visitantes do Santo Ofício centralizaram muitas vezes seus trabalhos em colégios da Companhia de Jesus, e suas vítimas pertenciam a todas as camadas sociais. Entre elas havia governadores, médicos, letrados, poetas, boticários, grandes mercadores e pequenos comerciantes, militares, senhores de engenho, mineiros, lavradores, artesãos, muitos pobres, padres e religiosos. Por sinal, foi elevado o número de membros do clero presos pela Inquisição. Pode-se dizer que há uma longa tradição herética entre o clero brasileiro, que remonta aos tempos coloniais. Foram acusados dos mais diversos crimes, inclusive críticas aos dogmas, à inquisição e às autoridades da Igreja. Pode-se dizer que muitos deles pertenciam aos círculos mais esclarecidos da colônia. Um exemplo de coragem na defesa de idéias que diferiam das impostas pela Igreja foi a do brasileiro padre Manoel Lopes de Carvalho, nascido na Bahia e queimado pela Inquisição de Lisboa em 1726, aos 45 anos de idade. De certa forma contrariando a opinião de alguns historiadores de que o Brasil passou em branco pela Renascença, pode-se dizer que o Brasil teve nele o seu Giordano Bruno. Até o último momento antes de sua execução, o padre Lopes de Carvalho não colaborou com os inquisidores, que ardorosamente queriam convencê-lo de seus supostos erros. Antes de ser queimado, depois de passar anos na prisão e sofrer a tortura nos cárceres do Santo Ofício, expressou nas suas últimas palavras seu desengano com a Igreja católica: “Quando aqui entrei eu tinha dúvidas, hoje tenho certezas”. A manifestação externa desse terrível e gigantesco empreendimento de repressão político-ideológica era a unidade da doutrina da fé, segundo a visão fundamentalista do Papado. Mas o que os inquisidores não conseguiam disfarçar era o interesse pragmático da Igreja em confiscar os bens dos condenados, em benefício dos próprios empreendedores da operação policial, e uma das principais fontes da riqueza material da Igreja e de seu poder político. Este acabou por ser objeto de disputa com detentores do poder do Estado, entre os quais o marquês de Pombal.

Embora ele mesmo reflexo da persistente decadência da sociedade ibérica, no contexto de um ciclo de longa duração, e uma das causas que levaram ao declínio econômico e cultural de Portugal e Espanha, tal obscurantismo começou a sofrer as primeiras fissuras em meados do século 18, em virtude da atuação modernizadora de diplomatas, como Alexandre de Gusmão, familiarizados com a cultura científica de Paris e de Londres, e de filósofos iluministas, dentre os quais se notabilizou, na Europa e no Brasil, Luís Antônio Vernei, formado pela congregação do Oratório, justamente célebre na França pelo

seu liberalismo e pelo cultivo das matemáticas, da física, das ciências naturais, da história e da língua nacional. Foi da brecha aberta por esses precursores que, a partir de 1759, com a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, foi tirada em parte o substrato onde frutificou, em 1772, a Reforma introduzida pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal.³ Seu feito principal foi a destruição de velhos métodos de ensino herdados da escolástica medieval, e a criação da nova Universidade de Coimbra, aberta ao pensamento de Newton e Descartes e a outras idéias do mundo moderno, em vários aspectos em harmonia com uma Península Ibérica medieval excepcionalmente criativa, livre e original, graças às influências gregas, árabes e judaicas. Apesar do movimento de restauração — a Viradeira — que se seguiu à queda de Pombal, em 1797, preservou-se parte de seu legado: formaram-se muitos pesquisadores em ciências da natureza e consagrou-se um tipo de ciência voltado exclusivamente para objetivos utilitários imediatos. Uma inclinação que, de resto, tinha muito a ver com a visão pragmática da Igreja Católica, jamais encoberta pela retórica em favor da unidade monolítica da doutrina da fé. Por outro lado, durante os séculos 16, 17 e 18, o Tribunal da Inquisição funcionou, a despeito das rivalidades entre a coroa, a nobreza e o clero, tendo em vista os interesses na continuidade das instituições absolutistas, que garantiam suas posições e privilégios. Para tanto, era imperioso combater não apenas a heresia religiosa, mas também a subversão política. Por isso se compreende o empenho do marquês de Pombal em ampliar o Tribunal da Inquisição. Transformou-o em Tribunal Régio, agora modernizado, por motivos de realismo político, com sua determinação de eliminar a discriminação racista contra os cristãos-novos. Ou seja, devido à enorme carência de quadros intelectuais para compor a burocracia estatal, a partir deste decreto foram facultados aos judeus conversos todos os cargos públicos, como também aos filhos e netos de condenados. Paralelamente a este aperfeiçoamento, realizaram-se, de 1750, ano em que Pombal subiu ao poder, até 1773, nada menos de 61 autos-de-fé. Considerando algumas décadas anteriores, pode-se dizer que, de 1721 até pouco antes do fim do governo de Pombal, em 1777, foram queimadas vivas 139 pessoas e 20 efígies, e penitenciados 3.488 acusados⁴. Não se pode ignorar, contudo, que Portugal passou por um momento de grande efervescência cultural com as reformas de Pombal, realizadas principalmente, nos anos 1750, na organização política, na economia, na educação. Depois da expulsão dos jesuítas e da secularização da Inquisição, Pombal procurou deter a sanha obscurantista que, entre outras coisas, havia banido numerosos livros de autores iluministas como Voltaire (obras de teatro), Richardson (*Pamela*), Montesquieu (*Esprit des lois*), Locke (*Essays on human understanding*), Newton, Descartes, Gassendi, Francis Bacon e filósofos clássicos como Epicuro. Muitas obras (não todas) foram liberadas pela Real Mesa Censória, que substituiu a Inquisição na década de 1760. Na reforma educacional, Pombal inspirou-se nos inimigos dos jesuítas, principalmente os frades da congregação do Oratório. Além de Vernei — cujo famoso livro *Verdadeiro método de estudar*, publicado em 1747, apesar de criticado por sua lógica empiricista⁵, foi amplamente usado para modernizar o ensino —, Pombal contou com um pequeno grupo de colaboradores que incluía membros de sua família e parentes, alguns pequenos nobres e aristocratas ilustrados, como o morgado de Mateus e o marquês de Lavradio; peritos estrangeiros como

Vandelli e Stephens; clérigos reformistas de origens modestas ou de passado colonial, como o brasileiro Francisco de Lemos, que assumiu a reitoria da reforma da Universidade de Coimbra, e o franciscano Manuel de Cenáculo Vilas Boas. Cenáculo, educado pelos oratorianos em Lisboa, foi um intelectual brilhante, perito em grego, siríaco e árabe, participou do movimento contra as doutrinas escolásticas adotando as idéias de Descartes e Newton.⁶ Formou-se assim um corpo de idéias, conhecido por empirismo mitigado, que funcionou como ideologia oficial do governo de Pombal.

2. Primeiras manifestações modernizantes no Brasil.

No Brasil, a ciência cultivada na metrópole foi em grande parte difundida por José Bonifácio de Andrada e Silva, egresso da Universidade de Coimbra. Consta de sua biografia que não escapou de prestar depoimento como réu ao Tribunal do Santo Ofício, por ter sido denunciado como ateu em 1789.⁷ Seu espírito iluminista o levou a participar do movimento pela independência política do Brasil, atitude que pode ser relacionada com sua frustração por não conseguir que o regente português aprovasse seu projeto pioneiro de criação de uma universidade brasileira. Fato nada estranhável, uma vez que a coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação de uma elite letrada na colônia. Sabia-se que, desde o século 16, a Espanha criara na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, e as de São Marcos, em Lima, e da Cidade do México, em 1551.⁸ A mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola também no século 16. Enquanto isso, ressalvando-se uma oficina aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século 19, com a vinda de Dom João VI.⁹

Com a expulsão dos jesuítas, o já pobre ensino da colônia foi desmantelado, e nada colocado em seu lugar. Tanto Portugal como a colônia ficaram despojados de professores em todos os níveis. A reforma educacional de Pombal tornou-se uma alta prioridade na década de 1760 e visava três objetivos principais: trazer a educação para o controle do estado, secularizar a educação e padronizar o currículo.

Assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil, a partir de 1758.¹⁰ Segundo Laerte Ramos de Carvalho, os resultados foram escassos, e talvez apenas em Pernambuco. Foi criado um imposto especial para financiar o plano, que só atingiria seu completo desenvolvimento em 1772, a partir do governo de D. Maria I.¹¹ Paralelamente criaram-se cursos isolados de ciências naturais e matemática no seminário de Olinda, em Pernambuco. Em 1772, fundou-se a Sociedade Científica do Rio de Janeiro, dedicada à divulgação científica, cuja vida curta e mediocre atuação correspondiam à indigência mental da época. Idéias oriundas da revolução francesa e da revolução das colônias inglesas na América animaram movimentos de rebeldia em Minas Gerais e na Bahia, reprimidos brutalmente.

Foi só a partir de 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que se deram os primeiros passos para vencer o marasmo em que o Brasil estava mergulhado. Criaram-se a Academia de Guardas-Marinha, o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, a

Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico (originalmente Real Horto) e o Museu Nacional (originalmente Museu Real). São iniciativas tomadas com o intuito utilitarista prevalecente na universidade portuguesa, mas que, com o correr do tempo, adquirem certo sentido de experimentação e estudo sistemático.

O Jardim Botânico e o Museu Nacional desenvolveram atividades de interesse dos naturalistas, nas áreas de cultivo de especiarias e plantas de interesse agrícola, estudos de coleções de espécies de valor econômico ou científico, pesquisas em zoologia, biologia, fisiologia experimental, físico-química, geologia e mineralogia, e trabalhos voltados para as teorias evolucionistas.

Há registro de algumas iniciativas nas áreas de química e siderurgia. Foram instaladas indústrias siderúrgicas em Gaspar Soares, Congonhas do Campo e Monlevade, Minas Gerais; e em Ipanema, São Paulo. Todos os projetos fracassaram, não apenas por falta de tradição brasileira no setor, mas por dificuldades e custos de transporte, e principalmente porque o desenvolvimento técnico e industrial do Brasil não era prioridade para o monarquia. Tanto é que, na área de siderurgia, o ensino era limitado à cadeira de mineralogia da Escola Militar, ao passo que a pesquisa reduzia-se aos poucos trabalhos do Museu Nacional. Criou-se um laboratório químico prático no Rio de Janeiro, limitado a exames expeditos de drogas farmacêuticas e de produtos empregados em artes e oficinas, sem qualquer valor científico. Em 1823, na Assembléia Constituinte, houve propostas de criação de uma universidade e de uma escola de minas, que morreram no ovo porque o imperador mandou fechar a Assembléia para outorgar uma Constituição autoritária. Uma lei de 1832, que aprova a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, só vem a ser cumprida 43 anos depois.

O ensino médico teve problemas de institucionalização e modernização durante todo o século 19. Até 1808, o atendimento médico na colônia era feito ou por curandeiros herbalistas, herdeiros dos conhecimentos empíricos indígenas ou africanos, ou por práticos, geralmente analfabetos e de baixa extração social, sem nenhum prestígio profissional, que atuavam sob a tutela da instituição portuguesa Proto-Medicato, que tinha funções de fiscalização e habilitação dos que exerciam a “arte de curar”. Com a criação dos cursos médico-cirúrgicos, desenvolveu-se um tortuoso processo de reconhecimento da profissão de médico como uma atividade que implica conhecimentos diferentes dos adquiridos de maneira artesanal, característicos dos práticos, cirurgiões, sangradores, parteiros e outros. Médicos de prestígio fundaram, em 1829, a Sociedade de Medicina, cuja primeira atribuição foi estudar projetos de reforma do ensino médico, de maneira a promover uma nova organização que marcasse a passagem de uma medicina assumida como sintomatista e prática a uma que se propunha a ter bases científicas. A crítica principal que se fazia às escolas médicas era que de seus currículos não constavam as chamadas ciências acessórias — física, química e botânica —, indispensáveis para formar profissionais conscientes do dever de conservar a saúde e prestar assistência ao doente, com a valorização da higiene e de outras matérias preventivas. Por isso, a ênfase das escolas nunca tinha deixado de ser a clínica, vale dizer, voltada para a prática diretamente curativa. A única exceção nessa tradição clínica é a Escola Tropicalista Baiana, criada por volta de 1861, e que se dedicou, fora da escola de medicina, a pesquisas sobre enfermidades epidêmicas, doenças típicas das populações pobres, princípios ativos da farmacopéia

natural, particularmente da fauna brasileira, e outros assuntos de fundo científico. Seus trabalhos sobre doenças dos escravos africanos e de taxonomia ofiológica são considerados os primeiros do Brasil. O grupo fundou em 1866 a *Gazeta Médica da Bahia* (cujo conteúdo está a exigir um estudo detido), que publicou os primeiros trabalhos significativos de medicina experimental no Brasil; a publicação termina em 1908. O fato, contudo, é que a tentativa de vincular a ciência à medicina, expressa na reforma de 1832, não chegou a se realizar no século 19. Não por falta de iniciativas como a dos abnegados médicos brasileiros e estrangeiros que, por sua própria conta e risco, abriram na Bahia caminhos inovadores no campo da pesquisa e da assistência médica, voltando-se para as necessidades dos grupos sociais mais desafortunados e mantendo contato regular com os conhecimentos mais atualizados em desenvolvimento no exterior. A *Gazeta Médica da Bahia* publicava trabalhos de alto valor científico e mantinha intercâmbio com pesquisadores de fora. Há registro de notícias sobre as atividades de Philipe Pinel, que na França introduziu mudanças significativas no tratamento de doentes mentais e fez avançar, dentro dos quadros culturais da época, os conhecimentos em psiquiatria.¹² O que impedia que essas iniciativas desbravadoras vingassem era a falta de grupos sociais dinâmicos que as apoiassem, e o descaso do governo, que não dispunha de uma política pública que lhes conferisse caráter prioritário e alcance geral. Isso explica porque só nas primeiras décadas do século 20, no Rio de Janeiro, a psiquiatria despertaria o interesse de médicos especializados na área, mas sem o enfoque científico e o significado humano que já havia alcançado na Bahia cem anos antes. Ao contrário, a experiência desses psiquiatras cariocas, reunidos na Liga Brasileira de Higiene Mental, de acordo com o estudo realizado por Jurandir Freire Costa¹³, foi comprometida pela introdução de noções anticientíficas e autoritárias, calcadas em noções de purificação racial, receitas de esterilização sexual de indivíduos doentes, pregação do desaparecimento da miscigenação étnica, exigência de proibição da imigração de indivíduos não brancos, solicitação de instalação de tribunais de eugenia e de salário paternidade eugênico, e outras aberrações inspiradas em preconceitos ideológicos nazistas, novidade na época.

O ensino de engenharia, que começou nas academias militares, sempre teve um cunho estritamente aplicado, não havendo lugar para o desenvolvimento de um espírito de dúvida ou de experimentação. Com a reforma do visconde do Rio Branco, em 1874, fez-se a separação efetiva dos cursos de engenharia civil e militar, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ocasião em que se adotaram, independentemente dos cursos profissionais de engenharia, dois cursos especializados: de ciências físicas e matemáticas e de ciências físicas e naturais. Esta estrutura foi mantida com sucesso durante mais de vinte anos, até que, sob a República, acabou sucumbindo à política e ao utilitarismo contidos nas reformas que se seguiram. Em 1896, pressionada pelo governo, a própria congregação da escola extinguiu os cursos de cunho científico. Isso era congruente com o que viria a acontecer a partir de 1850, quando Miguel Joaquim Pereira de Sá apresentou à Escola Militar tese de doutoramento intitulada “Dissertação sobre os princípios da estática”, precedida de um pensamento de Augusto Comte. Segundo Teixeira Mendes, um dos fundadores do “Apostolado Positivista” do Rio de Janeiro, “foi o primeiro vestígio da influência positivista no Brasil. A partir desta data são cada vez mais frequentes os trabalhos

de orientação positivista na Politécnica.”¹⁴ Era uma tendência que decorria da grande influência que a Politécnica — e, de modo geral, as escolas superiores criadas a partir de então — recebia de uma certa vertente materialista do pensamento iluminista francês, e que no Brasil iria se consolidar no período de 1862 a 1922¹⁵. Esta vertente filia-se genericamente ao pensamento de George-Louis Buffon (que desenvolveu o sistema classificatório idealizado pelo sueco Linneo), Jean Le Rond d’Alembert, Étienne Bonnot (abade de) Condillac, Claude Adrien Helvetius, Julien de la Mettrie e Paul Henri d’Holbach. Inspirados nas idéias da mecânica de Newton, na lógica racionalista de Descartes e no empiricismo sensualista de Locke e Hume, suas teorias tiveram o mérito de dar um grande impulso ao desenvolvimento da indagação naturalista e de abrir novos horizontes ao homem do século 18, levando a razão humana a enfrentar temas como a origem da vida e o dualismo entre matéria e espírito, os quais, segundo uma certa cosmovisão de origem medieval, se consideravam exclusivos da fé religiosa. Outro pensador importante dos setecentos foi Jean Caritat (masquês de) Condorcet, chefe girondino na Assembléia Legislativa, cujo interesse centrava-se no determinismo do condicionamento histórico e na idéia de progresso, introduzida por ele no discurso científico da época. Dado o caráter pioneiro e democrático do movimento da Enciclopédia, que se orientava fundamentalmente pela mentalidade liberal das revoluções inglesa e francesa, os temas trabalhados pelos referidos pensadores eram objeto de polêmica, e nem sempre coincidiam com as teorias de outros pensadores como Voltaire, Diderot, Rousseau, Gassendi e outros. Houve em seguida esforços voltados para sintetizar em um sistema as conquistas alcançadas até então pela ciência, como nas meditações grandiosas de Kant e Hegel, e, sob uma perspectiva radicalmente diferente, na crítica dialética de Marx, interessados, cada um dos quais de uma perspectiva própria, em submeter a concepção metafísica, até então majoritária, a um inquérito globalizante.¹⁶

Deve-se recordar, porém, que, como vimos, a segunda metade do século 19 caracterizou-se por grandes triunfos da ciência e da tecnologia na Europa, onde a revolução industrial atingia um ponto de auge. Foi uma época também de tentativas bem sucedidas de restauração de formas autoritárias de controle político e social, a fim de prevenir os perigos dos movimentos subversivos. A teoria evolucionista de Charles Darwin havia desferido um golpe fulminante na doutrinas das formas ideais e do finalismo no reino animal, propostas por Platão e Aristóteles. Os teólogos apressaram-se em refutá-la. Mas acabou sendo utilizada como base científica à acirrada concorrência econômica e para justificar a riqueza dos que obtinham êxito pelo princípio da sobrevivência dos mais fortes.¹⁷ Posteriormente este enfoque recebeu a designação de “darwinismo social”¹⁸. Contribuiu para reforçar a prevalecente escola de pensamento seguida por John Stuart Mill, Herbert Spencer e Auguste Comte. Este último, que havia sido secretário particular de Saint-Simon, e de quem adotou algumas idéias, não trepidou, ao edificar sua própria doutrina¹⁹, em se apropriar de algumas das formulações mais controvertidas dos materialistas do século 18, e as conformou a seus próprios fins. Dentre elas, as mais utilizadas foram a hierarquização das ciências por níveis de complexidade; a classificação rígida e acabada de disciplinas científicas ditas “positivas”; a inteligibilidade do real vinculada de maneira absoluta aos dados empíricos só acessíveis

pela percepção sensorial; a recusa, de resto apenas retórica, a qualquer modalidade de abstração metafísica; a postura intolerante contra as manifestações de religiosidade, acompanhada de uma parafernália de dogmas que fazem do comtismo uma *soi-disant* “religião da humanidade”, com hagiografia e liturgia semelhantes às de uma igreja institucionalizada; e em especial a apologia do progresso linear sob a égide da ordem estabelecida pela ditadura da elite, contra a “metafísica democrática”.

O problema central de Comte e de seus seguidores, notoriamente entre os mais ortodoxos, é que eles não eram capazes de discernir entre a “má abstração” típica da exacerbação meramente especulativa e a necessidade da mediação da atividade teórica no processo de interação do sujeito com o objeto. Dito de outra forma, entre a percepção direta dos fenômenos e o trabalho de conhecimento compreensivo da essência do fundamento do real, é indispensável introduzir a reflexão crítica, para que os constructos teóricos otimizem a força produtiva do conhecimento, cuja autonomia, no conjunto dos meios de produção, é uma conquista da modernidade. É esta articulação dialética entre sujeito e objeto que permite o desenvolvimento adequado do sistema de referência categorial proporcionado pelo exercício da lógica e da teoria. É por meio desse sistema que podem ser respondidas duas questões básicas: primeiro no campo da ontologia, sobre se o ser existe, e portanto como transcender o fenômeno para saber ao certo no que ele consiste em seu interior; e, em segundo lugar, no campo da epistemologia, sobre a inteligibilidade do que existe, e portanto como definir a natureza, os fins e os limites da atividade imanente de investigação. Essas são as cautelas básicas para realizar com seriedade o trabalho científico. Esse esforço articulado de transcendência ontológica do objeto do conhecimento e de imanência epistemológica da atividade investigativa é que vai tornar operativos os padrões de inteligibilidade dos objetos da experiência, cognoscíveis consoante as categorias de quantidade, qualidade e relação. Dessa forma, torna-se mais realista a observação dos dados empíricos, uma vez que passam a ser inteligíveis a totalidade do real e suas contradições implícitas. Refratários a esse tipo de *démarche*, os positivistas confundem “má abstração” com o mal estado fundamental da sociedade em que vivem, da qual só têm interesse em registrar os traços externos, e em particular aqueles que podem servir para fazer o “progresso” orientado pelo conhecimento positivo, ou seja, conclusivo e encerrado em si mesmo, em condições de estabilidade da ordem social e política, sob o controle incontestável dos sábios da elite positivista.²⁰

Os positivistas eram contra o ensino obrigatório e a favor da instrução técnica em nível estritamente profissional. Ferrenhos adversários da teoria bacteriana de Pasteur, pois não acreditavam na existência de seres microscópicos, ou seja, invisíveis a olho nu, chegaram a combater a execução de programas públicos de saneamento básico. Opunham-se abertamente à educação superior segundo o modelo de algumas universidades da Europa. Isso explica por que a Escola Politécnica adotou o modelo de ensino profissionalizante e se recusou a aceitar o modelo adotado pela Escola de Minas de Ouro Preto.

Com efeito, a Escola de Minas de Ouro Preto é a notável e única exceção ao quadro descrito acima. Foi criada em 1875, da iniciativa pessoal do imperador, e recebeu de seu organizador, o geólogo francês Claude Henri Gorceix, o espírito de pesquisa e criatividade, baseado na necessidade de estudar os

fatos, observar os fenômenos e formar geólogos com base científica ampla, e na autonomia perante a burocracia central. Por isso, toda a sua história foi marcada pela luta contra as tendências centralizadoras de diferentes ministérios e por constantes atritos com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que não tolerava sua autonomia e seus objetivos abrangentes. A ponto de chamar a atenção o fato de a Politécnica recusar-se a aceitar em seu quadro docente ex-alunos da Escola de Ouro Preto, o que a forçava a ser a única a aproveitar seus próprios alunos. Daí porque, já em 1910, ela apresentava insuficiências em seu desenvolvimento interno, por efeito da falta de fertilização cruzada com a comunidade externa. Além disso, a carência de postos de trabalho especializado para os alunos ali formados levou a duas mudanças: o curso se estendeu à engenharia civil e foi equiparado por lei ao curso ministrado pela Politécnica. Mesmo assim, não se dissiparam as discrepâncias entre as duas escolas. Pressionado por dificuldades dessa natureza, Gorceix não suportou as muitas manobras para afastá-lo da direção da escola, e pediu demissão em 1891.

Em 1827, um grupo expressivo de intelectuais e homens de empresa cria a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o objetivo de estimular a agricultura, a indústria, as artes e os ofícios, mediante divulgação de artigos técnico-científicos, concessão de prêmios, promoção de cursos, exposição de máquinas e abertura de biblioteca. Sob os seus auspícios, foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que realizou trabalhos interessantes para o conhecimento da história e do território brasileiro.²¹ Sobre alguns deles, publicados em sua *Revista*, entre 1839 e 1864, pode-se afirmar que são reveladores da mentalidade da elite dominante da época, declaradamente afinada com os princípios, valores e representações de corte racista, hauridos das idéias de Buckle e Gobineau.²² Não obstante a legitimação científica e positiva do social-darwinismo, a mentalidade passou a adotar posturas mais cautelosas nas primeiras décadas do século 20. Por isso, em 1911, foram causa de polêmica as declarações de Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, acerca dos índios Kaigang. “Nessa ocasião o zoólogo teria vindo a público pedir o extermínio desse grupo que, por habitar no caminho da estrada de ferro Noroeste do Brasil, impedia o ‘desenrolar do progresso e da civilização’ ”.²³

Por decreto de Bernardo Pereira de Vasconcelos, regente interino, é criado, em 1837, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, para ministrar ensino secundário, com o *status* de colégio-padrão para todo o Brasil. Seus estatutos, aprovados no ano seguinte, determinavam que fosse concedido o título de bacharel em ciências e letras a quem terminasse o curso, que dispensava de exames para entrar nas academias. A alta qualidade do ensino era garantida pela exigência de que seus professores, muito bem remunerados, só seriam nomeados mediante defesa de tese para preenchimento das cadeiras em iriam lecionar. Isso atraía os mais competentes e prestigiados mestres em cada disciplina. Seus primeiros professores foram Justiniano José da Rocha, Joaquim Caetano da Silva, Manuel Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães. Euclides da Cunha disputou concurso de cátedra e perdeu para Farias Brito. O padrão de qualidade perdurou até meados do século 20. Euryalo Cannabrava, da cátedra de filosofia, foi pioneiro no Brasil no estudo e na divulgação da história da ciência. Afrânio Coutinho, Cândido Jucá Filho, Mecenas

Dourado e Vandick Londres da Nóbrega, dentre outras personalidades célebres, destacavam-se como grandes líderes intelectuais nos campos da crítica literária, da linguística, da história e das línguas clássicas. Seu currículo previa desde disciplinas científicas básicas (matemática, física, química, história natural) até filosofia, português, latim, alemão, grego, espanhol, inglês e francês. Em 1878-79, o ministro Leôncio de Carvalho introduziu várias reformas, entre as quais a que tornava livre a frequência ao externato e a que tirava às aulas de religião o caráter obrigatório. Estendeu, em determinadas condições, as prerrogativas do colégio a estabelecimentos com o mesmo programa de estudos. O referido ministro decretou reforma do ensino superior, instituindo o “ensino livre”, a partir de inspiração ideológica do liberalismo europeu e calcado em modelos universitários estrangeiros. Entre outras medidas, abolia a presença obrigatória e as sabatinas, facultava a abertura de faculdades livres e inteira liberdade de cátedra. Gerou grande resistência política e a queda do ministro. A decadência do colégio começou com a ditadura militar de 1964, que mandou extinguir do currículo do ensino secundário do país a disciplina de filosofia, além de ter aviltado a profissão de professor, muito de acordo, aliás, com uma mentalidade positivista retardatária, que se atreveu a fazer, quase 130 anos depois, aquilo que os positivistas daquela época não conseguiram sabotar, pois se tratava de um projeto pessoal do imperador.

Até meados do século 19, diz Caio Prado Júnior²⁴, o Brasil era um país de conomia essencialmente agrícola. Continuará a sê-lo até a primeira metade do século 20. Antes da instituição do trabalho assalariado, o escravo constituía o *único* fator de peso na grande lavoura (plantagem), a qual, por sua vez, era uma atividade econômica cujo *único* fator determinante era a função exportadora. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que o cálculo do custo de produção excluía qualquer item referente ao valor da terra, sua renda ou juros de capital invertido. Isso leva Jacob Gorender a comentar: “Não havia como esperar renda de uma terra que ainda se ocupava a título gratuito e que, esgotando-se com rapidez, dava caráter itinerante à agricultura. Tampouco havia que contar com juros de um “capital” inexpressivo. O descaroçamento [do algodão, um dos mais importantes artigos de exportação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criada por Pombal] (...) realizava-se então por um processo inteiramente manual, não se usando sequer os aparelhos de dois cilindros, e as instalações fixas resultavam praticamente do trabalho dos próprios escravos.”²⁵ Na grande fazenda de café, a situação era semelhante, mesmo considerando que a parte de investimentos em capital fixo era maior. Na verdade, este item, representado por equipamentos, ferramentas, instrumentos de trabalho e animais, não somava mais de 14,5% do investimento total do empreendimento. Os gastos com escravos, que equivaliam a três quartos do valor das fazendas, mesmo considerando que constituíam investimento fixo, eram computados à parte, e eram dados como hipoteca de empréstimos. Os exportadores (geralmente estrangeiros), estabelecidos em Santos e no Rio de Janeiro, bancavam cerca de 80% dos financiamentos das lavouras.²⁶ No Nordeste, dada a altíssima concentração da propriedade latifundiária, havia abundância de mão-de-obra livre, o que fazia com que o escravo e o imigrante não fossem vitais para o processo produtivo. O alto custo do equipamento moderno desestimulava sua aquisição. Se se acrescenta a isso o fato de que eram baixas as taxas de lucro da produção de açúcar (entre 6,4% e 8,7%) e altos os juros dos

empréstimos (entre 10% e 12% ao ano), e que o mercado externo era instável, explica-se porque a maioria dos senhores de engenho de açúcar de Pernambuco não modernizou seus empreendimentos até o final do século 19. O processo de inovação foi superficial no interior do engenho e na lavoura da cana, e não houve nenhuma mudança nas relações de produção, na situação de miséria e espoliação da mão-de-obra, e na formação do mercado interno.²⁷ Era compreensível, portanto, que os fazendeiros conduzissem seus negócios sem nenhuma preocupação em incorporar tecnologia agrícola moderna. O Brasil começou a lidar com essa questão no último quartel do século 19. Foi só em 1887 que foi criado, por iniciativa de Dom Pedro II, o Instituto Agrônomo de Campinas, com o que foi possível mobilizar base técnica razoável para realizar cultivos experimentais de espécies agrícolas de interesse econômico de fazendeiros de café, algodão, arroz, fumo e cacau.

Durante o Império, em suma, a ciência brasileira ficou presa entre a burocracia centralizadora e os favores pessoais dependentes do arbítrio do imperador. Na educação, o mérito intelectual não era o trunfo principal, e, na ciência, era preciso que alguns estrangeiros fossem atraídos por vantagens especiais oferecidas pelo imperador, e que conseguissem às vezes a colaboração abnegada de algumas personalidades locais. Isso por falta de uma política pública objetiva e consistente e de uma base social mais ampla, cuja mentalidade própria fosse sustentáculo de uma atuação regular, profunda, dinâmica e inovadora, orientada pelos valores da revolução científica e tecnológica em curso no mundo. No caso brasileiro, os fazendeiros interessados em melhorar o cultivo de artigos de exportação e os intelectuais comprometidos com o discurso pseudocientífico da inferioridade de etnias não brancas dificilmente poderiam ser agentes de transformações significativas na ciência ou na cultura nacional. Na verdade, logo depois da chegada da corte portuguesa ao Brasil, formou-se em torno da burocracia imperial aquilo que os coevos chamaram de “nobreza de fantasia” ou “nobreza fantasma”, referindo-se ao caráter posição dos elementos integrantes da corte imperial. Detinham ínfima capacidade de pressionar o imperador na defesa dos seus interesses estamentais, em geral separados dos interesses gerais do povo (desorganizado), da intelectualidade (destituída de organicidade política) e do país como um todo (dependente de uma economia latifundiária exportadora e escravista). A partir da Independência, a elite dividiu-se entre os fiéis ao poder dominante, os liberais “moderados”, e, de outro lado, os opositores. Deste lado ficavam os liberais “exaltados”, que defendiam a federação, as liberdades individuais e a República, e, de outro, os absolutistas, que lutavam pela volta ao trono de Dom Pedro I e pela restauração da união com a metrópole portuguesa. Entre 1822 e 1842, o país foi abalado pelos confrontos entre esses grupos e por várias revoltas regionais.²⁸ Absorvido em manobras de conservação do poder, o governo não dispunha de muito tempo para cuidar de educação do povo, desenvolvimento cultural e fomento da ciência e da técnica.

A partir de 1828 iniciavam-se os primeiros cursos de duas faculdades de direito, a do Recife e a de São Paulo, criadas para formar especialistas na solução dos problemas jurídicos e institucionais do novo país que acabava de se desvincular do pacto colonial, embora se mantivesse sob o comando de um monarca português. Em ambas, com as especificidades que refletiam as diferenças sociais e culturais das

duas províncias, era nítida a importância que se dava aos temas cientificistas peculiares ao social-darwinismo da época e ao caráter elitista de seus projetos de formação intelectual e política, bem ajustados à mentalidade positivista em voga.²⁹

Esses defeitos vinham de longa data, desde que a corte portuguesa, expulsa de Lisboa pelas tropas de Napoleão, desembarcou na Bahia e se deparou com sua maior tarefa, numa realidade social e política informe: criar um Estado e dinamizar as bases econômicas da nação. Raimundo Faoro descreve o novo governo do Brasil como uma contrafação lisboeta, um conjunto de órgãos quase decorativos e dispendiosos, copiados do Almanaque de Lisboa, uma carapaça administrativa enorme e inútil, concebida pelo ministro principal, titular dos negócios da guerra e estrangeiros, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, que morreu em 1812, substituído pelo conde da Barca, falecido em 1817, quando a pasta passou a ser ocupada por Tomás Antônio de Vila Nova Portugal. A obra de modernização, empreendida pelas mãos de Pombal e dos portugueses europeizados, era substituída, na colônia, pelo retorno às velhas tradições obsoletas. “A idéia fundamental de Dom Rodrigo”, no dizer de Oliveira Lima, “em matéria administrativa parecia ser a de acelerar extraordinariamente o movimento sem mudar o sistema do maquinismo, apenas aumentando-lhe as peças e carregando demasiado a pressão. Na lida não ocorria ao precipitado engenheiro indagar se a velha e carcomida armação aguentaria a refrega”.³⁰ Algo desconcertante para quem tinha diploma superior de engenharia. Não seria de estranhar que tivesse recebido de Carlota Joaquina o apelido de *Doutor Trapalhada*.³¹ A estrutura secular amoldada ao sistema absolutista lançará sobre a colônia uma pesada túnica, costurada fio a fio, mantido o divórcio entre a camada dominante e a nação dominada, tímida, relutantemente submissa. As transações, as acomodações, as dilacões serão o método de ajustamento entre uma e outra corrente, que a corte tentava disfarçar construindo obras de fachada, no afã provinciano de exibir um empenho modernizador que não a inferiorizasse perante os europeus. Mas as construíam do alto, tiranicamente, espetacularmente, com a ilusão do progresso improvisado. Timidez e megalomania farão, por muitos anos, a contextura do governo, que se apoia nos latifundiários e nos membros das câmaras clientelistas, devidamente domados e enobrecidos. Como a atividade industrial urbana está proibida — um clamoroso retrocesso em relação ao arrojo das iniciativas manufatureiras de Pombal —, esteriliza-se toda a vitalidade de um novo substrato de inovações técnicas que poderia brotar de uma estrutura fabril moderna que, na Europa, principalmente na França, era dinamizada pela aproximação mutuamente estimulante da tecnologia e da pesquisa científica básica. A alternativa não seria sedutora: a valorização da soberania popular e da liberdade civil é vista como ameaça de anarquia. A sociedade, alheia às manipulações de gabinete, não se politiza, incapaz de transmitir oxigênio, calor e sangue ao Estado imobilizado, rígido, impenetrável.³²

3. Condições para a modernização autônoma.

Referindo-se a sociedades dependentes em geral, Florestan Fernandes pondera que, para adquirir autonomia, a educação e a ciência reclamam um ambiente institucional mais complexo e

diferenciado, o que não era bem o caso do Brasil na primeira metade do século 19. O país estava a exigir a construção de uma nova economia, de uma nova cultura e de uma nova sociedade que oferecesse condições menos difíceis para a conquista de autonomia progressiva de desenvolvimento científico-tecnológico. Vale dizer, para que, no Brasil dos oitocentos, o moderno medrasse, seria necessário criar condições internas e externas para incorporar conhecimentos, técnicas e talentos em grande escala, muitas vezes vindos de fora, mas de acordo com critérios de utilização que obedecessem a propósitos que não fossem definidos, impostos e comercializados a partir de fora. Para tanto, fazia falta um largo e intenso intercâmbio com certos países científica e tecnologicamente mais avançados. Portanto o contrapeso da permanente e considerável influência externa devia ser encontrado em identificações e valores que combinassem a absorção de conhecimentos, técnicas de investigação e talentos importados com uma forte intensificação da produção original. Poder-se-ia dizer que os meios, trazidos de fora, deveriam ter suas combinações e produtos determinados a partir de dentro. Mas este seria um processo que pressupõe o rompimento com duas das características mais salientes da herança da problemática modernidade colonial: o monopólio do poder econômico pela oligarquia latifundiária e a separação entre a vida cotidiana da maioria da sociedade civil e o tipo de assunto com que lidavam os burocratas do aparelho estatal. Dito de outra forma, seria indispensável uma extensa democratização das estruturas sociais e de poder, a fim de que novos grupos estimulassem ou forçassem os intelectuais a fazerem uma revolução em sua óptica estamental, e para que a própria sociedade pudesse forjar novos usos alternativos da ciência e da tecnologia científica disponíveis nas nações modernas de então.³³

A revolução burguesa estava em curso. Mas o Brasil parecia não estar apto a cumprir as condições descritas acima. Tudo conduzia a uma experiência de modernização truncada, inconclusa, postergada para um futuro sempre protraído. O sistema em construção se revelava retardatário. Dizendo melhor, caberia indagar se o Brasil estaria construindo sua própria modernidade, dispondo de uma tecnologia modernizadora que pudesse contar com dispositivos que compensassem os efeitos deletérios de uma tecnologia contramodernizadora. Essa modernidade deveria ser capaz de iluminar criticamente a percepção do homem comum e suas reações societárias de autodefesa coletiva. Ora, se a modernização é imposta de fora, torna-se impossível evitar a mudança e, mesmo, a aceleração da história. A alternativa que se apresenta é a de absorver o impacto, de orientar a modernização a partir de dentro e por vias autônomas. Para controlar uma modernização que não se pode evitar, é preciso enfrentá-la com armas equivalentes. À mudança imposta e dirigida de fora, pode-se contrapor uma “revolução dentro da ordem” ou uma “revolução contra a ordem”. Muitos grupos e classes sociais, por interesses particularistas e egoístas, podem não gostar e até se opor a essa fórmula. Mas ela responde a uma realidade possível, que não se torna história por falta de “decisões internas” suficientemente fortes.³⁴ Por isso, o país tinha que escolher entre rasgar seu caminho na direção de uma industrialização com transformações significativas na conformação de um capitalismo moderno, embora retardatário³⁵, como provavelmente seria a escolha das elites de São Paulo, ou então render-se a uma modernização conservadora (que um autor designou como “modernização sem mudança”), como parece ter sido a opção das oligarquias dominantes do

Nordeste.³⁶ O dilema apresenta-se com essa conotação de negação mútua quando visto à distância, mas é prudente atentar para os pormenores do processo histórico real, a-fim-de verificar se a dicotomia se deu concretamente de modo assim tão extremo, ou se existem características que são comuns a ambas as trajetórias.

4. Os freios das mudanças.

Viu-se no primeiro capítulo que o surgimento do moderno tem relação direta com a luta entre o movimento de avanço das inovações, condicionado em última instância pelo sistema econômico, mas não apenas por ele, e a resistência às mudanças, que tem na esfera mental o principal fator de retardamento. O mental, que faz o indivíduo tomar consciência do novo, desperta nos grupos sociais o impulso para as transformações históricas. Mas é também a mentalidade o mais forte de todos os freios das mudanças, e a fonte mais importante em que se cevam as contra-revoluções. José de Souza Martins assevera que, no Brasil, "O passado (...) se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê. (...) O peculiar da sociedade brasileira (...) está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem mediação viva do presente. História inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada; àquele que define uma realidade configurada, marcada por seu próprio tempo singular, seu modo de ser e de interpretar-se. A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento, essa história se transformou na história da espera da revolução. Mas a revolução também não veio (afinal, devia ser esperada ou devia ser feita?) Na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer."³⁷

Já foi mencionado como isso se deu na Europa. O legado iluminista foi desenvolvido de maneira intensa e atingiu seu apogeu primeiro na França, com a grande expansão das pesquisas nos campos da matemática e das ciências da natureza, cujo triunfo se deveu à especialização de seus diferentes ramos, à interação das pesquisas básicas com as pesquisas aplicadas em tecnologia industrial, e a compreensão clara para a maioria dos cientistas e empresários de que havia proveito mútuo na conexão entre o aprofundamento da ciência pura e a modernização dos processos produtivos, visão que foi amplamente cultivada na Escola Politécnica. Marcante também foi a percepção de que a especialização deveria alimentar o esforço constante de unificação filosófica dos conhecimentos, sem os excessos especulativos da antiga "filosofia da natureza", numa perspectiva de integração interdisciplinar que foi sintetizada pelos dois gigantes da ciência não especializada da época: o francês Pierre-Simon Laplace e o alemão

Karl Friedrich Gauss. Laplace trouxe contribuições decisivas nas áreas de matemática, em especial cálculo de probabilidades e equações diferenciais; em mecânica celeste, onde completou a obra astronômica de Newton; em física, sobre capilaridade; em química, em que demonstrou que a vida animal provém da oxidação do carbono e do hidrogênio; e em filosofia, em que desenvolveu a formulação físico-matemática do determinismo, baseado exclusivamente nas forças mecânicas, sem nenhuma necessidade da hipótese da interferência divina. Gauss pesquisou principalmente em matemática, tendo descoberto a possibilidade de uma geometria não-euclidiana, a primeira definição rigorosa dos números complexos e a célebre curva de distribuição dos erros; em física, fez importantes descobertas no cálculo de órbitas astronômicas, na demonstração de leis fundamentais da eletrostática, na dedução de unidades elétricas e magnéticas a partir das unidades da dinâmica, e na realização do telégrafo elétrico.

O espírito renovador desenvolvido nas grandes escolas francesas depois da Revolução faz avançar os estudos especializados em geometria descritiva, funções trigonométricas, análise infinitesimal e álgebra modernas, física eletromagnética, teoria ondulatória da luz, química atômica, termodinâmica e termologia aplicadas às máquinas a vapor, eletroquímica, química dos gases, a biologia evolucionista e astronomia. Nesta última, teve notável ressonância cultural a descoberta do planeta Netuno. A partir da observação astronômica de perturbações na órbita de Urano, suspeitou-se da influência de outro planeta ainda desconhecido. O francês Urbain Le Verrier e o inglês John Couch Adams calcularam em separado sua posição exata. Em 1846, o alemão Gottfried Galle, focalizando o telescópio na direção indicada, conseguiu confirmar a existência prevista pelos astrônomos. A importância da descoberta consistia no fato de que a observação corroborava na prática um resultado a que já se tinha chegado pela via abstrata do cálculo puro. Atestava-se, com o grande triunfo da razão humana, a veracidade da hipótese de Newton sobre a atração gravitacional.

A partir de 1830, quando se desvencilhou dos excessos da filosofia idealista, a Alemanha iniciou com certa defasagem o esforço de pesquisa científica de base matemática e experimental. Foram criados grandes laboratórios universitários e grandes escolas politécnicas, organizadas segundo o modelo da de Paris, que se articulam com o processo de industrialização do país. Novos e modernos institutos industriais e comerciais foram criados junto aos antigos ginásios de ensino profissional. Com isso, tiveram grande impulso as pesquisas em matemática, física, química e biologia.

No caso da Inglaterra, demora semelhante foi causada pela resistência que a ciência moderna enfrentou nas tradicionais universidades de Cambridge e Oxford, pela ação simultânea do espírito conservador das autoridades eclesiásticas e do sentimento provinciano que impelia a uma atitude de isolamento cultural. Só a partir de 1850, com a criação de novas universidades e a renovação das antigas, e tendo o estímulo de sua poderosa estrutura produtiva, principalmente da indústria têxtil, a ciência inglesa, em especial a química, consegue se equiparar à melhor ciência da Europa continental, cujos novos descobrimentos são intensificados graças à eficácia da circulação das revistas publicadas pelas associações científicas que então foram fundadas.³⁸

No campo do pensamento e da ação política, como foi mencionado anteriormente, o quadro era inteiramente diferente: prevaleceu a mentalidade de aversão às conquistas da Revolução Francesa e de aberto propósito de restauração de formas arcaicas de ordenação política e de tratamento das questões da soberania popular e das liberdades individuais. Ao lado do pensamento tipicamente liberal burguês e das correntes socialistas de origem jacobina, espalhavam-se por toda parte, depois das guerras napoleônicas, uma mentalidade regressiva e um estado de espírito de animosidade contra tudo que dissesse respeito à idéia de revolução popular.³⁹ Por toda parte estalavam movimentos nacionalistas⁴⁰, que exprimiam a divisão do movimento geral em favor da revolução mundial e uma reavaliação, muitas vezes impregnada de autêntica afirmação do espírito popular, da doutrina cosmopolita vulgarizada pela burguesia liberal expansionista. Era uma reação, com profundas raízes sociais e ideológicas, ao que o movimento revolucionário e iluminista havia trazido de renovador em termos de condenação da miséria e da opressão, de democratização das instituições políticas e de irrestrita liberdade de pensar e criticar os dogmas impingidos pelos representantes do Antigo Regime. Isso ocorria no período em que a indústria prosperava, os programas escolares eram expurgados de idéias subversivas, o império napoleônico era derrotado, a monarquia francesa era restaurada, os princípios norteadores da Revolução estavam sob ataque, as grandes potências européias criavam a Santa Aliança, a igreja católica realizava o concílio de Trento, e o povo empobrecido, quando impedido de melhorar de vida, era compelido ou à resignação ou à rebelião. Para exprimir seus descontentamentos e suas aspirações não satisfeitas, as pessoas recorriam a diferentes formas de expressão, desde às mais elementares às mais sofisticadas. O idealismo filosófico e o romantismo atingiram o apogeu. O lenitivo religioso procurou recuperar os excessos profanos e iconoclastas da Revolução. Nas artes, e em particular na poesia romântica, a busca da felicidade na união do finito com o infinito muitas vezes adquiria fortes traços de religiosidade pagã ou mesmo católica. Entre fins de 1843 e janeiro de 1844, Marx escrevia um texto fundamental que continha as seguintes palavras: “A miséria *religiosa* é, de um lado, a *expressão* da miséria real e, de outro, o *protesto* contra a miséria real. A religião é o soluço da criatura oprimida, o estado de alma de um mundo sem alma, porque é o espírito dos estados de alma carentes de espírito. A religião é o *ópio* do povo.”⁴¹ Depois de publicado nos *Deutsche-Französische Jahrbücher (Anais franco-alemães)*, com o título de “Em torno da crítica da filosofia do direito de Hegel”, aquelas palavras viriam a se tornar célebres, antes de tudo como uma análise das condições e das relações humanas que tornavam as religiões indispensáveis à humanidade, o que implicava reconhecer no indivíduo o direito humano geral, ou o corolário do direito humano, à liberdade íntima de professar a crença religiosa que quisesse e a praticar o culto correspondente à sua religião.⁴² Mas foram alardeadas *urbi et orbi*, pela mentalidade antiprogressista, como evidência de um preconceito autoritário contra o sentimento religioso, e por isso estigmatizadas e utilizadas para inverter junto aos crentes o sentido libertador do pensamento de Marx e, de modo geral, da dialética materialista.

O antiprogressismo apresenta a sua face mais feroz no pensamento de Edmund Burke. Integrante da aristocracia britânica, e escrevendo pouco depois da queda da Bastilha, via na Revolução

Francesa uma ameaça aos interesses da Inglaterra e à classe a que pertencia. Seu livro *Reflexões sobre a Revolução em França*, publicado em 1790, é um libelo implacável contra a subversão do Antigo Regime e uma análise meticulosa e indignada do desmantelamento dos sistemas que ele considerava valiosos. Protesta não apenas contra o confisco dos bens da nobreza e do clero, contra a violação do direito de propriedade, contra a destruição das ordens religiosas, contra a profanação do poder monárquico legitimado pela religião, contra a eliminação dos privilégios seculares dos senhores feudais e dos potentados e negociantes, contra a supressão dos rituais do aparelho estatal absolutista. Verbera também contra os judeus, contra “As corporações de alfaiates e carpinteiros, por exemplo, que compõem a República de Paris, [que] não podem ser elevadas à situação a qual, pela pior das usurpações — a das prerrogativas da natureza — o senhor as quer forçar a se adaptarem.”⁴³ Este trecho foi tirado de uma parte do segundo capítulo que diz tudo: “Característica principal da Revolução na França: a baixaza”. O autor não conseguia compreender o significado da profunda mudança histórica que se descortinava diante de si porque não era capaz de aceitar o sentido humano da mais intensa experiência democrática que a história jamais havia registrado. Assim foi também com Joseph de Maistre, De Bonald e outros reacionários, cujas idéias não conseguiram medrar no Brasil devido à influência maior do ecletismo francês.⁴⁴ Eles constituem um bloco de pensadores e homens de ação que, por se sentirem expropriados de seus privilégios pela revolução, querem voltar ao passado, e portanto entregam-se à faina de restaurar formas pré-burguesas, pré-modernas, pré-democráticas, pré-ilustradas, pré-rationais e até pré-industriais de organização da sociedade, pois não se conformaram com os rumos que tomaram os acontecimentos relaciondos com o mundo moderno. Eles são os baluartes da resistência ao novo. Cerram fileiras com os responsáveis pelas forças destrutivas que desencadearam o que um historiador norte-americano chamou de Guerra dos Trinta Anos do século 20, referindo-se ao período que vai de 1914 a 1945.⁴⁵

Houve outro tipo de resposta ao legado da Revolução Francesa, mas nem sempre com o caráter regressivo do movimento mencionado anteriormente: o movimento romântico. As idéias político-filosóficas do romantismo contêm elementos de recusa, mas também de aceitação da experiência ilustrada. Frequentemente contraditório, o romantismo teve seu núcleo motor na Alemanha. Os precursores remontam ao movimento de *Sturm und Drang* (*Tempestade e impeto*), entre 1790 e 1820. Seus líderes principais foram Goethe, Schiller e Friedrich Schlegel. Em suas obras é visível o influxo de Kant, em especial de sua *Crítica do Juízo*. Influíram sobre o pensamento de Fichte e Schelling. Hegel vem em seguida para criticar o pensamento destes últimos e fundar a lógica dialética, que viria a ser desenvolvida com sucesso pelos “hegelianos de esquerda” e em especial por Marx.

Como foi dito no primeiro capítulo, o romantismo⁴⁶ foi um movimento cultural, filosófico e artístico que se espalhou por todo o mundo, em resposta às profundas mudanças experimentadas pela Europa, em consequência das Revoluções Inglesa e Francesa, e predominou, com este nome, até a primeira metade do século 19. Convém retomar dele uma visão de conjunto, a-fim-de distinguir, dentre seus traços mais salientes, aqueles que podem ajudar a compreender seu papel no ambiente cultural brasileiro no período em foco. Como um movimento típico da época de consolidação do poder da

burguesia, o individualismo e o relativismo histórico são a base da atitude romântica, em contraste com a exacerbação racionalista e o sentido absoluto do universalismo. O romantismo valoriza em geral a liberdade nacional, a exuberância da natureza concreta, a sensibilidade íntima, a busca do exotismo de regiões esquecidas, o amor como manifestação de pessoas reais, o empenho em ultrapassar a aparência dos fenômenos e a estreiteza de visão, movido pelo desejo de alcançar aspectos mais profundos das coisas. Mas é frequente também na atitude romântica a inclinação para os extremos de subjetivismo, o que pode levar ao misticismo, aos excessos de imaginação, à ausência de equilíbrio entre a objetividade do mundo e a linguagem que o exprime. Essa quebra consciente de limites, que tem um significado crítico no plano da expressão filosófica ou artística, e que pode ser um estímulo ao rompimento de aspectos sociais e culturais alienantes do mundo capitalista e até de padrões conceituais paralisantes da pesquisa científica, corre às vezes o risco de provocar danos irreparáveis na esfera da vida prática e em especial no mundo político. Este último aspecto será abordado mais adiante.

No Brasil, fomos afetados por elementos presentes tanto no regressismo elitista quanto no romantismo. São suas expressões paradigmáticas, com as adaptações às peculiaridades locais, o pensamento católico e o ecletismo espiritualista, dominantes na primeira metade do século 19.

Selada, no século 18, a falência da Segunda Escolástica Portuguesa, a igreja católica desenvolveu uma doutrina tradicionalista baseada nos antigos valores da revelação e da recusa da razão moderna, a que se somava a justificação de sua união com a monarquia. O discurso ideológico justificava não apenas os interesses da oligarquia rural e da corte, mas também os benefícios materiais do clero (as ordens religiosas eram os maiores proprietários de terra) e o monopólio da religião do Estado e dos serviços de educação, saúde, assistencialismo, registro da população e outros. Entra em declínio quando a igreja se separa do estado.⁴⁷ O tradicionalismo é substituído pelo neotomismo, o qual se estiola ao se reduzir a uma nova versão ultramontana do tradicionalismo político. Acabou cedendo passo ao ecletismo, cuja hegemonia se mantém até o fim do império.⁴⁸

Antes de ser delineado em sua forma brasileira como ecletismo espiritualista, seria conveniente lembrar que, após o esgotamento do empirismo mitigado⁴⁹, a que fiz referência ao analisar a era pombalina, seu lugar foi tomado pelo ecletismo esclarecido⁵⁰, que deveu muito à meditação filosófica de Silvestre Pinheiro Ferreira. Este mestre português viveu entre nós entre 1810 e 1821 e foi chefe do último governo brasileiro de D. João VI e seu principal teórico. Procurou convencer alguns membros da corte portuguesa, chamados a assumir responsabilidades políticas no Brasil, que o empirismo mitigado, espécie de filosofia oficial desde as reformas pombalinas, deveria, para ser moderno, não apenas valorizar a experiência, mas incorporar o liberalismo político. Esta questão viria em seguida a ser equacionada com a descoberta do empirismo de Maine de Biran.⁵¹ Antigo oratoriano, educado nos princípios de Francis Bacon, Leibnitz, Locke, Condillac, Fichte, Schelling, Kant e Hegel, Silvestre Pinheiro Ferreira recebeu forte influência do empirismo de Antonio Genovesi. Na Europa, Genovesi foi um dos primeiros iluministas italianos que se dedicaram, como professor da Universidade de Nápoles, ao estudo da economia com propósitos estritamente científicos. Ele pretendia obter da filosofia clareza de enfoque e

impulso geral para a investigação econômica. O sensualismo de Condillac forma o marco em que Genovesi articula esta investigação; o materialismo de Helvetius proporciona-lhe os temas que desenvolverá em suas *Meditações filosóficas sobre a religião e sobre a moral*, de 1758: o prazer de existir como fundamento da vida, e a razão como função insubstituível da atividade humana, razão entendida como faculdade calculadora orientada para fins concretos.

Silvestre Pinheiro Ferreira foi amigo de José Bonifácio e do conde da Barca, um dos ministros do primeiro governo de Dom João VI mais impregnados de idéias iluministas. Deu suas primeiras conferências filosóficas em 26 de abril de 1813 no Real Colégio de São Joaquim, de onde nascerá o Colégio Pedro II. Desde então já combatia os defensores do ecletismo espiritualista francês. Depois de regressar à Europa, assume a função de professor da Universidade de Coimbra, e passa a ter uma vida atribulada. Acusado de jacobinismo, é forçado a exilar-se em Paris quando os ventos da Santa Aliança sufocam os movimentos liberais.⁵²

Na década de 1820, sobretudo depois da Independência, acentua-se a influência da França, já sob a Restauração. Daí vêm as idéias dos políticos antiprogressistas, em particular de Joseph de Maistre. É da França da Restauração que vem a inspiração para o projeto constitucional de 1823 e para a constituição outorgada de 1824.

Numa sociedade dominada pelo monopólio da terra, pela escravidão e pela miséria das massas, como veremos no tópico seguinte, e sem estímulo industrial para o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, o pensamento teria de se mover quase exclusivamente na esfera literária ou filosófica.

Numa época em que as velhas correntes filosóficas estavam em crise, o ecletismo vinha a calhar porque propunha a todos os sistemas um tratado de paz. Isso foi propiciado por um movimento dirigido a conciliar o que em cada um deles despertava interesse à estabilidade da elite, o que convinha ao objetivo de composição de um governo que enfrentava as agitações do final do Primeiro Reinado, entre a abdicação de Dom Pedro I e a Maioridade. De modo geral, escreve Emília Viotti da Costa, era raro que se consumassem os conflitos entre as oligarquias rurais e os funcionários da Coroa. “Na maioria das vezes o que havia era uma conciliação”.⁵³ A política de conciliação foi uma estratégia de poder que, viabilizada pelo Partido Liberal, de forte elemento rural e conservador, caracterizou todo o Segundo Reinado.⁵⁴ Para Michel Lebrun, na ideologia da conciliação a nota que a torna mais própria à realidade brasileira é o seu caráter de mecanismo de disciplinamento, mediante a cooptação daqueles que podem ameaçar a estabilidade da ordem estabelecida.⁵⁵ A política de conciliação é apontada por José Nilo Tavares como a característica fundamental do pensamento e da atuação político-administrativa de Getúlio Vargas.⁵⁶

Há nesta ideologia um lastro profundo que Florestan Fernandes identifica em determinados aspectos do movimento da mudança social e de seu controle societário coercitivo. Numa origem mais remota, ele aponta o padrão brasileiro de *gente de prole* que se constitui no período colonial, em que se agravam, por causa da escravidão e da própria expropriação colonial, as distinções sociais preexistentes na sociedade portuguesa. Florestan Fernandes vê evidente ligação entre esse padrão, que não teria sido

neutralizado pela ordem social competitiva, e a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes. “Aquele padrão compatibiliza a coexistência da tolerância e até da cordialidade com um profundo desdém elitista por quem não possua a mesma *condição social*. O que faz com que aquilo que parece “democrático”, na superfície, seja de fato “autoritário” e “autocrático”, em sua essência. Esse patamar psico-social das relações humanas é a nossa herança mais duradoura (e, ao mesmo tempo, a mais negativa) do passado colonial e do mundo escravista.”⁵⁷ Depois de demonstrar como esse padrão se cristalizou, ao longo de nossa história, na organização da sociedade estamental e da sociedade de classes, de tal forma que, nesta última, surgem dificuldades estruturais e históricas que embaraçam a eficácia da competição e do conflito na coordenação das relações de classe, o sociólogo salienta o segundo foco básico dos dinamismos sócio-dinâmicos da mudança social, a saber, a difusão cultural. Aqui aparece o impulso de incorporação do país aos movimentos de “expansão do mundo ocidental moderno”. Este impulso opera como *fator de precipitação* de transições históricas e de diferenciações estruturais. “Em regra, o desenvolvimento interno da economia, da sociedade e da cultura cria previamente um novo patamar, o qual condiciona e torna possível, a partir de dentro, uma alteração súbita no enlace com os dinamismos econômicos e culturais com as Nações capitalistas hegemônicas e com o mercado mundial. Precipita-se, desse modo, uma fase mais ou menos intensa de modernização, orientada e regulada a partir de fora”. Como a relação entre os dinamismos sócio-dinâmicos internos e externos é complexa, e não obedece a um esquema de causa e efeito simples, mas antes a um modelo dialético de causação, é possível localizar múltiplas causas e efeitos em influência recíproca e em tempos sucessivos e simultâneos, todos regulados, nas relações de concomitância e de sucessão, pelos vários tipos de contradições que jogam o desenvolvimento interno contra a modernização e vice-versa. Tendo em vista o objetivo a que me propus, cabe ressaltar, no texto em exame, um produto fundamental do dinamismo dessas contradições, isto é, a emergência da ideologia da conciliação. Florestan Fernandes classifica essa ideologia como “a primeira irrupção histórica dramática das contradições que operam dentro da ordem social competitiva”, como reação de autodefesa dos setores que defendiam o monopólio elitista dos efeitos construtivos da desagregação da ordem escravocrata e senhorial. Assevera Florestan Fernandes que “a Abolição, a proclamação da República e a “revolução liberal” de 30 apenas assinalam que [o monopólio] entra em crise”. E são os mesmos estratos sociais que monopolizam os benefícios da mudança social [que] tendem a submetê-la a controles mais ou menos seletivos e coercitivos. (...) Os controles visavam garantir a transferência de recursos da comunidade nacional para esses estratos, mediante o subterfúgio de alocá-los à solução dos “problemas de mudança” que são estratégicos ou vitais para eles. (...) Muitas “políticas” foram montadas (...) para dotar o país de uma infra-estrutura econômica, de comunicações, de transportes e de serviços estreitamente moldadas por objetivos privados imediatistas”. No período em foco, colocou-se em primeiro plano o que Florestan Fernandes chama de “eficácia setorial da dominação burguesa”, questão tratada também por Boris Fausto e Warren Dean ⁵⁸. Como consequência da articulação das oligarquias antigas e modernas, e destas com segmentos industriais emergentes e com grupos das classes médias, seus antagonismos foram conformados dentro

das opções burguesas, e o Estado foi convertido numa verdadeira *arena de conciliação* dos interesses convergentes ou divergentes das classes possuidoras e “dirigentes”⁵⁹.

Essa dinâmica do processo político e cultural coaduna-se muito bem com as ambiguidades da ideologia eclética. Como era conveniente ao governo e aos setores dominantes da oligarquia latifundiária evitar os excessos, para prevenir uma explosão revolucionária, o ecletismo espiritualista era uma boa solução.

Ao rastrear as raízes dessa ideologia, é inevitável remontar aos primeiros românticos alemães, já mencionados, e, entre os que por eles foram influenciados, na França, aqueles que foram considerados os mais importantes representantes do espiritualismo pós-ilustrado. Maine de Biran e Nicolas de Malebranche eram os mais celebrados. O último, que ocupou cargos de relevo no período napoleônico e durante a Restauração⁶⁰, é considerado um dos maiores teóricos da chamada vertente ocasionalista do romantismo. Maine de Biran, fundador na França do chamado positivismo espiritualista, do qual Bergson foi um dos porta-vozes mais representativos⁶¹, seguindo a filosofia de Malebranche, um neocartesiano, era fiel ao subjetivismo romântico, segundo o qual a atividade do pensamento está centrada no eu. Esta posição, defendida originalmente por Fichte, foi criticada por Kant e alvo da acusação de Hegel de que esta subjetividade romântica era vazia e expressão do esquecimento da objetividade. No intuito de conciliar o espiritualismo com a ciência moderna, Maine de Biran introduziu a psicologia como disciplina que explicava o comportamento humano a partir da percepção sensorial imediata, de acordo com o entendimento da época. Segundo Mario Bunge, “O problema da relação substância-atributo apresenta-se apenas no empirismo, pois esta escola considera a substância como um produto da fantasia; não porém pela consideração ontológica de que não existe matéria sem algum tipo de movimento, mas pela razão gnoseológica de que este suporte constante e simples das qualidades transcende a percepção. Em compensação o empirismo sustenta que as coisas são *agregados desorganizados de dados sensoriais*, que carecem tanto de um portador independente quanto de um vínculo interior necessário; que os acontecimentos simplesmente se dão (na experiência) sem que haja qualquer conexão genética entre eles, nem entre as causalidades de cada complexo de sensações, salvo se tal vínculo lhes seja imposto do alto por Deus, como acreditava Berkeley (o mais consequente dos empiristas).” Acrescenta Bunge que “o conceito escolástico da qualidade e a mudança como *accidentia* alheios à natureza das coisas, e que lhes são impressos a partir de fora como etiquetas facilmente substituíveis, complementam a crença de que nada (exceto Deus) pode ser causa de si mesmo, mas que tudo deve estar determinado *ab extrinseco* por alguma outra coisa.” É ainda Bunge que infere: “Uma forma de evitar o indeterminismo sem abandonar a crença na exterioridade da causação é adotar a doutrina de Malebranche acerca das causas ocasionais, doutrina que, no domínio da ética, conduz desde logo a uma servidão não menos completa do que a desesperada impotência a que leva o indeterminismo.”

Malebranche, prossegue Bunge, por acreditar que a matéria seria apenas extensão suscetível de ser empurrada e arrastada de um lugar para outro, e que a mente não seria mais do que uma *tabula rasa* suscetível de receber estímulos externos, considerava portanto que a mudança era produto exclusivo da

eficiência de Deus. Mas o ocasionalismo de Malebranche, arraigado na identificação da matéria com a extensão passiva e no preconceito da essencial passividade dos “espíritos finitos”, era incompatível com a ciência e com o pensamento de filósofos de seu tempo. Entre eles, Spinoza e Leibnitz já admitiam o caráter dinâmico do mundo real e a grande medida de automovimento no comportamento de boa parte da matéria, quer sensível, quer inanimada. Ademais, o determinismo causal de Malebranche refuta-se a si mesmo, pois desaloja do mundo a causação, convertendo-a em exclusivo privilégio de Deus, única “substância” ativa e eficiente.⁶²

Na concepção de Malebranche, portanto, o mundo da causalidade natural é vazio, pois a única *causa causans* é Deus. Se é assim, não há limites para a atuação do homem no mundo, já que a única regra está no fato de que Deus é a verdadeira causa de tudo, cabendo ao homem apenas a chance de intervir no interstício de circunstâncias acidentais. Estamos diante de uma espécie de objetivismo às avessas (que seria retomado em nossos dias por uma certa vulgata materialista), porquanto não haveria outra instância de movimentação da realidade a não ser Deus. (Em nossos dias, a intervenção sobrenatural exclusiva seria substituída pela fatalidade do mito racial⁶³ ou pela “lei” que atribui à instância econômica a determinação férrea e unilateral dos fenômenos sociais).

Para a vertente radical do romantismo espiritualista, a centralidade do ser está no eu absoluto, um eu que se move como um demiurgo moderno, quer como a humanidade ou a História abstratas, quer como “um ser humano compósito e mais alto: o gênio”⁶⁴ O homem individual é aqui concebido como a expressão máxima da solidão do homem moderno e de seu desgarramento da trama complexa da realidade social, de uma totalidade contraditória que, tempos depois, seria a matriz dos líderes messiânicos, os *condottieri*, os ditadores populistas, os guias genais dos povos. Nesse esquema simplificador (que não é exclusivo da visão idealista), não há lugar para a intersubjetividade, para a inter-ação no contexto de uma dinâmica do sujeito coletivo, característica marcante da sociedade moderna, onde a indústria (com o conjunto das relações de produção capitalistas) e a ciência (o elemento exponenciador das forças produtivas) só começaria a ter um papel determinante na segunda metade do século 19.

Antes disso, com a roupagem dominante do ecletismo espiritualista, a doutrina de Malebranche vem a ser apanhada por Domingos José Gonçalves de Magalhães, introdutor e principal líder intelectual do romantismo no Brasil. A fonte de suas idéias é o *Discurso sobre o objeto e importância da filosofia*. O texto tem uma significação histórica indiscutível. Em 1842, já poeta consagrado e instaurador do teatro nacional, assume suas funções de professor de filosofia do Imperial Colégio de Pedro II e, na presença de Sua Majestade, pronuncia o *Discurso*, matéria de sua aula inaugural, com o que inicia o ensino secundário oficial da filosofia no Brasil. Com um conteúdo que não tem nada de original, o texto prende-se completamente às posições do espiritualismo eclético balizadas por Thomas Reid, Theodore Jouffroy e principalmente Victor Cousin.⁶⁵ A inspiração mais remota são as idéias do padre Malebranche, orientadas no sentido de localizar a experiência sensível — na acepção estreita vigente na época — no corpo, e o saber, no espírito. Para ele, só as sensações variam, sendo o saber entendido como uma

estrutura inata, dada por Deus.⁶⁶ Neste ponto, é relevante remeter a reflexão para as consequências práticas deste movimento de redução do saber e da conduta humana à centralidade do sujeito romântico. Ao interpretar um crítico — Carl Schmitt — desta concepção, Luiz Costa Lima assevera: “O ocasionalismo romântico é uma modalidade subjetivizada porque não concebe o mundo senão como ocasião para fruição de um projeto pessoal. O mundo se torna teoricamente pensado como um aglomerado caótico e anômico. Nele, portanto, ordem alguma poderia *a priori* considerar-se legítima”. A implicação imediata disso, segundo Schmitt, seria que “De oportunidades sempre novas se origina um mundo sempre novo; mas sempre e apenas um mundo ocasional, um mundo sem substância e sem conexão funcional, sem direção constante, sem conclusão e sem definição, sem decisão, sem uma última corte de apelo (...), a continuar indefinidamente, conduzido apenas pela mão mágica do acaso”. Ao que agrega Costa Lima: “Assim pois o que ao pensamento iluminista parecera a condição para a derrubada dos velhos grilhões e para o advento da possibilidade de emancipação do homem se convertera numa *razzia* anárquica. Em vez de libertos, baratas tontas, ávidas e oportunistas”.

O argumento prossegue indagando o que sucede ante tal oportunismo que só favorece ao sujeito individualizado. A resposta é que todos os valores são destruídos em prol da estetização da vida. “A estetização portanto significa converter o mundo em um vasto campo de operações para usufruto exclusivo do eu; transformá-lo em altar para o sacerdócio privado. A estetização é assim a consequência básica, o último avatar da democracia burguesa”.⁶⁷

Essa estetização foi a característica principal da primeira metade do século 19, ou melhor, de 1840 a 1870, período que assinala a irrupção no Brasil do movimento romântico. O movimento foi antes de mais nada de natureza literária. Mesmo reconhecendo a grande contribuição que os escritores românticos trouxeram à nossa cultura, graças à valorização da sensibilidade subjetiva, da nacionalidade em formação e das peculiaridades da língua e da natureza, não se pode negar que o romantismo está essencialmente associado, nas palavras de Fernando de Azevedo, a “uma exaltação lírica da sensibilidade e uma revolta contra o real quando ele perturba essa exaltação”, não tendo encontrado, “nos indivíduos desprotegidos contra si mesmos, para resistir à tendência ao subjetivismo, esse hábito de reflexão e de objetividade que costumam desenvolver as ciências matemáticas — instrumento de raciocínio por excelência — e as ciências físicas — o instrumento por excelência da investigação. No mundo intelectual brasileiro em que se praticavam as letras, sem o complemento e o contrapeso das ciências, o romantismo — esse poderoso rio de poesia que por toda parte arrastava muitas escórias nas suas ondas soberbas — tinha de forçosamente acentuar a velha tendência colonial à literatura e ao subjetivismo, arrebatando todos os valores e devastando tudo à sua passagem como uma torrente de montanha...Daí o caráter da evolução (...) da cultura científica no Brasil, desenvolvendo-se por saltos, mais pela força de alguns espíritos excepcionais, filhos de suas próprias obras, do que pela pressão de um ambiente cultural que entre nós foi sempre hostil, senão à inteligência, ao menos às pesquisas de ciência pura. Em vez de se desenvolver como um rio que, nascendo longe, se dispersa por muitos braços, recebe numerosos afluentes e se divide num grande delta, constituindo, nos seus ramos, pelas diversas ciências de observação, a

cultura das ciências no Brasil se tem processado num ritmo irregular, por avanços e recuos, por iniciativas sem continuidade e em sentidos diferentes, e por mestres sem discípulos.” Ressaltando o papel de mecenas exercido de maneira devotada por Dom Pedro II, no empenho pessoal em incrementar o progresso das ciências no Brasil, Fernandode Azevedo recorda logo em seguida que o imperador “teve seus esforços quebrados pela resistência passiva e pelas hostilidades mal dissimuladas desse meio intelectual e político, dominado por homens de espírito retórico e de educação abstrata, e em que a literatura, as idéias e as questões jurídicas e os debates políticos absorviam o pensamento nacional”.⁶⁸

A razão disso era o isolamento em que o imperador se encontrava, cercado por um reduzido grupo de amigos, raramente contando com o apoio eficaz na mentalidade dominante, mais inclinada às esquematizações teóricas e aos torneios oratórios. O imperador era uma figura solitária entre homens que, segundo Gilberto Amado, constituíam a única realidade viva do país. Eram homens que, com sua instrução baseada no direito canônico e em todos os vícios da metafísica jurídica da época, permaneciam, no seu exclusivismo fechado, estranhos e indiferentes ao propósito de fazer o Brasil entrar no movimento em prol do progresso das ciências e dos altos estudos. Literatos, políticos e oradores mantinham o mesmo desprezo pelas realidades concretas e pelas ciências experimentais que têm o mérito de corrigir o que há de excessivo no espírito de sistema nas doutrinas, subtraídas do controle dos fatos e da observação. Para esses homens, de educação literária e abstrata, que constituíam a elite desse tempo, nada parecia mais estúpido do que um fato, segundo a expressão do filósofo que tinha razão de se irritar contra os fatos que não concordavam com suas teorias. Essa atmosfera cultural não se modificara sensivelmente na segunda metade do século 19.⁶⁹

O imperador exaltado por estes autores era o mesmo que prestigiava a filosofia especulativa dos ecléticos espiritualistas, frequentava a maçonaria e adotava o catolicismo reacionário como religião oficial do império. Era o mesmo que Oliveira Lima descreve em artigo publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1926, e transcrito por Fernando de Azevedo.⁷⁰ A descrição encaixa-se como uma luva no perfil que, duas páginas antes, Fernando de Azevedo traça do homem típico da época: o dileitante. Em sua opinião, “o gosto dos fatos, o espírito crítico e investigador e o entusiasmo pelo método experimental podiam desenvolver-se entre nós como por toda parte; e a causa principal desse desinteresse do brasileiro pelas ciências, longe de residir numa inaptidão natural, é antes o tipo de ensino quase exclusivamente literário, livresco e retórico, que se implantou no Brasil, desde a Colônia, até os fins do Império.” Aliás, um escritor atribui a queda do Império não apenas às instituições arcaicas em que se fundava, mas, ao lado delas, ao próprio imperador, que as escorava e ao “vetusto arcabouço da política retrógrada dos Cotegipes e Itaborais”. D. Pedro era o instrumento talhado para realizar esta política. “Absorvido por minúcias administrativas e manias literárias, que em seu medíocre espírito degeneraram num diletantismo vazio, (...) apavorava-o tudo quanto fosse mudança, temia tudo quanto significasse marcha para frente.”⁷¹ Fazendo seu o questionamento de um pensador francês, Fernando de Azevedo chega ao ponto de supor que essa cultura colonial — “demasiadamente verbal, demasiadamente afastada do concreto, demasiadamente cheia de retórica e de poesia, demasiadamente afastada das

humildes realidades terrestres, sem contrapeso científico” — poderia ser o germe de uma verdadeira atrofia de caráter, uma forma de impotência que se chama diletantismo. Sua opinião é que “foi exatamente essa a nossa cultura — a cultura que se podia esperar de um sistema de educação inteiramente desaparelhado de faculdades de ciências ou de institutos de ciência pura e de altos estudos — para a qual a arte de escrever não era a arte de pensar; em que a literatura e a ciência, longe de obedecerem ao mesmo ritmo, desacertaram através de mais de três séculos, e que se caracteriza pelo profundo divórcio, senão antagonismo, estabelecido entre dois ramos que são destinados a fortalecer-se mutuamente, num plano geral e sistemático de educação.” Fernando de Azevedo conclui com o pensamento de Anatole France: “Se é certo que as ciências, separadas das letras, se tornam maquinais e brutas, as letras, privadas da ciência, são vazias, pois a ciência é a substância das letras”.⁷²

O imperador era também o governante que se mantinha no trono graças ao seu pendor de conciliar com as mais diversas camadas dos estamentos dominantes, em detrimento dos direitos dos trabalhadores rurais, por exemplo, contra quem os juristas da época confeccionaram leis cujo objetivo explícito fundamental era manter a mão-de-obra subjugada ao poder dos latifundiários e promover diretamente a concentração cada vez maior da propriedade da terra. Foi o caso das leis de 1830 e 1837, que regulavam os contratos de locação de serviços, com base no código mercantil, e não na legislação civil, como seria o normal; e da lei de terras, de 18 de setembro de 1850, que regulava o acesso à terra, a fim de dificultar sua aquisição pelos trabalhadores livres nacionais e imigrantes, e reforçar seu monopólio por parte da oligarquia rural.

Não seria fortuito que o ecletismo espiritualista não conseguiria se aprofundar como pensamento filosófico voltado para o avanço da ciência, da tecnologia e da organização da sociedade moderna. Rapidamente foi suplantado, na segunda metade do século 19⁷³, pelo cientificismo, pelo evolucionismo, pelo positivismo e pelo pensamento neokantiano. É a partir desse período que começam a se espalhar as idéias socialistas, de caráter anarco-sindicalista, trazidas pelos trabalhadores imigrantes.⁷⁴

5. Sociedade e capitalismo retardatário.

Cabe cotejar o que foi dito acima com o que se deu na economia e na sociedade a partir de 1850.

A segunda metade do século 19 se abre com um acontecimento importantíssimo: o governo central empenha-se, por todos os meios a seu alcance, em oferecer base econômica, sustentação política e justificativa legal à viabilização da grande empresa agrícola.

Vimos que a agricultura, desde a colônia até o final do século 19, sempre foi uma atividade entre rudimentar e tecnicamente arcaica. Agora é o momento de examinar como se verificou a transição para uma economia que se lançava para o grande salto em direção ao capitalismo industrial, o que exigia transformações de fundo na agricultura. Nesse quadro, a questão especificamente agrícola requer meditação sobre o processo que levou à abolição da escravatura; a mentalidade que animou o liberalismo

das classes dominantes a encontrar subterfúgios para manter a escravidão, por mais de sessenta anos depois da Independência; o papel dos trabalhadores livres; a sustentação ideológica e legal de que se valeram os donos do saber jurídico para preservar e consolidar a concentração latifundiária em poucas mãos e alastrar a situação de miséria e exploração de milhões de excluídos. Esta foi a orientação que prevaleceu.

A primeira metade do século 19 tinha sido de declínio econômico, principalmente por causa da queda das receitas das exportações, a que se somaram o declínio do mercado de consumo, que veio com a decadência da mineração, e a incapacidade do império de iniciar um processo de industrialização, a partir das necessidades elementares de abastecimento da população, como a produção de tecidos, a única manufatura que incluía em seu mercado a população escrava. Como o império não criou condições para que penetrassem no país inovações técnicas em escala suficiente para fomentar a indústria — por isso, como vimos, e porque não havia mercado interno significativo para produtos siderúrgicos, a siderurgia fracassou, —, o problema nacional básico continuava a ser a retomada da atividade agrícola em bases modernas.⁷⁵ Isso significava que seria necessário desenvolver a policultura, com base na mão-de-obra livre, uma vez que, depois das revoluções Francesa e Americana, o liberalismo europeu, apoiado pelo poder da Grã-Bretanha, pressionava as regiões sob sua influência para que abolissem a escravatura e o comércio de escravos da África.⁷⁶

No Brasil, essa pressão começa desde 1808, com a transmigração da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Em 1810, D. João VI promete cooperar na campanha contra o tráfico negreiro. Em 1815, a Inglaterra proíbe o tráfico ao norte do Equador. Doravante eclode e espalha-se um verdadeiro espírito antiescravista no Brasil. A Insurreição Pernambucana de 1817 condena a escravidão e promete expressamente sua próxima extinção. A partir desta manifestação precursora, de afirmação de uma primeira camada dirigente nacional, com formas de pensamento anticolonial, liberal e antiabsolutista, configuram-se desdobramentos nas revoluções de 1821, 1824, 1831 e 1848.⁷⁷ A resistência à escravidão multiplica as rebeliões dos escravos. As condições cruéis de tratamento dos escravos é causa importante de grande quantidade de mortes por doenças, mortalidade infantil e declínio da natalidade. Outro fator de redução do braço servil é o envelhecimento progressivo da escravaria. Mais grave ainda é seu pequeno crescimento demográfico. Quando o tráfico foi interrompido, em 1850, houve quem propusesse a criação de programas de reprodução de escravos, baseados no “*edificante exemplo das coudelarias humanas dos Estados Unidos da América.*”⁷⁸ Mas a experiência nunca foi adotada por nenhum fazendeiro brasileiro, principalmente porque seus preconceitos eram tão grosseiros e arraigados que a idéia de que os escravos não eram seres com necessidades iguais às de seus senhores lhes bloqueavam considerações básicas de conservação biológica e até de cálculo de retorno econômico, comum entre os grandes fazendeiros norte-americanos.⁷⁹

Segundo Robert Conrad, a escassez de mão-de-obra “foi uma característica geral da sociedade brasileira enquanto a escravatura existiu, já que o trabalho escravo repelia o trabalho livre, tanto nacional quanto estrangeiro, criando exigências quase constantes dos fazendeiros de auxílio por parte do governo

na aquisição de novos e pouco dispendiosos trabalhadores.”⁸⁰ A situação tendia a se tornar de solução tanto mais difícil, quanto mais se alardeava na Europa a brutalidade com que os fazendeiros brasileiros tratavam seus escravos. Convém lembrar que, salvo pelo caso de Cuba, que só iria abolir a escravidão em 1880, o Brasil passou a ser o último bastião da escravatura nas Américas. Durante a primeira metade do século 19, adquiriram peso específico as rebeliões sociais contra a dominação portuguesa, cujo núcleo eram a liberdade de comércio e ofício, a liberdade de acesso à propriedade e a liberdade de trabalho, questões que constituíam o cerne das doutrinas econômicas em voga, base dos princípios do liberalismo e da política inglesa. No Brasil, o mais importante defensor destas doutrinas foi José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. Leitor atento de Adam Smith, desenvolveu pensamento original sobre a aplicação de idéias do pensador inglês à situação brasileira. Seu livro *Princípios de Direito Comercial*, de 1798, é considerado por Clóvis Bevilacqua⁸¹ como a primeira aparição, em idioma português, de uma doutrina do direito comercial. Foi possivelmente o primeiro intelectual brasileiro a fazer uma crítica aos fisiocratas, para os quais a colônia estava condenada a ter seu destino vinculado exclusivamente à agricultura. Segundo Lisboa, “O trabalho e não a terra (quaisquer que sejam as vantagens de sua extensão, posição e fecundidade) é o que sustenta e torna opulenta a sociedade (...) É o trabalho a origem e o fundamento de toda a propriedade e valor”.⁸² Ele entendia que a transferência da corte portuguesa e a abertura dos portos traziam a possibilidade de realização da prosperidade nacional, porquanto a economia tinha condições de ser dinamizada mediante o desenvolvimento articulado da agricultura e das manufaturas, sem negar o mercado externo e suas condições de funcionamento. Mas é só nos anos 1850, ou seja, 15 anos depois de sua morte, que sua obra será recuperada. Seus escritos serão reconhecidos, particularmente nos primeiros momentos da crise aguda do trabalho escravo, quando se torna premente sua substituição pelo trabalho livre, questão que vinha sendo tratada de maneira tortuosa desde a Assembléia Constituinte de 1823. Desde sua instalação, aprofundou-se a luta entre a facção que defendia a independência formal mas subordinada ao absolutismo do monarca e a tendência que propugnavam pela criação de uma base constitucional do estado que se criava. Havia uma terceira linha que colocava em pauta a alternativa republicana e, em alguns momentos, soluções libertárias e nacionalistas. Mas, diante da ameaça de suspensão da Assembléia, acabou prevalecendo a manutenção da velha ordem colonial, finalmente sacramentada com a instituição do Poder Moderador, a dissolução da Assembléia e a outorga da Constituição de 1824. Toda a discussão em torno da forma de organização estatal será condicionada ao limite crítico colocado pelo conflito entre as exigências liberais para desenvolver as forças produtivas (que envolvia o acolhimento de trabalhadores livres europeus) e os interesses de preservação dos elementos centrais destas, o escravo e a grande propriedade. O liberalismo revolucionário e humanitário da primeira época das revoluções européias é então substituído pelo liberalismo formal. A partir de determinado momento, preocupados em garantir a estabilidade política ameaçada pelas tendências radicais, os juristas passam a considerar como tarefa prioritária a formulação do Código Criminal, no qual a definição de crimes e penas gira em torno da definição de crimes públicos, entre os quais se salientam os crimes de conspiração, rebelião e insurreição. O último,

caracterizado como tentativa de conquista da liberdade por meio da força, enquadrava a rebeldia escrava como crime político, e para ele estabelecia, em grau máximo, a pena de morte. Essa prioridade do Código Criminal, convertido em lei em 1830, corresponde ao momento em que a noção de propriedade assume nova dimensão, quando a perspectiva da ampliação da esfera do trabalho livre traz à baila duas outras questões ligadas aos trabalhadores livres estrangeiros: a preocupação em restringir a aplicação do reconhecimento de direitos civis e políticos, no bojo dos requisitos da naturalização de estrangeiros; e o problema da perturbação que o processo de admissão de trabalhadores livres representa para a propriedade fundada no escravo. Assim sendo, era necessário que o processo de naturalização fosse encaminhado como coisa diferente do processo de admissão de trabalhadores. Foram de 1830 as primeiras tentativas de regulamentar os contratos de locação de serviços agrícolas. Em 1837, este regime de contratação, que envolvia recrutamento de trabalhadores por convocação unilateral, visando principalmente o colono estrangeiro, tinha por objetivo fundamental complementar a força de trabalho escrava e a expansão dos cultivos de exportação, a que se seguia a precaução de evitar que os colonos imigrados escapassem do controle do latifundiário e se decidissem a buscar terrenos livres e fossem engrossar as experiências de colonização do sistema de pequenas propriedades. A partir de 1834, antes mesmo de se cogitar de um Código Civil, começou-se a buscar uma acomodação desses contratos de trabalho aos interesses das operações mercantis, disciplina que redundaria na confecção, em 1850, do Código de Comércio. Na verdade, este Código resultou em um regulamento genérico das relações civis, motivo de críticas do jurista Teixeira de Freitas, que não se conformava que a ordem privada fosse percebida a partir da circulação de objetos-mercadorias, e não a partir dos sujeitos do processo. A partir de 1837, o governo imperial faz uma proposta de legislação sobre sesmarias e colonização estrangeira, com o objetivo de criar um preço elevado para as terras devolutas, até então acessíveis sem ônus pelos grandes proprietários, e estabelecer um imposto territorial alto, como fórmulas para forçar o colono imigrado a trabalhar nas fazendas, dificultando-lhe o acesso à propriedade da terra, de maneira a acentuar a concentração das grandes propriedades. Os grandes proprietários pressionaram nesse sentido, para conter e superar a tendência crescente da difusão de núcleos colonias familiares organizados em torno de pequenos agricultores proprietários. Essa orientação prevaleceu com a promulgação da Lei de Terras em 18 de setembro de 1850, logo depois da aprovação, neste mesmo ano, da lei de extinção do tráfico de escravos.⁸³

Com o fracasso do sistema de parceria adotado nas décadas de 1840 e 1850, os trabalhadores imigrantes serão fixados nas fazendas como simples assaraliados⁸⁴. Além disso, a partir da década de 1860, começa a generalizar-se lentamente a adoção de métodos novos de trabalho na lavoura do café, no Centro-Oeste paulista, notadamente a mecanização, o que exigia mão-de-obra mais habilitada do que os escravos. Isso levou à ampliação significativa da população livre no país. Paralelamente crescia a imigração de trabalhadores europeus.⁸⁵

Nesse pano de fundo, é digno de nota que a legislação referente ao ordenamento do trabalho agrícola tenha se caracterizado por um objetivo fundamental: manter o trabalhador livre excluído da

sociedade civil. Renato Saul é um dos poucos autores brasileiros que pensaram a questão de maneira sistemática.⁸⁶ Além do que já vimos sobre o tratamento dado pelo legislador à locação dos serviços agrícolas e ao acesso à posse da terra, ficamos sabendo de que forma se estende ao trabalhador nacional a regulamentação das locações agrícolas, antes restrita ao imigrante, e como se institucionaliza o trabalho em parceria e o regime de empreitada. Aperfeiçoados a partir de 1879, estes últimos mecanismos funcionam como instrumentos de coação extra-econômica, representados pelas relações de dependência entre o colono e o fazendeiro, tendo em vista superar as dificuldades que levaram ao fracasso o regime de parceria implantado pelo fazendeiro e senador Nicolau de Campos Vergueiro, entre 1847 e 1857.

A causa principal deste fracasso, repita-se, residia na determinação do grande proprietário em compatibilizar o trabalho livre com a intangibilidade da escravatura e do monopólio da terra.⁸⁷ Por isso, como demonstra Maria Sylvia de Carvalho Franco⁸⁸, o fazendeiro estabelece com o vendeiro, o tropeiro, o sitiante, o agregado, o camarada, o capanga e outros homens livres do universo caipira relações de dominação que os mantêm integrados, embora marginais e pobres, na estrutura social regida pela plantagem escravocrata. Nesta “sociedade cuja economia se organiza num duplo plano, um deles comercial e desintegrado do sistema local e outro de subsistência, e tendo-se apropriado de uma atividade que se insere a meio caminho entre esses dois planos (dependente do *comércio* com a população do *setor de subsistência*)”⁸⁹, o homem livre constitui, ao lado do escravo, um elemento contraditório de uma totalidade econômica que unifica os elementos que a compõem. Dada a existência do monopólio de grandes extensões de terra ocupadas apenas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos, ficaram em grande ociosidade áreas incorporadas ao patrimônio privado que poderiam ser cedidas, sem prejuízo econômico, para uso de outrem. Esta situação “possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde, vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser”.⁹⁰ Ao que acrescenta que “foi na fimbria do sistema econômico organizado para a produção e comercialização do café que emergiram as atividades a eles relegadas. Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizadas por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades ao trabalhador livre”.⁹¹

Por isso, “nas regiões onde a grande lavoura dominava de uma forma absoluta, particularmente em São Paulo, nunca se cuidará em escala apreciável da organização de núcleos coloniais de pequenas propriedades. (...) O sistema de “colonização” terá mais sucesso no Extremo Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe, nestes casos, da ação

perturbadora e absorvente da grande lavoura. Ele encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas”.⁹²

Mesmo para essas regiões, a emigração alemã chegou a ser proibida em 1859, diante da campanha que se fez contra as más condições de trabalho que eram oferecidas aos colonos estrangeiros, próximas às dos escravos. Depois de 1862, enquanto a corrente de imigrantes alemães torna-se quase nula; a de portugueses diminuirá de mais de 50%. A imigração em geral começa a crescer depois de 1871.⁹³ Nas décadas de 1860 e 1870, fluxo importante dirige-se para Santa Catarina, onde se funda uma florescente colônia que viria a se chamar Blumenau. Aí se realiza uma experiência bem sucedida de agricultura baseada em pequena propriedade voltada para o mercado interno, em contraste com a grande monocultura de exportação baseada no trabalho servil. Paul Singer descreve-a e analisa seus aspectos positivos e negativos, mostrando como o modelo é compatível com um processo gradativo de industrialização e pode apresentar uma trajetória paralela, e muitas vezes contraditória, com o setor de produção para o mercado externo.⁹⁴

A pequena produção, conforme sustenta Caio Prado Júnior⁹⁵, não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia, por causa dos parâmetros estruturais que tornavam inevitável a grande produção para exportação, existindo apenas como atividade marginal a esta. Em todo caso, sabe-se que, na maior parte do país, a pequena produção independente, principalmente quando, no século 19, já havia condições internas de mercado de consumo e de trabalho livre para seu desenvolvimento, foi bloqueada por políticas governamentais direcionadas explicitamente a forçar o trabalhador livre a trabalhar nas grandes fazendas. A mais importante destas políticas foi definida pela Lei de Terras de 1850. Ela combina a política de mão-de-obra com a política de terras num país dominado por uma mentalidade que enxergava a modernização capitalista de uma perspectiva conservadora. Esta perspectiva era oposta à que prevaleceu em alguns setores dos Estados Unidos da América, onde, em 1862, a política de terras foi regulamentada pelo Ato de Propriedade Rural (*Homestead Act*). O *Homestead Act*, defendido pelos setores mais dinâmicos e progressistas da economia norte-americana, doava terras a todos os que desejassem nela se instalar e adotava a idéia da superioridade da pequena propriedade, pois sua forma de exploração era associada à idéia da dignidade do trabalho e à noção de que o trabalho é uma fonte de riqueza e confere direito à propriedade. A nova política contribuiu em grande medida para a abolição da escravatura nos estados do Leste e para a dinamização da economia. É verdade que, por falta de outras políticas adequadas, o *Homestead Act* não impediu a especulação e a monopolização da terra, mas desempenhou papel decisivo na mudança da estrutura social e da mentalidade dos grupos inovadores da região nordeste dos Estados Unidos. No Sul, entretanto, a manutenção da estrutura econômica tradicional, fundada na grande propriedade, conduziu, assim como no Brasil, à sobrevivência de uma mentalidade senhorial, favorável à concentração da propriedade fundiária.⁹⁶

Não se pode negar, no entanto, a importância da pequena produção no contexto da agricultura brasileira. Pesquisa coordenada por José Francisco Graziano da Silva revela que a maior parte da produção agrícola é proveniente de pequenas unidades, seja em termos de área, seja em termos de magnitude do valor da produção (renda bruta). Dentre essas pequenas propriedades, predominam aquelas sem assalariados permanentes, especialmente no caso de gêneros básicos de alimentação. A relativa debilidade das transformações capitalistas no campo no Brasil determina que até hoje assumam grande importância relações de produção como a parceria e o arrendamento, além da pequena propriedade baseada no trabalho familiar. O outro aspecto relevante é que a existência da pequena produção implica um alto grau de exploração da força de trabalho, devido à necessidade que os trabalhadores têm de intensificar e aumentar a jornada de trabalho no sentido de obter a subsistência. Além disso, o rebaixamento de salários que ela permite estimula a manutenção dos baixos níveis de capitalização que se observam tradicionalmente na agricultura brasileira⁹⁷. É também de Graziano da Silva a tese, que confirma o fenômeno da “modernização sem mudança” ocorrida na agroindústria açucareira do Nordeste, segundo a qual a modernização da agricultura brasileira em geral tem sido apenas parcial, num duplo sentido: primeiro porque se restringiu a alguns produtos e regiões específicas, como é o caso do estado de São Paulo; segundo, porque, mesmo nos produtos e regiões onde se fez presente, atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo. Essa modernização parcial acentuou, ao invés de atenuar, as variações sazonais próprias das atividades agrícolas, o que fez com que uma relação de emprego intermitente — como a dos volantes — passasse a ser mais vantajosa (do ponto de vista dos proprietários) do que a contratação de assalariados permanentes.⁹⁸ Isso significa que se propagam até hoje as tensões criadas na segunda metade do século 19 entre o padrão de desenvolvimento agrícola com base no monopólio da terra e a alternativa de uma estrutura desconcentrada, como a que Singer estudou em Santa Catarina. Esta alternativa supostamente requer a modernização da pequena e média propriedade e a sua integração ao mercado interno e externo, de tal modo que ela possa competir em igualdade de condições com a grande propriedade.

Mas foi precisamente a natureza dessa economia, concentrada na produção cafeeira do Oeste paulista e no capital mercantil que comandava a acumulação, que propiciou o início da industrialização capitalista em escala nacional.⁹⁹ Foi este capital mercantil, apoiado pelo capital financeiro inglês, que introduziu a estrada de ferro na segunda metade da década de 1860. Juntamente com ela, a introdução da máquina de beneficiamento do café, nos anos 1870, teve o efeito de poupar mão-de obra para a lavoura e melhorar sensivelmente a qualidade do café, permitindo alcançar melhores preços internacionais. A estes fatores, somou-se, como vimos, a introdução do trabalho assalariado, para o que se recorreu à imigração. Esta combinação de variáveis criou condições favoráveis para o deslanche do capital industrial. A primeira condição foi a formação de um mercado de trabalho livre, graças ao qual se criou a segunda condição: um mercado interno para produtos industrializados. Com a expansão das exportações do café, o capital mercantil assim ampliado cria a terceira condição: a geração da capacidade de importar bens de salário para a reprodução da força de trabalho, bens intermediários e máquinas e equipamentos

industriais. Mas o capital mercantil dependia da demanda externa por café. Quando esta se retraía, a indústria de transformação era de início prejudicada, limitando seu crescimento. Esta limitação da capacidade de importar funcionava como aumento da proteção ao mercado interno, o que fazia recuperar a produção industrial, absorvendo gradualmente a capacidade de produção ociosa. Como as indústrias que se estabeleceram eram principalmente as de bens de consumo (alimentos, têxteis) e as de alguns poucos insumos, máquinas de beneficiamento de café e implementos agrícolas, a crise da capacidade de importar impunha limites ao desenvolvimento industrial. Isso porque a procura de bens de capital era direcionada aos países centrais, e a indústria interna de bens de capital não se desenvolveu, impedindo assim a autonomia da acumulação de capital industrial. Dado que a industrialização brasileira, nesse período (por volta da década de 1880), é periférica e subordinada à acumulação internacional de capital, ele apresenta duas características essenciais: é específica e retardatária. É específica porque está determinada por seu ponto de partida e por seu momento. O ponto de partida refere-se à origem do capital industrial, que foi o capital mercantil da economia cafeeira aplicado tanto no núcleo produtivo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais de importação e exportação, portos, serviços financeiros, transportes, geração e distribuição de energia). O complexo exportador cafeeiro, atravessando um auge de exportação, alcançou taxas de rentabilidade extraordinárias, de modo que a taxa de acumulação financeira ultrapassou em muito a taxa de acumulação do núcleo produtivo. Era lógico que esse capital-dinheiro transbordasse para projetos industriais com taxa de rentabilidade positiva, a-fim-de realizar os objetivos de produzir alimentos, bens de consumo, matérias-primas e bens de produção leves, necessários à reprodução do próprio complexo cafeeiro. A multiplicação de empreendimentos desse tipo (afora os de caráter especulativo em imóveis e títulos de crédito) foi intensificada pela criação de um mercado de capitais que facilitou ao extremo emissão de papel-moeda por bancos privados, linhas de financiamentos governamentais e colocação de ações de sociedades anônimas. Esses mecanismos dinamizaram a economia, mas acarretaram também descontrole e crise financeira (o “encilhamento”). Os benefícios auferidos com o capital empregado no segmento urbano costumam ser considerados também bastante significativos, como o demonstra a grande expansão dos serviços de utilidade pública (bondes etc.) em São Paulo, entre 1850 e 1930, e o interesse que essas aplicações despertam junto a capitalistas estrangeiros.¹⁰⁰ A segunda razão pela qual a industrialização brasileira tem caráter específico, assinala João Manuel Cardoso de Mello¹⁰¹, é que ela se dá no momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial. Nas duas últimas décadas do século 19, no bojo da Segunda Revolução Industrial, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Isso envolve problemas de mobilização e concentração de capitais e de indisponibilidade da complexa tecnologia da indústria pesada.¹⁰² Por isso a industrialização capitalista no Brasil é retardatária, impossibilitada que se encontra de constituir “um departamento de bens de

produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital.”¹⁰³

O problema da dependência tecnológica, especialmente no setor de bens de capital, implica um processo de industrialização no qual o monopólio e o oligopólio são, no entender de Meir Merhav¹⁰⁴, “tecnicamente inevitáveis” na maioria dos ramos produtivos, o que levaria necessariamente à estagnação. Ele propõe como alternativa para o impasse a dinamização do comércio exterior, combinada a políticas públicas corretivas dos pontos de estrangulamento social e tecnológico. Os pressupostos básicos de Merhav são perfilhados por Paolo Sylos Labini¹⁰⁵, para quem, todavia, existem soluções que podem ser descobertas na pesquisa científica e tecnológica, bem assim na introdução de inovações administrativas nas áreas financeira e comercial, contemplando principalmente novas estruturas de cooperação e integração organizacional, para o que ele vê como indispensável uma intervenção estatal profunda e eficiente. A estrutura oligopolista da economia cafeeira contribuiu para garantir a elevação da taxa de lucro e de acumulação do capital industrial. Nessas condições, diz Maria da Conceição Tavares, em sua tese de livre docência, surgem ou se afixam “oligopsônios mercantis que funcionam como poderosos intermediários entre o mercado rural e o urbano e permitem a manutenção de preços altos dos produtos agrícolas. Isto, porém, não prejudica a taxa de acumulação urbana; apenas acentua a queda no poder de compra dos salários. O aumento das margens de comercialização apenas faz subir as margens brutas de lucro no setor urbano em seu conjunto, isto é, modifica os preços relativos em favor da acumulação de capital. Do ponto de vista da reprodução do capital industrial, o componente importado também pressiona os custos para cima, mas a indústria defende-se, graças à proteção externa que lhe garante a elasticidade para cima das margens brutas de lucro. O que resulta daí, como bem apontou Furtado, é uma pressão inflacionária constante e, portanto, uma tendência ao declínio continuado do poder de compra dos salários básicos.”¹⁰⁶ Os caminhos adotados no Brasil para a implantação do capitalismo tardio (que se estende de 1888 a 1933) foram em parte favorecidos por políticas protecionistas do estado, voltadas principalmente para assegurar a hegemonia do complexo cafeeiro, em detrimento do fortalecimento do mercado interno, da mão-de-obra assalariada e da capacitação científica, tecnológica e cultural da nação. Estavam longe, portanto, das alternativas propostas por estes e outros autores mencionados anteriormente. João Manuel Cardoso de Mello mostra que o período de transição iria iniciar uma nova fase, de 1933 a 1955, em que o processo de acumulação se liberta da dependência que o atrelava, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira, embora a capacidade de importar continuasse a impor à taxa de acumulação um limite em última instância. Nesta nova fase, a acumulação de capital se move de acordo com um novo padrão, em que há um processo de industrialização restringida. Segundo Mello, “Há industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um processo endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante,

num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.”¹⁰⁷

Os limites para a autodeterminação eram dados, nos plano político-institucional e cultural, por mecanismos de concentração de poder e por políticas educacionais regressivas que bloqueavam as possibilidades de manifestação da vontade coletiva e mantinham o ensino alienado da realidade, a ciência e a tecnologia atrofiadas, e o ambiente cultural paralisado.

6. Começo de institucionalização da ciência: política e cultura.

Entre 1865 e 1874, o Segundo Império brasileiro passava por um estágio político que, nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos, “não era muito distinto do *rotten system* britânico: reduzidíssima participação, grande quantidade de barreiras à entrada, além de voto censitário, fraude, corrupção, intimidação, ausência de partidos efetivos, escassa institucionalização política. É nesse contexto que José de Alencar pensa, milita e escreve.”¹⁰⁸

O sistema político podre (*rotten*) era produto por excelência da política brasileira do período de 1837 a 1849, que Caio Prado Júnior descreve como “a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história.”¹⁰⁹

Depois da revolução da Independência, estalaram pelo país várias revoltas de cunho democrático representativas dos anseios de camadas sociais inferiores que, insatisfeitas com os rumos impostos pela oligarquia dominante, não tinham todavia condições culturais e políticas para definir uma ideologia consequente nem uma coesão nacional. Mas eram suficientemente radicais para causar preocupação ao governo central. Em 1835, era regente do Império o padre Diogo Antônio Feijó. Desde 1833, lavrava intensa a revolta dos cabanos no Pará, só esmagada em 1836. No Rio Grande do Sul, iniciava-se a guerra dos farrapos, que iria durar até 1845. Na Bahia, explodiu o levante dos escravos malês. De 1833 a 1841 alastrou-se no Maranhão a revolta da Balaiada. As agitações praieiras se espalharam em Pernambuco de 1842 a 1849. Tampouco era tranquila a situação em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Mas o ímpeto revolucionário do povo não foi capaz de quebrar a resistência que se implantara solidamente no governo. Os grupos mais retrógrados recuperaram a energia contra-revolucionária e se revigoraram com o golpe da Maioridade. O Império se estabilizou com uma série de instituições jurídicas: centralização da polícia, que passa a ter amplas atribuições judiciárias; criação do Conselho de Estado, sustentáculo da escravidão e do reacionarismo imperial; e reforma eleitoral, que eleva ao dobro o mínimo de renda para o exercício dos direitos políticos.¹¹⁰

É salutar saber, comenta Wanderley Guilherme dos Santos, que mofinos ambientes sócio-políticos não impedem de todo o surgimento de vida inteligente, “tal como o *rotten system* inglês não esterilizou John Stuart Mill, entre outros, e nem à mesma época o sistema escravocrata brasileiro amesquinhou, entre outros, a José de Alencar.”¹¹¹ No exercício de mandato popular na Câmara dos

Deputados, José de Alencar não se confunde com o escritor pertencente à mesma escola literária da qual foi introdutor no Brasil o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães. Enquanto este, como vimos, em 1842, no auge da reação conservadora, se comprazia em dar sua aula inaugural de professor de filosofia na presença de Sua Majestade Imperial, desfiando um discurso piegas, sem nenhuma originalidade, completamente preso às idéias do ecletismo espiritualista, então em voga nos círculos cortesãos, José de Alencar despojava-se de seu lado literário para fazer a crítica do mundo político. Deixava de lado sua pesquisa da “língua brasileira”, seu lirismo romântico, seu exotismo indianista e sua percuciente intuição romanesca, mas fazia bom uso da sensibilidade para os enigmas da subjetividade humana, e se mantinha fino observador das tramas de poder da sociedade colonial, que ele explorava a fundo em sua obra ficcional. Agora se preocupava em dar satisfação de sua atuação bem objetiva e prática como parlamentar, “em continuar sua campanha contra o poder pessoal do imperador, e a favor da monarquia democrática”, em “criticar o despotismo, que abominava”, e em elaborar uma obra teórica que desafiava frontalmente a ordem dominante. “Alencar é também veemente contra a Guerra do Paraguai, por ela mesma e porque neste episódio revelou-se que o poder instaurado no país era despótico. Despótico porque a decisão de fazer ou não a guerra seria prerrogativa do Legislativo, não do Executivo”. Alencar denuncia como despótico o poder da Coroa, que impedia os partidos e o Parlamento de operarem livremente, por usurpar funções legislativas que a soberania popular delegava às Câmaras. A ele repugnava também a escravidão. A seu ver, a expansão do trabalho livre seria determinante da derrocada natural do trabalho escravo, não por ingenuamente desprezar a hipótese de que a expansão do trabalho livre fosse tolhida por causa da escravidão, mas por entender que o trabalho escravo impede a proliferação do trabalho livre somente se o crescimento econômico é de caráter extensivo, como foi o nosso, mas não assim se o crescimento se dá concomitantemente a transformações tecnológicas, aumentando a produtividade do trabalho, no contexto do sistema industrial, muito mais compatível com o trabalho livre. Enquanto a expansão quantitativa da lavoura extensiva, núcleo de um padrão de crescimento de tipo colonial, imposto pela demanda dos sistemas industriais europeus, engendra o regime servil, que é, ao mesmo tempo, seu parceiro e servo, pois, contraditoriamente, aproveita-se e depende do braço escravo, o término da escravatura seria função de mudanças neste padrão de crescimento, associado a uma redefinição da posição do Brasil no sistema de comércio internacional. A modernidade do raciocínio alencarino é fiel às melhores fontes utópicas e críticas do primeiro romantismo alemão, sem perder o sentido dialético de seu mútuo condicionamento histórico com a substância da vida material-produtiva e das interações sociais da realidade brasileira. Mais uma vez, nos antípodas do idealismo devoto dos cultores do romantismo aldeão.¹¹²

Dedicado à análise político-institucional, um de seus escritos — *O sistema representativo*, de 1868 — é considerado por Santos, “por ser obra pensada por inteiro e (...) por seu conteúdo, uma das mais importantes peças de reflexão política produzidas no século passado”. Sua importância reside no fato de que ele é mais complexo do que a obra magna de Stuart Mill — *Considerations on representative government* —, por não se satisfazer com um argumento sobre o governo representativo, e abarcar

também a análise da “origem do governo e da sociedade, pois só desta maneira Alencar considera possível justificar um especial tipo de sistema representativo — que é o proporcional”. E ele o faz arquitetando, no século 19, uma das mais sofisticadas teorias da política, do papel dos partidos e da democracia proporcional. Teoria que pode ser considerada original para a época, já que suas idéias não têm precedentes em nenhum dos principais autores políticos de então, a saber, Madison, Bentham, Burke, Benjamin Constant, Stuart Mill e James Mill. Para Santos, trata-se da “formulação mais radicalmente liberal da organização e funcionamento de um sistema parlamentar, dando inclusive solução para o enigma democrático fundamental. Com efeito, para Alencar, este enigma seria solucionado com a concretização da exigência de que todos os segmentos de opinião sejam representados no parlamento de tal forma que seja impossível a tirania da maioria e o veto da minoria, mediante um mecanismo de eleições por graus que transforma votos em cadeiras e garante a regra fundamental do regime da democracia proporcional¹¹³.

A essência da teoria política de Alencar corresponde ao seu ideal de sociedade, que se exprime no lema breve e simples: “O governo de todos por todos, e a independência de cada um por si mesmo”. O tema, que resumo a seguir, é desenvolvido no capítulo II, livro I, de *O sistema representativo*.¹¹⁴ O lema contém dois princípios: o primeiro manifesta a face social do homem, sua liberdade política; o segundo, sua face individual, sua liberdade civil. De um lado, a pessoa social constitui uma molécula da grande mônada política designada com o nome de estado ou nação, onde o homem só vale quando reunido em massa, partícula de um todo. A pessoa individual, ao contrário, é independente, não pode ser absorvida. Entre milhões de outras individualidades, conserva sua autonomia e vale tanto como a reunião de todas elas. Nesta segunda esfera o homem constitui um ser integral, e isola-se dos outros no círculo de sua liberdade, que não é outorgada nem consentida pelo poder político. A antítese dessas esferas representa o jogo da sociedade. Da comunhão da pessoa coletiva sai o estado, a sociedade política, a soberania nacional, um poder indiviso que emana da totalidade do país, uma vontade máxima e plena formada pela concreção das vontades, vontade para a qual todos concorrem; ninguém isoladamente a criou. Do isolamento da pessoa individual sai a cidade, a sociedade civil, que se compõe de unidades que se tocam, mas não aderem.

Na Antiguidade, diz Alencar no capítulo III do mesmo livro I, a democracia era exercida diretamente, porque a vida civil ainda não se desenvolvera. O homem era exclusivamente cidadão. Mas a civilização moderna não comporta mais esse tipo de governo, não apenas porque a magnitude da população o impeça, um argumento contingente, mas principalmente pela razão relevante e fundamental de que, na era moderna, a sociedade civil — com seus negócios e suas diferenciações e, em consequência, com a emergência do domínio privado, da individualidade, envolvida a maior parte do tempo com suas relações no emaranhado de unidades “que se tocam mas não aderem” e “independentes cada um por si mesmo” —, o indivíduo privado não mais pode ocupar-se continuamente da vida pública, cujas tarefas tornam-se mais complexas, diferenciando-se como atividade regular permanente. Assim como ao Estado não interessa o que se passa na esfera privada, pois historicamente, como resultado da gradual

complexidade da vida social, houve a emergência do social, por contraposição ao político, e do privado como avesso do social —, a democracia assumiu a forma indireta ou representativa.

Três pontos devem ser destacados. Primeiro, a democracia direta originária é preservada no fato de que a soberania nacional está fundada no poder constituinte do voto universal, razão pela qual Alencar se oporá ao voto censitário. Segundo, é essencial à legitimidade dessa soberania que ela garanta não apenas a representação das maiorias, mas também a das minorias, inclusive das oposições, pois isso equivale a replicar contemporaneamente os atributos da democracia direta originária; além disso, as minorias são o mais forte e o mais legítimo centro de resistência à vocação concentradora de todo poder. O terceiro ponto é tratado por Alencar no capítulo IV do livro I: a soberania popular será tanto mais representativa, quanto mais as opiniões individuais puderem exprimir uma influência geral ou nacional, de modo tal que o alargamento da base local dos votos não faça prevalecer a fragmentação das tendências individuais, nem restrinja e acanhe a representação; e ele só conhece uma influência dessa natureza que interligue os eleitores, agregue votos e preferências, aproxime o *demos* dos representantes, torne a sociedade co-extensiva ao *demos*, infunda mais representatividade ao mandato e, com isso, contribua para condensar a representação: os partidos nacionais.¹¹⁵

A importância essencial dos partidos nacionais é salientada por Alencar em outras obras¹¹⁶, ao retratar a evolução política do Império na segunda metade do século. Depois de discorrer sobre as tarefas que se impunham no período, Alencar denuncia a paralia e a decadência do governo, cujas causas ele encontra na corrupção geral dos partidos. Esta corrupção é vista pelo público como a época da conciliação, termo que, para Alencar, quer dizer na verdade “a prostituição política de uma época”. Quando falham os partidos políticos, o poder civil é substituído por organizações armadas (*as guardas pretorianas*), que “fazem e desfazem ministros” e impedem a salutar alternância partidária no poder, pois “a oposição é a convalescença dos partidos debilitados no poder”. Os partidos são indispensáveis porque são entidades que exprimem idéias de caráter geral, sendo sabido que a influência dos indivíduos não tem força suficiente para persuadir massas numerosas a adotarem uma idéia. Depois da Independência, dada a inexistência de partidos nacionais, todas as aspirações locais passaram a convergir para o poder central, por intermédio de líderes políticos que forçavam o cidadão a se enfeudar à influência local.¹¹⁷ Para romper esse círculo vicioso de mútua dependência é que são necessários partidos nacionais fortes, resultado da descentralização e da representação das minorias. Em vez disso, não obstante o arremedo de estabilidade dos anos da conciliação, o que se observa é “o povo inerte, os partidos extintos, o parlamento decaído”. A situação chegou a esse ponto porque os partidos conservador e liberal traíram seus objetivos. Nesse vazio, e dada a fragilidade da iniciativa particular, a Coroa vai se intrometendo em todos os assuntos da sociedade. Absorve a aristocracia, que é parasitária e superficial, na burocracia administrativa. E é essa burocracia centralizada na corte que usurpa e fraudava a soberania popular, pois é ela que controla os gabinetes ministeriais, manipula as leis eleitorais e as eleições, e produz uma nação artificial, não representativa, de onde sai o parlamento. É a mesma burocracia que fabrica a opinião pública distribuindo favores aos jornais e aos escritores. Quanto às empresas privadas,

são beneficiadas pela burocracia, que as privilegia com fontes abundantes de riquezas improvisadas. Em suma, a burocracia substitui a soberania popular e a ditadura ministerial se disfarça com a máscara do governo pessoal. O centralismo burocrático mantém a nação paralisada, mesmo depois de abolida a escravidão, porque, ao usurpar as funções legislativas da soberania popular, e não estimular a criação de um novo padrão descentralizado, moderno e dinâmico de desenvolvimento econômico, com abrangência social, bloqueia a iniciativa particular, esteriliza a cultura, atrofia o ensino, ignora o caráter básico da ciência, ao mesmo tempo que não vislumbra o papel da tecnologia no contexto da Segunda Revolução Industrial em curso no mundo.

Ao traçar o cenário econômico da segunda metade do século 19, Caio Prado Júnior caracteriza o momento como o de maior transformação econômica e de maior prosperidade material jamais alcançado na história brasileira. Expandem-se largamente as forças produtivas brasileiras, dilatando-se seu horizonte; remodela-se a vida material do Brasil. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. Abre-se uma nova perspectiva desconhecida no passado. Cria-se um fundo sólido e um progresso efetivo, capazes de suportar os graves desastres das crises financeiras de 1857 e 1864, e, com a longa guerra do Paraguai (1865-1870), a mais séria crise internacional de sua história. O início do processo de concentração de capitais representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova, motor para a expansão das forças produtivas do país, cujo desenvolvimento adquire um ritmo apreciável. Além da grande expansão da lavoura de exportação e do comércio em todas as suas modalidades, instalam-se grandes empreendimentos como estradas de ferro, portos, bondes e outras obras urbanas, empresas de navegação a vapor, companhias de mineração, bancos, empresas financeiras, companhias de seguros, as primeiras manufaturas de certo vulto. Multiplicam-se os negócios de bolsa de valores. As iniciativas privadas contam com a forte colaboração do estado e sobretudo do capital estrangeiro, o inglês em particular. O decênio de 1870 a 1880 será contado como um dos momentos de maior prosperidade nacional.¹¹⁸

Não é portanto fortuito que se abra por volta de 1870 um período igualmente novo na história do pensamento brasileiro. De então até às primeiras décadas do século 20, verifica-se o que Roque Spencer Maciel de Barros classificou como o período da “Ilustração Brasileira”. “É um período em que o contacto com a Europa, particularmente com a França, é intenso, e de lá vêm as idéias de evolução, o darwinismo biológico e social, o positivismo e o materialismo filosófico e político. Estas idéias encontram eco nas elites políticas, culturais e intelectuais do país, cada qual escolhendo os aspectos que mais lhe são próximos. O positivismo reina no meio militar, e o próprio imperador é entusiasta e propagandista das novas tecnologias. (...) No que se refere especificamente à área científica e intelectual, haveria que examinar, além do papel do positivismo e a influência do ambiente intelectual e universitário francês, a influência alemã.”¹¹⁹ Muito antes dos anos 1870, houve “manifestações isoladas de inconformismo com a doutrina eclética e do conhecimento das obras de Comte, da repercussão das doutrinas de Darwin, da crítica religiosa iniciada, na Alemanha, pelos chamados hegelianos de esquerda e continuada por Renan e outros, etc. Contudo, o toque de alarme havia que partir da arena política desde que o sistema de idéias

que se passou a combater, segundo o indicou, acertadamente, Sílvio Romero, como que se enfeixava em mãos da monarquia e nos muitos instrumentos que lhe serviam de suporte. (...) Em 1869, afastados do poder, os liberais lançaram o programa mais avançado da época. Reclamam liberdade de indústria e de comércio; a extinção dos monopólios; a descentralização administrativa com o reforço da autonomia das províncias e municípios. Exigem mais: que o rei se limite a reinar, deixando a função de governo a cargo do Ministério. No ano seguinte, com a fundação do Partido Republicano, tais campanhas assumem uma feição nitidamente antimonárquica. Ainda que, no plano político, a avalanche renovadora haja conhecido sucessivas alternâncias, tréguas e compromissos, o impulso inicial daí recebido parece ter sido suficientemente forte para assegurar a eclosão do chamado surto de idéias novas e seu ulterior movimento ascendente”.¹²⁰ De 1870 data o Manifesto Republicano. “Na política”, diz Sílvio Romero, “é um mundo que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte (...) Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo estão se agitou e o brado de alarma partiu da escola do Recife. Tobias Barreto foi o mais esforçado combatente com o senso de visão rápida de que era dotado”.¹²¹ “A mocidade acadêmica e os círculos intelectuais, por todo o país, adotam o que se poderia denominar de espírito crítico.(...) Assim, tomam-se conhecimento, indiferentemente, de Comte, Littré, Taine, Renan, Darwin, Antero de Quental. É desse período a fundação, no Riode Janeiro, da Sociedade Positivista. Começam a aparecer obras daqueles que seriam mais tarde os líderes tóricos das duas alas do comtismo, a ortodoxa e a dissidente: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Pereira Barreto. Em 1875, divulga-se a obra de inspiração materialista *O fim da criação ou a Natureza interpretada pelo senso comum*, publicada anonimamente, de autoria de José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande. Na capital pernambucana fazem aparição, entre outros estudantes ou bacharéis, Tobias Barreto e Sílvio Romero. Este último, já na sede do Império, em 1878, entrega ao público *A filosofia no Brasil*. Manifestações do novo estado de espírito registram-se na Bahia, no Ceará, em São Paulo e Porto Alegre. A filosofia eclética, que reinava no plano teórico sem que lhe contestassem os direitos, sofre, de todas as partes, um ataque frontal. (...) O grande número de agitadores das novas idéias leva ao descrédito a filosofia oficial e lança as bases para a estruturação de novas correntes, nos decênios seguintes. Se bem deva ser considerado como a ante-sala da ascensão do positivismo no Brasil, o surto de idéias novas ressent-se de qualquer unidade doutrinária. Havia, talvez, unidade de objetivos: a crítica ao pensamento e às instituições vigentes. (...) É entretanto a partir desse movimento profundo mas informe que terá lugar a delimitação posterior dos campos. Esta não poderia ignorar o novo dado que se fazia presente à realidade: o total descrédito a que fora arrastado o ecletismo espiritualista. Se não havia nenhuma outra corrente estruturada, o campo de seus opositores, em fins do decênio [de 1870], já englobava a maioria dos espíritos, em particular nas novas gerações. assim, no período subsequente, a crítica à corrente que gozava de predígio inconste ao longo do Segundo Reinado desaparece de todo da ordem do dia.

Paulatinamente, a resposta ao desafio do positivismo irá se configurar como a tarefa fundamental da filosofia. (...) Na segunda metade da década de 80 faz aparição no cenário nacional um expressivo grupo de pensadores que se subordina ao lema geral assim formulado por Silvio Romero: “Não deixa de ser digno de afirmar-se que é uma prova de atraso atacar-se o positivismo, por estar-se aquém dele, mas que é um progresso feri-lo quando se está aquém”. Delineavam-se os campos no seio do espírito crítico da década anterior. Vencida a fase de combate ao ecletismo espiritualista, tem início um novo ciclo da evolução das idéias filosóficas, muito provavelmente ainda não de todo superado em nossos dias.”¹²² Demonstração de que o combate continua é a perseverança, em certo ambiente acadêmico, em preservar a epistemologia de Comte, não tanto com o objetivo de legitimá-la como baluarte do empiricismo, mas curiosamente como paradigma de uma modernidade científica que se desdobra em laboriosa argumentação para afastar do ideário comteano a pecha de ...”positivista”.¹²³

É relevante sublinhar, como faz Aquiles Côrtes Guimarães, que, na segunda metade do século 19, “a ausência de tradição científica e de enraizamento cultural foi o principal motivo que desencadeou a aceitação do positivismo no Brasil”. Mas isso não impediu que, desde então, já se delineassem críticas aos equívocos em que o positivismo incorreu.¹²⁴ Inegavelmente, o positivismo teve o papel, naquele momento, de “dar valor à ciência e combater a visão especulativa e contemplativa da realidade, abrindo o país para as novas técnicas e os novos conhecimentos que já há tanto tempo dominavam o panorama intelectual da Europa. Mas, ao fazê-lo, trazia como que de contrabando uma visão das coisas que pouco tinha a ver com a nossa realidade e que se opunha à forma pela qual a atividade científica realmente se desenvolvia naqueles países. De fato, nos meios acadêmicos franceses, o positivismo foi aceito apenas por certa parte dos filósofos sociais evolucionistas, não tendo maior aceitação por parte dos cientistas naturais. Do ponto de vista das ciências sociais, o positivismo se deparava com as outras tendências e teorias que então surgiam, como o marxismo, o evolucionismo de Spencer e a tendência expressa por Quételet da aplicação de métodos estatísticos aos estudos sociais; do ponto de vista das ciências físicas, chocava-se diretamente com a linha teórica que a física iria seguir a partir da demonstração, realizada nos fins do século XVIII por Volta e Galvani, da existência de forças não-newtonianas, resultando na introdução do conceito de campo como representação física por Faraday em 1831 e, posteriormente, na introdução do conceito de campo como *realidade física* por Maxwell (1864-1873); do ponto de vista das ciências matemáticas, da mesma forma, chocava-se diretamente com a linha que a matemática iria seguir a partir dos trabalhos da geometria não-euclidiana de Gauss no fim do século XVIII. Tanto o conceito de campo como os conceitos que derivam das análises não-euclidianas eram consideradas por Comte e seus seguidores como abstrações provenientes do estágio metafísico da mente humana, que deveriam ser erradicadas do sistema de ensino. Marginalizado pela comunidade acadêmica em sua quase totalidade, Comte passou a apregoar a necessidade de se ensinar a ciência positiva ao povo (que em sua concepção seria o único grupo não comprometido com o poder ainda baseado nas premissas do estado metafísico), daí decorrendo a vertente religiosa do positivismo, expressa por Émile Littré.”¹²⁵

7. Instituições científicas em busca da autonomia.¹²⁶

Após a fase tipicamente colonial, em que as pesquisas sobre a natureza eram feitas por cientistas e exploradores estrangeiros, pouco a pouco elas passaram a ser assumidas por entidades brasileiras. Entre 1870 e 1930, os museus nacionais — Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Paraense de História Natural — tiveram papel de destaque como estabelecimentos dedicados à pesquisa etnográfica e aos estudos das ciências naturais.

Criado no início do século, o Museu Nacional foi reformado em 1890 e recebeu grande impulso na administração de João Batista de Lacerda, quando o acervo geológico e mineralógico foi recuperado e promoveram-se excursões para coleta de exemplares da flora e fauna brasileiras. O Museu foi responsável pelo primeiro curso de antropologia, ministrado no Brasil em 1887.

Em 1893 o Museu Paulista recebe espécimes de história natural, objetos indígenas e outras peças, e logo no ano seguinte passa a ser dirigido por Hermann von Ihering. Destacou-se por seus estudos em história natural, zoologia, botânica e ecologia.

Originado, em 1866, de uma sociedade criada com a finalidade de estudar a natureza da Amazônia, sua flora, fauna, constituição geológica, geografia e história, foi reinaugurado em 1893 com o nome de Museu Paraense, sob a direção de Emílio Goeldi, que em pouco tempo o transformou em importante instituição científica.

Entre 1880 e 1900, criam-se Comissões de Geografia e Geologia de grande importância para o maior conhecimento do ambiente natural e para atividade econômicas de exploração mineral e vegetal. Dentre elas, a mais célebre foi a de São Paulo, fundada em 1886 e entregue à direção de Orville Derby, que imprimiu elevado nível científico aos trabalhos de levantamento de cartas geográficas, topográficas, geológicas e agrícolas, bem como aos estudos de botânica e de mineralogia no território da província. Em 1904, Derby pediu afastamento por incompatibilidade com a desorientação burocrática da Comissão, e desde então São Paulo deixou de ser considerado um centro de pesquisas geológicas e mineralógicas importantes. Em 1938, a Comissão passou a denominar-se Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo. Derby veio a dirigir o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, na esfera federal, onde conseguiu uma produção científica apreciável. Após o suicídio de Derby, atribuído ao descaso do governo pelo órgão, este voltou-se para geologia aplicada, com ênfase nos temas econômicos de petróleo, energia hidráulica, ferro, carvão, solo agrícola, reconhecimentos geográficos da bacia amazônica e divulgação de mapas de variadas regiões do país.

O Observatório Nacional do Rio de Janeiro foi criado em 1827 para orientar os estudos geofísico-geodésico-astronômicos do território nacional. Sua efetivação foi lenta e precária. A partir de 1909, sob a direção de Henrique Morize, francês formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mesmo tendo sido submetido a uma função pragmática e imediatista, foi organizado um serviço eficiente de meteorologia, que se tornou autônomo em 1921. Só então a astronomia pôde ganhar novamente

primazia, com a recuperação do nome de Observatório e a transferência da sede para São Januário. Em comparação com o padrão até então estabelecido, sua atividade científica entrou em estagnação depois da morte de Morize, em 1930, mantendo quase exclusivamente os serviços de regulagem dos cronômetros, hora certa, marés e magnetismo terrestre, e a prática da astronomia descritiva e de posição, a qual, já na década de 1920, mostrava-se marginal e defasada em relação ao novo padrão adotado na Europa e nos Estados Unidos, onde prevalecia a astrofísica. Capítulo da astronomia, esta ciência estuda as propriedades, a estrutura e a evolução dos corpos celestes, tendo evoluído, em 1931, para a radioastronomia.

A origem do Instituto Agrônomo de Campinas remonta à criação, em 1887, da Estação Agrônoma de Campinas, com o objetivo de estudar as plantas tropicais e a identificação dos problemas da agricultura. Foi dirigido de 1887 a 1897, com um interregno de 1890 a 1891, por F. W. Dafert, notável químico austríaco que prestou inestimáveis serviços e realizou trabalhos científicos de alto valor sobre o café e sua cultura. Pressionado a imprimir a seu trabalho uma orientação imediatista, seu afastamento trouxe muitos prejuízos à instituição e aos fazendeiros paulistas. Só em 1927, sob a direção de Theodureto de Camargo, o instituto retoma sua filosofia inicial: estudar primeiro os problemas agrícolas nos laboratórios e nos campos experimentais, depois nas subestações localizadas em várias regiões do estado de São Paulo, e somente num terceiro momento a divulgação dos resultados. De igual importância foi a criação, em 1928, de uma seção de genética no Instituto. Em fins de 1929, nela ingressaram C. A. Krug e J. E. T. Mendes, que realizaram importantes estudos sobre café, milho, fumo, trigo, batata e centeio. Em conjunto com F. G. Brieger em Piracicaba e Iwar Beckman no Rio Grande do Sul, eles constituíram a primeira linha em pesquisa genética no Brasil: a genética agrícola. A década de 1930 encontra o Instituto em fase bastante produtiva, em grande parte devido à implantação, em 1929, do regime de tempo integral para os técnicos. Seus trabalhos, de repercussão acadêmica, foram muito importantes para oferecer aos agricultores paulistas sementes de algodão e de outras culturas alternativas ao café, que então atravessava período de grave crise. As atividades científicas e tecnológicas do Instituto reforçaram-se quando ele estabeleceu entrosamento acadêmico com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), de Piracicaba, criada em 1901. A importância da ESALQ e sua contribuição para a ciência básica e aplicada, no que se refere às questões de interesse da agricultura, podem ser avaliados pelo seu pioneirismo ao se constituir, em 1918, no primeiro estabelecimento do país em que se lecionava genética — apenas dezoito anos após a descoberta de suas leis básicas — na cadeira de agricultura e de zootécnica, sob a responsabilidade, respectivamente, de Carlos Teixeira Mendes e Otávio Domingues. Teve também grande importância, a partir de 1936, a contribuição científica dos geneticistas André Dreyfus e Theodosius Dobzhansky, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

A ESALQ não foi a única escola de nível superior que surgiu no período. A estrutura acadêmica extremamente precária legada pelo período colonial foi ampliada em termos numéricos e modificada em sua orientação, que se tornou mais voltada para a esfera produtiva. Foram criadas a Escola Politécnica de

São Paulo (1893), a Escola de Engenharia Mackenzie de São Paulo (1896), a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), a Escola Livre de Farmácia de São Paulo (1898), a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (1898) e duas Escolas de Comércio, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, ambas em 1902.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, criada no período anterior, vinha recebendo influência das idéias positivistas, evidenciadas em várias teses de seus professores. Licínio Cardoso, professor da cadeira de mecânica racional, liderava o grupo positivista. Mas em 1898 iniciou-se o movimento antipositivista, liderado por Otto de Alencar, que publicou um artigo em que comprovava erros de matemática cometidos por Augusto Comte. O artigo, segundo Amoroso Costa, provocou reações dos adeptos de Comte, inspirados mais pela fé do que pela razão, mas a argumentação de Otto de Alencar, estritamente no campo da geometria, era irrefutável. Enquanto os positivistas se aferravam a suas posições dogmáticas, a luta desencadeada por Otto de Alencar recebeu a adesão de muitos, como Manuel Amoroso Costa, Lélío Gama, Teodoro Ramos, Roberto Marinho de Azevedo e Felipe dos Santos Reis. A crítica de Amoroso Costa aos positivistas consistia em caracterizá-los como infensos aos avanços que o conhecimento matemático havia alcançado no século 19, nomeadamente a obra de Gauss, de Abel, de Cauchy, de Reimann, de Poincaré e de Cantor. Comte entendia que a ciência fundamental está radicalmente esgotada com a construção da mecânica celeste, termo de sua evolução normal, nada justificando a invasão do domínio matemático pelas abstrações desprovidas de racionalidade e de dignidade, que nele fez prevalecer a anarquia acadêmica: sóresta agora elaborar uma sistematização final subordinada ao conjunto dos conhecimentos humanos. Amoroso Costa acrescenta: “Dessa doutrina estreita decorre uma condenação das funções elípticas feita em termos tais que é lícito presumir que a importância dessas funções escapou inteiramente ao reformador. Igual sorte têm as funções descontínuas, o cálculo de certas integrais definidas, a teoria dos números, o cálculo das probabilidades, qualificados de aberração profundamente estéril. Por outro lado, Comte julga pouco lamentável a dificuldade de obter critérios gerais sobre a convergência de séries e, ainda mais, aceitando o princípio leibniziano como de natureza essencialmente indutiva, renuncia a libertar a análise infinitesimal do aparente paradoxo que lhe serve de fundamento.”¹²⁷ Em 1916-1917, Teodoro Ramos e Felipe dos Santos Reis ampliam a polêmica demonstrando que o líder positivista Licínio Cardoso havia cometido erros de matemática em suas notas de aula. Em 1925, em resposta a artigos de Roberto Marinho de Azevedo sobre a teoria da relatividade e sobre a visita de Einstein à Academia Brasileira de Ciências, onde este pronunciou a conferência “Observações sobre a situação atual da teoria da luz”, Licínio Cardoso escreveu na imprensa carioca um artigo com a pretensão de refutar as teses de Einstein. A reação foi imediata: em sessões públicas da Academia, Licínio Cardoso foi combatido por Adalberto Menezes, Álvaro Alberto, Inácio Amaral e Roberto Marinho de Azevedo. Esse clima de animosidade perduraria durante muito tempo entre os dois grupos. Por trás da disputa intelectual, no campo das idéias, travava-se a luta pelo mercado de trabalho na academia, quase inteiramente monopolizado pelo grupo de professores que viam na atividade de pesquisa uma ameaça a sua situação profissional. Teodoro Ramos estava entre os que

compartilhavam o desencanto dos jovens pesquisadores quanto ao desajustamento entre suas aspirações e os moldes oficiais que dominavam no ensino da matemática. Mesmo assim, liderou a luta contra o positivismo e contribuiu para que a matemática do século 20 fosse introduzida no país. A partir de 1919, quando foi nomeado professor da Escola Politécnica de São Paulo, sua atuação transformou-a no principal centro irradiador da matemática moderna no país. Além disso, colaborou para fortalecer o grupo de professores autodidatas que lá realizavam pesquisa científica, já que, como no Rio de Janeiro, a Politécnica de São Paulo era destinada ao ensino profissionalizante de engenharia, sendo a física entendida mais como matéria básica para este tipo de ensino do que como ciência. Seu ensino era principalmente livresco, onde pesava, se bem que em menor escala, a influência positivista. Mas se voltou, desde o início, para trabalhos aplicados em construção de ferrovias, geração de energia elétrica, sistema de bondes da cidade e testes de equipamentos e materiais. O primeiro professor de importância no campo da pesquisa foi Francisco Ferreira Ramos: em 1896, apenas um ano depois da descoberta dos raios X por Roentgen, tirava radiografias utilizando como fonte de alta tensão uma bobina de Ruhmkoff alimentada por uma pilha de Bunsen. Geraldo H. de Paula Sousa foi responsável pela criação do Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola e que veio a se transformar em 1925 no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Teodoro Ramos, a partir de 1933, passou a ocupar-se da seleção do corpo docente para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Morreu aos 40 anos de idade.

A química brasileira sempre contou com forte participação alemã, devido a três fatores: o fluxo migratório da Alemanha para o Brasil até a década de 30, as dificuldades de emprego que a rigidez da universidade alemã causava a seus jovens professores e as perseguições movidas pelo nazismo contra cientistas judeus ou de convicções liberais. Por outro lado, havia interesse brasileiro em aproveitar a vinculação entre a pesquisa química e a atividade industrial. Como não foi possível realizar no Brasil esta vinculação, a química teve dificuldade em se entabecer adequadamente em nosso meio. Só em 1918, com a criação do Instituto de Química no Rio de Janeiro, introduziu-se o conceito de centro de pesquisa científica e formação de químicos profissionais para a atividade econômica. A partir daí, foram estabelecidos diversos cursos de química industrial. As experiências fracassaram porque esses cursos eram de preparo meramente profissional, sem orientação para altos estudos desinteressados e para pesquisa original, o que seria mais tarde, aparentemente, o ideal que nortearia o departamento de química da Universidade de São Paulo.

No campo da medicina,¹²⁸ como vimos, a tradição colonial brasileira foi basicamente clínica. Quanto à medicina sanitária, as teorias do século 19 atribuíam a origem de grande parte das doenças a problemas climáticos e de constituição física dos ambientes. A experimentação não chegou a conquistar um lugar nas faculdades de medicina. Sabe-se que a resistência começou a ser rompida em 1883, quando um grupo de professores que fundaram a Policlínica Geral do Rio de Janeiro resolveram tratar doenças infecciosas segundo as recém-divulgadas teorias de Pasteur. Mas a primeira a instituir o trabalho oficialmente neste sentido foi o Instituto Vacinogênico de São Paulo, criado em 1892, a partir da

necessidade premente de produção de vacinas contra a varíola, que constantemente assolava o país de maneira epidêmica. Foi seu diretor Arnaldo Vieira de Carvalho, que vinte anos mais tarde seria figura central na criação da Faculdade de Medicina de São Paulo. Na verdade, porém, o Instituto apenas importava a vacina, embora fosse plenamente conhecido o processo de sua preparação, criado por Jenner no final do século 18, e sua tecnologia continuasse basicamente a mesma, com sucessivos aperfeiçoamentos. Não consta ter realizado nenhum trabalho de cunho científico original. Em 1925, foi incorporado ao Instituto Butantã (criado em 1899). A tecnologia de preparo da vacina só foi modificada de modo significativo na década de 30. A experiência do Vacinogênico tinha se prendido, portanto, ao ataque circunscrito de um surto isolado de varíola, com uma metodologia de trabalho que se cingia ao combate localizado da doença. De resto, desde 1891 a vacinação antivariólica tinha se tornado oficialmente obrigatória. Com a queda da Monarquia, e por efeito da descentralização administrativa advinda com a República, o estado de São Paulo passa a enfrentar o problema da saúde pública de maneira integral. Como, no passado, o estado tinha sido mal servido de instituições médicas e sanitárias, e poucas medidas tinham sido tomadas contra as doenças epidêmicas, abria-se agora uma nova era para o setor. A legislação sanitária foi consolidada e novas instituições científicas foram fundadas. Discutiu-se a criação de uma escola de medicina para formar novos médicos. A idéia não foi aprovada, em parte pela oposição dos positivistas. De fato, a faculdade de medicina só seria fundada em São Paulo em 1912. Os paulistas continuaram a ir para o Rio de Janeiro e Bahia para estudar medicina, como se fazia tradicionalmente. Esses investimentos eram justificados por vários motivos: a população crescente, a proteção dos interesses comerciais do estado, a pressão da opinião pública para enfrentar as doenças epidêmicas, as relações destas doenças com os fluxos de imigrantes, quer porque eles se tornavam suscetíveis à febre amarela, endêmica ao longo da costa, quer porque eles traziam doenças relativamente raras na área, como a cólera, a escarlatina e o tifo. Juntamente com a peste bubônica, que apareceu em Santos, pela primeira vez, em 1899, essas doenças eram melhor identificadas por análises de laboratório, e muitas delas eram passíveis de controle pela vacina e a soroterapia. Nesse contexto é que foi criado, em 1892, o Instituto Bacteriológico. Seu primeiro diretor foi o francês Felix Le Dantec, indicado por Pasteur. Foi sucedido por Adolfo Lutz. Foi ele o primeiro a montar um moderno laboratório bacteriológico e a introduzir as técnicas mais avançadas da época, não só no Brasil, como na América Latina. Em 1893, levou apenas um dia para caracterizar como sendo cólera asiática o surto epidêmico de origem desconhecida que eclodiu na Hospedaria dos Imigrantes, nos arredores de São Paulo. A partir de 1895, identificou as febres paulistas como sendo febres tifóides e erradicou a febre amarela e a peste, feitos que deram grande prestígio ao Bacteriológico e a Lutz em particular. Nesta fase, por volta de 1895, Lutz intensifica interações com outros médicos e cientistas que partilham de suas concepções e métodos de trabalho, tais como Emílio Ribas, Vital Brasil, Pereira Barreto (positivista heterodoxo) e, vindos do Rio de Janeiro, Eduardo Chapot-Prévost e o jovem e ainda desconhecido Oswaldo Cruz. As descobertas de Lutz encontraram forte oposição de representantes da área médica não familiarizados com os métodos de análise bacteriológica realizada em laboratório. A comunidade médica tradicional não conseguia

abandonar sua maneira habitual de diagnosticar a doença a partir de imprecisos sinais e sintomas clínicos, em favor de um diagnóstico à base da classificação a partir de organismos causadores. É que esta última maneira de encarar a doença contrariava a concepção profundamente arraigada de que havia moléstias especificamente relacionadas com o ambiente geográfico, concepção que orienta a própria designação de “doenças tropicais”. O conflito acabou sendo resolvido por votação, sendo Lutz o perdedor. Esta foi uma das causas do desencanto de Lutz e de seu afastamento do Bacteriológico em 1908, quando optou por uma carreira exclusivamente científica no Instituto de Manguinhos (criado em 1900), no Rio de Janeiro. O Instituto Soroterápico Federal de Manguinhos, depois Instituto Oswaldo Cruz, viria a ser, juntamente com a experiência pioneira do Bacteriológico, o marco fundamental da institucionalização da ciência no Brasil. A trajetória do Instituto Oswaldo Cruz, recontada e analisada com percuciência por Nancy Stepan, representa a experiência de um novo paradigma para a ciência independente no Brasil. Ela rompe com a tradição da ciência colonial, contraria a tendência da maioria das instituições científicas existentes no Brasil na transição do século 19 para o século 20, teve seus momentos de apogeu e de declínio (como a confirmar seu caráter de exceção num ambiente essencialmente hostil), e pode ser vista como modelo alternativo para a criação de um tipo de comunidade científica adequada a uma sociedade moderna, autônoma, progressista, democrática e socialmente inclusiva.

8. Papel do cientista na sociedade dependente: vocação de elite.

Vimos que a primeira condição de criação de uma ciência autônoma é superar o atraso filosófico e a servidão a valores e representações transmundanos.

A segunda condição é que o cientista seja reconhecido na sociedade por seu papel de criador do novo, aqui entendido como agente de mudança da realidade, na busca da negação da realidade da dependência, no sentido da realização das necessidades humanas essenciais. Vale dizer, sua função modernizadora será tanto mais truncada quanto mais a sociedade impuser ao cientista o papel de homologador do *status quo*, seja para confirmar a positividade da situação que os dados aparentes consagram, seja para justificar o poder que perpetua a situação de dependência.

Durante o Segundo Reinado, a dependência dos intelectuais manifestava-se no fato de que o estado relacionava-se com eles mediante mecanismos como o mecenato, a patronagem, a concessão de honrarias. Os escritores ganhavam empregos e favores do governo com o objetivo de cooptá-los e mantê-los a serviço dos objetivos do estado e dos grupos dominantes. Estes não apenas atuavam como patronos dos intelectuais, mas também como sucedâneos do público.¹²⁹

O ambiente cultural do país era favorável a isso, pois o público consumidor de cultura era rarefeito e se prestava a consumir a cultura decorativa ou abertamente instrumental que predominava. O caráter dessa cultura provinha da importação de idéias em voga, ou mesmo de idéias já fora de moda na Europa, mas que, convenientemente adaptadas, recicladas e, se necessário, desfiguradas com o propósito

de compor o mosaico ideológico para uso dos interesses da elite dominante, poderiam justificar, entre outras coisas, com base em teses liberais, a intervenção autoritária do estado, e, com base no positivismo e no social-darwinismo, a adesão ao progresso linear e excludente, ao cientificismo mecanicista, à supremacia social de uma elite privilegiada e à marginalização das massas populares. Tendo em vista este último objetivo, papel importante desempenharam os chamados “homens de ciência” que atuaram nos museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e de medicina, e literatos naturalistas.¹³⁰ Eles se empenharam, de 1870 a 1930, em ajustar suas idéias raciais, com base em teorias positivistas, evolucionistas e deterministas, à necessidade de justificar organizações e hierarquias rígidas, a falência da escravidão, os impasses da abolição, o fato consumado da mestiçagem e um projeto político nacional onde coubessem critérios discriminatórios de cidadania.

Contrariamente a esses estabelecimentos, as academias de letras não tinham outra pretensão que a consagração intelectual de seus membros, e eram pouco dedicadas à produção e à pesquisa. Quanto às escolas militares, cujo debate era bastante isolado em relação às escolas de engenharia e outros centros de preparação de profissionais técnicos, dedicavam-se sobretudo ao estudo, à formação de engenheiros e oficiais do exército e à divulgação da filosofia positivista.

Sendo reduzida a elite pensante nacional no período que vai de 1870 a 1830, os “homens de ciência” que se congregavam naqueles estabelecimentos de ensino e pesquisa tiveram uma influência notável sobre a cultura da época, e contribuíram decisivamente para o entendimento de que o cruzamento das raças era uma questão central para a compreensão dos destinos da nação. Tal entendimento era fruto das teorias raciais que foram modelos de sucesso na Europa de meados dos oitocentos e que, embora chegando tardiamente no Brasil, receberam aqui entusiasta acolhida.

A entrada e a aceitação dessas novas interpretações não significou, porém, uma ocorrência isolada. Os anos 70 do século 19 serviram de palco para uma série de fenômenos que conviveram de forma tensa. De um lado, 1871 é o ano-chave na desmontagem da escravidão, já que a Lei do Ventre Livre anunciava a derrocada de um regime de trabalho muito arraigado. Por outro lado, a década de 70 é entendida como um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento da entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. Por fim, o período compreende um momento de fortalecimento e amadurecimento de alguns centros de ensino nacionais — os museus, institutos e faculdades supracitados — que só a partir de então conformarão perfis próprios, estabelecendo modelos alternativos de análise. Assim, no interior de tal contexto específico, Schwarcz se propõe a refletir sobre a inserção e recuperação dessas teorias raciais, e principalmente sobre sua vigência contemporânea aos modelos liberais de atuação política e de concepção do estado. Paradoxo curioso, liberalismo e racismo corporificaram, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.

É nesse sentido, acentua Schwarcz, que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais. Mas a adoção dessas teorias não podia ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses modelos parecem justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez — com o final da escravidão — eram colocadas em questão publicamente. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar.

É na brecha desse paradoxo — no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento — que Schwarcz enxerga a saída original encontrada por esses “homens de ciência”, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a humanidade é una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.

Schwarcz lança o foco de sua análise sobre personagens de um drama que são hoje obscuros. São os “homens de ciência”, que em finais do século 19, e no interior dos estabelecimentos em que trabalhavam, tomaram a si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista, e, utilizando-se dela, dar saídas para a nação e liderá-la na perseguição de seu destino. Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras — que condenavam o cruzamento racial — e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado.

O *fin-de-siècle* brasileiro era vivenciado nesses meios com uma grande dose de desilusão. Céticos com as promessas de igualdade, com a abolição da escravatura e com a república, esses “homens de ciência” não se cansavam de perguntar sobre as causas das diferenças entre os homens. Em sua meticulosa investigação, Schwarcz identificou nos museus etnográficos — Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Paranaense Emilio Goeldi — a ampla utilização dos argumentos evolucionistas das ciências naturais com a finalidade de explicar cientificamente as diferenças, classificar as espécies, localizar os pontos de atraso. Dialogando com o exterior, coletavam no local exemplares preciosos que atestavam as especificidades desse “exótico país”, mas também ajudavam a comprovar a origem do problema racial.¹³¹

O Museu Nacional criou em 1876 uma revista trimestral — *Archivos do Museu Nacional* — para comunicação e permuta com os museus do estrangeiro. Dentre os membros correspondentes da revista, constavam figuras estrangeiras de destaque como Paul Broca, Charles Darwin, Quatrefages e L. R. Turlaine, numa lista onde predominavam cientistas nacionais, como Ladislau Netto, João Batista Lacerda e Alípio Miranda. Eles pesquisavam e publicavam artigos nas áreas de zoologia, botânica, geologia,

arqueologia e, em pequeno espaço, antropologia, entendida no museu como um ramo da biologia, voltado para o estudo do sistema nervoso e a medição dos crânios, afastado das teorias sociológicas ou filosóficas. J. B. Lacerda tornou-se famoso como um dos grandes defensores das teses do branqueamento e da depuração das características índias e negras que compunham a população brasileira. Ele descobria nos Botocudo o exemplo máximo de inferioridade humana.

O Museu Paulista publicou, a partir de 1895, a *Revista do Museu Paulista*, e teve seu momento de auge sob a direção do médico e zoólogo alemão Herman von Ihering. A revista foi elaborada com o predomínio absoluto de naturalistas europeus e artigos sobre ciências naturais, principalmente zoologia, havendo pouco espaço para disciplinas como botânica, geologia, arqueologia, biografias e antropologia, esta entendida enquanto ramo dos estudos zoológicos e botânicos. Depois da virada do século, percebe-se a influência crescente de autores darwinistas sociais, presente em especial nas posições de von Ihering, e mais em sua atuação pública do que como cientista. Ficou célebre a polêmica em que ele se envolveu em 1911. O ponto da discórdia foram as declarações de von Ihering publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* acerca dos Kaingang. Nessa ocasião o zoólogo teria vindo a público pedir o extermínio desse grupo indígena que, por habitar no caminho da estrada de ferro Noroeste do Brasil, impedia o “desenrolar do progresso e da civilização”. Motivo de escândalo, as opiniões de von Ihering geraram reações de várias instituições científicas, que se articularam contra o diretor do Museu Paulista. Suas declarações levaram a um debate acirrado que culminou na criação de uma entidade dedicada a proteger as populações indígenas.

O Museu Paraense Emilio Goeldi, fundado em 1866, só vem a ganhar notoriedade a partir dos anos 90, sob a direção do zoólogo suíço Emilio Goeldi. Publicou duas revistas: *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia* e *Memória do Museu Paraense*. O boletim, de maior fôlego, reflete, em sua instabilidade, a fragilidade interna do museu. Os estudos naturalistas, basicamente de cientistas estrangeiros, correspondem a 95% dos ensaios da revista, vindo em primeiro lugar os textos de zoologia, seguidos pelos de botânica e geologia. Chamam a atenção a ausência de artigos de arqueologia e os poucos estudos de antropologia, que por sua vez remetem-se a uma discussão sobre línguas e vocabulários indígenas. A pretensão de Goeldi era vincular o museu às futuras descobertas no campo da teoria racial poligenista, que comprovariam “a origem do homem americano”, a “essência de seu atraso e de sua especificidade”.

De modo geral os museus etnográficos aplicaram as máximas do evolucionismo social, que pressupunha uma estrita analogia biológica, substituindo organismos vivos por grupos sociais. Os cientistas que compunham esses estabelecimentos entendiam o país como um grande “arquivo” de documentos originais e fundamentais para a verificação e estudo das “etapas atrasadas da humanidade”, ou dos “momentos perdidos na história da humanidade”.

No campo da história tiveram destaque o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Rio de Janeiro, criado em 1838; o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894; e o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), do Recife, criado em 1862.¹³²

Entre os membros mais notáveis do IHGB, destaca-se Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, definido por José Honório Rodrigues como “monarquista, adulator, conservador e cortesão”.¹³³ Varnhagen correspondeu ao perfil de intelectual que caracterizou a produção do IHGB, ao menos durante o período imperial. Outros intelectuais que contribuíram para o prestígio do instituto foram o barão do Rio Branco, Joaquim Manuel de Macedo (que se tornou popular como autor do romance *A moreninha*), Alfredo d’Escragno Taunay (o famoso autor de *A retirada da Laguna*), Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e outros escritores representativos da geração romântica, Silveira Romero, Euclides da Cunha, Pedro A. Carneiro da Cunha e Karl Friedrich Philipp von Martius. O instituto combinava escritores de renome com políticos da elite dominante e proprietários de terra (a maior parte dos sócios). Eles procuravam conciliar uma visão idílica do indígena com um discurso religioso católico e patriótico, permeável a uma perspectiva positivista e evolucionista-determinista, não raro de conotação sombria. Imperava uma percepção fatalista e pessimista quanto à integração dos negros, os quais eram em geral apresentados como exemplo de grupo incivilizável, que vive no estado mais baixo da civilização humana, fator de impedimento ao progresso da nação. Ao branco cabia representar o papel de elemento civilizador. Para alguns, era necessário restituir ao índio sua dignidade original, pois se encontrava mergulhado na barbárie. Von Martius escrevia não ter dúvida de que o Brasil teria tido uma evolução diferente sem a introdução dos míseros escravos negros. Esses intelectuais se inspiravam em autores como A. Comte, Darwin, H. Spencer, Le Play, Preville e Buckle.

Tanto quanto os primeiros autores, Buckle chegou com atraso ao Brasil, mas, como eles, causou impacto muito grande. O famoso historiador britânico, autor de *História da civilização inglesa*, era conhecido na época por sua defesa do predomínio dos fatores geográficos sobre a história, e de suas conclusões sobre as deficiências do Brasil e de sua população. Para ele, na interpretação de Carneiro Lessa, o “fator preponderante é a natureza; no seu entender, mil anos de disciplina não modificariam o caráter negro, ou do chim. Não fariam o primeiro atenuar suas paixões grosseiras e violentas, nem o segundo libertar-se da tradição e dos hábitos”.¹³⁴

O resultado da acomodação dessas variadas explicações foi uma interpretação que, apesar de monogenista, recorreu a conclusões social-darwinistas quando se tratava de justificar, por meio da raça, hierarquias sociais consolidadas. Subordinavam-se ao princípio do férreo determinismo objetivo as leis a que se reduzia a vontade dos indivíduos. Celebrada no Século das Luzes como expressão da autonomia da razão e da liberdade do cidadão, o arbítrio pessoal passava a ser minimizado como manifestação mecânica de “idéias a moverem a realização do bem e da melhora da espécie”.¹³⁵

Diferentemente do IHGB, que tinha como dogmas políticos a unidade e a indivisibilidade nacional, fundados na descoberta portuguesa do país como mito de origem, a partir do qual se podia datar uma história local branca e européia, o IHGSP e o IAGP difundem perspectivas mais claramente regionalistas. O primeiro centrou-se na figura simbólica do bandeirante, e o segundo defendia as elites tradicionais decadentes das velhas regiões canavieiras, transformando-se a expulsão dos holandeses em

mito de formação da identidade pernambucana, secundado por eventos locais como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador (1824) e a Rebelião Praieira (1848).

No IHGSP, uma antropologia evolucionista e determinista racial encontrava-se mais confortavelmente associada a uma visão épica e positiva da história, oscilando os artigos publicados na *Revista do IHGSP* entre uma visão poligenista da humanidade e as conclusões monogenistas das escrituras bíblicas. Como o IHGB, o IHGSP não primava pela coerência teórica, misturando poligenismo e monogenismo, conclusões científicas do evolucionismo e do social-darwinismo e máximas religiosas. É o que revela a posição emblemática de Leoncio do Amaral Gurgel acerca dos indígenas brasileiros. Após ter citado toda uma série de estudiosos das raças, como Agassiz, Littré, Broca, Morton, Pritchard e Buffon, famosos pelas condenações ao modelo monogenista, esse associado do IHGSP concluía se declarando darwinista na teoria e monogenista “no coração”.

Outra parte dos associados do IHGSP cultivava um pessimismo próprio da visão “degeneracionista”. Em ensaio escrito em 1906, sobre o problema da mão-de-obra no país, reproduzindo inquietações presentes naquele momento, afirma-se que “Dos indígenas pouco se espera, dos negros e mestiços menos ainda”. Isso traduzia o pensamento da elite paulista que, além de assumir para si a tarefa de promover uma imigração europeia condicionada por leis restritivas à entrada de populações negras e amarelas, previa o final dos indígenas, classificados de “selvagens que se tornaram degenerados”. É nesse mesmo contexto que o diretor do Museu Paulista vai aos jornais defender o extermínio dos Kaingang, “para que a civilização fizesse o que a natureza tardaria a conseguir”.¹³⁶ Ou se utiliza das páginas da *Revista do IHGSP* para aprofundar o contraste entre os Tupi da época das conquistas e os traiçoeiros Kaingang do fim do século 19.¹³⁷ Em 1911, von Ihering volta à questão criticando severamente a posição humanitária de certos indigenistas e afirmando a inferioridade racial dos Kaingang.¹³⁸

Quanto ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, talvez tenha sido, entre os institutos, o único a apontar soluções diretas, apostando no “branqueamento” como recurso para o desenvolvimento da região. Mas tinha também em comum dos outros grêmios o “ecletismo espiritualista”, de que resultava a aceitação de uma “boa miscigenação”, em vista da “decadência racial” da região. A mestiçagem era vista de forma ambígua: apesar de temida, nela se encontrava a saída controlada e compatível com a representação ordeira que essa elite pernambucana possuía da sociedade.

Enquanto as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro foram fundadas em 1808, as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo surgiram em 1828. Surgiram em conjunturas diferentes, por razões semelhantes, no decurso do tempo constituíram seus próprios arsenais teóricos. Com estes, enfrentaram as ameaças decorrentes da cristalização das desigualdades sociais e raciais, notadamente a partir de 1870. O argumento racial era oportuno para justificar teoricamente a elaboração de códigos jurídicos, projetos políticos conservadores e a existência de hierarquias rígidas, bem assim para que médicos legistas, higienistas e saneadores propusessem projetos para curar as doenças que assolavam a nação e que tendiam a se agravar no futuro por causa da degeneração racial.¹³⁹

Depois da fase em que funcionou no mosteiro de São Bento, em Olinda, quando se manteve subordinada ao que tudo da metrópole portuguesa se procurava combater em matéria de idéias jurídicas, costumes e corpo docente — cursos de estrutura rígida, professores religiosos, reproduções de tratados estrangeiros, filosofia católica jusnaturalista comprometida com a imutabilidade da monarquia e da escravidão —, a Faculdade de Direito do Recife sofre uma guinada teórica radical com a reforma de 1854, quando se transfere para o Recife. Surge então um novo grupo de intelectuais cuja produção ganha projeção nacional. Procurava-se conferir ao direito um estatuto científico, refratário às idéias religiosas e metafísicas, em harmonia com novos modelos de civilização e progresso. Esses novos modelos calcavam-se nas teorias que floresciam na época — evolucionismo, positivismo, darwinismo, cientificismo, naturalismo, determinismo, crítica ao romantismo — e que no Recife tiveram larga aceitação, em consequência da difusão do pensamento de autores como Spencer, Darwin, Comte, Littré, Le Play, Le Bon, Gobineau, Haeckel, Lamareck, Buckle e outros. Foram seus principais divulgadores Tobias Barreto, Sílvio Romero e Clóvis Bevilacqua. Verificou-se uma verdadeira revolução cultural que, como vimos mais acima, espalhou-se por todo o país. A partir daquele momento constrói-se uma nova concepção do direito, uma noção mais científica, em que o direito se alia à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista. Em seu movimento de afirmação, o direito distancia-se paralelamente das demais ciências sociais (administração, economia, política, higiene pública, diplomacia, história dos tratados etc.), buscando associar-se às áreas que encontram apenas leis deterministas e certezas em seus caminhos. Como à antropologia criminal, cujos moldes da época levariam alguns professores, mesmo defendendo a mestiçagem, a justificar a desigualdade entre os homens, com base no argumento da superioridade racial. Essa visão começa a mudar a partir do final da década de 1920, quando a crítica à antropologia criminal e à medicina legal de fundo lombrosiano, determinista e racista tende a ceder lugar ao discurso mais voltado para a higiene, a saúde e a educação, como caminhos para a solução do problema nacional. Na Faculdade de Direito de São Paulo, as teorias raciais sempre foram vistas com reserva, mas, em compensação, o pensamento liberal conservador contribuiu decisivamente para subsidiar a elaboração de leis e medidas em respaldo a práticas políticas antidemocráticas, como, por exemplo, as restrições à entrada de imigrantes asiáticos e africanos, tônica constante dos debates na Câmara dos Deputados e em outras instâncias atuantes durante os anos 1880.¹⁴⁰

Nas Faculdades de Medicina, observa-se uma tensão entre o discurso eugenista, voltado abertamente para a purificação racial, e a medicina social. Sem embargo das diferenças que assume na Bahia e no Rio de Janeiro, o discurso da eugenia representou uma forma ou de atenuar o pessimismo quanto ao destino racial brasileiro, ou de conferir caráter social ao projeto higiênico de prever a futura geração do país e de eliminar a descendência não desejável.¹⁴¹

A experiência do Instituto Oswaldo Cruz pode ser considerada um primeiro ponto de ruptura com esse modelo elitista. O novo padrão de pesquisa que ele instaurou no Brasil contribuiu para valorizar a ciência básica como conhecimento capaz de trazer dignidade para o conjunto da população, sem

discriminações elitistas nem subserviência ao poder dominante, o que foi decisivo para reconhecer o cientista em seu papel universal de agente do progresso e da democracia.

9. Ensino de ciência: misérias e grandezas em ambiente de dependência.

Todos os que se debruçaram sobre a política do Império, da Independência até seu final, constatam que não foi implantada nenhuma política educacional nova voltada para promover a educação popular. No Parlamento e fora dele, não faltaram manifestações denunciando a situação desastrosa do ensino do país. Apesar dos projetos apresentados, nenhum chegou a concretizar-se. Algumas leis foram aprovadas, mas viraram letra morta.¹⁴² A iniciativa marcante do império foi determinar a descentralização do ensino, transferindo às assembleias provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, ficando dependente da administração nacional o ensino superior em todo o país e a organização escolar do Município Neutro. Azevedo Amaral classificou a decisão como “uma das maiores aberrações na evolução da política imperial”¹⁴³. Para Fernando de Azevedo, esta política impediu, durante um século, edificar, sobre a base sólida e larga da educação comum, a superestrutura do ensino superior, geral ou profissional, e reduzir a distância intelectual entre as camadas inferiores e as elites do país. Nem as províncias encarregadas apenas do ensino primário e secundário, podiam completar seus sistemas e erguê-los ao nível das escolas superiores, nem o governo imperial podia levantar, sobre uma base sólida, do ensino elementar e médio, um sistema nacional de educação. A profissionalização do ensino superior, inaugurada por D. João VI, e a fragmentação do ensino consagrada no período Regencial, deviam marcar tão profundamente, através de mais de um século, a fisionomia característica de nossa educação institucional que se teriam de malograr todas as tentativas para alterar o curso de sua evolução. Esta última reforma agravou o estado de inorganicidade da sociedade brasileira de então. Daí por diante, não se abriu nenhuma perspectiva para uma política educacional de larga envergadura. A educação teria de arrastar-se, através de todo o século 19, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Quanto ao ensino superior, o Império chegaria ao fim “sem possuir o que nos grandes países do mundo, naquela época, era o próprio instrumento dos progressos literários, filosóficos e científicos: as universidades”¹⁴⁴.

Na verdade, no entender de Florestan Fernandes¹⁴⁵, ocorreu um processo de *senilização institucional* precoce que, tendo origem mais remota no atraso cultural relativo dos modelos institucionais portugueses, foi agravado, em muito maior proporção, pelo condicionamento sócio-cultural do ambiente brasileiro e das necessidades educacionais que ele alimentava no ensino superior. A sociedade brasileira empobreceu aqueles modelos, converteu a sobra residual no *padrão brasileiro de escola superior* e submeteu esta última a uma utilização sistematicamente precária. Fernandes chama a atenção para as razões que parecem explicar, *ex post facto*, como e porque o tipo de escola superior, que

se constituiu durante as primeiras décadas do século 19, converteu-se em padrão cultural dessa instituição educacional. Ao que parece, diz ele, são três as razões mais importantes. Primeiro, o número reduzido de escolas (durante todo o século 19 foram fundados e se desenvolveram 14 estabelecimentos de ensino superior) e sua relação com a sociedade brasileira. Essas escolas recebiam as influências dos seguintes fatores: as condições de estabilidade de uma sociedade cujas bases de estrutura oligárquica e de dominação patrimonialista-escravista se mantiveram quase intactas até o fim do século 19 e influíram profundamente na caracterização da República; a composição dos corpos docente e discente, que eram recrutados nas elites familiares dos estamentos senhoriais e intermediários da sociedade; e as consequências dinâmicas do isolamento cultural das escolas superiores ultra-especializadas, que operavam como uma espécie de barreira autoprotetiva, o que lhes permitia gerar forças que alimentavam seu padrão de equilíbrio institucional e mobilizavam os recursos materiais e humanos de que necessitavam. Dados esses fatores, um número limitado de unidades institucionais análogas, operando de forma similar em largos períodos de tempo, tinha de criar, forçosamente, *um padrão cultural bem definido e de alto poder coercitivo*.

Em segundo lugar, o nível em que se procedeu a avaliação societária da escola superior. Ela não foi posta em causa através da qualidade de seu rendimento ou de sua utilidade, mas como fonte de reconhecimento social do talento de jovens já incorporados e classificados no seio da sociedade civil. A sociedade não valorizou o ensino superior como e enquanto tal, mas o que entendia ser o seu produto final, nas realizações pessoais. Daí o fato de o “diploma” e o grau de “doutor” acabarem atuando como fatores dinâmicos de inércia cultural. A ambos se prendem tanto a preservação de avaliações societárias que projetavam o ensino superior numa esfera conspícua, de um bem em si, quanto o apego intelectual, emocional e moral que se criou em torno do tipo de instituição que os tornava possíveis.

Em terceiro lugar, a relação dos processos de transplantação, invenção e utilização do conhecimento com a organização e a transformação da sociedade. A evolução se deu, ao longo do tempo, segundo linhas que mantiveram em primeiro plano a contribuição positiva das profissões liberais. Em consequência, nada punha em jogo a escola superior montada para preencher, estreita e rigidamente, a função de preparar profissionais liberais através do ensino magistral livresco e dogmático. O baixo rendimento desse tipo de escola e a esterilidade das avaliações societárias, que sustentavam o seu prestígio e a consciência de que ela era “necessária” e “útil”, não podiam ser postos socialmente em questão. Ao se fundar um novo estabelecimento de ensino superior, ele seguia o modelo dos estabelecimentos do mesmo gênero anteriores. A escola superior depenava-se e se fortalecia, ao mesmo tempo que o seu padrão institucional se difundia e convertia-se numa influência sociodinâmica inexorável.

Para Fernandes, a escola superior não absorveu, como instituição, as funções que deve preencher na civilização ocidental moderna. Haveria um problema educacional que se origina no seio da escola superior e se manifesta através dela, mas seu fulcro estrutural e dinâmico estaria localizado no modo pelo qual a sociedade brasileira participa da civilização ocidental moderna. Vale dizer, para se corrigir o

problema educacional, seria preciso ir muito mais longe. até atingir os ritmos históricos de uma sociedade nacional dependente e os fatores que determinam suas inconsistências ou deficiências em face de determinado padrão de civilização. Para isso, seria necessário que a sociedade mudasse suas relações com as instituições, fazendo pressão, simultaneamente, na diferenciação estrutural-funcional das instituições consideradas isoladamente, na rearticulação das instituições convergentes ou interdependentes, e na intensificação do seu rendimento específico. Como no processo de transição do regime escravista e senhorial para a sociedade industrial de classes, não houve ruptura dos laços de dependência econômica e cultural em relação ao exterior, nem superação completa do padrão de dominação oligárquica, resultou, em conjunto, que a “idéia de universidade” e principalmente a universidade plurifuncional não se puseram na cena histórica como exigências viáveis e imperativas da situação. Durante muito tempo, mesmo depois que o regime de classes já se impunha como realidade histórica, surgiam como meras especulações intelectuais e como antecipação do futuro. Acredita Fernandes que, se tivesse ocorrido uma ruptura violenta e irreversível nos laços de dependência econômica e cultural diante do exterior, a história seria certamente distinta. Pois a própria desagregação do antigo regime e a formação concomitante do regime de classes acarretariam, como pólos dinâmicos da revolução social interna, o rápido repúdio do velho modelo de escola superior e a elaboração de uma *universidade brasileira* totalmente divorciada de nossa herança educacional, voltada agora para as necessidades socioculturais do momento e para a construção do futuro.

Segundo Nancy Stepan, pouco havia na sociedade brasileira para encorajar o estudo desinteressado da ciência ou o desenvolvimento da ciência e tecnologia aplicadas antes das últimas décadas do século 19. A educação secundária era um privilégio gozado por poucos, não um direito de muitos. A ênfase na educação era mais literária do que científica, refletindo o interesse das elites. Se a ciência não se desenvolveu no Brasil no século 19, foi porque se atribuiu pouco valor ao estudo da ciência por si mesma, e a industrialização ainda não havia progredido até o ponto onde pudesse proporcionar novas fontes de apoio para a ciência utilitária e prática.¹⁴⁶ Nesse estágio embrionário da industrialização, ocorreram no Brasil problemas que inibiram o progresso científico: dificuldades de dar legitimidade à atividade científica, falta de estrutura administrativa, perigo de fragmentação prematura dos núcleos de cientistas e dificuldades de criar comunidades suficientemente grandes para realizar trabalhos satisfatórios. Para Basalla, impõem-se algumas tarefas para que a ciência colonial possa se transformar numa ciência independente: superação da resistência à ciência nos campos religiosos e filosófico, definição mais clara do papel social do cientista, melhoria do ensino da ciência, estabelecimento de relações adequadas entre ciência e governo, fundação de sociedades para promover o esforço científico e abrir canais nacionais e internacionais de comunicação, e criação de uma base tecnológica adequada para a ciência. Ao que Nancy Stepan acrescenta o efeito especial que têm a oportunidade e o tipo de industrialização sobre a capacidade de o país de levar a ciência a uma fase independente.¹⁴⁷

Mais uma vez, o Instituto Oswaldo Cruz surge como um modelo inovador que destoa do padrão prevalecente de educação científica. Enquanto as escolas de ensino superior convencionais, com raras

exceções, permanecem voltadas para objetivos imediatistas, no Instituto Oswaldo Cruz há um programa consistente de formação científica de recursos humanos, segundo o critério de focalização em problemas sociais relevantes, à luz do exemplo do Instituto Pasteur de Paris. O foco é a saúde pública, o saneamento e a medicina preventiva baseada em pesquisas epidemiológicas e de laboratório. Utiliza com eficiência cientistas e ajuda técnica estrangeira. O segredo de seu sucesso foi a criação de um sistema integrado envolvendo ciência básica e aplicada, treinamento contínuo e rigoroso, emprego regular de cientistas em tempo integral, e produção e consumo de conhecimentos científicos e tecnológicos. Funcionou bem de 1900 a 1934, quando entrou em crise por causa de problemas políticos.¹⁴⁸

10. Apoio governamental, interação com a comunidade científica e base tecnológica.

Os três fatores examinados nos itens 7, 8 e 9, embora necessários, perdem muito de sua eficácia quando lhes faltam o apoio adequado do governo, sob a forma de compromisso prioritário explícito e regular e de uma ação político-administrativa resoluta da esfera pública como um todo. No caso do Instituto Oswaldo Cruz, desde o início contou com a compreensão e a ajuda sistemática do presidente Rodrigues Alves, que vinculou seu programa de governo e o sucesso de sua administração à solução dos problemas de saúde pública do Rio de Janeiro, segundo uma visão moderna da ciência e da questão social. Se esse programa não se estendeu a todo o país, e principalmente às populações mais carentes do interior, foi porque a política pública no Brasil ainda estava muito atrelada à sua estrutura oligárquica tradicional, estrutura que só começaria a ser colocada em xeque a partir de 1930. Por ironia, foi nesse último período que o Instituto Oswaldo Cruz entrou em declínio.¹⁴⁹

O quinto fator indispensável para a autonomia do sistema científico é que a instituição de pesquisa mostre-se capaz de promover esforço de articulação com o conjunto da comunidade científica, abrindo canais nacionais e internacionais de comunicação, intercâmbio cultural e cooperação interinstitucional, de tal modo a se manter atualizada com o estado do conhecimento e a se enriquecer continuamente com a colaboração que recebe de fora, mediante a fertilização cruzada ininterrupta de seus recursos humanos e a renovação seletiva de sua base técnica e material. Este fator foi desenvolvido satisfatoriamente pelo Instituto Oswaldo Cruz,¹⁵⁰ ao contrário da maioria dos estabelecimentos de pesquisa do país, que têm a tendência de se isolar em torre de marfim.

Resta mencionar o quinto fator de autonomia: a criação de uma base tecnológica apropriada para que a pesquisa básica evolua sem solução de continuidade, em termos de horizonte temporal e de atualização teórica e operativa, e para que a ciência aplicada encontre campo para se desenvolver, ampliar suas fontes de atualização e fortalecer suas conexões com o processo histórico de satisfação das necessidades humanas, em níveis crescentes de complexidade, em espiral assintótica. Esse sentido dinâmico de articulação da práxis com a teoria esteve sempre presente no Instituto Oswaldo Cruz,¹⁵¹ fato ímpar no ambiente científico brasileiro, até os dias de hoje.

Esse pano de fundo é que, a meu ver, oferecerá as condições para a formação do capitalismo que se construiu a partir de 1930 e para a criação do ambiente cultural e das correntes de pensamento que vicejaram na época. Tentarei situar, neste contexto, a evolução do pensamento científico e o que ele foi capaz de trazer de criativo para a civilização brasileira.

NOTAS

¹Ver Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (org.), *História das ciências no Brasil*, 3 vol., EPU/EDUSP, São Paulo, 1979; Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, Ed. Nacional/FINEP, Rio de Janeiro, 1979; Antônio Paim, *História das idéias filosóficas no Brasil*, Convívio, São Paulo, 1987; Nancy Stepan, *Gênese e evolução da ciência brasileira*, Artenova, Rio de Janeiro, 1976; Boris Fausto, *História do Brasil*, EDUSP/FDE, São Paulo, 1994; Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, 4ª ed., Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1963; —, *As ciências no Brasil*, 2 vol., Melhoramentos, Rio de Janeiro, 1955; Maria Amélia M. Dantes, “Fases da implantação da ciência no Brasil”, in *Quiju*, México, vol 5, n° 2, mai-ago 1988, p. 265-275; Florestan Fernandes, “Ciência e modernização autônoma”, in *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro, 1973;

²Anita Waingort Novinsky, *A Inquisição*, 2ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 86-90, *passim*.

³Para uma compreensão ampla das condições sociais, econômicas, políticas e culturais da atuação de Pombal na modernização de Portugal, e de seus efeitos no Brasil, ver Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal: paradoxos do Iluminismo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

⁴Diferentemente do que ocorreu com a Inquisição estabelecida em vários países da Europa ocidental e oriental, observa Anita Novinsky, a da Península Ibérica tem sido estudada “com reserva, timidamente, pois toca a sensibilidade dos que foram educados tradicionalmente no catolicismo” (op. cit., p. 9). Quando a verdade mais pormenorizada vier à tona, penso eu, talvez tenhamos condições de compreender melhor não apenas os “fenômenos de violência e desumanidade” que a Inquisição espalhou em Portugal e no Brasil, mas também a natureza das cicatrizes gravadas no espírito e na mentalidade das gerações que nos precederam, e que nos afetam até hoje. É digno de nota, conforme demonstra Keith Thomas (*Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*, Companhia das Letras, São Paulo, 1991), que num país como a Inglaterra, “que não teve Inquisição, nem direito romano, e a autoridade papal era bastante reduzida”, a perseguição às bruxas não teve a dimensão de chacina que, do século 14 ao final do século 18, assumiu na Alemanha, França, Espanha, Portugal e outros países do centro, sul e leste da Europa, nos quais às credices populares foi justaposta uma pregação teológica contra o Diabo, erguido à condição de inimigo mortal do Deus cristão. Esta pregação do clero e de seus sócios da nobreza associava-se sem dúvida ao interesse de acumular riquezas por meio do confisco de bens dos acusados, assim como de punir bodes-expiatórios como forma de desviar as responsabilidades pelas misérias e injustiças que os setores dominantes da sociedade infligiam ao povo. Convém lembrar que essa perseguição possui pontos em comum com os movimentos de discriminação racial e de intolerância cultural que ocorreram no Brasil na segunda metade do século 19 e nas primeiras décadas do século 20 (cf. Maria Luiza Tucci Carneiro, *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, 2ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1995), e que, para compreendê-los melhor, acredito deveriam ser relacionados mais amplamente com universos culturais e religiosos (tratados em detalhe por Keith Thomas) que perduram até os nossos dias. Sobre o tema, convém mencionar os

seguintes autores: Brian P. Levack, *A caça às bruxas na Europa no limiar da idade moderna*, Campus, Rio de Janeiro, 1988; Julio Caro Baroja, *As bruxas e o seu mundo*, Vega, Lisboa, ed. original espanhola: 1971; Anne Llewellyn Barstow, *Chacina de feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1995; Karlheinz Deschner, *Historia criminal del cristianismo*, 5 vol., Martinez Roca, Barcelona, 1990-1993; Bertrand Russel, *Porqué no soy cristiano y otros ensayos sobre asuntos relacionados con la religión*, 5ª ed., Editorial Hermes, Buenos Aires/México, 1965; Aldous Huxley, *Os demônio de Loudun*, Globo, Rio de Janeiro, 1987; Heinrich Kramer e James Sprenger, *O martelo das feiticeiras (Malleus malleficarum)*, ed. orig. alemã: 1484, 10ª ed., Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1993; Nicolau Emérico, *O manual dos inquisidores*, ed. orig. espanhola: 1607, Edições Afrodite, Lisboa, 1972; Mario Pilosu, *A mulher, a luxúria e a igreja na Idade Média*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995; Raoul Vaneigem, *As heresias*, Antígona, Lisboa, 1995. Sobre as relações do totalitarismo com o anti-semitismo, ver Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, 1ª reimpressão, Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

⁵ Joaquim de Carvalho, *Introdução do ensaio filosófico sobre o entendimento humano* (Resumo dos livs. I e II, recusado pela Real Mesa Censória, é agora dado ao prelo com introdução e apêndice), coleção *Inedita ac Rediviva*, Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1950, p. 37; *apud* Laerte Ramos de Carvalho, *As reformas pombalinas na instrução pública*, EDUSP/Saraiva, São Paulo, 1978, p. 25-58. Carvalho acentua em seu livro (principalmente p. 52-58) que, na reforma educacional, cuidou-se de oferecer à estrutura universitária, como um de seus mais importantes fundamentos, um curso filosófico que abrangia o estudo das ciências físicas e naturais, lógica, ética, física experimental, metafísica, pneumatologia, teologia natural e outras disciplinas baseadas nos autores modernos do Iluminismo. Ressalta também que, decorrente da essência da doutrina pedagógica desta reforma, evidenciada pela função atribuída ao ensino da lógica nos estatutos da Universidade de Coimbra, a lógica renovada ali preconizada, empenhando-se em ultrapassar a arte da disputa da tradição escolástica (substituída pela *arte conjectural*), é uma lógica *eclética* cujo fim explícito deveria satisfazer ao ideal de formação do teólogo e do jurista indispensáveis à política pombalina. Esta interpretação sobre a finalidade da pedagogia pombalina é perfilhada por K. Maxwell (op. cit., p. 110), que assevera: “Basicamente, a reforma educacional pombalina teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformadas. Seria aqui, entre esses burocratas e clérigos recém-forjados, que as reformas pombalinas encontrariam seus perpetuadores e defensores”. Nesse sentido, prossegue Carvalho, os estatutos da universidade distinguem entre a *arte de demonstrar* e a *arte conjetural*, isto é, entre o raciocínio exato, próprio das matemáticas e das ciências físicas e naturais, e o raciocínio problemático ou probabilístico, típico das ciências humanas (na época, direito, teologia, história, moral), e “mal disfarçam a sua predileção pela segunda destas artes” (p. 56). Esta predileção contrasta com “o quase silêncio com que, na ordenação dos demais cursos — o médico e o matemático —, se houveram os elaboradores dos estatutos”, bem assim com o veto incisivo à busca, no campo das pesquisas científicas básicas, daquilo que é apanágio de seu próprio modo de indagação ontológica, ou seja, de respostas a questões transcendentais acerca da natureza e da origem de princípios e idéias referentes aos fundamentos da essência dos fenômenos. Esta atitude empiricista, de certa maneira, antecipa de um século a proposta positivista. Ao optar claramente por essa abordagem filosófica, que estava muito distante daquela concepção característica do conhecimento desenvolvida pelas figuras mais expressivas do Iluminismo europeu, o Iluminismo português lançou mão de uma lógica como instrumento de uma ética pragmática a serviço do objetivo de “disciplinar e orientar, na árdua, delicada e complexa conjuntura histórica em que se debatia o Reino, a mentalidade

dos futuros líderes da Nação lusitana” (p. 57). “A lógica dos Estatutos da Universidade de Coimbra tinha como objetivo fornecer as regras para a hermenêutica dos assuntos teológicos, jurídicos e históricos que diretamente interessavam às razões políticas do pombalismo” (p. 58). Esta seria uma das maiores limitações das reformas pombalinas. Acrescente-se a isso o excesso de centralização da política absolutista, sua extrema crueldade, seu estreito círculo de colaboradores e a concentração em um esforço legiferante que fazia vista grossa aos aspectos mais profundos do mundo da vida, da subjetividade e da cultura das pessoas —, e ter-se-á uma síntese das razões de seu esgotamento, tão logo Pombal caiu em desgraça, após a morte de Dom José I (cf. K. Maxwell, op. cit., p. 114-117; sobre o legado pombalino e sua contribuição para desmistificar “a visão excessivamente linear e progressiva do papel do Iluminismo no século XVIII na Europa e da relação entre Iluminismo e o exercício do poder do Estado”, cf. p.159-177).

⁶ Cf. K. Maxwell, op. cit., p. 95-117.

⁷ Ver Novinsky, op. cit., p. 48.

⁸ Cf. Hamns-Albert Steger, *As universidades no desenvolvimento social da América Latina*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1970.

⁹ Boris Fausto, *História do Brasil*, EDUSP/FDE, São Paulo, 1994, p.111-112.

¹⁰ Kenneth Maxwell, op. cit., p. 104.

¹¹ Ver Laerte Ramos de Carvalho, op. cit., p. 129-136. Diferentemente de K. Maxwell, o primeiro autor fixa em 1759 a data em que a reforma começou no Brasil, com a realização, na Bahia, de concursos para provimento de cadeiras de latim e retórica.

¹² Sobre as diferentes correntes do pensamento que trabalharam a questão da doença mental, ver Isaias Pessoti, *A loucura e as épocas*, Editora 34, Rio de Janeiro, 1994. Cf. também Michel Foucault, *Naissance de la clinique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1972; Ivan Illich, *A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina*, 2ª ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975; Jean Starobinski, *História da medicina*, Livraria Moraes Editora, Lausanne, 1967, p. 61-69.

¹³ Jurandir Freire Costa, *História da psiquiatria no Brasil*, Editora Documentário, Rio de Janeiro, 1976.

¹⁴ Ver Simon Schwartzman, op. cit., p.86-94, 369.

¹⁵ Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1967; Luiz Otavio Ferreira, *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*, dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1989; João Cruz Costa, *O positivismo na República - Notas sobre a história do positivismo*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956, em particular p. 74-75, 97, 117-119, 122; —, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, José Olímpio, Rio de Janeiro, 1956; —, *Pequena história da República*, Brasiliense, São Paulo, 1989; —, *Augusto Comte e as origens do positivismo*, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959; Antônio Paim, op. cit., p.429-472; João Camilo de Oliveira Torres, *O positivismo no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1943, principalmente o prefácio de Euryalo Cannabrava, p. 7-32; Ludovico Geymonat, *El pensamiento científico*, Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, 1961, 46-65.

¹⁶ Para uma valoração equilibrada da Ilustração, de seus limites e de sua contribuição à reflexão crítica posterior, ver Ludovico Geymonat, *Historia de la filosofía y de la ciencia*, op. cit., vol. 2, p.257-284.

¹⁷ John D. Bernal, *Historia social de la ciencia*, 2 vol., Península, Barcelona, 1973, vol 1, *La ciencia en la historia*, p. 428-429.

¹⁸ Para uma visão ampla da influência da teoria de Darwin nas ciências biológicas, etológicas e sociais, ver Denis Buican, *Darwin e o darwinismo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1987, em particular o cap. VI, p. 101-110, em que o autor arrola o próprio Charles Darwin, ao lado de seu primo Francis Galton, entre os “fundadores do darwinismo social”. Dominique Lecourt, *Lyssenko: histoire réelle d'une "science prolétarienne"*, François Maspero, Paris, 1976, faz um estudo meticoloso do desastre em que pode se constituir a manipulação positivista das idéias de Darwin, pela associação do dogmatismo “marxista” com a fraude grosseira. Sobre o início da voga do darwinismo social no Brasil, ver Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, Companhia das Letras, São Paulo, 1993, principalmente o cap. 1, p. 23-42.

¹⁹ Auguste Comte, *Discurso sobre o espírito positivo*, Martins Fontes, São Paulo, 1990 (ed. orig. Carilian-Goeroy e Victor Dalmont, Paris, 1844).

²⁰ Ver Adorno *et alii*, op. cit., p. 23-24. Sobre o papel da dialética na pesquisa filosófica e científica, ver Gerd Alberto Bornheim, *Dialética: teoria e práxis. Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética*, Globo/EDUSP, Porto Alegre/São Paulo, 1977, em especial p. 151-331, quando o autor equaciona de maneira original as relações entre dialética, teoria e práxis. O ensaio destaca a reflexão de Marx sobre o pensamento centrado no objeto, ou seja, no ser objetivo que é o homem, posto que ele, atuando objetivamente, é objeto em seu próprio ser. Porque ele produz, põe objetos, porque é posto por objetos, porque ele é natureza desde a sua origem. O fundamento do homem está na objetividade, ele é natureza (p.168-221). Mas como o ser do homem, sua subjetividade, se define pela sua relação com o objeto, passa a ser falsa a dicotomia sujeito-objeto (p. 221-248).

²¹ Edgard Carone, *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*, Cátedra, Rio de Janeiro, 1978, p. 13-68.

²² Lilia Moritz Schwarcz, op. cit., em particular p. 99-117.

²³ Id., ib., p. 82-83.

²⁴ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, 9ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1969, p. 130-219, em particular p.156. Diz ele: “No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é [no século 18] praticamente nulo. Continuava em princípios do séc. XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores.” Acrescenta que “o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias, e as consequências que teria, não se devem atribuir unicamente à incapacidade do colono. (...) O mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor. (...) [Com o café, no século 19] desbaratar-se-á (...) mais uma grande parcela dos dons com que a Natureza nos dotara. Mas onde não havia mais destes dons a gastar, a Providência falhou, e veio o colapso” (p.141-142).

²⁵ Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, Ática, São Paulo, 1978, p.214-215.

²⁶ Ver Warren Dean, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p.42-94, em particular p. 47-51.

²⁷ Peter L Eisenberg, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, Paz e Terra/UNICAMP, Rio de Janeiro/Campinas, 1977, p. 66, *passim*.

²⁸ O tema é tratado por Arnaldo Daraya Contier em *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*, Vozes/UNICAMP, Petrópolis/Campinas, 1979, p. 40, 55-77, *passim*.

²⁹ Ver Schwarcz, op. cit., p. 141-188.

³⁰ Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1945, vol. 1, p. 127; *apud* Faoro, op. cit., p. 250.

³¹ João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, op. cit., p. 54.

³² Raimundo Faoro, op. cit., p.248-260.

³³ Ver Florestan Fernandes, op. cit., p. 138-139.

³⁴ Id., ib., p.142-143.

³⁵ Ver João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio - Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, Brasiliense, São Paulo, 1982.

³⁶ Ver Peter L Eisenberg, op. cit.

³⁷ José de Souza Martins, *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*, HUCITEC, São Paulo, 1994, p. 11.

³⁸ Ludovico Geymonat, *Historia de la filosofia y de la ciencia*, op. cit., vol III, p. 105-127.

³⁹ Ver Eric Hobsbawm, *A era das revoluções*, op. cit., p239-274, em particular p. 267-274.

⁴⁰ Id., ib., p. 151-163.

⁴¹ Karl Marx, "En torno de la crítica de la filosofía del derecho de Hegel", in *Escritos de juventud*, op. cit., p. 491.

⁴² Karl Marx, "Sobre la cuestión judía", op. cit., p. 477-478

⁴³ Edmund Burke, *Reflexões sobre a revolução em França*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 81.

⁴⁴ João Cruz Costa, op. cit., p. 83.

⁴⁵ Arno J. Mayer, *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987. O autor aproveita o mesmo tema para desenvolver uma instigante reflexão conceitual sobre a *Dinâmica da contra-revolução na Europa, 1870-1956. Uma estrutura analítica*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

⁴⁶ Sobre o romantismo como visão do mundo, estrutura cultural significativa ou estrutura mental coletiva específica da modernidade, ver Michael Löwy e Robert Sayre, *Revolta e melancolia*, Vozes, Petrópolis, 1995. Para uma interpretação crítica do romantismo como movimento internacional anti-iluminista, ver Ludovico Geymonat, *Historia de la filosofia y de la ciencia*, op. cit., vol. 3, p. 20-36. Para uma visão crítica dos descaminhos reacionários de algumas correntes do romantismo no campo político, ver Roberto Romano, *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*, Brasiliense, São Paulo, 1981. No que concerne à história literária do romantismo no Brasil, ver Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, op. cit., vol. 2, p. 9-34, *passim*.

⁴⁷ Ver Roberto Romano, *Brasil: Igreja contra estado (Crítica ao populismo católico)*, Kairós, São Paulo, 1979, p.81-117.

⁴⁸ Antônio Paim, op. cit., p. 351-371.

-
- ⁴⁹ Id., ib., p. 233-249.
- ⁵⁰ Id., ib., p. 253-292.
- ⁵¹ Antônio Paim, op. cit., p. 15 e 293-337.
- ⁵² Ludovico Geymonat, *Historia de la filosofia y de la ciencia*, op. cit., vol. 2, p. 295.
- ⁵³ Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Grijalbo, São Paulo, 1977, p. 192.
- ⁵⁴ Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, Alfa Omega, São Paulo, 1976, p. 76.
- ⁵⁵ Michel Lebrun, *A conciliação e outras estratégias*, Brasiliense, São Paulo, 1983, p.126 e 136.
- ⁵⁶ José Nilo Tavares, *Conciliação e radicalização política no Brasil: ensaios de história política*, Vozes, Petrópolis, 1982, p. 13-147.
- ⁵⁷ Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, op. cit., p.34-35.
- ⁵⁸ Boris Fausto, "A Revolução de 1930", in Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em perspectiva*, 2ª ed., DIFEL, São Paulo, 1969, p. 227-255; e —, *Pequenos estudos de história da República, 1889-1945*, CEBRAP, São Paulo, 1972. Ver também Warren Dean, *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, 2ª ed., DIFEL, São Paulo, s.d., p. 75-88, onde se aponta o casamento como um fator determinante daquilo que o autor denomina "fusão das elites emergentes".
- ⁵⁹ Florestan Fernandes, id. ib., p. 19-57.
- ⁶⁰ Cf. Ludovico Geymonat, *Historia de la filosofia y de la ciencia*, op. cit., vol 3, p. 150.
- ⁶¹ Antônio Paim, op. cit., p. 34-39 e 293-309.
- ⁶² Mario Bunge, *Causalidad. El principio de causalidad en la ciencia moderna*, EUDEBA, Buenos Aires, 1961, p. 216-217.
- ⁶³ Ver Léon Poliakov, *O mito ariano*, Perspectiva/EDUSP, São Paulo, 1974.
- ⁶⁴ Novalis, apud Luiz Costa Lima, *Limites da voz: Montaigne, Schlegel, Rocco*, Rio de Janeiro, 1993, p. 147.
- ⁶⁵ Roque Spencer Maciel de Barros, *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*, Grijalbo/EDUSP, São Paulo, 1973, p.209-219.
- ⁶⁶ Antônio Paim, op. cit., p.331.
- ⁶⁷ Luiz Costa Lima, op. cit., p. 144-153.
- ⁶⁸ Fernando de Azevedo, op. cit., p. 394-395.
- ⁶⁹ Id., ib., p.396.
- ⁷⁰ Fernando de Azevedo, op. cit., p. 395, nota 19.
- ⁷¹ Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, 6ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1969, p.90.
- ⁷² Fernando de Azevedo, op. cit., p.393-394.
- ⁷³ Antônio Paim, op. cit., p. 336.
- ⁷⁴ Evaristo de Moraes Filho (org.), *O socialismo brasileiro*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981; e Vamireh Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

⁷⁵ Ver Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, 6ª ed., Fundo de Cultura, São Paulo, 1964, 129-167.

⁷⁶ Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, 11ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1969; Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, DIFEL, São Paulo, 1966; —, *Da Monarquia República: momentos decisivos*, Grijalbo, São Paulo, 1977; Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, Civilização Brasileira/INL, Rio de Janeiro/Brasília, 1975; —, *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1985; José Francisco Graziano da Silva (org.), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1978; Renato Saul, *A modernidade aldeã*, Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 1989; Maria Sylvania de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, Ática, São Paulo, 1974; Paul Singer, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano*, Editora Nacional/EDUSP, São Paulo, 1968; Leslie Bethell, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*, Expressão e Cultura/EDUSP, São Paulo, 1976; Eric Williams, *Capitalismo y esclavitud*, Siglo Veinte, Buenos Aires, 1973; Eugene Genovese, *O mundo dos escravos: dois ensaios de interpretação*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979; Maurilio de Gouveia, *História da escravidão*, Gráfica Tupy Editora, Rio de Janeiro, 1955; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, Brasiliense, São Paulo, 1986.

⁷⁷ Ver Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*, Perspectiva, São Paulo, 1972, p. 50. Sobre a participação de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca na Confederação do Equador (1824) e na Revolução Praieira (1848), ver *Obras poéticas e literárias collecionadas pelo Comendador Antonio Joaquim de Mello*, Typographia Mercantil, Recife, 1875. Sobre a Revolução Praieira, ver Amaro Quintas, *O sentido social da Revolução Praieira*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967. Para uma visão conservadora de quem estava do lado da repressão, no cargo de chefe de Polícia de Pernambuco, ver o livro, editado originalmente em 1850, de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*, Senado Federal/Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

⁷⁸ Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, op. cit., p. 44.

⁷⁹ Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, op. cit., p. 227-329.

⁸⁰ Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, op. cit., p. 43.

⁸¹ Clóvis Bevilacqua, *Linhas e perfis jurídicos*, Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1930, p. 57, apud Renato Saul, op. cit., p. 23.

⁸² José da Silva Lisboa, *Princípios de economia política*, Pongetti, Rio de Janeiro, 1956, p. 164 e 243-234, apud Renato Saul, op. cit., p. 23.

⁸³ Renato Saul, op. cit., p. 25-39.

⁸⁴ Paula Beiguelman, *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*, 2ª ed., Pioneira, São Paulo, 1977, p. 55-123. Ver também Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, op. cit., p. 186-187.

⁸⁵ Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, op. cit., p. 154-220. O problema da escassez de mão-de-obra nacional e o papel da imigração européia são tratados também por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, loc. cit.

⁸⁶ Renato Saul, op. cit., p. 73-88, 106-119.

-
- ⁸⁷ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 185.
- ⁸⁸ Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, op. cit.
- ⁸⁹ Id. ib., p. 75.
- ⁹⁰ Id. ib., p. 14.
- ⁹¹ Id. ib., p. 60.
- ⁹² Caio Prado Júnior, op. cit., p. 187-188.
- ⁹³ Id. ib., p. 184-186.
- ⁹⁴ Paul Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, Editora Nacional/EDUSP, São Paulo, 1968, p. 81-140. Ver também Caio Prado Júnior, op. cit., p. 200-201.
- ⁹⁵ Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, op. cit., p. 18-22.
- ⁹⁶ Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, op. cit., p. 127-147.
- ⁹⁷ José F. Graziano da Silva (coord.), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, HUCITEC, São Paulo, 1978.
- ⁹⁸ José Francisco Graziano da Silva, *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, HUCITEC, São Paulo, 1980.
- ⁹⁹ João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*, op. cit., p. 80 e seguintes.
- ¹⁰⁰ Flávio Azevedo Marques de Saes, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*, HUCITEC, São Paulo, 1986.
- ¹⁰¹ João Manuel Cardoso de Mello, op. cit., p. 89-113.
- ¹⁰² Ver David S. Landes, *Prometeu desacorrentado*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994, p. 201-367.
- ¹⁰³ João Manuel Cardoso de Mello, op. cit., p. 97-98.
- ¹⁰⁴ Meir Merhav, *Dependencia tecnológica, monopolio y crecimiento*, Periferia, Buenos Aires, 1972, p. 33-150.
- ¹⁰⁵ Paolo Sylos Labini, *Oligopólio e progresso técnico*, Forense/EDUSP, Rio de Janeiro/São Paulo, 1980.
- ¹⁰⁶ Maria da Conceição Tavares, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, 2ª ed., Editora da UNICAMP, Campinas, 1986, p. 106.
- ¹⁰⁷ João Manuel Cardoso de Mello, op. cit., p. 110.
- ¹⁰⁸ Wanderley Guilherme dos Santos, "Teoria da democracia proporcional de José de Alencar", in *Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874*, ed. fac-similada, Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, p. 11.
- ¹⁰⁹ Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, op. cit., p. 77.
- ¹¹⁰ Id. ib., p. 58-79.
- ¹¹¹ Wanderley Guilherme dos Santos, loc. cit.
- ¹¹² Id. ib., p. 11-18.
- ¹¹³ Id. ib., p. 13-14, 49-50.
- ¹¹⁴ José de Alencar, *O sistema representativo*, Garnier, Rio de Janeiro, 1868, p. 25-34.
- ¹¹⁵ I., ib., p. 58.
- ¹¹⁶ Ver Wanderley Guilherme dos Santos, op. cit., p. 38 e ss.

¹¹⁷ Sobre o tema, ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

¹¹⁸ Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, op. cit., p. 190-202.

¹¹⁹ Roque Spencer Maciel de Barros, *A Ilustração Brasileira e a idéia de Universidade*, FFLCH/USP, São Paulo, 1959, apud Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit., p. 86.

¹²⁰ Antônio Paim, *História das idéias filosóficas no Brasil*, op. cit., p.375-416.

¹²¹ Sílvio Romero, "Explicações indispensáveis", in Tobias Barreto, *Vários escritos*, Laemmert, Rio de Janeiro, 1901, p. XXIV, apud João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, op. cit., p. 121-122.

¹²² Antônio Paim, op. cit., 376-381.

¹²³ Uma defesa sugestiva e bem articulada das idéias de Comte, de um ponto de vista epistemológico, é feita por Alberto Oliva, em "É a filosofia da ciência de Comte 'positivista' ?", in Fátima R. R. Évora (ed.), *Século XIX: o nascimento da ciência contemporânea*, UNICAMP/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, Camponas, 1992, p. 195-220.

¹²⁴ Aquiles Côrtes Guimarães, "Tobias Barreto e o cientificismo de sua época", in *O pensamento de Tobias Barreto*, Colóquio realizado pelo Instituto Pluridisciplinar de História das Idéias, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 93-102.

¹²⁵ Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit., p.86-87.

¹²⁶ Id., ib., p. 83-133. Ver também Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, op. cit., p. 607-654, e Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

¹²⁷ Manuel Amoroso Costa, *As idéias fundamentais da matemática*, EDUSP/Grijalbo, São Paulo, 1971, p.71, apud Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit., p. 110.

¹²⁸ Para elaborar a parte atinente à medicina sanitária, resumi os estudos feitos pelos seguintes autores: Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit., p. 119-136; Nancy Stepan, *Gênese e evolução da ciência brasileira*, op. cit., p. 53-145; e Vanya Mundin Sant'Anna, *Ciência e sociedade no Brasil*, Símbolo, São Paulo, 1978, p. 53-71.

¹²⁹ Antônio Cândido, *Literatura e sociedade*, 6ª ed., Editora Nacional, São Paulo, 1980, p. 84.

¹³⁰ Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças*, op. cit., p. 11-66.

¹³¹ Id., ib., p. 67-98 e 239-250.

¹³² Id., ib., p. 99-140.

¹³³ Id., ib., p. 106-107

¹³⁴ Carneiro Lessa, in *Revista do IHGB*, 1908, p. 216, apud Schwarcz, op. cit., p. 116.

¹³⁵ *Revista do IHGB*, 1908, p. 285, apud Schwarcz, loc. cit.

¹³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 1911, apud, Schwarcz, op. cit., p. 131.

¹³⁷ *Revista do IHGSP*, 1895, p. 253, apud Schwarcz, loc. cit.

¹³⁸ *Revista do IHGSP*, 1911, apud Schwarcz, loc. cit.

¹³⁹ Schwarcz, op. cit., p. 141-238.

¹⁴⁰ Id., ib., p. 184.

¹⁴¹ Id., ib., p. 235-238.

¹⁴² Maria José Garcia Werebe, *30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil*, Ática, São Paulo, 1994., p. 30-37.

¹⁴³ Azevedo Amaral, “Evolução da política imperial”, in *Cultura Política*, I, n II, abr. 1941, p. 45-46, apud Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, op. cit., p. 566.

¹⁴⁴ Fernando de Azevedo, op. cit., p.553-606.

¹⁴⁵ Florestan Fernandes, “Universidade e desenvolvimento”, in *Ciência, tecnologia e desenvolvimento*, Brasiliense, São Paulo, 1971, p. 124-126.

¹⁴⁶ Nancy Stepan, *Gênese e evolução da ciência brasileira*, Artenova, Rio de Janeiro, 1976, p. 40-41.

¹⁴⁷ George Basalla, “The spread of western science”, in *Science*, vol 156, n 3775, may 1967, p. 611-622, apud Nancy Stepan, op. cit., p. 51.

¹⁴⁸ Nancy Stepan, op. cit., p. 122-125, passim.

¹⁴⁹ Id., ib., p. 50 e 83-100.

¹⁵⁰ Id., ib., p.51 e 109-112.

¹⁵¹ Id., ib., p. 112-125. Para uma visão conceitual das relações entre práxis e teoria, ver Gerd A. Bornheim, *Dialética*, Globo/EDUSP, Porto Alegre/São Paulo, 1977, p. 153-300.

III. CONSTRUÇÃO DO MODERNO

1. Primórdios.

No início do século 20, o Brasil não tem muitos motivos para se orgulhar de suas atividades científicas. A República Velha, exceto no período de Rodrigues Alves, mantém a ciência paralisada. Rodrigues Alves constitui uma exceção nesse marasmo desde quando foi presidente (duas vezes) de São Paulo, de 1900 a 1902 e de 1912 a 1916, e presidente da República, de 1902 a 1906. Sua política de saúde pública, embora circunscrita às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, marcaram época. Com seu afastamento, definham as instituições que nasceram sob sua orientação modernizadora. A chamada República dos Conselheiros era uma espécie de sobrevida do antigo regime imperial, do qual provieram seus principais dirigentes. Sua maneira de governar preparou o caminho para a ruína de um poder que se encerrava em si mesmo, não deixando muito lugar, à semelhança do Império, para a cultura científica. Por isso tratarei neste capítulo das manobras que antecederam o colapso da República Velha e que encaminharam a transição para a Segunda República, até o golpe de 1937. Haverá mais espaço dedicado às orientações políticas gerais e aos valores ideológicos que enformaram a época. Se falarei pouco de ciências, a razão está nos fatos, que pouco têm a ver com elas.

No levantamento que fez dos anos 20 e 30 do século 20, Simon Schwartzman¹ assinala, além do insólito sucesso, sempre reconhecido, das pesquisas em saúde pública desenvolvidas pelo Bacteriológico e por Manguinhos, algumas proezas em agricultura e pecuária, e em geologia econômica e recursos minerais, e uma certa expansão do ensino técnico. São atividades de cunho pragmático, voltadas para objetivos imediatos de caráter utilitário. Nada que se saliente por seu escopo mais amplo de busca de novos conhecimentos científicos. Quando houve tentativa neste último sentido, o impulso foi jugulado sem hesitação. Mesmo considerando a grande repercussão nacional e internacional das obras de Adolfo Lutz, Oswaldo Cruz e seus parceiros de São Paulo e do Rio de Janeiro, é imperativo dizer que o legado que eles deixaram perdura como exemplo a ser meditado, o que não é pouco.

Schwartzman procura realçar igualmente, entre 1920 e 1930, algumas experiências bem-sucedidas em Minas Gerais: a escola de Minas, a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia de Itajubá e a Escola de Agronomia de Viçosa.

Quanto ao mais, os primeiros anos da década de 30 devem ser registrados como de crise. Salvo pela definição da autonomia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), resultado de semente plantada na Escola Politécnica, que já mencionei, pela estruturação do Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro, e pela criação heterodoxa da Universidade de São Paulo (USP), que se deram em 1934, tudo o mais trespasa fracasso. A ciência brasileira ainda não se desvencilhou de sua precariedade de origem. Apesar dos esforços hercúleos de Dafert, no sentido de ceder às pressões de

fazendeiros para conformar o Instituto Agrônomo de Campinas a um destino acanhado, a pesquisa agrícola, no período, está a braços com sérias dificuldades de consolidação institucional. Deixando para trás as glórias do apogeu, Manguinhos passa da estagnação à decadência. O Museu Nacional entra em declínio acentuado. Mergulhada na agitação revolucionária, a nação fica sem rumo político e se enreda no impasse da falta de quadros técnicos, tornando ainda mais difícil o recrutamento de pessoal qualificado para a pesquisa científica.

Não se pode negar que, “nos frementes anos 20”, para evocar a expressão de Nicolau Sevcenko², o país havia se envolvido com os desconcertantes acontecimentos da Semana de Arte Moderna, com as rebeliões tenentistas e com as espantosas transformações que, no intervalo menor que o de uma geração, as inovações tecnológicas e os valores culturais do mundo em ebulição haviam tomado conta do cotidiano, “multiplicando-se mais rapidamente do que as pessoas pudessem se adaptar a elas e corroendo os últimos resquícios de um mundo estável e um curso de vida que as novas gerações pudessem modelar pelas antigas”. São Paulo ocupava o centro nervoso “dessa vertigem coletiva da ação e da velocidade, engendrando-a, estimulando-a, sem permitir a reflexão sobre suas consequências nas mentes e na cultura”.³

A despeito dessa “remodelação orgânica e compulsiva da cultura”⁴, a ciência no Brasil hibernava. Ou se manifestava em iniciativas de intelectuais incomuns como Roberto Marinho, que em 1920 era o primeiro a introduzir, por intermédio de artigo publicado na *Revista de Ciências*, antes *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, a teoria da relatividade na comunidade científica nacional, graças ao ambiente que os próprios integrantes da comunidade criaram para se comunicar entre si. Era o momento da Sociedade Brasileira de Ciências, denominada depois Academia Brasileira de Ciências (ABC), criada em 1922, que teve um papel importante, juntamente com a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924, na liderança do movimento pela educação e pela ciência. Foi também na *Revista de Ciências* que um crítico do positivismo, o matemático Amoroso Costa, publica no mesmo ano o artigo intitulado “A filosofia matemática de Poincaré”. Em 1922, a Academia Nacional de Medicina, após acirrados debates sobre a incidência, sintomatologia e identificação da doença de Chagas, confirma a originalidade e importância da descoberta de Carlos Chagas. Em 1923-24, Gomes de Faria, do Instituto Oswaldo Cruz, determina a etiologia da disenteria bacilar no Rio de Janeiro. Em 1924, a pesquisa e a descoberta do parasita *Hypothenemus hampei*, agente causador da broca do café, dá origem ao núcleo do que seria, em 1927, o Instituto Biológico de São Paulo. Em 1925, Albert Einstein visita o Brasil e pronuncia conferências. Criam-se cursos profissionais de química. Publicam-se levantamentos de naturalistas sobre plantas e minerais. Realizam-se discussões e divulgam-se estudos sobre o sistema educacional fundamental. Cria-se o Movimento da Educação Nova, no qual se engajaram Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, propondo um modelo educacional com abrangência social ampla e modelos pedagógicos modernos. Eram tentativas da sociedade para quebrar, no plano da ciência e da cultura, a rigidez dos dispositivos político-administrativos dominantes, aferrados a uma rotina incongruente com a velocidade e a palpitação das ações dos novos tempos.

A crise de 1930, que veio se gestando nos fins da década de 20, iniciou o processo de decadência da oligarquia agrário-exportadora dominada pelos fazendeiros do café⁵.

Apesar da ajuda que os cafeicultores receberam do governo federal, o poder econômico deles declina. Começa a ruína do sistema senhorial de exploração do colono e do tradicional ciclo cafeeiro.

Ainda não se dá todavia a quebra do predomínio do sistema agrícola enquanto tal na esfera política. Ele vai conviver mais algum tempo com a indústria e a burguesia urbana, cuja ascensão é gradativa. Isso porque grande parte das indústrias, bancos e empreendimentos comerciais e de infraestrutura (notadamente transportes) se origina de capitais da agricultura (café, açúcar, algodão) e da pecuária.

Devido aos interesses comuns entre capitalistas urbanos e fazendeiros, no início da década de 30 praticamente não existem choques entre agricultura e indústria⁶. Grandes líderes industriais como Jorge Street, Roberto Simonsen, Serzedelo Correa defendem seus interesses, continuando porém a ressaltar a importância das atividades agrícolas e da ajuda do governo aos agricultores.

Durante a Segunda República observa-se que está em andamento o processo de superação da hegemonia política dos latifundiários pela classe burguesa urbana. É um processo lento, muitas vezes imperceptível, o que leva a uma aparente identificação entre classes agrárias e burguesia, principalmente porque as oligarquias agrárias nessa época estão no início de seu declínio histórico, ao passo que o ramo da burguesia tradicional é visto como fundamental, embora já se inicie a irrupção de outros ramos burgueses mais modernos, a saber, os que se distanciam do sistema de domínio pessoal e paternalista e passam a incorporar formas de racionalização de mecanismos de domínio impessoal, burocrático e técnico. Essas inovações são em grande parte trazidas por empreendedores estrangeiros. O contexto é de uma economia ainda marcada pela presença predominante de capitais ingleses, e com fortes sinais do início da conquista da hegemonia pelo imperialismo norte-americano, a ser consolidado em definitivo com a Segunda Guerra Mundial.

Durante a segunda metade do século 19 e as três primeiras décadas do século 20, o pensamento conservador aproxima as classes agrárias tradicionais e a burguesia urbana, em coincidência com sua comunhão de interesses econômicos.

Este pensamento conservador é de origem positivista e evolucionista. As idéias de Comte, Spencer, Haeckel, Darwin estão em voga na Europa até os fins do século passado, mas em seguida são substituídas por outras correntes⁷. No Brasil do Segundo Império, o positivismo e o evolucionismo desempenharam um papel progressista, na crítica da mentalidade tradicionalista predominante. Nas décadas de 1920 e 1930, todavia, são reciclados com o propósito de defender os interesses da oligarquia agrária e da burguesia tradicional. Os grupos que derrubaram a República Velha continuam a colocar em prática a mesma política anterior de concentração do poder e expropriação social, caracterizada por violências regionais, subornos, pressões, manipulações legalistas. Só que agora os valores das classes dominantes são usados para justificar a preservação das raízes históricas da formação elitista do Brasil, do regionalismo, do federalismo, do legalismo burocrático, do tecnocratismo, da ditadura⁸.

As classes dominantes se unem no combate às classes médias e ao incipiente operariado, ao tenentismo, ao comunismo embrionário e às reivindicações sociais em geral. As oligarquias agrárias e a burguesia urbana entram às vezes em contradição pelo controle do poder estatal. Então a utilização desses valores assume matizes diferentes.

Enquanto as oligarquias gaúcha e mineira, aliadas à oligarquia paraibana na rebelião de 3 de outubro de 1930, preconizam a organização centralizada e discricionária do governo federal, as outras oligarquias estaduais, lideradas pela burguesia de São Paulo, ansiosas para retomar o poder, pregam o regime legal e o federalismo como estratégia para derrubar o regime de fato.

Os conflitos atingem o auge em 1932, quando a burguesia paulista deflagra a insurreição constitucionalista, e em 1933, com o esmagamento do tenentismo.

A mentalidade autoritária dos que empolgaram o poder central em outubro de 1930 inspirava-se no princípio positivista da ditadura republicana.⁹

Conquanto, excluída do poder, a burguesia paulista usasse uma retórica que preconizava a legalidade constitucional, a descentralização política, a moralidade administrativa e a liberdade de pensamento, sua pregação ideológica passa a adquirir um novo conteúdo: volta-se agora para a repressão violenta aos comunistas, a limitação dos direitos e das reivindicações do operariado e a tolerância pelo fascismo italiano.

Um dos representantes típicos da nova geração burguesa é Armando de Salles Oliveira. Em nome da defesa da democracia, ele prega a conciliação dela com o estado forte, sob o regime presidencial. Ele critica a liberdade individual, que estimula a "tirania dos homens insaciáveis", e o *laissez-faire*, que "mostra indiferença pela sorte das classes produtoras"¹⁰.

Quanto ao fascismo, ele procura se manter cauteloso na preservação das peculiaridades da "roupa" brasileira, mas não vacila em recomendar que se peça ajuda à Itália, à Alemanha e a Portugal¹¹. Estas seriam "grandes nações que abraçaram novas doutrinas políticas e alcançaram uma miraculosa energia renovadora em regimes de disciplina, nos quais a liberdade deixou de existir". Sua exortação é para que elas nos ensinem "os poderosos métodos de propaganda por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do país a palavra de união e de fé em volta da bandeira da Pátria". E acrescenta, patético, Salles Oliveira: "Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora".

Se um representante notável da burguesia liberal pensava assim, não era de se espantar que a corrente majoritária do tenentismo, dominada por militares positivistas messiânicos, repudiasse abertamente a democracia representativa liberal, como o demonstra a resposta de Juarez Távora ao manifesto comunista de maio de 1930, de Luís Carlos Prestes¹².

Vargas usou as oligarquias para esmagar as lideranças tenentistas, mas, depois de 1937, identificou-se com a sua ala mais autoritária¹³. No que foi coerente com suas idéias autoritárias seminais, desde 1927, ao se eleger presidente do Rio Grande do Sul¹⁴. O fascismo varguista foi endossado em seguida pelo futuro general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, condestável da ditadura, com a ressalva de

que preferia uma versão cabocla, sem parentesco direto com o modelo imposto na Itália por Mussolini, porquanto mais próxima ao modelo para o qual "tende o Socialismo moderno: intervencionismo estatal na economia e representação política classista"¹⁵.

A ala ortodoxa dos tenentes saudava a identificação do movimento de outubro de 1930 com o nazismo¹⁶, mesmo quando se deu a primeira tentativa de abertura política, após as eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte. Nela foi aprovada, em julho de 1934, uma Constituição que se caracteriza por uma composição híbrida de liberalismo político e intervencionismo econômico. Ela era o resultado precário de uma acirrada luta pelo poder, cuja extraordinária concentração nas mãos do chefe do governo provisório tornava o novo modelo político muito diferente do modelo inerente ao extremo federalismo da República Velha, na qual os caudilhos e coronéis oligárquicos estaduais, principalmente do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, desfrutavam de grande independência política¹⁷.

Desde os primeiros tempos da conquista do poder, o governo provisório tentava fazer concessões simultaneamente à nova elite política liberal, às classes médias e às classes trabalhadoras. Já em 1930, criou o ministério do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil. Procurava-se tirar da "questão social" a pecha de "caso de polícia", como era na República Velha, uma concessão de parte da nova elite política, para evitar que as pressões dos de baixo levassem ao risco de mudanças radicais. Ao mesmo tempo, a elite liberal ficara satisfeita desde 1932 com a promulgação do código eleitoral e a criação do tribunal eleitoral. Dotado de poderes para fiscalizar as eleições e efetuar a apuração dos votos e reconhecimento dos eleitos, o novo órgão federal reduzia as possibilidades de fraude que as oligarquias locais praticavam antes de 1930. Entre os tenentes, afora a ala extremista que se opunha às eleições, havia um grupo que conseguira aprovar um regulamento eleitoral que permitia a eleição de representantes corporativos dos sindicatos para o parlamento e a eleição indireta do presidente da República — que se efetuou em julho de 1934 — pela Assembléia Constituinte transformada em Câmara dos Deputados. Os tenentes achavam que não poderiam contar com o voto popular direto para apoiar mudanças radicais. Em todo caso, alguns dispositivos da nova constituição correspondiam aos interesses dos tenentes. Alguns dos mais importantes atribuíam considerável responsabilidade ao governo nas áreas do dirigismo econômico e da previdência social, estabeleciam um inédito sistema de justiça do trabalho e conferiam ao governo federal o poder de fixar salários mínimos.

Além disso, podem ser atribuídos à influência tenentista alguns dispositivos constitucionais que trouxeram contribuições para a modernização do Brasil. Isso é visível, por exemplo, em todo o título IV, que trata "Da ordem econômica e social"¹⁸, que consagra medidas de proteção ao trabalhador, tais como: proibição de discriminações salariais, de trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16 anos, e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e a mulheres; instituição do salário mínimo regional, da jornada de 8 horas, do repouso hebdomadário, das férias anuais remuneradas, da indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, da assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante.

Enquadram-se também entre as medidas pioneiras de caráter modernizador: a garantia do voto feminino, em pé de igualdade com o masculino, em todos os níveis políticos; a nacionalização dos bancos de depósitos e das companhias de seguros; a tributação dos bens imóveis; a promulgação dos códigos de águas e de minas; a criação dos institutos do cacau, do açúcar e do álcool, e do café (este a partir de exemplo precursor de São Paulo); a implantação do instituto de aposentadoria e pensões dos marítimos.

Eram medidas modernizantes, mas conduzidas com espírito conservador.

Fiel ao dogma positivista que pregava a incorporação do proletariado ao sistema capitalista, o regime de Vargas criou uma regulamentação sindical que mantinha os trabalhadores em extrema dependência do governo¹⁹.

Merece destaque outra inovação que o pensamento liberal mais coerente da época encarava com reservas. Foi o caso do mecanismo de representação corporativista de "grupos orgânicos" de empregados e empregadores, concebido, conforme Aliomar Baleeiro, para enfraquecer o papel dos partidos na representação parlamentar de origem liberal²⁰.

Este mecanismo, inspirado em anteprojeto do positivista Borges de Medeiros, baseava-se em parte na Constituição alemã de Weimar²¹, promulgada em 1919. Costuma-se atribuir à ambivalência doutrinária da República de Weimar sua vulnerabilidade à maré montante do movimento nazista na Alemanha.

Esta analogia com o Brasil era realçada na época pelo fato de que as classes médias das grandes cidades brasileiras não dispunham de amplo apoio popular — principalmente operários urbanos e camponeses — para as propostas de caráter simultaneamente progressista e democrático²². As correntes liberais haviam perdido muitos de seus líderes naturais, em parte por causa do malogro da revolta constitucionalista de 1932. Por outro lado, os tenentes não tinham nenhuma coesão interna. Além da separação inicial entre militares e civis, distinguiam-se, no âmbito de cada um destes grupos, os que faziam a apologia do apoliticismo e da perpetuação do governo autoritário de fato — sendo os mais ardorosos e românticos os filiados ao Clube 3 de Outubro — e os que, com acesso direto a Vargas, preferiam se limitar a manobras palacianas, conduta que em breve se revelou estéril, porque Vargas passou a escolher pessoalmente os conselheiros que viriam a exercer influência em seu governo²³. Nesta última categoria notabilizou-se Francisco Campos, mentor de muitos membros da elite política e intelectual do regime em organização. A ele se deve a autoria da reforma educacional e do modelo de organização política inspirado nos regimes fascistas que começavam a se instalar na Europa²⁴. A ele se deve também o sufocamento da experiência inicial de reorganização da Universidade do Distrito Federal (UDF), conforme relato de Antonio Paim²⁵.

Quando, em 1934, formou-se o novo sistema constitucional, o compromisso entre as oligarquias regionais e o grupo de jovens oficiais e intelectuais modernizantes foi rompido, em grande parte devido ao incremento da participação política no país. Não esquecer que a industrialização estava criando uma nova realidade econômica, urbana e demográfica²⁶ propícia à intensificação das reivindicações sociais.

Desconcertado pelo equilíbrio instável de seu regime, Vargas adotou posições dúbias em relação aos que se alinhavam com os movimentos fascistas²⁷ e passou a agir de maneira truculenta contra as manifestações dos que perfilhavam as idéias das correntes de esquerda. Reativavam-se na época as primeiras organizações políticas de alcance nacional e com nítida definição ideológica. Marxistas e esquerdistas vinculavam-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922, e, ao lado de outros políticos progressistas, à Aliança Nacional Libertadora (ANL), organizada em 30 de março de 1935. Os fascistas gravitavam em torno da Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932.

Assinale-se que o regime continuava a adotar medidas de modernização institucional, como a criação do Ministério do Trabalho e do IBGE.

A criação da Universidade de São Paulo (USP) é um caso à parte, pois exprime uma inovação heterodoxa do governo paulista, voltada para a pesquisa básica e a formação polivalente de pessoal de alto nível, orientação que contrariava as idéias do governo federal, mais interessado em centralizar o ensino e moldá-lo a objetivos acanhados de cunho esdrúxamente profissionalizante, nas áreas de direito, medicina e engenharia, conforme o ideário positivista.

Membros da elite intelectual, cada vez mais assustada com o espectro do internacionalismo de influência marxista, faziam eco a uma corrente subterrânea de xenofobia e anti-semitismo, promovida sobretudo pelos integralistas, cuja virulenta campanha utilizava diretamente material de propaganda nazista²⁸. A xenofobia dominou os debates sobre restrições à imigração na Assembléia Constituinte de 1933-1934. As restrições da nova Constituição à imigração²⁹ reduziram drasticamente as cotas de judeus que fugiam da Alemanha nazista³⁰.

Mais uma vez o titular do poder executivo não apenas arrogava-se a qualidade de homem providencial para fomentar o progresso³¹, mas também a de guardião da ordem que, segundo os positivistas, devia ser custodiada a qualquer preço, a-fim-de prevenir os perigos da mobilização política popular que se reanimava naqueles dias. Em 4 de abril de 1935, quatro dias antes da instalação pública da ANL, a maioria governista no Congresso, liderada por Raul Fernandes, fez passar uma Lei de Segurança Nacional, cujo teor não tinha precedentes na história do Brasil. Em novembro, o levante aventureiro da ANL deu o argumento que faltava para o governo aumentar a repressão policial: o decreto de 23 de março de 1936 equipara "comoção intestina" a estado de guerra, o que veio aumentar os poderes das oligarquias dominantes e dos integralistas³².

Era o prelúdio do Estado Novo. A modernização colocava-se em sincronia com o crescimento acelerado da indústria, que começava a se consolidar, em condições adversas para a construção da democracia. A intervenção do estado na economia e na sociedade efetuava-se no sentido da incorporação do Brasil à modernidade. Em 1937 fundam-se a UNE, o Instituto Nacional do Livro, o IPHAN; reestrutura-se a Universidade do Rio de Janeiro. Mas o ambiente é de franca deterioração das condições de vida do povo³³ e de garroteamento das liberdades públicas e individuais.

Na análise dos fatores que poderiam ter influenciado no processo de fechamento crescente do sistema institucional brasileiro no período, está reservado lugar de relevo para a elite intelectual que recebia o

influxo das idéias fascistas em propagação na Europa. Entre os principais pensadores das correntes reacionárias, merecem registro Alberto Torres, Francisco José Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Gilberto Amado, Jackson Figueirido, Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Armando de Salles Oliveira, Cândido Motta Filho, Afonso Arinos de Melo Franco, Graça Aranha, Otávio de Faria, Paulo Prado, Augusto Frederico Schmidt, San Tiago Dantas, Antônio Gallotti, Leonel Franca, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Lourival Fontes, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Luís da Câmara Cascudo...

Eles tinham um álibi: as fortes tendências conservadoras de um determinado tronco cultural brasileiro. Segundo Ernest Hambloch, o autoritarismo de Vargas — que despertava o fascínio de tantos cérebros de escol — teria suas raízes fincadas na tradição imperial e caudilhesca do presidencialismo brasileiro³⁴.

No contrafluxo, outros intelectuais manifestavam preocupação com o exame da realidade brasileira de um ponto de vista crítico, sem sucumbir às idéias retrógradas defendidas por mentes da estirpe de Gustave Le Bon, Ludwig Gumplowicz, Comte e quejandos. Eram os representantes de uma geração de homens de pensamento que ainda acreditavam nos valores da filosofia crítica como fundamento da essência da sabedoria humana e da dignidade do ser. Ancorados nas razões do iluminismo contemporâneo, resistiam à valorização afoita e superficial de tudo quanto viesse do estrangeiro, como era corrente naquela atmosfera pesada onde grassava o bovarismo e a submissão aos mestres do tradicionalismo católico e do ecletismo³⁵.

Alguns eram incisivos na crítica ao racismo, ao positivismo, ao autoritarismo, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, Artur Ramos, Edison Carneiro, Jorge Amado, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Dionélio Machado, Mário Schenberg, Antônio Cândido.

Há controvérsias quanto à obra de Euclides da Cunha, que mereceu recentemente calorosa defesa de Leandro Tocantins³⁶.

Milton Vargas faz uma análise instigante de alguns aspectos positivistas da reflexão de Euclides da Cunha, sem nenhum intuito de desmerecê-lo, antes com o propósito de filiá-lo ao empiro-criticismo de Ernst Mach, ou ao convencionalismo de Poincaré, ou, em certas passagens, a uma inclinação poética muito ao gosto do clima cultural da época³⁷.

Quanto à produção intelectual de cunho caracteristicamente democrático, socialista ou marxista, nos anos 30, chama a atenção o fato de que ela é bem menos abundante do que a que produziu a vertente de inspiração fascista³⁸. Uma explicação possível talvez seja a circunstância de que predominaram "o voluntarismo e o tipo de recrutamento social do movimento comunista e aliancista" no período³⁹.

O pensamento de Marx foi de tal maneira desnaturado pela vulgata stalinista que acabou se confundindo com totalitarismo.

Esta hipótese vem sendo submetida à prova por pesquisas recentes sobre a atuação dos comunistas entre 1922 e 1935⁴⁰, e em especial sobre a insurreição da ANL de 1935⁴¹.

Obras desse tipo fazem falta entre nós para melhor aquilatar os modos de pensamento e da práxis de diferentes correntes, em momentos críticos de nossa história, à luz da experiência internacional e da avaliação mais acurada das fontes internas que influenciaram os formuladores da teoria e das bases do comportamento dessas correntes no Brasil. Fecundas linhas de pesquisa nesse sentido vêm sendo desenvolvidas por Leando Konder⁴², Roberto Schwartz, Nicolau Sevcenko e outros.

Este é um trabalho fundamental para que se possa compreender a origem — não apenas empírica, cronológica, mas também estrutural, na sua dinâmica intrínseca, no movimento interior de seus elementos extremos — do autoritarismo brasileiro e de sua manifestação mais conspícua e paradigmática — o Estado Novo. Convém alertar que o seu engendramento está em grande parte referido às ameaças — reais ou imaginárias — do perigo comunista, e que a campanha anticomunista — formalmente entronizada na política federal pelo presidente Washington Luís, juntamente com a política de estabilização monetária, o arrocho salarial e a repressão policial — é o eixo em torno do qual se unem os setores mais heterogêneos das oligarquias, com o apoio de autoridades eclesiásticas, fascistas, intelectuais conservadores, chefes militares legalistas e grupos tenentistas inconformados com as oscilações do primeiro regime constitucional posterior à vitória da revolta de outubro de 1930. Naquelas circunstâncias, eles se sentiam à vontade para atacar também os direitos dos liberais coerentes, dos trabalhadores comuns, e dos setores tenentistas e das classes médias que cultivavam valores democráticos⁴³.

Os mecanismos legais e arbitrários para esmagar as oposições são preparados paulatinamente, com requintes de cálculo e duplicidade, por Getúlio Vargas. Quando o golpe de estado é desferido em 10 de novembro de 1937, todo o arcabouço jurídico e operacional está pronto, inclusive a Constituição que Francisco Campos vinha redigindo nos bastidores palacianos desde 1936. Uma Constituição outorgada que jamais foi referendada pelo povo.

Diante desse quadro, o que para muitos causa espécie é que a política de Vargas, tanto a que preparou quanto a que consolidou o Estado Novo, tenha contado com o apoio de inúmeros intelectuais e da quase totalidade dos meios de comunicação da época. Está em aberto a questão de saber o que levou intelectuais e artistas como Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Emiliano Di Cavalcanti, Jorge de Lima e outros a colaborarem com a ditadura, inclusive prestigiando órgãos subsidiados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴⁴. Essa zona cinzenta talvez possa ser entendida como sintoma do caráter sincrético e hipertardio de nosso capitalismo, que torna extremamente ambíguas as contradições entre requisitos de modernização de uma *intelligentsia* sofisticada e a sua inserção na estrutura institucional. Estas contradições se expressariam na maneira insólita como se articula a organização do gigantesco aparato burocrático e ideológico do estado com as demandas de participação dos diferentes setores da complexa sociedade em formação, na luta pela afirmação de seus interesses e direitos.

Uma das possibilidades estruturais de equacionamento e solução desses conflitos seria efetuar uma modernização institucional altamente conservadora, visto que a promoção do desenvolvimento

econômico centralizado, elitista e excludente estaria condicionada à manutenção de rigorosa segurança quanto à prevenção e regulação do inconformismo das classes ou frações de classes que viessem a ser contrariadas em seus interesses pela estratégia adotada de industrialização⁴⁵.

Uma das medidas fundamentais para realizar esse desiderato foi a reforma da educação, iniciada em 1931 com a reforma do ensino secundário, e completada em 1937, com a reforma do ensino superior. Se a universidade brasileira era deficiente, porque não passava de um conglomerado de escolas superiores sem um nexo orgânico que lhes infundisse uma verdadeira unidade, com a reforma conduzida por Francisco Campos, a emenda conseguiu mudar para pior. Introduziu rigidez de funcionamento, não estimulou a autonomia e reduziu a ciência a um ornamento postergável. Reforçava-se o ensino retórico no nível secundário, e, nas faculdades de direito, medicina e engenharia, dava-se ênfase exclusiva aos cursos profissionais de índole instrumental e imediatista. Foi coartado o movimento de constituição de um sistema universitário baseado numa comunidade científica organizada de maneira autônoma, conforme o modelo em gestação na Academia Brasileira de Ciências e na Associação Brasileira de Educação.

O espírito inovador que, em 1935, havia informado a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), graças às idéias de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros pioneiros da Escola Nova, começou a ser arruinado com a reação de setores militantes ultramontanos da Igreja Católica, entre os quais Alceu Amoroso Lima, que acusavam os professores da UDF de pregadores de idéias comunistas. O expurgo que se segue ao fracasso da insurreição da Aliança Nacional Libertadora de novembro de 1935 leva à saída de Anísio Teixeira do Departamento Municipal de Educação do Distrito Federal (onde foi substituído por Francisco Campos), à destituição de Pedro Ernesto da prefeitura e ao afastamento de vários professores da nova universidade. Após numerosas vicissitudes, a UDF é fechada, por decreto de Getúlio Vargas, em 20 de janeiro de 1939.⁴⁶

Outra medida desastrosa de Getúlio foi a Lei da Desacumulação, de 1937, pela qual ninguém poderia ter mais de um emprego público.

A atividade científica e universitária foi duplamente afetada pela centralização governamental. Primeiro, pela tentativa de unificar e controlar a esfera cultural e do ensino em geral. Segundo, pela unificação administrativa promovida pelo DASP, que considerava o sistema científico e universitário como simples parte de um corpo administrativo maior.

Tudo isso refletia a debilidade da atividade científica e a pouca percepção de seu valor e de suas características próprias.

Mas havia exceções. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, graças ao movimento de autonomia regional do governo paulista, realizou, sob a orientação de Teodoro Ramos, um trabalho inédito de contratação de professores estrangeiros e nacionais de alto nível. Dentre eles, destacaram-se, no Departamento de Física, a partir de 1934, Gleb Wataghin, Giuseppe Occhialini, Mario Schenberg e Marcelo Damy de Souza Santos.

O Laboratório de Física Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro imprimiu grande impulso a suas pesquisas, graças à ação de Carlos Chagas Filho. A partir de 1937, transformou-se no Instituto de Biofísica.

Na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939, o Departamento de Física foi prejudicado pela ingerência burocrática do Ministério da Educação, mas passa a assumir importantes responsabilidades de pesquisa após 1945. Na área de física atômica, nuclear e de radiação cósmica destacam-se os trabalhos de Cesar Lattes e de vários cientistas de comprovada qualidade internacional, como Jayme Tiomno, Roberto Salmeron e José Leite Lopes, os quais a partir de 1949, passam a atuar no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição independente que contou com significativos financiamentos externos.⁴⁷

No Instituto Biológico de São Paulo, é digna de nota a atuação de Artur Neiva e Rocha Lima, entre 1927 e 1949.

Depois de 1934, o Departamento de Química da USP deve seu grande prestígio à atuação de Heinrich Rheinboldt.

As pesquisas em genética ganharam impulso, depois de 1934, com André Dreyfus, Friedrich G. Brieger e Carlos Arnaldo Krug. Seus trabalhos foram estimulados sobremaneira com a chegada ao Brasil de Theodosius Dobzhansky em março de 1943.

Resta indagar por que teria falhado a tentativa de institucionalização da ciência.

Schwartzman sugere que os motivos são múltiplos. Primeiro, a centralização de Francisco Campos, que cerceou a autonomia da comunidade científica. Em segundo lugar, teve grande influência a baixa demanda por tecnologia por parte do parque industrial brasileiro. Terceiro, não havia no sistema educacional superior então configurado, nem mesmo no movimento liderado pela Associação Brasileira de Educação, consciência clara da importância do trabalho científico. O interesse pela pesquisa científica limitava-se às atividades intelectuais que eram promovidas pela Academia Brasileira de Ciências. Em quarto lugar, prevaleceu a influência regressiva de setores católicos fundamentalistas no que tange à criação, como alternativa ao sistema vigente de escolas profissionais, do padrão pedagógico (ou catequético) calcado na corporação universitária medieval, na qual as ciências e as técnicas ficavam sob a égide da filosofia e da teologia. Deste modelo surgiu a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em quinto lugar, vem a influência perniciosa de um certo positivismo, cuja forma de realizar seus ideais consiste no estado forte e centralizador e no pragmatismo da técnica — técnica em geral mal digerida e pessimamente dirigida. Sabe-se que o Ministério da Agricultura permaneceu centro ativo das idéias positivistas durante toda a República Velha. Com Vargas, a influência militar e positivista do Rio Grande do Sul voltou a ter preponderância nacional e incluiu na maneira pela qual as questões culturais, educacionais e científicas eram vistas na era Vargas.

Para enfrentar essas óbices, alguns grupos tentam, como alternativa nova, fazer arranjos institucionais especiais para dar continuidade às pesquisas com o mínimo de massa crítica. Por isso era

preciso conseguir financiamentos especiais, principalmente para a área de ciências biológicas, no que foram bem servidos pela família Guinle e pela Fundação Rockefeller.

Outro caminho fecundo mostrou-se ser perseverar nos projetos de criação de um novo tipo de universidade. Foi a opção concretizada pelo governo do estado de São Paulo.⁴⁸

Em função das experiências malsucedidas do Rio de Janeiro, este faz forte contraste com o sucesso de São Paulo, invertendo a liderança cultural e científica que a capital do país gozava até então.

2. Modernização industrial e institucional com dirigismo econômico e autoritarismo político.

Em 1937 Getúlio instaura o Estado Novo, que acaba caindo em 1945.

Cabe examinar a natureza das orientações políticas adotadas como estratégia de dominação, com destaque para o conteúdo cultural de seus principais dirigentes e seguidores. Aqui tem peso significativo o arsenal de planejamento colocado a serviço dos objetivos de construção do capitalismo em ritmo acelerado, mas em condições de industrialização restringida. Chama a atenção a polêmica que colocou frente a frente Roberto C. Simonsen e Eugênio Gudin, o primeiro propondo o dirigismo econômico, o segundo, o liberalismo.⁴⁹

O governo provisório procurou quebrar a resistência das oligarquias agrário-exportadoras para colocar o estado a serviço do processo de industrialização. Era uma industrialização retardatária, considerando a expansão da economia mundial, e tinha como mola mestra o incentivo ao setor leve de bens de produção⁵⁰.

Com a criação de uma nova forma de estado, resolve-se a crise de hegemonia política em favor da burguesia urbana, que retoma o projeto, de há muito acalentado, de industrialização pesada acelerada. O Estado Novo assume o comando de um processo de dirigismo econômico, em combinação com a modernização do arcabouço burocrático, com base na montagem de um aparelho político extremamente autoritário.

A via de desenvolvimento escolhida implicava a mobilização de vultosos investimentos em indústrias de base e infra-estrutura, a organização de um aparelho complexo de intervenção e regulação sobre câmbio, moeda, crédito, juros e salários, a montagem de organismos de planificação setorial e coordenação geral, e a criação de empresas públicas⁵¹.

A promoção centralizada do desenvolvimento era indispensável para assegurar condições de racionalidade administrativa e estabilidade da organização burocrática. O estado tinha que ser preparado para estender seu poder ao apoio de políticas educacionais, de saúde pública, de previdência social, dentre outras.

Todo esse esforço precisava de um aparelho coercitivo-repressivo para exercer a arbitragem entre as classes e controlar os distúrbios dos setores insatisfeitos. Num país dividido pelos interesses locais de políticos heterogêneos e pelas aspirações dos liberais e das vítimas da grande crise do sistema econômico, era necessário unificar o judiciário, atualizar os códigos e robustecer as forças armadas.

O pensamento da elite dirigente voltava-se para o objetivo de organizar um estado integrado e monolítico capaz de viabilizar um projeto inovador de industrialização congruente com os interesses dela; e tal congruência implicava conduzir a modernização institucional sob a custódia de um regime de força e de exceção.

Este pensamento vinha sendo assimilado por Getúlio Vargas desde pelo menos os anos 1925-1926, em discursos como deputado na câmara federal. Neles externa sua gratidão pública aos ensinamentos recebidos de Comte e de Júlio de Castilhos⁵².

O tema do autoritarismo está no centro das formulações políticas de Alberto Torres⁵³ e de Oliveira Viana⁵⁴. Eles pregam a necessidade da organização centralizada e corporativa da autoridade federal, que deve ter supremacia sobre a liberdade civil. São conhecidas as opiniões de Oliveira Viana sobre a Revolução Farroupilha, que ele reduz a uma inaceitável manifestação de anarquia e barbárie de caudilhos de fronteira.

Durante os anos que precederam o golpe de estado de 1937, Getúlio Vargas pôs em prática grande parte dessas lições, seguindo a tradição imperial do presidencialismo brasileiro.

Com o Estado Novo, este presidencialismo exacerba-se e assume o caráter de "presidencialismo puro", para usar a expressão cunhada por João Camilo de Oliveira Torres⁵⁵. Nele a autoridade do presidente da República é uma e única, e não apenas uma autoridade que se sobrepõe a outras. A Constituição de 1937, sacramentando uma praxis inveterada, atribuía formalmente ao presidente poder excessivo, o que lhe garantia impunidade. Era o regime da irresponsabilidade absoluta, pois concentrava plenos poderes, irrestritos, ilimitados e brutais nas mãos de um só homem.

Hermes Lima⁵⁶ não esconde seu inquietante diagnóstico sobre a asfixiante tendência centralista dessa Constituição. Sendo rígida e agressivamente fortalecedora do Executivo, ela informava mais um espírito de autoritarismo do que um espírito de legalidade democrática. O curioso é que o jurista, destoando de suas assumidas convicções progressistas e democráticas, vem a lamentar que a "polaca" não tenha sido incorporada à nossa cultura política; o que tampouco pode ser considerada uma asserção irrefutável.

A outra face do presidencialismo imperial é o uso do poder em proveito privado, para atender a ambições pessoais do presidente e de seus áulicos. O presidencialismo brasileiro nunca está dissociado da corrupção — de seu titular ou de seus prepostos —, que assume as formas de suborno, advocacia administrativa, formação de quadrilha, cartelização de empresas, extorsão, peculato, concussão, caixa dois, licitação com cartas marcadas, nepotismo, enriquecimento ilícito do dirigente e das "panelas" que o cercam.

Pelos artigos 73 a 89, e 176, parágrafo único, da Constituição do Estado Novo, o colégio eleitoral era organizado e funcionava de forma tal a tornar Vargas presidente vitalício, sem necessidade de dar satisfação a nenhum outro poder. O presidente governava as unidades da Federação por intermédio de interventores, por ele nomeados. Os governadores por sua vez nomeavam os prefeitos... Desencorajava-se assim a organização de partidos políticos. Não prosperou sequer a manobra de Ernani Amaral Peixoto, genro do ditador e interventor do Estado do Rio de Janeiro, para fundação de um partido nacional, oficial, único. "O apelo místico-fascista" – relata Edgard Carone – "não encontra ressonância entre os interventores e as forças oligárquicas locais". A idéia era de resto redundante para quem, como o ditador, seguia o princípio, proclamado por Azevedo Amaral, de que "esse partido é constituído pela própria Nação". Azevedo Amaral apresentava também a possibilidade de ultrapassagem do Legislativo e do Judiciário, mediante o apelo plebiscitário direto do Executivo ao povo, com a exclusão dos partidos políticos⁵⁷. Inspirado portanto por Azevedo Amaral⁵⁸, um dos teóricos mais estimados por Getúlio Vargas, esse ritual foi traduzido em norma positiva por Francisco Campos, para quem o poder pessoal de Vargas era a garantia da implantação dos ideais da nacionalidade. A Carta do Estado Novo teve entretanto um modelo ainda mais alto e abrangente: a exótica experiência da ditadura do marechal Pilsudski na Polônia. Por esta razão passou à história com a alcunha de "polaca", em ambígua alusão a um dos qualificativos que se davam na época a certas moças que imigravam para trazer ao Brasil as últimas novidades da sociabilidade galante europeia, como foi o caso de Ida Pomerikowsky, dona de famoso "salão de prazeres" da cidade de São Paulo, tema de festejada biografia, muito lida e anotada por Rui Barbosa, e considerada por Francisco Foot Hardman como "uma história do progresso da cidade de São Paulo"⁵⁹.

Seria esclarecedor fazer uma reflexão comparativa sobre a história política dos povos latino-americanos que aboliram a escravatura (quando houve...) e instituíram a república como resultado imediato da guerra da independência contra o império espanhol. Como o Brasil, eles se viram a braços com as vicissitudes do caudilhismo, que teve sua face libertadora, enraizada no poder local, mas que foi turvada, no alvorecer do regime de liberdades públicas, pela imposição da autocracia. A emergência, na América hispânica, de líderes do estofado de San Martín, Bolívar Artigas, Puyrredons, Sarmiento e Battle, entre outros, constitui um notável contraste com os acontecimentos que desembocaram na implantação da monarquia brasileira, no momento da Independência.

No Brasil, os grupos sociais que conservam a hegemonia do processo de rompimento do pacto colonial eram refratários a idéias de autonomia federativa, de fortalecimento do poder local e de autogoverno da sociedade civil. Esses grupos — em geral vinculados à grande propriedade agrária, ao comércio exterior, à igreja e à burocracia cortesã — temiam, no calor da luta pela Independência, que o processo correlativo de democratização interna pusesse em risco suas posições de elites dominantes. Qualquer vislumbre de violação do monopólio do poder monárquico, centralizado na corte do Rio de Janeiro, era reduzido diretamente a ameaça de insurreição popular, logo confundida com anarquia e banho de sangue. Urgia, segundo eles, prevenir esta ameaça mediante mecanismos de preservação do

poder pessoal do príncipe e de uniformização do domínio sobre as unidades provinciais e municipais, as entidades civis e os cidadãos em geral. Foram tão bem sucedidos nesse projeto que a Independência deixou ilesa a escravidão. Mantidos em sua condição de súditos do monarca, os brasileiros ficariam imunes às tentações do autogoverno e da liberdade de cultivar laços próprios de uma convivência coletiva que tenderia a se entranhar no tecido social e do qual nenhum político seria capaz de extirpar. Ilustrativo disso foi o movimento do “Fico”.

Em 9 de dezembro de 1821, chegou ao Brasil a notícia de que as Cortes portuguesas, pelos decretos números 124 e 125, de 25 de setembro de 1821, mandaram extinguir o governo geral do Brasil, submeter diretamente suas províncias ao domínio de Lisboa e ordenar o regresso de D. Pedro I a Portugal. A reação dos brasileiros foi imediata. Jornalistas e políticos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais indignaram-se com os planos de recolonização do Brasil e se mobilizaram em viva rebelião patriótica. O curioso é que as vozes mais influentes associavam essa posição ao modelo vigente de centralização política.

O argumento principal era o que defendia a unidade interna do Brasil e deste com Portugal. No primeiro número do jornal *A Malagueta*, lançado no Rio de Janeiro naquele mesmo mês de dezembro, dizia Luís Augusto May, português e funcionário público, que o príncipe regente era “o melhor, talvez o único, fiador interino da perfeita união dos dois Hemisférios”. Acrescentava o jornalista que, na ausência do príncipe, “não seria de admirar que nascessem entre nós os Puyrredons, Artigas, Bolívars e São Martins”, e surgissem “sistemas de federação, mais ou menos imperfeitos, trazendo consigo desordens e anarquias”⁶⁰.

José Bonifácio, vice-presidente de São Paulo, vaticinava, em 24 de dezembro de 1821, que, com a ausência do príncipe regente, o Brasil corria o risco de ser tragado por um rio de sangue, porque os decretos da metrópole portuguesa ousavam desmembrá-lo em porções desatadas, isoladas”, sem “um centro comum de força e de união”⁶¹.

Para o citado Luís Augusto May, a decisão da metrópole portuguesa tornaria as províncias brasileiras “governadas quase municipalmente, sem mais nexos entre si do que aquele que nenhum Político lhes poderá tirar”⁶². No fundo, o que ele temia era que a prática da democracia impregnasse de tal forma a vida coletiva dos brasileiros que nem os políticos teriam condições de impedir que o povo ficasse “viciado” com ela. “Vício” que não repugnava de nenhuma maneira importantes intelectuais da época, como era o caso de Joaquim Gonçalves Ledo, que encabeçava representações no “sentido de serem desobedecidos os decretos, principalmente o 125 [que determinava a volta de D. Pedro Portugal], que era o que no momento interessava”, na esteira da “agitação popular [que] vai tornando-se cada vez mais forte”, em torno do dilema: “ou D. Pedro fica ou será proclamada a Independência. Os brasileiros, nesta altura, já sabiam que contavam com o apoio de ingleses e americanos”⁶³.

A alternativa que então se colocava era a construção de uma nação independente, sem monarquia, a que se acrescentavam exigências de autogoverno civil.

Outro talvez tivesse sido o destino do Brasil se Frei Caneca, líder da Confederação do Equador, houvesse recebido melhor acolhida em sua generosa tentativa de contribuir para democratizar a primeira Constituição do Império (1824). O fato histórico implacável -- em sua irrevogável objetividade -- é que o imperador não respondeu a esse gesto de nobreza com a reciprocidade necessária; ao contrário, mandou matar o atrevido sacerdote e obrigou o povo a viver sob o despotismo de uma carta magna outorgada.

No Brasil, ao contrário das demais nações ibéricas, o caudilho enquanto fenômeno social ficou circunscrito ao Rio Grande do Sul, embora sua influência política tenha sido amplificada pela atuação nacional de seus líderes regionais, como Anita Garibaldi, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Vital Brasil, Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes e outros. É verdade que no Norte e Nordeste houve o fenômeno dos coronéis donos de terras e currais eleitorais, mas eles trafegam muito mais na órbita do mandonismo paroquial e do caciquismo caipira, com apoio no banditismo de jagunços e capangas, e menos na órbita do irredentismo republicano e do humanismo libertário. Acrescente-se a infâmia do escravagismo, que permeia o cerne da formação mental brasileira até os nossos dias -- e teremos um terreno nefasto para a brotação do espírito de maioria e autonomia ética.

Não obstante o papel retrógrado dos fatores citados, observa-se uma tendência histórica de afirmação libertária do poder local e dos direitos da cidadania, com a mediação da instância parlamentar⁶⁴, e sem a servidão aos limites do municipalismo⁶⁵. Esse "fio vermelho" vem sendo urdido desde as lutas da Independência por intelectuais iluministas e líderes de rebeliões emancipacionistas, de que são exemplos notáveis a Revolução Pernambucana de 1848, a Revolução Farroupilha de 1835-1845 e a pregação democrática do deputado José de Alencar em 1868 e 1874⁶⁶.

Ora, cabe indagar por que, a despeito de determinadas condições que poderiam ter propiciado no Brasil o sistema de liberdades públicas e individuais, a presença do autogoverno social não teve vigor suficiente para pôr em xeque a autocracia. Nossa hipótese é que o autogoverno acabou sendo abafado -- mas não extinto -- pela confluência de um elenco de variáveis. Dentre elas, merece exame acurado a questão do poder pessoal do titular do Poder Executivo, desde a fundação da República. O esteio principal das constituições republicanas é o poder individual de mando do Chefe do Governo -- esta, aliás, uma expressão, com maiúsculas e tudo, forjada e difundida aos quatro ventos na era de Vargas --, que denuncia uma característica de ambição pessoal que não deve ser desdenhada.

A hipertrofia da ânsia de dominação individual traduz-se no estabelecimento de uma autocracia eletiva que a letra mesma da Constituição consagra e legaliza. A moral do senhor, que Nietzsche⁶⁷ demonstra ser complementar da moral do escravo, encontra aqui uma manifestação acabada. A república desvencilhou-se de uma monarquia decrépita e de uma família de desfrutáveis e carolas sem nenhuma tradição de grandeza aristocrática e de respeitabilidade ética -- e manteve seu espólio mais desprezível: o governo absoluto, centralizado, despótico, irresponsável. Ao fazê-lo, traía a promessa de repudiar essa herança macabra. Ao contrariar a tendência de afirmação do poder local de cunho democrático, inscrito em nossas melhores tradições históricas, tornou-se um projeto inconcluso.

Tanto quanto a monarquia, o regime presidencialista era uma flor exótica que a oligarquia agrário-exportadora impingia ao Brasil para perpetuar seus privilégios após a derrocada do antigo regime. É sabido que, desde 1822 — e se revigorou a partir da agitação intelectual e política da segunda metade do século 19, que apressou a ruína do segundo império —, o parlamento, refletindo o apogeu do espírito iluminista da época, estabelecera explicitamente o conceito de que o titular da soberania nacional era o povo brasileiro, e não o rei. Não obstante, a Constituição de 1891 inflete a trajetória política — clinamen às avessas — implantando a ditadura presidencialista, que o marechal Deodoro da Fonseca inaugura ao dissolver o Congresso e declarar o estado de sítio. A república mal começara e já dava continuidade à arrogância da monarquia, estribada na idéia do Poder Moderador, idéia que o maior ideólogo brasileiro da república pediu emprestada a seu homônimo franco-suiço Benjamin Constant, para se precaver contra os perigos da liberdade do povo. Personificando o poder moderador, o monarca, a pretexto de impedir os "excessos" dos radicais, imiscuia-se no governo, no parlamento e no judiciário. Alardeando uma neutralidade de fancaria, o rei arroga-se o dom de pairar acima dos poderes eleitos pelo povo, desprezando os partidos políticos e reduzindo o exercício da política a maquinações palacianas, à revelia dos interesses populares. Foi assim quando o Brasil viveu sob o jugo da coroa portuguesa e durante o Império, herdeiro da prática e da mentalidade do domínio colonial — parasitário e espoliador, aventureiro e sibarita. Os Orleans e Bragança trouxeram da corte lusitana o mecanismo político-administrativo em decadência e a cultura ultramontana, reacionária e inquisitorial do padroado e da Segunda Escolástica dos jesuitas. E deixaram no ninho da república o ovo da serpente que até hoje mantém a nossa vida institucional atrelada a deformações seculares, tais como o autoritarismo, o clientelismo, o patrimonialismo, a privatização da esfera pública, a "propensão crassa para o excessivo culto das missões de circunstância"⁶⁸.

Assim é que a república empenhou-se em reverter a tendência histórica, que apontava no sentido da ampliação das liberdades do indivíduo, com base no espírito do contrato social, causa contra a qual a monarquia lutara em vão. As violências ilegítimas do nosso primeiro presidente repetiram-se, com poucas exceções, ao longo da Primeira República. A revolta de outubro de 1930 declarou-se contra isso, e no entanto até 1945 seus principais dirigentes primaram em atropelar a democracia; alguns chegaram ao cúmulo de fazer conluio com o fascismo, em ascensão no mundo. Em mais de 100 anos de presidencialismo, o Brasil teve apenas cinco presidentes eleitos: dois cumpriram o mandato até o fim, e somente um era civil. A experiência histórica demonstra que o presidencialismo, como diziam os positivistas ortodoxos, os castilhistas e os tenentistas do Clube 3 de Outubro, era incompatível com a representatividade democrática e a legitimidade popular. Acrescente-se: é também avesso à estabilidade institucional e à governabilidade. O que se pretende com o poder presidencialista é o governo do cheque em branco. Nele o mandatário da execução das leis detém os poderes discricionários de elaborá-las (invadindo a esfera do legislativo), interpretá-las (usurpando atribuições do judiciário), infringi-las, desprezá-las, suspendê-las ou ignorá-las, sabendo que ficará impune.

Com tantos poderes concentrados em suas mãos, é impossível impedir duas coisas: que o presidente confunda o tesouro público com sua fazenda privada e que ele ceda aos mecanismos de troca de favores e de distribuição de suborno e propinas. Estes crimes são conhecidos no Brasil pelo eufemismo de *advocacia administrativa*, típica referência à mentalidade bacharelesca da tradição colonial. Na verdade, é a própria Constituição que concede ao presidente autorização para que ele mesmo cometa abusos, arbitrariedades, crimes e corrupção, porquanto seu poder não é controlado, conforme diz José Honório Rodrigues⁶⁹, homologando a afirmação de um historiador-viajante, em 1936 — quando sua obra foi publicada nos Estados Unidos —, que a constituição presidencialista consagra a autocracia do chefe de estado, pois concede ao presidente da república licença de curso (*letter of marque*), carta que os governos davam aos piratas permitindo-lhes realizar suas atividades ilícitas⁷⁰.

Cabe reexaminar o conceito de vontade de poder do presidente da república. Esta característica do titular do Poder Executivo presidencialista pode assumir diferentes valores, dependendo das peculiaridades do regime. Quanto maiores os graus de arbítrio conferidos pela Constituição ou assumidos de fato pela pessoa do presidente, tanto mais despótico e ilimitado será o exercício de seu poder⁷¹. No Brasil, o valor da característica do sujeito objeto de nossa reflexão tem assumido dimensões exorbitantes ao longo da história.

Nossa hipótese é que os direitos fundamentais da cidadania, que são garantidos formalmente pela constituição, tendem tanto mais a ser violados quanto maior o valor da característica de nosso objeto de reflexão. Vale dizer, quanto maior o poder, praticamente absoluto, do presidente da república, tanto maior a fragilidade da democracia. Dizemos praticamente porque há uma retórica bacharelesca, especiosa, que escamoteia o funcionamento real do poder executivo. Desmascarada a retórica, o que aparece é um presidencialismo que anula o equilíbrio de poderes do estado de direito democrático. A divisão dos poderes do estado — conquista dos revolucionários americanos e franceses do século XVIII, sem a qual os direitos da cidadania são letra morta — é deturpada no Brasil pela exacerbação do poder executivo⁷².

Este poder sustenta-se em cinco colunas mestras: o poder econômico das entidades da administração indireta (empresas públicas, autarquias, fundações), o poder técnico-burocrático da administração direta (a máquina das repartições públicas convencionais), o poder coercitivo-repressivo das forças armadas, o poder simbólico de representar a União federal dentro e fora do país, e... o poder de exercer a tutela sobre todo o povo.

Este último poder é precisamente a condensação dos anteriores. É ele que materializa a dimensão extravagante do valor da característica de nosso objeto de reflexão.

Nossa conjectura é que a vontade de poder a que nos referimos mais acima tem alta probabilidade de ter como concausas significativas — naturalmente uma determinação condicionada por outras variáveis — o apetite desvairado pelo cargo e a arrogância intrínseca conferida pelo quinto poder, a sinistra quinta coluna do presidencialismo.

A função desta quinta coluna, a nosso ver, seria mistificar a figura do presidente. Para isso, promover-se-ia o culto à sua personalidade e atribuir-se-ia a ele uma característica mitológica grotesca, que o colocaria acima das leis e das instituições democráticas. Tal característica aproximar-se-ia do conceito de tirania estudado por Walter Benjamin⁷³. O prestígio do tirano, em sentido barroco, ao invés de se fundar em suas virtudes humanas por excelência — tais como, espírito da *res publica*, sentido do bem-comum, prioridade ao interesse coletivo, solidariedade social, desprendimento moral, autodisciplina no artesanato da ética subjetiva, e em especial abnegação ao serviço público —, subordinar-se-ia a uma imagem fantasiosa de messias onipotente e à veleidade delirante de tutelar o conjunto dos cidadãos comuns, consoante o desejo romântico de Comte⁷⁴. Uniformizando a nação como um bloco monolítico, o tirano pretenderia sujeitar o povo aos designios pessoais do chefe supremo. Para isso, recorreria a manobras de mobilização da cidadania regulada (demagogia populista, peleguismo, cooptação de intelectuais, tráfico de influência, licitações viciadas, corrupção empresarial etc.) alternadas com medidas desmobilizadoras (tortura, terror, censura, arbítrio policial, extermínio da oposição, miséria) destinadas a paralisar os setores sociais não conformistas e mantê-los impotentes quando o presidente comete crimes, desmandos ou simplesmente administra mal. Imune ao controle do parlamento, do judiciário independente e equitativo e das organizações autônomas da sociedade civil, o tirano aniquila a democracia em seu cerne mais profundo. Nossa suposição é que a quinta coluna do presidencialismo brasileiro é o quisto principal que debilita nossa democracia.

Esta debilidade é que, a nosso ver, estaria na raiz do processo de edificação, durante o Estado Novo, da máquina administrativa e dos instrumentos político-institucionais estatais, processo no qual "predominaram mecanismos de acomodação, muito mais do que de transformação". Evidência disso seria que "A centralização não foi completa nem suficiente para absorver as expressões regionais de poder". Analogamente "A modernização e a racionalização administrativa foram parciais, e os bolsões da nova burocracia conviveram com o velho funcionalismo, inerte e imerso nas múltiplas redes de lealdades e pressões do tipo tradicional-clientelístico, encastelados nos ramos cartoriais do Estado"⁷⁵.

Resta saber se a missão que o Estado Novo propôs-se a realizar ficou inconclusa apenas nisso, ou se ela foi uma bomba de efeito retardado que iria redundar em outros avatares para o povo e, como tragédia pessoal, para seu personagem central. Combinando autoritarismo político (bonapartismo) com dirigismo econômico centralizado para a promoção do desenvolvimento elitista (bismarckismo), o Estado Novo criou um novo arcabouço político-burocrático-militar que tem seus antecedentes no poder moderador do estado imperial e se manifesta no fenômeno ainda mais complexo das relações entre tecnoburocracia patrimonial e estatismo dos dias atuais⁷⁶.

Se Getúlio Vargas é o príncipe desse drama, é justo reconhecer em Francisco Campos o seu cortesão mais fiel, quase seu *alter ego* intelectual. Este pensador temerário, embora pouco original, deixou a marca de seu talento nos momentos altos da peça. Na juventude foi agnóstico e relativista, em virtude de sua formação jurídica neokantiana; o que não significa dizer que tenha chegado a compreender e assimilar a "revolução copernicana" efetuada por Kant na maturidade, ao escrever sua

terceira crítica⁷⁷; com o passar do tempo, preferiu absorver as influências do jurisdicismo autoritário de Giorgio del Vecchio, da ideologia cesarista de Carl Schmitt e do positivismo jurídico, "lo cual significa" — nas palavras deste ideólogo do nazismo — "el reconocimiento de la tesis de que el derecho lo pone quien se impone de hecho"⁷⁸; o positivismo jurídico significa também a "publicização do direito privado", doutrina que erige o Estado como árbitro privilegiado de conflitos intra-sociais⁷⁹. Em seguida incorporou ao seu sincretismo pedagógico elementos do pragmatismo norte-americano e de um positivismo aclimatado aos objetivos de uniformização nacionalista da instrução primária e secundária e do treinamento profissionalizante, bem assim ao intuito de salvação, com renovação, do tradicionalismo católico; o que talvez revelasse uma atitude menos piedosa e mais oportunista, ao se considerar a religião da elite um instrumento de manipulação ideológica da opinião pública e de domesticação das massas. Como filosofia da história, ressuscitou o idealismo hegeliano — de há muito demolido pela filosofia crítica —, privilegiou de maneira unilateral a vertente irracionalista (intuicionismo) da instigante filosofia de Bergson e culminou transformando a política em teologia⁸⁰. Com ele, e por suas próprias palavras, "a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937".⁸¹

Esta confissão confirma o diagnóstico incisivo de uma testemunha da época e criterioso historiador, Barbosa Lima Sobrinho, ao desmistificar o caráter liberal da Aliança que reuniu Getúlio Vargas, Antônio Carlos, Artur Bernardes e outros oligarcas conservadores⁸². O reencontro da revolta de 1930 com sua verdade inicia-se pela idéia — proposta por Alberto Torres e endossada por Azevedo Amaral — de "promover a organização corporativa da economia nacional" (artigo 61 da Constituição de 1937). Idéia que acabou se efetivando apenas na linha de frente da organização sindical e profissional. Não houve desdobramento completo nas instâncias de cúpula, dado o horror de Vargas à rivalidade de poderes.

A exemplo da nova Constituição que outorgava, Vargas esmerou-se em encomendar reformas para organizar o Estado Novo, o que fazia em seu estilo positivista, impondo decisões pessoais de cima para baixo.

São da lavra de Francisco Campos, ou orientadas por ele, a reforma e a criação de vários códigos novos e diplomas legais específicos. Citemos, entre outros, os seguintes: Códigos de Processo Civil e de Processo Penal, Código Penal, Lei do Júri, Lei dos Serviços da Justiça Federal, Lei Orgânica do Ministério Público Federal, Lei de Segurança Nacional, Lei do Tribunal de Segurança, Lei das Contravenções, Lei da Sociedade Anônima; Lei de Loteamento de Terrenos; Leis de Proteção da Economia Popular; Leis de Nacionalidade, Extradicação e Expulsão de Estrangeiros, Imigração e suas Atividades Políticas; Lei de Dissolução dos Partidos Políticos e Lei Orgânica dos Estados (que estabeleceu o sistema de interventorias); Legislação Sindical e Previdenciária; Regulamentação do Imposto Sindical e do mecanismo de interpenetração das estruturas e funções do sindicato e do estado; e os anteprojetos dos Códigos Civil e Comercial.

Recebeu grande impulso a modernização das forças armadas. Criou-se a Força Aérea Brasileira (FAB). Iniciou-se o processo de racionalização das rotinas administrativas. Criou-se o Departamento

Administrativo do Serviço Público (DASP). Criou-se a Fundação Getúlio Vargas. Fortalece-se o Banco do Brasil. Amplia-se a atuação do IBGE, criado em 1936. Constrói-se a Companhia Siderúrgica Nacional (usina de Volta Redonda). Cria-se o Conselho de Planejamento Econômico. Cria-se uma Comissão de Orçamento no Ministério da Fazenda. Reorganiza-se o sistema de impostos interestaduais. Foram iniciadas a Fábrica Nacional de Motores (cujos caminhões, da famosa marca FNM, vieram a circular durante décadas por todas as estradas do Brasil) e a Fábrica de Aviões de Lagoa Santa. Criam-se o SENAI e o SENAC. Prestigia-se a nova arquitetura difundida por Le Corbusier. Constrói-se o edifício-sede do Ministério da Educação. Atrai-se a colaboração de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Jorge de Lima, Roquette-Pinto e outros intelectuais, que encarnaram na época o considerável desenvolvimento da arquitetura, das artes plásticas, da música, da literatura e dos meios de comunicação de massa, notadamente a radiodifusão, sob os novos paradigmas do futurismo de Marinetti e de variadas expressões do modernismo cultural forjadas nos frementes anos 20.

Cria-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que vem a ser dirigido por Lourival Fontes e que edita a revista *Cultura Política*.

De acordo com a orientação do DIP, organiza-se o Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), destinado a "congregar as elites intelectuais em torno do pensamento do Estado Novo", que para tanto passa a editar a revista *Ciência Política*.

A revista *Ciência Política* é especializada em estudos teóricos sobre o Estado Novo; a revista *Cultura Política* dedica-se a propaganda.

Os temas variam desde conceituação e apologia do autoritarismo até crítica da democracia e sua desqualificação como sistema de convivência social e política. A ideologia do Estado Novo seria a única com raízes nacionais. Todas as outras concepções — democracia, liberalismo, socialismo, comunismo, fascismo — são classificadas como ideologias "antinacionais". Cultua-se a personalidade de Getúlio Vargas, mostrado como líder providencial, estadista que prevê o futuro, pai dos pobres, um mito. Defende-se abertamente a instauração da ditadura republicana, que é considerada o regime político mais coerente com a formação histórica brasileira. Alguns artigos analisam as funções da polícia, que está presente em toda parte, exercendo um poder de arbítrio que não apenas complementa as funções da justiça e de outros órgãos do estado, como também em muitos casos deve superpor-se à ação, irremediavelmente lenta, da justiça⁸³.

Há uma questão importante subjacente ao postulado de que o sistema coercitivo-repressivo da polícia deve ser ubíquo e superposto ao da justiça. É a questão da atualização da estrutura da justiça e de seus instrumentos normativos, para torná-la ágil, acessível a todos e eficaz na prevenção das infrações, nas sanções legais e na reabilitação dos infratores. Do contrário, ela será discriminatória contra os honestos, pobres e fracos, por ser morosa, cara e cega aos delitos dos poderosos, a saber, crimes de colarinho branco, advocacia administrativa, abusos do poder econômico, corrupção na administração pública etc. O Estado Novo foi pródigo, como vimos, na criação de códigos e na reforma de inúmeros diplomas legais. Procedeu com dois pesos e duas medidas, todavia, ao zelar, de um lado, pela

confirmação dos chamados *crimes de bagatela*, a saber, rapto consentido para fins de casamento dos envolvidos, sedução sem violência sexual, adultério, exposição e venda de cromos eróticos, hospedagem de casais para fins libidinosos, etc. Por outro lado, fez vista grossa à tipificação e a mecanismos de prevenção e ressarcimento dos cofres públicos, nos casos de crimes graves contra a economia popular e a administração pública, tais como, peculato, concussão, extorsão, superfaturamento de obras, comissões embutidas nos projetos públicos, desvio de verbas públicas para obras particulares, solapamento de programas governamentais, canalização de dinheiro público para contas secretas no exterior⁸⁴, malversação de recursos públicos, formação de quadrilha. Uma fúria legiferante sem precedentes na história nacional, o executivo concentrando poderes ilimitados, sem nenhum freio nem contrapeso político ou constitucional, pois numa época em que as casas legislativas haviam sido trancadas à força e o movimento social garroteado. Algo semelhante ao que viria a acontecer nos 21 anos da ditadura militar instaurada em 1964. Nem por isso nossa justiça deixou de ser lerda, onerosa e omissa contra os crimes de alto bordo. Os tribunais e cadeias são mais frequentados por infratores pertencentes às classes subalternas ou por autores de transgressões à ordem filistina do que por grandes criminosos, principalmente aqueles que, na expressão de Ernest Hambloch, recebem do governo *cartas de corso* para pilhar o estado e o povo.

O Estado Novo foi especialmente atento à introdução de novos mecanismos de controle relativo da atividade econômica. Cria no Banco do Brasil a Carteira de Exportação e Importação, a famosa CEXIM, para controlar o comércio exterior. Veio a adquirir igual notoriedade a nova Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), para regular as áreas monetário-creditícia e cambial. Com a nova Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e as novas Comissões de Financiamento da Produção e de Investimento, alargou-se substancialmente o espaço do crédito estadual, conferindo-se um alcance nunca visto ao sistema de financiamento de empreendimentos de escala nacional.

Encarregados de definir políticas setoriais, foram estruturados, além do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), criado desde 1934, o Conselho Nacional do Petróleo (que viria a ter um papel extraordinário na criação da Petrobrás), o Conselho de Águas e Energia Elétrica e o Conselho de Minas e Metalurgia.

Na área industrial foram criadas as Comissões Executivas dos seguintes setores: Plano Siderúrgico Nacional, Têxtil, Combustíveis e Lubrificantes, Ferrovias, Vale do Rio Doce, Indústria de Material Elétrico, além de outros.

Foram elaborados o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional e o Plano de Obras e Equipamentos, peças centrais do programa de desenvolvimento industrial do Estado Novo. Pela primeira vez na história da administração pública nacional, elaborou-se o respectivo orçamento como peça à parte, discriminando-se em separado as rubricas de investimento e de custeio. Planos e orçamento juntos formaram um plano quinquenal de aplicações, inédito no país, com um curioso pormenor: imitava-se uma metodologia de planejamento plurianual e global inventado pela

União Soviética, que nem por isso deixava de ser vista como uma ameaça à estabilidade das instituições ocidentais.

O Estado Novo avançou como proprietário e empresário nas áreas de transportes, ferro, aço, álcalis, e encaminhou-se para a produção de energia elétrica e caminhões. Inscrevia, agora mimetizando a experiência bismarckiana de capitalismo de estado, o novo paradigma do estatismo, que viria a ser adotado em ainda maior escala pelos governos militares pós-1964.

Por fim, o Estado Novo incluiu em sua órbita de controle o comércio externo, a gestão da força de trabalho, a estrutura tributária em transformação e todos os preços fundamentais.

Ao parametrizar-se a introdução do ciclo fechado de organização do estado, abria-se uma nova etapa na história política do país.

3. Epílogo.

Com a queda de Getúlio, inicia-se um período que consiste em dar continuidade ao processo de industrialização que havia sido intensificado no Estado Novo, mas agora em outras bases. De certa maneira, mesmo apeado do poder, Getúlio tinha feito o seu sucessor, na pessoa de um membro de sua *entourage*, aliás candidato “de dentro” às eleições marcadas para dezembro de 1945. Com o estilo discreto que definia sua personalidade marcante, Dutra ia preparar o país para o segundo governo de Getúlio, em 1951, que ele próprio interrompeu suicidando-se, e para a retomada do desenvolvimento acelerado, com a industrialização pesada, a partir de 1956, sob o comando audacioso de Juscelino Kubitschek.

O Estado Novo foi demolido com as mesmas armas que serviram para seu advento: golpe militar. O general Góis Monteiro, condestável do regime, comandou a liquidação da massa falida em 29 de outubro de 1945.

O ditador foi substituído pelo general Eurico Gaspar Dutra, outro condestável da ditadura, em eleições que se notabilizaram por fraudes semelhantes às cometidas no passado.

Uma Assembléia Constituinte, convocada em seguida, elabora uma Constituição que afirma a intenção de promover a abertura democrática, mas não esconde um modelo conservador de organizar o estado e de implementar suas políticas econômicas e sociais.

O governo Dutra vai de janeiro de 1946 a fins de 1950. Rejeita a intervenção estatal na economia e retira os controles econômicos adotados no Estado Novo. A industrialização é desacelerada. O estado passa à condição de guardião das “regras do jogo” do mercado, segundo a doutrina liberal e as conveniências das empresas privadas mais poderosas⁸⁵.

Apesar das aparências, o governo continuou porém a adotar medidas de intervencionismo estatal, com direção alterada, alterando-se também os instrumentos e os conteúdos ideológicos, principalmente nas seguintes áreas: política cambial, planejamento setorial, direcionamento de capitais privados norte-americanos e brasileiros, e política salarial.

As reservas de divisas foram desbaratadas com a importação de artigos suntuários e equipamentos obsoletos. A economia nacional não foi beneficiada pela aquisição de bens de produção dotados de inovações tecnológicas recentes. Com o argumento do desequilíbrio do balanço de pagamentos, houve mudança de política, mas no conjunto o "liberalismo econômico" serviu para reelaborar as condições de dependência da economia brasileira ao sistema mundial polarizado pelos Estados Unidos.

O Plano SALTE circunscrevia-se aos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, cujas iniciais compunham a sigla. A maioria de seus objetivos não foi alcançada, entre outras razões por ser um instrumento descoordenado, divorciado da realidade e sujeito às injunções da ideologia liberal dominante.

A comissão econômica brasileiro-americana (conhecida como Missão Abbink) ateve-se, devido a sua orientação privatista e internacionalizante, a fornecer subsídios ao setor empresarial do Brasil e dos Estados Unidos e a confirmar a orientação liberalizante do governo.

Onde porém o governo Dutra primou em adotar medidas deliberadas de intervenção estatal — desmentindo suas "convicções liberais" — foi no mercado da força de trabalho: sua política de confisco salarial articulava-se a uma redistribuição altamente regressiva da renda, enquanto aumentava a taxa de lucro e se acentuava o processo de acumulação do capital do setor privado.

O proletariado tinha também sua própria política salarial: crítica à política do governo e luta pelo reconhecimento dos direitos dos assalariados.

A redemocratização permitiu a politização de amplos setores populares e a ampliação do debate político nacional. Nesse processo, o Partido Comunista Brasileiro e outras correntes de esquerda adquiriram peso nacional significativo. Diante disso, o governo Dutra passou à repressão violenta e à campanha anticomunista, culminando com o cancelamento do registro daquele partido e a cassação dos mandatos de seus representantes no congresso nacional, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Repetia-se, no alvorecer da República Liberal, o velho stratagema presidencialista de subjugar a instituição parlamentar e mantê-la refém do poder executivo, bem como criar uma atmosfera de intimidação do pensamento crítico e da militância de oposição em geral.

Com a liderança comunista na clandestinidade, e todas as outras correntes oposicionistas, democráticas ou de esquerda, em ambiente de perseguição, o populismo trabalhista que Getúlio Vargas havia criado no Estado Novo foi encampado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e se transformou em elemento destacado da ideologia e da atividade do período governamental subsequente, tendo abrigado em suas fileiras, cuidadosamente dissimulando suas origens, muitos militantes oriundos de organizações políticas impedidas de funcionar legalmente.

Ao voltar ao governo em janeiro de 1951, Getúlio Vargas retoma sua política de industrialização acelerada, que vai até 24 de agosto de 1954, quando é deposto por outro golpe militar e se suicida.

A tônica do governo Vargas nos quadros da redemocratização é o abandono da diretriz do governo Dutra, inspirada na doutrina liberal, e o aproveitamento da situação econômico-social complexa e diferenciada para levar o estado a se engajar de novo e mais amplamente no sistema econômico. Preconizou-se uma política de desenvolvimento global do país e a intensificação do crescimento do capitalismo nacional, segundo uma estratégia nacionalista e populista.

Nesse contexto, o governo Vargas começou a reconhecer o papel da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) como órgão preparado para assessorá-lo em seu esforço de reelaboração das até então vigentes teorias latino-americanas sobre desenvolvimento econômico. Em 1953 Vargas tornou público seu desejo de que a CEPAL continuasse a trabalhar em sintonia com os objetivos do governo de emancipar suas decisões sobre política econômica, apesar de ser de conhecimento geral, desde 1948, quando foi criada, que esta importante agência de cooperação internacional era tratada com hostilidade pelos empresários e pelo governo dos Estados Unidos, e com indiferença pela maioria dos governos dos países latino-americanos.

Assim foram criados novos órgãos governamentais com a finalidade de impulsionar a industrialização e a resolução de problemas econômico-financeiros e administrativos. A problemática da planificação econômica estatal passou a ser discutida também no Congresso Nacional, nas universidades, em livros, em artigos de jornal, revistas e reuniões promovidas por partidos políticos.

O novo governo Vargas começa anunciando o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, plano quinquenal de investimentos em indústrias de base, transportes, energia, frigoríficos e modernização da agricultura. Em 1952 o Congresso autoriza a criação do Fundo de Reparcelamento Econômico, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado também no mesmo ano.

Outros órgãos são criados nos anos 1952-53: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) e a Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás).

A Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, que substitui a CEXIM, adota, em conjunto com a SUMOC, medidas de estímulo às exportações brasileiras e de favorecimento da importação de bens de produção de tecnologia avançada.

O governo toma decisões para combater a inflação, cujo agravamento vem reduzindo drasticamente o poder aquisitivo dos salários. Isso tornava agudas as tensões sociais e favorecia a mobilização política das massas urbanas. Os setores políticos e econômicos mais conservadores e ligados ao capital estrangeiro pressionavam para que o governo adotasse políticas de estabilidade financeira e social. As oposições ao governo criticavam o caráter trabalhista que estaria sendo infundido ao novo regime político, classificado pejorativamente de "República Sindicalista".

A luta pela criação da Petrobrás contribuiu para simbolizar a força de uma mentalidade nacionalista que vinha se formando há muitos anos e exprimiu a convergência dos seguintes componentes essenciais do sistema político e econômico brasileiro da época: defesa nacional, nacionalismo econômico, emancipação do país, ideologia desenvolvimentista, crescimento da função econômica do estado, planejamento estatal como instrumento racional para nacionalizar centros de decisão referentes à política econômica do país.

O governo e os setores privados mais influentes dos Estados Unidos não ficaram satisfeitos com a política do governo Vargas, principalmente na questão do petróleo. Por isso o governo americano decidiu em 1953 acabar com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Neste mesmo ano formou-se o Grupo Misto BNDE-CEPAL para realizar um diagnóstico global do Brasil e propor um programa de desenvolvimento.

Eram medidas que a muitos dava a impressão de que se tornava irreversível a estratégia de implantação de um capitalismo nacional, defendida por diferentes setores da sociedade brasileira, inclusive ramos importantes da burguesia industrial voltados para o atendimento do mercado interno.

Havia outros setores que propunham uma estratégia socialista e que, por razões táticas, aliavam-se com os que preconizavam a estratégia do capitalismo nacional.

Uma terceira estratégia foi a do desenvolvimento do capitalismo brasileiro associado ao capitalismo mundial, em especial o norte-americano. Para reverter as tendências nacionalistas e estatizantes do Brasil, desde as décadas de 30 e 40, o imperialismo americano, articulado aos setores conservadores e autoritários da economia e do estado brasileiros, buscava tornar-se hegemônico mediante uma política explícita de alianças de investidores estrangeiros com investidores brasileiros, envolvendo coalizões de empresas alienígenas e nativas e absorções de capitais destas por aquelas, que o governo Vargas não pôde ou não quis evitar. Esta política, pouco a pouco, foi anulando a primeira estratégia de formação de um capitalismo relativamente autônomo⁸⁶, que o político Vargas alardeava defender em candentes discursos nacionalistas, oscilando entre a demagogia populista e a mística positivista da salvação do povo sob o comando das elites predestinadas e pela intercessão do homem providencial.

A morte de Vargas marcou o auge de uma crise que vinha se arrastando desde que ele tomou o poder pela primeira vez. Os conflitos que não puderam ser debelados naqueles últimos 24 anos voltaram a estalar no período que antecede a posse de Juscelino Kubitschek. Mas, sob a proteção do Exército, o novo presidente consegue governar até 1960, executando com seu Programa de Metas uma política econômica que implantou no Brasil uma estrutura industrial integrada, visando desenvolver o capitalismo brasileiro associado ao sistema econômico mundial⁸⁷. Procura-se reelaborar as condições da dependência, já que a estratégia definida no governo Vargas tinha se mostrado ineficaz. A ideologia agora em vigor partia da premissa de que a industrialização somente seria possível no contexto da interdependência e associação com o capital estrangeiro.

O governo Kubitschek, além do Programa de Metas, destacou-se por outras realizações importantes: a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujos quadros

técnicos precursores foram recrutados entre jovens universitários da classe média do Recife e de outras capitais nordestinas, e treinados por professores da CEPAL, sob a orientação de Celso Furtado; o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA); e a construção de Brasília.

As metas do Programa compreendiam energia, transportes, alimentação e indústrias de base. Ao todo, somavam trinta metas, incluindo o programa de formação de pessoal técnico. A implantação da indústria automobilística sobrepujou todas as outras, tendo-se transformado, ao lado da construção de Brasília, em símbolo do governo.

A SUDENE foi criada para enfrentar a situação pré-revolucionária que se apresentava no Nordeste, onde as massas camponesas rompiam suas velhas relações de subordinação às oligarquias dominantes. A atuação das Ligas Camponesas nesse processo foi decisiva⁸⁸.

A OPAS foi uma manobra político-diplomática destinada a redefinir as relações entre o Brasil e os países da América Latina, por um lado, e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, por outro. A oportunidade havia sido aberta pelas violentas manifestações das populações latino-americanas contra o então vice-presidentes norte-americano Richard Nixon. Era um forte sinal de que a política imperialista ficava cada vez mais impopular.

A política de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro foi objeto de um importante esforço de mobilização ideológica por intermédio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁸⁹. O ISEB sofreu dissensões internas que exprimiram as diferentes maneiras de compreensão do significado da estratégia de desenvolvimento conduzida pelo governo Kubitschek. Havia duas posições básicas: de um lado, a que justificava a orientação do desenvolvimento com exclusão das classes subalternas do processo de distribuição dos frutos do progresso técnico; de outro, a que defendia a oportunidade de se submeter o processo econômico a planejamento relativamente centralizado, sob controle popular, não implicando necessariamente o desaparecimento súbito e completo da empresa privada⁹⁰.

O período 1961-1964 assinala o recrudescimento da crise brasileira nas esferas da economia e do poder estatal, com repercussão nas condições de sobrevivência da própria democracia política. Estavam esgotadas as possibilidades de conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo nacional, ou entre ideologia nacionalista e capitalismo associado (ou dependente). Tanto no governo Jânio Quadros (janeiro-agosto de 1961) como no governo João Goulart (1961- abril de 1964), as medidas de política não guardavam coerência entre si nem eram capazes de enfrentar os problemas que se sucediam na economia, na sociedade e nas articulações do poder. O clima cultural do período era de intensos debates e grandes incertezas.

Os impasses tiveram como desfecho o golpe militar de março-abril de 1964. O principal dilema era a contradição dialética entre os dois pólos fundamentais do capitalismo brasileiro. De um lado, consolida-se de forma inexorável o modo de expansão do sistema produtivo, que se rege pela natureza avançada da tecnologia — importada — que adotam os setores de bens de produção de vanguarda — em geral estrangeiros — e os fabricantes de bens de consumo que incorporam essas inovações avançadas. De outro lado, afirma-se o desenvolvimento da força-de-trabalho, propiciado pelo referido sistema produtivo,

o qual intensifica o ritmo de ampliação dos efetivos dela e exponencia seu alcance social e político, mas concomitantemente cria obstáculos a que ela desdobre em sua plenitude seu dinamismo potencial, além de não levar na devida conta suas necessidades essenciais, nem reconhecer satisfatoriamente seu valor de uso⁹¹.

A contradição fundamental atingia a esfera da política — planejamento autoritário —, o mundo da cultura — atraso do substrato científico e tecnológico, no aparelho produtivo nacional e na comunidade de pesquisa, que se mantém em conflito com as solicitações autóctones de transformação da estrutura do capitalismo subdesenvolvido —, e o fulcro da sociedade — a força-de-trabalho, cuja marca é sua exclusão do processo de desenvolvimento da sociedade como um todo. Com efeito, "as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência"⁹².

Vedada a possibilidade de superar a contradição principal, fecha-se o ciclo liberal — de estilo populista — e reabre-se o ciclo fechado.

NOTAS

¹ Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, Ed. Nacional/FINEP, São Paulo/Rio de Janeiro, 1979, p. 163-280. Ver também Vanya Mundin Sant'Anna, *Ciência e sociedade no Brasil*, Símbolo, São Paulo, 1978, p. 73-79.

² Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

³ Id., ib., p.162.

⁴ Id., ib., p. 312.

⁵ Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, DIFEL, São Paulo, 1974, p.17-372.

⁶ Id., ib., p. 83.

⁷ Id., ib., p. 85.

⁸ Id., ib., p. 86.

⁹ João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, 2ª ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, p. 238-240.

¹⁰ Edgard Carone, op. cit., p. 93.

¹¹ Id., ib., p. 94.

¹² Ver Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista*, 2 vol., José Olympio, Rio de Janeiro, 1965, II, p.714-718. Ver também Maria Cecília Spina Ferraz, *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, Polis, São Paulo, 1978, p. 97-107.

¹³ Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Saga, Rio de Janeiro, 1969, p. 29.

¹⁴ Boris Fausto, *A revolução de 1930*, Brasiliense, São Paulo, p. 110-111. Ver também Pedro Cezar Dutra Fonseca, *Vargas: o capitalismo em construção*, Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 92.

¹⁵ Boris Fausto, op., cit.

¹⁶ Edgard Carone, *O tenentismo: acontecimentos-personagens-programas*, DIFEL, São Paulo, p. 427-428.

¹⁷ Sobre o tema, cf. Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, Alfa-Omega, São Paulo, 1975 (1a. ed. 1949), 270 p. Conf. também Eul-Soo Pong, *Coronelismo e oligarquia (1889-1934)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, 269 p.

¹⁸ *Constituições do Brasil*, Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, 1986, p. 171-175.

¹⁹ Ver Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, DIFEL, São Paulo, p. 157-162; e id., *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*, Brasiliense, São Paulo, 1974, p. 90-105. Conf. José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, Símbolo, São Paulo, 1979, principalmente p. 67-121, que tratam da "moderna estrutura sindical brasileira".

²⁰ Aliomar Baleeiro, *A política e a mocidade*, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1954, p. 130-167.

²¹Vamireh Chacon, *Estado e povo no Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1977, p. 34 e notas 21 2 22, p. 38-39.

²²Virginio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976 (1a. ed. 1933), p. 117-126.

²³Thomas Skidmore, op. cit., p. 33-41.

²⁴Simon Schwartzman et alii, *Tempos de Capanema*, Paz e Terra/EDUSP, São Paulo, 1984, p. 36.

²⁵Antonio Paim, *A UDF e a idéia de universidade*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1981, 144p.

²⁶Ver Sônia Draibe, *Rumos e metamorfoses*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985, p. 82-137.

²⁷Hélgio Trindade, *Integralismo*, DIFEL, São Paulo, 1974, 338 p. Ver também J. Chasin, *O integralismo de Plínio Salgado*, Ciências Humanas, São Paulo, 1978, 663 p.

²⁸Uma Liga das Sociedades Germânicas, de Porto Alegre, editou um volume encadernado contendo, dentre outros materiais, um manual de regras para a correta ortografia da língua alemã, biografias dos membros do gabinete de Hitler, relatório sobre a atividade do instituto de fomento da indústria da câmara de comércio, ofícios e indústrias de Viena (com capítulos sobre treinamento dos trabalhadores em organização sindical e rendimento no trabalho) e textos de propaganda ideológica dos regimes de Hitler e Vargas, em que se destacam um pronunciamento feito em 1935 por Goebbels contra os judeus no Congresso do Partido Nazista em Nuremberg, intitulado "Comunismo sem máscara", impresso em português na Casa Editora M. Müller & Sohn K.G., Berlin, SW 19, e artigos de Francisco Campos e Gilberto Amado de apologia ao regime e à pessoa de Vargas, impressos pela Imprensa Nacional. Sobre as relações de Vargas com os Estados Unidos e a Alemanha nazista, ver Roberto Gambini, *O duplo jogo de Getúlio Vargas*, Símbolo, São Paulo, 1977, 175 p. Ver também Ricardo Antônio Silva Seitenfus, *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942*, Companhia Editora Nacional/INL, São Paulo, 1985, 488 p.; e Maria Luiza Tucci Carneiro, *O anti-semitismo na Era Vargas*, 2ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1995, 606 p.

²⁹*Constituições do Brasil*, op. cit., p. 173.

³⁰Robert Levine, *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980, p. 43.

³¹Virginio Santa Rosa, op. cit., p. 113.

³²Edgard Carone, *A Segunda República*, DIFEL, São Paulo, 1973, p. 66.

³³Robert Levine, op. cit., p. 47-48.

³⁴Ernest Hambloch, *Sua Majestade o Presidente da República*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981 (1a. ed. 1936), p. 68-69.

³⁵Ver João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, p. 367-419.

³⁶Leandro Tocantins, *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1992, 280 p.

³⁷Milton Vargas, "Euclides da Cunha e a poesia", separata dos Anais do III Congresso Nacional de Filosofia, São Paulo, nov. 1959, p. 129-139.

³⁸Simon Schwartzman, *Bases do autoritarismo brasileiro*, Campus, Rio de Janeiro, 2a. ed., 1982, p. 109.

³⁹Id., ib.

⁴⁰Ver Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégia da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*, Companhia das Letras, São Paulo, 1991, 379 p.; principalmente as pp. 269-326.

⁴¹Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 35:sonho e realidade*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992, 413 p.

⁴²Leandro Konder, *O marxismo na batalha das idéias*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984, 212 p.; *Derrota da dialética*, Campus, Rio de Janeiro, 1988, 222 p.; *O futuro da filosofia da praxis:o pensamento de Marx no século XXI*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992,140p.

⁴³Sobre a contra-ofensiva da oficialidade militar contra os tenentes, ver José Augusto Drummond, *O movimento tenentista*, Graal, Rio de Janeiro, p. 249-293.

⁴⁴Ver Mônica Pimenta Velloso, "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual ", in Lúcia Lippi Oliveira et alii, *Estado Novo, ideologia e poder*, Zahar, Rio de Janeiro, 1982,p. 71-108, passim.

⁴⁵Ver Sônia Draibe, op. cit., p. 27-55.

⁴⁶Simon Schwartzman et alii, *Tempos de Capanema*, Paz e Terra/EDUSP, Rio de Janeiro/São Paulo, 1984, p. 211-212.

⁴⁷José Leite Lopes, *Ciência e libertação*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p. 133-157 (para o período 1934-54) e p. 159-174 (para o período 1962-1963).

⁴⁸Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, op. cit., p. 191-214.

⁴⁹Roberto Cochrane Simonsen, *Controvérsia do planejamento na economia brasileira*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1977.

⁵⁰Liana Aureliano, *No limiar da industrialização*, Brasiliense, São Paulo, 1981, p. 93-134.

⁵¹Sônia Draiber, op. cit., p. 59-81.

⁵²Ver Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967, p. 208-211.

⁵³Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1978 (1a. ed. 1914), 133 p. Ver também Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres*, Civilização Brasileira, Riode Janeiro, 1968, 520 p.

⁵⁴Oliveira Viana, *Problemas de política objetiva*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, s/d, p. 61-62. Ver também Evaldo Amaro Vieira, *Oliveira Viana e o estado corporativo*, Grijalbo, São Paulo, 1976, p. 135-144.

⁵⁵João Camilo de Oliveira Torres, *Presidencialismo no Brasil*, Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1962, p. 271.

⁵⁶Hermes Lima, *Travessia:memórias*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1974, p. 127.

⁵⁷Ver Vamireh Chacon, op. cit., p. 46. Cf. Edgard Carone, *O Estado Novo, 1937-1945*, DIFEL, São Paulo, 1976, p. 175-176.

⁵⁸Azevedo Amaral, *O Estado autoritário e a realidade nacional*, JoséOlympio, Rio de Janeiro, 1938, p. 192-193. Sobre este notável teórico do autoritarismo brasileiro, consultar Jarbas Medeiros, *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978, XX + 625 pp, p. 53-154, principalmente p. 127. Ver também Vamireh Chacon, *Estado e povo no Brasil*, José Olympio/ Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro e Brasília, 1977, p. 45 e 114 (nota 17).

⁵⁹Trata-se da obra de autoria do respeitável engenheiro paulista José Maria de Toledo Malta (Hilário Tácito), *Madame Pommery*, UNICAMP/Casa de Rui Barbosa, São Paulo,1922. Ver também Margareth Rago, *Os prazeres da noite*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991. Cf. Vamireh Chacon, op. cit. p. 46-52.

⁶⁰A *Malagueta*, nº 1, dezembro de 1821, pág. 2, impresso na Typographia de Moreira, e Garcez, rua dos Pescadores, 6, Rio de Janeiro. Acervo da Biblioteca Nacional. Na Introdução do 1º tomo da Coleção Fac-similar de Jornais Antigos, editado por Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1945, Helio Viana traça um perfil de Luis Augusto May e as circunstâncias de publicação do jornal.

⁶¹Octavio Tarquinio de Sousa, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, 10 volumes, *A vida de D. Pedro I*, vol. II, 1º tomo, José Olympio, Rio de Janeiro, 1960, p. 330-400, principalmente p. 345.

⁶²A *Malagueta*, loc. cit.

⁶³Brasil Bandechi, *Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência*, Editora Parma, São Paulo, 1983, p. 32.

⁶⁴O artigo 14 da Constituição do Estado Novo liquida a separação subjetiva do poder de legislar, introduzindo a figura do decreto-lei, haurida diretamente dos artigos 55 e 56 da Constituição polonesa de 23/4/1935. Cf. Vamireh Chacon, op. cit., p. 49.

⁶⁵Inspirado no artigo 73 da Constituição polonesa de 1935, o artigo 29 da Constituição do Estado Novo permite os municípios agregarem-se para realizar serviços públicos à margem da jurisdição da unidade federativa a que pertencem. Cf. Vamireh Chacon, loc. cit.

⁶⁶Ver Wanderley Guilherme dos Santos, *Dois escritos democráticos de José de Alencar*, Ed. da UFRJ, Rio de Janeiro, 1991; e *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*, Vértice/ IUPERJ, São Paulo/Rio de Janeiro, 1987, p. 12-27.

⁶⁷F. Nietzsche, *Vontade de potência*, Ediouro, Rio de Janeiro, s/d, p. 157-162. Ver também p. 215-271.

⁶⁸Sant'Ana Dionísio, *A não cooperação da inteligência ibérica na criação das ciências*, Seara Nova, Lisboa, 1941, p. 37-38, apud João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, p. 324. Sobre o poder moderador, ver Vamireh Chacon, op. cit., p. 63. As idéias de Oliveira Viana reforçaram o preconceito contra as manifestações da liberdade do povo. Neste sentido, cf. Jarbas Medeiros, op. cit., p. 160-166.

⁶⁹José Honório Rodrigues, in Ernest Hambloch, op. cit., Introdução, p. 14.

⁷⁰Ernest Hambloch, op. cit., Prefácio, p. 5, *passim*.

⁷¹Para que o fenômeno seja uma asserção verificável em determinados casos, e não em todos — o que configuraria um *truismo* —, convém submetê-lo à prova da falsificabilidade, ou seja, verificar casos em que a asserção nem sempre é verdadeira.

⁷²Ver Ruben Cesar Keinert, "O excessivo poder presidencialista", Folha de S. Paulo, 24/3/1993, p. 1-3.

⁷³Walter Benjamin, *A origem do drama barroco alemão*, Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 81-180. O tema da tirania foi tratado por Marx no *Dezoito Brumário de Napoleão Bonaparte*, a partir de um enfoque teatral que evoca a abordagem benjaminiana. Está para ser feito o estudo dos governos de Getúlio Vargas sob o prisma de sua complexa vida subjetiva. Talvez sua tragédia final venha a ser melhor compreendida quando for possível situá-la no contexto da volubilidade das promessas, da acedia, da frigidez, da busca de vantagens sem observar a ética (César), do castigo do amigo (Brutus) para evitar a tirania, da traição e das relações do tirano com seus cortesãos, como momentos extremos, além de outros aspectos, do processo de personificação do poder ilimitado.

⁷⁴Ver João Cruz Costa, *Augusto Comte e as origens do positivismo*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959, 2a. ed., p. 47. A repulsa da doutrina positivista à crítica racional de alcance revolucionário é vinculada

à filiação de Comte ao romantismo e às ideologias de restauração de formas anacrônicas de organizar e pensar a realidade social.

⁷⁵Sônia Draibe, op. cit. p. 79-80.

⁷⁶Ver Vamireh Chacon, op. cit., p. 40, passim.

⁷⁷Immanuel Kant, *Crítica da faculdade do juízo* (1a. ed. alemã: 1790), Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1993, 384 p. Primeira tradução completa em português, de Valerio Rohden e Antônio Marques.

⁷⁸Carl Schmitt, *Legalidad y legitimidad*, Aguillar, Madrid, 1971, apud Jarbas Medeiros, op. cit., nota 18, p. 47-51.

⁷⁹Jarbas Medeiros, op. cit., p. 31.

⁸⁰Ver Jarbas Medeiros. op. cit., p. 9-51, principalmente pp. 10-20.

⁸¹Francisco Campos, *O Estado Nacional e suas diretrizes*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1937, p. 5

⁸² Ver Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a revolução de outubro*, Unitas, São Paulo, 1933, p. 89-103. Sobre as traições da Aliança Liberal aos princípios da plataforma de 2/1/1930 da candidatura de Getúlio Vargas, p. 117-131, 139-140, 169-191. As causas da revolta são analisadas nas pp. 253-272.

⁸³Mônica Pimenta Veloso, op. cit., p. 86-103.

⁸⁴Estima-se atualmente que um terço da dívida externa dos países em desenvolvimento resulta de investimentos em projetos inúteis aprovados apenas para que as autoridades embolsem as pródigas comissões de empreiteiras. Ver *Jornal do Brasil*, 9/5/1993, p. 2

⁸⁵Octavio Ianni, *Estado e planejamento no Brasil (1930-1970)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, p. 75-105.

⁸⁶Octavio Ianni, op. cit., p. 109-138.

⁸⁷Id., ib., p. 141-187.

⁸⁸Ver Joseph A. Page, *The revolution that never was: Northeast Brazil 1955-1964*, Grossman Publishers, New York, 1972, 275 p.

⁸⁹Ver Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de ideologias*, Ática, São Paulo, 1982, principalmente p. 147-192. Ver também Simon Schwartzman (org.), *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981, 273 p.

⁹⁰Caio Navarro de Toledo, op. cit., p. 157. Ver também Wanderley Guilherme dos Santos, *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, ISEB, Rio de Janeiro, 1963, 123 p., principalmente p. 77-122.

⁹¹Wanderley Guilherme dos Santos, op. cit., p. 105-113.

⁹²Celso Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, p. 192-193. Para compreender o modelo teórico subjacente à estratégia de desenvolvimento que privilegia a importação de bens de tecnologia avançada destinados ao setor fabricante de bens de produção, e os graves desequilíbrios daí decorrentes, ver p. 163-231.